



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0871-8717

Portugal Social

1991-2001



Ano de edição 2003



Catálogo Recomendada

PORTUGAL SOCIAL. Lisboa, 1992-
Portugal social / ed. Instituto Nacional
de Estatística. - 1985/1990- . -
Lisboa, I.N.E., 1992- . - 30 cm
Quinquenal
ISSN 0871-8717
ISBN 972-673-658-7

Director

Presidente do Conselho de Administração
Prof. Dr. José Mata

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 65

Composto

INE - Dep. Difusão e Promoção
NED - Mário Bouçadas

Capa

INE - Dep. Difusão e Promoção
NED - Cristina Drago

Impressão

SOARTES - artes gráficas, lda

Tiragem: 850 exemplares

Depósito legal nº: 55243/92

Preço: € 30.00 (IVA incluído)

O INE na Internet

www.ine.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta edição do Portugal Social dá continuidade a anteriores iniciativas do INE no sentido da disponibilização, numa mesma publicação, de informação estatística de apoio à caracterização social do país.

A permanente procura de ajustamento entre a informação disponibilizada e as necessidades dos utilizadores determina que existam alterações em relação à edição anterior desta publicação, quer no que respeita ao conteúdo, quer na forma de organização interna da informação. Em particular, e relativamente à anterior, a presente edição do Portugal Social foi objecto de uma significativa remodelação, a qual reflecte a preocupação constante do INE em melhorar continuamente os seus produtos e serviços.

A informação está organizada em 11 capítulos ou domínios socio-demográficos, apresentando-se, para cada um deles, um conjunto de indicadores disponíveis para o período de 1991 a 2001. De forma a enriquecer a análise temática, a presente edição incorpora, ainda, contributos individuais de um conjunto de investigadores universitários, que acederam a colaborar com o INE nesta iniciativa.

Apresenta-se um novo capítulo: “Sociedade da Informação e do Conhecimento” resultante da emergência deste tema como preocupação social e agregaram-se os anteriores capítulos “Emprego, Desemprego e Inactividade” e “Condições de Trabalho” num único designado “Emprego, Salários e Condições de Trabalho”, o mesmo acontecendo aos capítulos “Rendimento e Consumo” e “Conforto das Famílias” que se agregaram no capítulo “Condições de Vida das Famílias”.

Em cada tema, são apresentadas, sempre que possível, comparações regionais e internacionais, permitindo posicionar cada região no contexto nacional e enquadrando Portugal na envolvente internacional, da mesma forma destaca-se, para alguns indicadores, a dimensão género na abordagem social.

Uma nota final de conteúdo no que se refere às séries de dados apresentadas: a perspectiva do INE é fornecer aos utilizadores a informação mais rigorosa e oportuna de que dispõe, pelo que, muitos dos indicadores inseridos na presente publicação, apesar de já divulgados noutros produtos de difusão do INE, foram agora actualizados por referência a informação mais recente, exemplo disso é a série de indicadores relacionados com o Emprego, cuja opção pela utilização do período de 1998 a 2001 se relaciona com a recente recalibração dos dados (disponível apenas para esse período) pela nova série de Estimativas da População resultante da disponibilização dos resultados dos Censos 2001.

De uma forma geral toda a informação apresentada nesta publicação encontra-se disponível em vários suporte de difusão, produzidos e divulgados pelo INE, aconselhando-se a consulta do site www.ine.pt para maior detalhe e eventual actualização de alguns indicadores ora apresentados.

LISTA DE COLABORADORES

Autores:

Sofia Leite, INE - Departamento de Estatísticas Censitárias e da População

Maria dos Anjos Campos, INE - Departamento de Estatísticas Censitárias e da População

Cristina Gonçalves, INE - Departamento de Estatísticas Censitárias e da População

Edviges Coelho, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Susana Neves, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Vítor Grosa, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Patrícia Lavos, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Marisa Chang, INE - Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Nuno Romão, INE - Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Maria João Costa, Ministério da Justiça - Gabinete de Prospectiva Legislativa e Planeamento

Arsénio Oliveira, Ministério da Justiça - Gabinete de Prospectiva Legislativa e Planeamento

Filipa Soares, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Teresa Silvestre Portela, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Edição, Composição e Revisão:

Farrajota Leal, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Emília Saleiro, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Cláudia Pina, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Teresa Silvestre Portela, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Manuel Delgado, INE - Departamento de Estatísticas Sociais

Mário Bouçadas, INE - Departamento de Difusão e Promoção

AGRADECIMENTOS

Agradece-se a todos os colegas, que, nos vários departamentos e em outras organizações deram um generoso contributo quer no fornecimento de dados quer nos comentários aos conteúdos, e sem os quais esta publicação não teria sido possível.

Os nossos agradecimentos, vão igualmente, para o conjunto de investigadores que acederam em colaborar com o INE, elaborando as análises demográficas e sociais apresentadas em cada capítulo. Obrigado:

Manuel Nazareth, Universidade Nova de Lisboa (UNL) - Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação

Ana Nunes de Almeida, Universidade de Lisboa (UL) - Instituto de Ciências Sociais

José Manuel Resende, UL - Instituto de Ciências Sociais

Maria Manuel Fonseca, UL - Instituto de Ciências Sociais

Pedro Portugal - UL

João Ferrão, UL - Instituto de Ciências Sociais

José Pereirinha, Universidade Técnica de Lisboa (UTL) - ISEG, CISEP - Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa

Vítor Martins, UTL - ISEG, CISEP - Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa

Villaverde Cabral UL - Instituto de Ciências Sociais

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra (UC) (UNLUC, CES - Centro de Estudos Sociais

José Soares Neves UL - ICS - Observatório das Actividades Culturais

CONCEITOS

POPULAÇÃO

Taxa de crescimento efectivo

Acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de crescimento natural

Saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Índice sintético de fecundidade

Número de crianças que, em média, cada mulher tem durante a sua vida fecunda.

Taxa de fecundidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fecunda (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fecunda).

Taxa de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Esperança de vida à nascença

Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja a idade exacta x , mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento. Uma particularização desta noção é a esperança de vida à nascença, que corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Taxa de mortalidade

Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de mortalidade infantil

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

Emigrante permanente

Indivíduo que deixou o país com a intenção de residir no estrangeiro por um período contínuo superior a um ano, tendo residido no país por um período contínuo superior a um ano.

Emigrante temporário

Indivíduo que deixou o país com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano, com o objectivo de trabalhar numa ocupação remunerada, tendo residido no país por um período contínuo superior a um ano. São ainda considerados emigrantes temporários os familiares e acompanhantes dos indivíduos com as características acima enunciadas.

Nacionalidade

Cidadania legal do indivíduo no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no passaporte, na autorização de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. Os indivíduos que, no momento de observação, estejam com um processo de naturalização em curso devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Taxa de crescimento migratório

Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

FAMÍLIAS

Família (clássica)

Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

São incluídos na família residente num alojamento familiar as empregadas domésticas internas, desde que não se desloquem todas ou quase todas as semanas à residência da respectiva família.

Idade média do 1º casamento

Idade média de um indivíduo ao casamento. Uma particularização desta noção é a idade média ao primeiro casamento.

Taxa de nupcialidade

Número de casamentos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de casamentos por 1000 habitantes).

Taxa de divorcialidade (Taxa de divórcio)

Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de divórcios por 1000 habitantes).

EDUCAÇÃO

Esperança de escolarização

Número total de anos de escola, que uma criança de determinada idade, pode esperar receber no futuro, assumindo que a probabilidade de ela estar matriculada na escola em qualquer idade é igual à taxa de escolarização corrente para essa idade.

Taxa de transição no ano de escolaridade a

Relação percentual entre o número de alunos que reúnem as condições para se matricularem no ano de escolaridade $a + 1$ e o total de alunos matriculados no ano de escolaridade a .

Taxa de conclusão

Relação percentual entre o número de alunos que concluiu um determinado nível de ensino e o número de alunos matriculados último ano de estudos desse nível de ensino.

Taxa de analfabetismo

Relação entre a População com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever e a População Total com 10 e mais anos.

Taxa bruta de escolarização

Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

Taxa líquida de escolarização

Proporção da população residente, do grupo etário correspondente às idades normais de frequência de um ciclo de estudos, que está a frequentar esse ciclo de estudos, relativamente ao total da população residente desse grupo etário.

EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

População activa (mão-de-obra)

Conjunto de indivíduos com 15 e mais anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Taxa de actividade

É a relação entre “População Activa” e “População Total”.

População empregada

Abrange todos os indivíduos com 15 e mais anos que, na semana de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

Empregados

Indivíduos que tendo idade igual ou superior a 15 anos, tinham, no período de referência, efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Inclui os indivíduos que, tendo um emprego, não estavam ao serviço no período de referência mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego; tendo uma empresa, não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

População desempregada

Abrange todos os indivíduos com 15 e mais anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não.

População desencorajada (Desencorajado)

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que no período de referência não tinha qualquer trabalho e que, estando interessado em trabalhar, não procura emprego, nomeadamente porque: - não sabe como procurar ou - acha que não vale a pena procurar ou - considera que não há empregos disponíveis na zona.

Taxa de desemprego

É a relação entre “População desempregada” e “População activa”.

População inactiva

Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que na semana de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

Custo da mão-de-obra

Custos suportados pela entidade empregadora com o emprego de mão-de-obra. Abrange o salário de base e complementos pagos, nomeadamente prémios e subsídios fixos, horas extraordinárias, prémios e gratificações, indemnizações, despesas para a segurança social, seguros com acidentes e velhice, abonos familiares, despesas com formação profissional e outras similares.

Custo directo da mão-de-obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora, no período de referência, com emprego da mão-de-obra, a qual está relacionada com o tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui, para além da remuneração base em dinheiro, os prémios, subsídios e gratificações regulares e irregulares, o pagamento das horas extraordinárias, o pagamento das horas remuneradas mas não efectuadas, assim como os pagamentos em géneros.

Custo indirecto da mão-de-obra

Parte do custo da mão-de-obra suportado pela entidade empregadora, no período de referência, que não está directamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais obrigatórias e facultativas para os regimes de segurança social obrigatórios e regimes complementares (pensões, seguros, etc.), as prestações sociais pagas directamente pela entidade empregadora aos seus trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos e/ou filhos, etc.), as despesas de formação profissional, os custos relativos aos serviços sociais (cantinas/refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, etc.) e outros custos de mão-de-obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Remunerações (óptica SEC)

Compreende todos os pagamentos efectuados e benefícios prestados pela entidade patronal, a título de remunerações do trabalho realizado pelos seus trabalhadores. Compreende os salários e vencimentos brutos, contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal e contribuições sociais fictícias (valor das prestações sociais concedidas directamente pela entidade patronal aos seus próprios trabalhadores).

Custo da mão-de-obra

Custos suportados pela entidade empregadora com o emprego da mão-de-obra. O conceito estatístico de Custo da Mão-de-Obra engloba: 1 - Ganhos Directos; 2 - Prémios e gratificações irregulares; 3 - Pagamentos por horas remuneradas mas não efectuadas, que inclui as indemnizações por despedimento e por falta de pré-aviso; 4 - Pagamento em géneros; $\text{Custo Directo} = 1 + 2 + 3 + 4$; 5 - Encargos legais a cargo da entidade patronal; 6 - Encargos sociais convencionais, contratuais e facultativos, a cargo da entidade patronal; 7 - Outras despesas de carácter social; 8 - Outros custos de mão-de-obra não considerados; 9 - Despesas de formação profissional; 10 - Subsídios; $\text{Custo Indirecto} = 5 + 6 + 7 + 8 + 9$; $\text{Custo da Mão-de-obra} = \text{Custo Directo} + \text{Custo Indirecto} - \text{Subsídios}$

Ganho líquido

O ganho líquido é calculado a partir do ganho bruto após dedução de impostos e das quotizações para a segurança social a cargo do trabalhador e adição do(s) abono(s) da família.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro ou géneros a que o trabalhador tem ou teria direito no mês de referência e correspondente às Horas Normais de Trabalho.

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago no período de referência com carácter regular, pelas horas de trabalho efectuado, assim como o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (feriados, férias e faltas justificadas que não impliquem perda de remuneração). Inclui, para além da remuneração base, todos os subsídios com carácter regular (alimentação, alojamento, diuturnidades, antiguidade, função, produtividade, trabalho por turnos, nocturno, trabalhos penosos, etc.), bem como o pagamento por horas extraordinárias.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro ou géneros a que o trabalhador tem ou teria direito no mês de referência e correspondente às horas normais de trabalho.

Duração habitual de trabalho

Número de horas semanais executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas na semana de referência. Inclui as horas extraordinárias feitas com carácter regular.

Trabalhador a tempo completo

É aquele cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

É aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa / estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador por conta de outrem

Todo o indivíduo que trabalha para um empregador, público ou privado, e que recebe um pagamento em dinheiro ou géneros. Inclui o trabalho no domicílio, desde que sob a responsabilidade de terceiros.

Trabalho não permanente

Trabalho sob o regime de contrato a termo (com duração limitada e definida por escrito) ou sem contrato permanente (sazonal, ocasional, temporário).

Contrato colectivo de trabalho (CCT)

Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, de natureza convencional, celebrado entre uma ou mais associações patronais e uma ou mais associações sindicais.

Greve

Considera-se greve, em sentido amplo, a abstenção ou perturbação temporária e concertada dos termos normais de prestação de trabalho por parte de um grupo de trabalhadores, tendo em vista forçar as entidades empregadoras ou os poderes públicos à aceitação das suas reivindicações.

Número de trabalhadores em greve

Se um trabalhador ou grupo de trabalhadores participam em mais de uma greve no período de referência serão quantificados tantas vezes quantas as participações em greves ocorridas no período.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Actividades Científicas e Tecnológicas (C&T)

Conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, à promoção, à difusão e à aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e da tecnologia.

<c>Classificação do Pessoal por Função

A classificação do pessoal por função, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, caracteriza a sua actividade operativa na unidade inquirida. Nesta óptica, o pessoal distribui-se por: Investigadores - pessoal concurso superior, dirigindo ou executando trabalhos que visam a criação de conhecimentos e/ou a concepção de produtos, processos, métodos ou sistemas. Técnicos - pessoal em tarefas técnicas auxiliares ligadas a C&T, geralmente sob a direcção de um investigador. Auxiliares - operários, especializados ou não, pessoal afecto a serviços de secretariado ou de apoio directamente ligados a C&T. O pessoal apenas indirectamente ligado aos trabalhos (reprografia, cantina, limpeza, etc.) não é incluído

Classificação do Pessoal por Nível de Qualificação Formal

A classificação do pessoal por nível de qualificação formal, na perspectiva da inquirição ao potencial científico e tecnológico nacional, diz respeito às habilitações literárias. Nesta óptica, o pessoal distribui-se por: Pessoal com curso superior-titulares de diploma universitário ou diplomados por institutos superiores, reconhecidos oficialmente; inclui bacharéis. Pessoal com curso secundário - pessoal com curso geral, secundário e/ou complementar, das Escolas Secundárias. Pessoal com outras qualificações - pessoal com frequência do curso geral secundário (incompleto), operários especializados ou não, etc.; e pessoal administrativo que participa, de alguma forma, em actividades de C&T.

Classificação do Pessoal por Tempo de Ocupação em Actividades de C&T(TI, TP, ETI)

De acordo com a classificação adoptada pela OCDE, o pessoal pode classificar-se em: Tempo integral (TI) - pessoal que exerce exclusivamente actividades de C&T, durante o período normal de trabalho. Tempo parcial (TP) - pessoal que não exerce exclusivamente actividades de C&T, durante o período normal de trabalho. Equivalente a tempo integral (ETI) - Tempo total de exercício efectivo de actividade pelo pessoal, integral ou parcialmente, afecto aos trabalhos de C&T. Os efectivos em ETI são calculados somando o número de indivíduos a tempo integral com as fracções do dia normal de trabalho dos indivíduos em tempo parcial. O termo de referência para o tempo integral, contudo, é sempre a unidade "pessoa/ano".

Inovação Científica e Tecnológica

Transformação de uma ideia num produto vendável, novo ou melhorado, num processo operacional, na indústria ou no comércio, ou num novo método de serviço social. Cobre todas as medidas de natureza científica, técnica, comercial ou financeira necessárias para assegurar o êxito do desenvolvimento e da comercialização de produtos manufacturados, novos ou melhorados, para permitir a utilização comercial de processos e de materiais, novos ou

melhorados, ou para introduzir um novo método de serviço social. Exclui-se deste conceito a inovação de natureza estética, bem como a simples imitação ou os melhoramentos de pormenor.

Investigadores ou Diplomados do Ensino Superior

Pessoal que dirige ou realiza trabalhos que visam a criação de conhecimento e/ou a concepção de produtos, processos, métodos ou sistemas. Esta categoria de pessoal inclui os titulares de diploma universitário.

Investigação Científica e Tecnológica

Toda a actividade sistemática e inovadora que vise o aumento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e as suas aplicações práticas.

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.

Outras Actividades Científicas e Técnicas (OAC&T)

Conjunto de actividades, sem carácter significativamente inovatório, cuja realização não se inscreva, única ou principalmente, no âmbito de um projecto de Investigação e Desenvolvimento.

CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

Agregado Doméstico Privado (Agregado Familiar)

Conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais, em alojamento e alimentação, são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco; o indivíduo que ocupa integralmente o alojamento ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz a condição anteriormente citada.

Despesas de Consumo dos Agregados

Incluem as despesas com a aquisição de bens e serviços (quer tenham ou não sido pagos no momento da aquisição); os bens consumidos pelo agregado e provenientes de produção própria, valorizados a preços de mercado (autoconsumo alimentar); os bens e serviços provenientes de estabelecimentos pertencentes a membros do agregado, valorizados a preços de mercado (autoabastecimento); a valorização dos alojamentos ocupados pelos proprietários (autolocação); os bens ou serviços oferecidos ao agregado ou a algum dos seus membros, sem contrapartida, valorizados a preços de mercado (transferências não monetárias); o salário em natureza.

Índice de Preços no Consumidor

Índice mensal que regista a evolução dos preços de um conjunto de bens e serviços, permitindo assim aferir sobre a inflação.

Índice de Preços no Consumidor Harmonizado

O IPCH foi criado e tem sido desenvolvido com o objectivo de construir uma medida comparável de inflação entre os Estados membros da União Europeia. Desde Janeiro de 1999 que o IPCH é utilizado pelo Banco Central Europeu para medir a inflação na área do euro.

Limiar de Baixos Rendimentos

Valor do limiar de baixos rendimentos equivalente a 60% do rendimento mediano nacional, por definição do Eurostat.

Receitas dos Agregados

Incluem a soma dos recursos de carácter regular ou periódico, recebidos pelos indivíduos, qualquer que seja a sua origem (receita monetária ordinária); a soma dos recursos de carácter não periódico ou acidental, recebidos pelos indivíduos, qualquer que seja a sua origem (receita monetária extraordinária); as receitas em natureza (autoconsumo; autoabastecimento; autolocação; transferências não monetárias; salários em natureza).

Taxa de Pobreza

Percentagem de indivíduos a viver em agregados com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano nacional, ou seja, percentagem de indivíduos abaixo do limiar de baixos rendimentos.

SAÚDE E INCAPACIDADES

Taxa de ocupação no ano

Relação percentual entre o total de dias de internamento no ano e a capacidade do estabelecimento (a capacidade é o total global de dias disponíveis ou seja a lotação praticada x 365 dias).

Demora média de internamento no ano:

Média anual de dias de internamento utilizados por todos os doentes saídos do estabelecimento. Calcula-se pelo quociente entre o total de dias de internamento dos doentes saídos e o total de doentes saídos no ano.

Lotação praticada de camas de internamento:

Número de camas (incluindo berços de neonatologia e pediatria) inventariadas a um serviço de saúde com internamento no momento a que se referem os dados estatísticos.

Centro de saúde

Estabelecimento de saúde oficial, integrado, polivalente e dinâmico, prestador de cuidados de saúde primários, que visa a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo-se globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de serviço de internamento.

Consulta externa

Acto de assistência médica prestado a um doente, em princípio com marcação, num serviço de consulta externa, para observação, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento, assim como pequenos tratamentos cirúrgicos, endoscopias ou exames similares que não requeiram anestesia e ou grandes cuidados de assepsia.

Consulta médica

Acto de assistência médica prestado a um doente num serviço de consulta externa ou estabelecimento de saúde sem internamento, podendo consistir em observação clínica, diagnóstico, prescrição ou verificação da evolução do consulente.

Estabelecimento de saúde

Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de uma direcção técnica e de uma administração própria, quer ocupem parte, um ou mais edifícios. São considerados os seguintes tipos:

Com internamento:

Estabelecimentos de saúde em que existem camas ou berços que podem ser regularmente ocupados pelos assistidos, para diagnóstico ou tratamento, por período igual ou superior a 24 horas.

Sem internamento:

Estabelecimentos de saúde em que os utentes utilizam regularmente os serviços, para diagnóstico ou tratamento, sem ocupação de camas ou berços.

Hospitais especializados

Hospitais em que predomina maioritariamente o número de camas adstritas a uma dada especialidade/valência ou que presta assistência a utentes de um determinado grupo de idade. [São discriminados os seguintes: psiquiátricos, maternidades, pediátricos, ortopédicos e outros.]

Hospitais gerais

Hospitais que asseguram a qualquer utente uma vasta gama de serviços especializados em diversas patologias.

Hospitais oficiais

Hospitais administrados pelo Estado.

Hospitais particulares

Hospitais administrados por entidades particulares, com ou sem fins lucrativos.

Internados em estabelecimentos de saúde

Indivíduos admitidos num estabelecimento de saúde com internamento, adultos ou crianças, que ocupam cama ou berço (de neonatologia ou pediatria), para diagnóstico ou tratamento, por período igual ou superior a 24 horas.

Lotação praticada de camas de internamento

Número de camas ou berços de neonatologia e pediatria inventariados a um serviço de saúde com internamento no momento a que se referem os dados estatísticos

Serviço de saúde com internamento

Serviço dotado de camas ou berços de neonatologia ou pediatria funcionando como unidade autónoma, dispondo de direcção e equipa de enfermagem específicas, e podendo constituir um centro de custos individualizado.

Serviço de urgência

Unidade orgânica de um estabelecimento de saúde com internamento para tratamento de grandes e pequenos acidentes, emergências médicas, cirúrgicas, de pediatria e obstetrícia, a doentes vindos do exterior, a qualquer hora do dia ou da noite.

Causas de morte

Doenças, estados mórbidos ou lesões que produziram a morte ou que contribuíram para ela, ou as circunstâncias do acidente ou da violência que produziu essas lesões.

Taxa de mortalidade fetal tardia

Número de fetos-mortos de 28 ou mais semanas por 1000 nados-vivos e mortos de 28 e mais semanas.

Taxa de mortalidade perinatal

Número de fetos-mortos pesando 500 e mais gramas ou 1000 e mais gramas mais óbitos de nados-vivos falecidos com menos de 7 dias de idade por 1000 nascimentos (nados-vivos mais fetos-mortos de 500 ou 1000 e mais gramas). Quando o peso for desconhecido pode utilizar-se a idade gestacional correspondente: 22 e mais semanas ou 28 e mais semanas, respectivamente.

PROTECÇÃO SOCIAL

Contribuições Públicas

Compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes residentes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e comparticipações nos custos de financiamento.

Despesas de funcionamento

Custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração. Compreendem os custos de inscrição dos beneficiários, da cobrança das quotizações, da administração das prestações, de inspecção, de resseguro, de gestão financeira e os custos gerais.

Função de Protecção Social

A função de uma prestação social refere-se ao objectivo primário para a qual é fornecida protecção social. Os diversos riscos e necessidades definem as funções essenciais às quais estão imputados recursos e prestações.

Função Saúde (Doença/Invalidez)

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionados com a doença física ou mental, incluindo cuidados de saúde tais como cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença (função Doença); manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a incapacidade dos deficientes, físicos ou mentais, de exercerem actividades económicas e sociais (função Invalidez).

Função Exclusão Social

Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados médicos) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontrem cobertas por outras funções.

Função Família

Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, maternidade, adopção e o encargo com crianças ou outros parentes.

Função Velhice/Sobrevivência

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a velhice (função Velhice) ou com a morte de um membro da família (função Sobrevivência).

Outras despesas

Agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social, sendo repartidas em rendimento de “propriedade” e “outras”.

Outras receitas

Compreende as outras receitas correntes e receitas em capital dos regimes de protecção social, incluindo “rendimentos de propriedade” e “outras receitas”.

Protecção social

Toda a acção desenvolvida por diversas entidades públicas ou privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte e exclusão social, quando essas acções se desenrolem fora do quadro familiar ou individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente ou simultânea do beneficiário.

Quotizações sociais

Despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados ou pelas pessoas protegidas por forma a assegurar o direito às prestações sociais. As quotizações pagas pela entidade patronal constituem um elemento indirecto da remuneração dos assalariados, sendo geralmente proporcionais aos ganhos destes, podendo depender também de outros critérios. Os montantes pagos pela pessoa protegida dependem do rendimento, da massa salarial ou dos efectivos.

Subsídio de desemprego

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnem, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centro de emprego; contribuam sobre salários reais.

Subsídio de maternidade

Prestação pecuniária concedida às trabalhadoras durante 98 dias no período da maternidade.

Subsídio social de desemprego

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que, na situação de desemprego involuntário, tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnem ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais per capita superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvía a sua actividade. O período de concessão é igual ao estabelecido para o subsídio de desemprego de desemprego e, quando é atribuído sequencialmente a este, tem uma duração correspondente a metade dos períodos considerados no subsídio de desemprego. Aos trabalhadores com 55 e mais anos o subsídio poderá prolongar-se até aos 60 anos para efeitos de antecipação da idade da reforma.

Transferências entre regimes

Transferências sem contrapartida a receber ou a pagar a outros regimes de protecção social, de acordo com a classificação das receitas de Protecção Social (um exemplo deste tipo de transferências são as que visam reduzir o défice de um dos regimes).

Taxa de reposição

Relação entre o montante das prestações por desemprego e a remuneração ilíquida auferida antes da situação de desemprego.

AMBIENTE

Abastecimento de água

Um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividades de gestão e protecção do ambiente

Qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Águas residuais

São águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Aterro controlado

Local onde os resíduos são depositados espalhados, compactados e cobertos com terra, sem que tenha sido construído um sistema de recolha de águas lixivantes ou o fundo tenha sido protegido por forma a evitar a infiltração de águas no solo.

Aterro sanitário

Local vedado onde, através de técnicas próprias, nomeadamente espalhamento, compactação e cobertura diária com terra, exista uma deposição controlada dos resíduos, que inclui o sistema de recolha de águas lixivantes, protecção das águas subterrâneas e ainda recolha de biogás.

Caudais captados

Quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Caudais efluentes produzidos

Volume de águas usadas e poluídas que são descarregadas por um centro urbano ou industrial.

Caudais fornecidos

Quantidade de água fornecida aos utilizadores (consumos) e, eventualmente, outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

Eco-empresa

Unidade económica que produz bens de consumo e/ou equipamento e presta serviços de protecção ao ambiente. É considerada uma Eco-empresa, toda a empresa cujo volume de negócios resulte maioritariamente (≥50%) do comércio desses produtos “verdes” ou serviços de protecção ao ambiente.

Estações de tratamento de água (ETA)

Conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade por forma a permitir a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)

Instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Incineração

Qualquer equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, com ou sem recuperação de calor de combustão produzido, abrangendo o local de implantação e o conjunto da instalação constituído pelo incinerador, seus sistemas de alimentação por resíduos, por combustíveis e pelo ar, bem como os aparelhos e dispositivos de controlo das operações de incineração, de registo e de vigilância contínua das condições de incineração.

JUSTIÇA

Acidente de Trabalho (Acção de)

Acção judicial instaurada na sequência de um evento lesivo da capacidade produtiva do trabalhador que se verifica por ocasião do trabalho e se manifesta normalmente de modo súbito e violento.

Acção

Pedido feito a um tribunal, de uma definição de certeza acerca da existência e do conteúdo de relação jurídica controvertida.

Acção Declarativa

Acção que tem por fim a composição de um litígio de pretensão contestada, travado no plano intelectual, mediante uma declaração que torna a solução juridicamente indiscutível daí em diante, mediante uma declaração que faz caso julgado material.

Acção Executiva

Acção judicial que tem por fim exigir o cumprimento duma obrigação estabelecida em título bastante (título executivo) ou a substituição da prestação respectiva por um valor igual do património do devedor. Pode ser para pagamento de quantia certa, para prestação de um facto ou para entrega de coisa certa. Ao requerente chama-se exequente; ao requerido, executado.

Acção Penal

Actividade processual do Ministério Público para obter do juiz uma decisão sobre a pretensão punitiva do Estado.

Arguido

Pessoa contra quem foi deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal e aquela que, por recair sobre si forte suspeita de ter perpetrado uma infracção cuja existência esteja suficientemente comprovada, a lei obriga ou permite que seja constituída como tal.

Condenado

Pessoa contra quem foi proferida sentença que aplique pena ou medida de segurança privativas da liberdade, pena pecuniária ou outra reacção criminal não detentiva.

Crime

Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.

Cura com Desvalorização

Cura com redução na capacidade de trabalho ou ganho do trabalhador em consequência de acidente de trabalho ou de doença profissional.

Cura sem Desvalorização

Cura sem redução na capacidade de trabalho ou ganho do trabalhador em consequência de acidente de trabalho ou de doença profissional.

Julgamento

Fase processual que visa a pronúncia da decisão final sobre o objecto da acção, consubstanciada numa sentença ou acórdão. O julgamento diz-se de fundo quando na decisão se conhece do mérito da causa.

Prisão Preventiva

Consiste na privação da liberdade anterior à condenação penal transitada em julgado com fins essencialmente processuais: evitar a fuga, a perturbação do processo ou a continuação da actividade criminosa do arguido.

Processo

Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e actos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos actos e diligências praticadas no desenvolvimento da acção.

Processo Findo

Processo em que é proferida decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho, na respectiva instância, independentemente do trânsito em julgado.

Processo Tutelar

Processo que visa a protecção judiciária de menores (que tenham praticado actos qualificados como ilícito penal, revelem conduta desviante, sejam vítimas de maus tratos ou de outros comportamentos lesivos dos seus direitos ou interesses), mediante a aplicação das medidas previstas na lei.

Solicitador

Profissional com inscrição em vigor na Câmara dos Solicitadores, a quem incumbe, em regra, auxiliar os advogados na prática de actos forenses ou de diferente natureza a praticar todos os actos de solicitoria.

Tribunal

Órgão de soberania investido na função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, de reprimir a violação da legalidade e de dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

CULTURA E LAZER

Biblioteca

Conjunto organizado de informação em todo o tipo de suporte, bem como de estruturas e serviços que permitam o tratamento, conservação e divulgação dos mesmos, visando a satisfação das necessidades dos utilizadores no que respeita a informação, investigação, educação e recreio.

Biblioteca Escolar

Biblioteca dependente de um estabelecimento de ensino não superior destinada a alunos, professores ou outros funcionários desse estabelecimento, embora possa estar aberta ao público.

Biblioteca Pública

Biblioteca dirigida ao público em geral, que presta serviço a uma comunidade Local ou Regional podendo incluir serviços de extensão, nomeadamente a hospitais, prisões, minorias étnicas ou outros grupos sociais com dificuldades de acesso ou de integração.

Documento

Informação contida em suporte de qualquer tipo (papel, filme, banda magnética, disco, etc.) que pode ser considerada como uma unidade, no decorrer do tratamento documental.

Museu

Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer.

Publicação periódica

Publicação editada em série contínua com o mesmo título, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período indeterminado, sendo os diferentes elementos da série numerados consecutivamente ou cada um deles datado.

Férias

Saída do local de residência habitual, cujo motivo principal é recreativo, lazer ou repouso, mesmo que estejam associados outros motivos, como, por exemplo, a participação em actividades culturais ou desportivas (espectador), visita aos familiares ou amigos, viagem de núpcias, etc. (Fonte: Organização Mundial do Turismo).

Motivo de viagem

Motivo sem o qual a viagem não se teria realizado. Os motivos de viagem considerados são os seguintes:

Lazer, Recreio e Férias: repouso, gastronomia, compras, desporto como espectador e prática desporto, educação, encontros (não profissionais), cultura e entretenimento como espectador, artes, hobbies, jogos e outros (não profissionais);

Profissionais/Negócios: reuniões, seminários, conferências, congressos, missões, feiras, exposições, viagens de incentivo, vendas marketing e outros serviços, pesquisa, ensino, consultoria, cursos de idiomas, educação, investigação (excluindo: desempenhar funções em escolas e outros estabelecimentos de ensino que envolvam viagens regulares para os locais de ensino dentro de rotina normal de ensino a tempo inteiro);

Visita a Familiares e Amigos: visitas a familiares e/ou amigos, participação em funerais, casamentos e outros eventos familiares;

Outros Motivos: inclui os motivos de saúde (tratamentos e cuidados de saúde em locais como termas, sanatórios, lares de convalescência e estâncias de recuperação, excluindo: estadas não voluntárias em hospitais e outras instituições médicas que fornecem tratamento residencial clínico/médico, que são prescritos por médicos e na maioria pagos pelo estado ou empresas de seguros), religião e peregrinação (não profissional), trânsito (no país, numa região) e outros motivos não discriminados.

Índice

POPULAÇÃO	25
FAMÍLIAS	51
EDUCAÇÃO	69
EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO	91
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	113
CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS	137
PROTECÇÃO SOCIAL	155
SAÚDE E INCAPACIDADES	179
AMBIENTE	197
JUSTIÇA	209
CULTURA E LAZER	221



POPULAÇÃO

Portugal entre o início e o fim do século XX duplicou a sua população. Nos últimos vinte anos, depois de um período de estagnação no crescimento na década de oitenta, na última década, Portugal viu crescer a sua população tanto a residente como a presente, bem como as famílias, alojamentos e edifícios a um ritmo semelhante ao observado no período 1920-1940. A passagem para uma população superior a 10 milhões de habitantes no espaço português veio confirmar as tendências que se começaram a desenhar por volta dos anos setenta e que se acentuaram nos últimos dez anos – as grandes assimetrias regionais deixam de ter uma orientação norte/sul para passarem a ter uma orientação litoral/interior e o crescimento demográfico deixa de ser explicado pelo movimento natural e passa a ser explicado quase exclusivamente pelos movimentos migratórios.

No que diz respeito aos aspectos globais da população podemos observar que as duas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira perdem população com particular relevo para a Madeira e que no Continente apenas o Alentejo volta a perder população. Todas as outras regiões estão em crescimento com particular relevo para o Algarve que é a região que mais cresce no período 1991 - 2001. No entanto, é importante salientar que quando introduzimos uma divisão espacial mais reduzida verificamos a clara consolidação da assimetria litoral/interior na medida em que as Nut's do litoral

Manuel Nazareth,
Universidade Nova de
Lisboa, Instituto Superior
de Estatística e Gestão da
Informação

(bem como os concelhos do litoral) são as que mais crescem enquanto que as Nut's ou os concelhos do interior são na sua grande maioria perdedores de população.

Ao observarmos na última década uma tendência global para uma dinâmica natural que converge para valores próximos de zero (o crescimento natural era de 12 404 em 1991 e passou para 7 682 em 2001) levamos a poder afirmar que a dinâmica migratória é a principal responsável pela dinâmica demográfica observada nos últimos anos. Consequentemente, quando combinamos um acentuado declínio da natalidade (o total de nascimentos diminuiu, no período 1991-2001, de 116 286 para 112 774 e o Índice Sintético de Fecundidade tem tendência a estabilizar em valores próximos dos 1,5 filhos por mulher quando são necessários 2,1 filhos por mulher para assegurar a normal substituição de gerações) com uma acentuada melhoria das condições gerais de saúde (a taxa de mortalidade infantil passou de 11 por mil em 1991 para 5 por mil, e a esperança média de vida para os homens chegou aos 73,5 anos – um ganho de 2,9 anos em relação a 1991 e aos 80,3 anos para as mulheres – um ganho de 2,7 anos em dez anos) obtemos uma modificação estrutural importante, ainda com uma acentuada assimetria litoral/interior conhecida pelo nome de duplo envelhecimento demográfico.

O duplo envelhecimento demográfico da população portuguesa é caracterizado por um lento e continuado declínio da importância da população jovem, ou seja, da população com menos de 15 anos que na última década diminuiu de 20% para 16% e simultaneamente por um aumento da população mais idosa, ou seja a população com mais de 65 anos de idade, a qual aumentou, no mesmo período, de 13,6% para 16,4%. Fundamentalmente são razões de ordem natural que foram responsáveis, no início do processo, por esta mudança estrutural da população portuguesa, a qual sob o ponto de vista gráfico se traduz na existência de pirâmides de idades com bases cada vez mais reduzidas e com a parte superior das pirâmides cada vez mais empoladas. Este processo, é naturalmente acompanhado por um continuado processo de envelhecimento gradativo da população potencialmente activa, a qual se situa entre estes dois grandes grupos etários que se situam no extremo das estruturas.

No entanto, as migrações podem modificar ou acentuar este processo. Se, um país é recebedor de população um aumento da população potencialmente activa faz com que o peso dos outros dois grandes grupos etários diminuam (a imigração reforça o envelhecimento na base e atenua o envelhecimento no topo se não existir um retorno significativo da população). Inversamente se um país é predominantemente de emigração, a diminuição da população potencialmente activa vai fazer com que o peso proporcional dos grandes grupos aumente e consequentemente reforce o envelhecimento no topo e atenua o envelhecimento na base.

Apesar de a Europa comunitária continuar a ser o principal destino da emigração portuguesa, embora a níveis muito inferiores aos das décadas anteriores, na última década voltou a ser um país predominantemente de atracção – só no período 1996-2001 entraram em Portugal cerca de 245 mil indivíduos que residiam no estrangeiro e a maioria dos estrangeiros a residir em Portugal são africanos.

Janeiro de 2003

POPULAÇÃO

O Recenseamento Geral da População de 2001 apurou um total de 10 356 117 indivíduos residentes em Portugal, dos quais 5 000 141 homens e 5 355 976 mulheres, registando um aumento de 5% relativamente à população recenseada em 1991. Esta variação resulta em 3,2%, quando apurada a partir dos efectivos populacionais ajustados com as taxas de cobertura associadas às duas operações censitárias¹.

Algarve regista o maior crescimento demográfico entre 1991 e 2001

A evolução da população não foi idêntica em todas as regiões. O Algarve registou o maior aumento, bastante acima da média nacional, contrastando com as duas regiões autónomas e com o Alentejo, com decréscimo dos seus efectivos populacionais entre 1991 e 2001.

Densidade Populacional mais elevada na Região Autónoma da Madeira

Entre 1991 e 2001, a densidade populacional do país aumentou cerca de 5 habitantes por Km², passando de 107 para 112 habitantes/Km².

A Região Autónoma da Madeira detinha, em 2001, o número de habitantes por Km² mais elevado, com cerca de 313 indivíduos. Este valor contrasta com o do Alentejo que, no mesmo momento, observava apenas 19,6 habitantes por Km².

Acima da média nacional, para além da R. A. da Madeira, Lisboa e Vale do Tejo e Norte, registavam as densidades populacionais mais elevadas do Continente. Estas duas, juntamente com o Algarve, registaram os maiores aumentos deste indicador, entre 1991 e 2001.

Manutenção de baixos níveis de natalidade e fortes saldos migratórios caracterizam período intercensitário

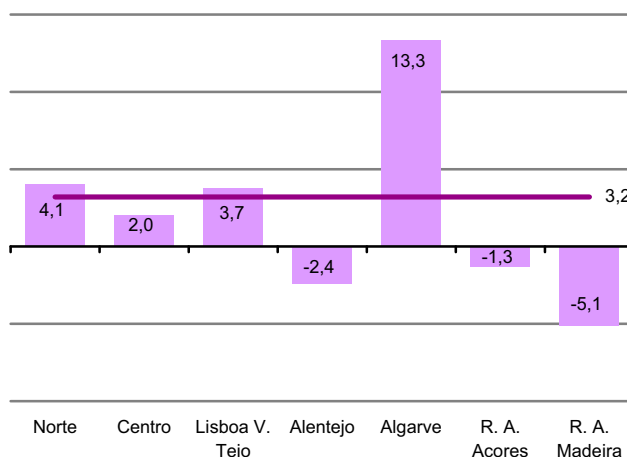
As componentes natural e migratória contribuíram de forma desigual para o crescimento total da população, quer a nível do país, quer a nível regional.

O saldo natural em Portugal, entre 1991 e 2001, cifrou-se em 90 497 indivíduos.

Gráfico 1.1

Variação da população residente, por região, 1991-2001

Unidade: %

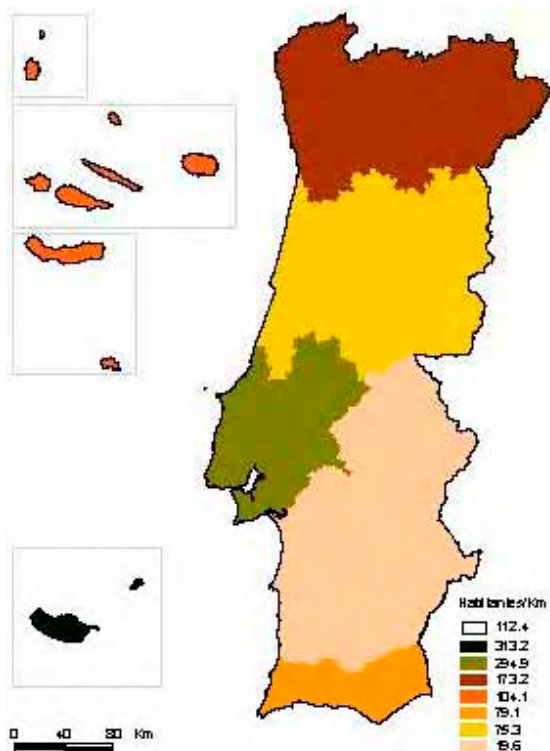


Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 1.2

Densidade populacional, por região

2001



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População 2001

O saldo migratório foi, no entanto, bastante mais elevado: 228 799 indivíduos, quando apurado com base nas populações ajustadas com as taxas de cobertura dos dois recenseamentos, ou seja, menos cerca de 170 mil

Quadro 1.1

Evolução da população e suas componentes		
1991-2001		
População residente e componentes	Efectivos recenseados	Efectivos ajustados
População Residente 15/Abril/1991	9 867 147	9 962 790
População Residente 12/Março/2001	10 356 117	10 282 086
Variação da População	488 970	319 296
Saldo Natural	90 497	90 497
Saldo Migratório *	398 473	228 799

* Saldo migratório residual

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

indivíduos que quando apurado residualmente².

A nível regional, é bem visível o importante contributo da componente migratória no crescimento total que, com excepção do Norte, foi sempre mais elevada que a natural.

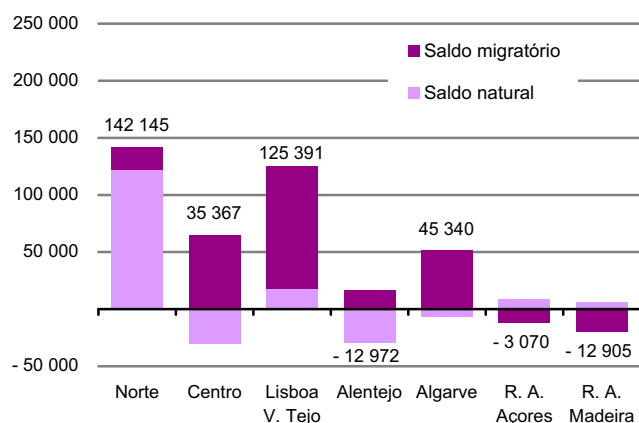
No Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, são os saldos migratórios que compensam os saldos naturais negativos, determinando o aumento da população.

De referir que a Região Autónoma dos Açores modificou a tendência na evolução, com o ajustamento dos efectivos

populacionais a partir da respectiva taxa de cobertura, pois o forte saldo migratório negativo (cerca de 11 mil) não foi suficiente para compensar o saldo natural de cerca de 8 mil indivíduos.

Gráfico 1.3

Evolução das componentes do crescimento da população, por região, 1991 e 2001



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Fluxos migratórios determinam quase exclusivamente o crescimento demográfico

A dimensão actual da população resulta essencialmente da forte corrente imigratória observada no final dos anos 90 e início de 2000, uma vez que o saldo natural contribuiu com uma parte pouco significativa.

Apesar do aumento conjuntural da natalidade na segunda metade dos anos 90, o número médio de crianças por mulher (índice sintético de fecundidade) permanece abaixo do nível de

substituição das gerações. Em oposição a este declínio generalizado, os nados vivos fora do casamento têm registado um contínuo aumento, praticamente duplicando entre 1991 e 2001.

Por outro lado, a evolução da mortalidade tem registado algumas oscilações, revelando uma tendência de diminuição genérica. De referir que esta análise não pode ser dissociada da esperança média de vida, cujo aumento implica igualmente um acréscimo do número de óbitos, uma vez que estes tendem a concentrar-se nas idades elevadas.

Quadro 1.2

Evolução da natalidade e mortalidade											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nados vivos	116 286	114 914	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774
Obitos	103 882	100 638	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092
Saldo Natural	12 404	14 276	7 999	9 981	3 609	3 362	8 155	7 186	8 131	14 644	7 682
Nados vivos fora do casamento	18 122	18 478	19 298	19 464	19 972	20 563	22 063	22 802	24 186	26 642	26 814
Obitos com menos de 1 ano	1 254	1 052	985	867	796	747	726	676	651	651	556

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Neste contexto, destaca-se o forte declínio da mortalidade infantil com uma diminuição superior a 50%, com a respectiva taxa a descer de 11‰, em 1991, para 5‰, em 2001.

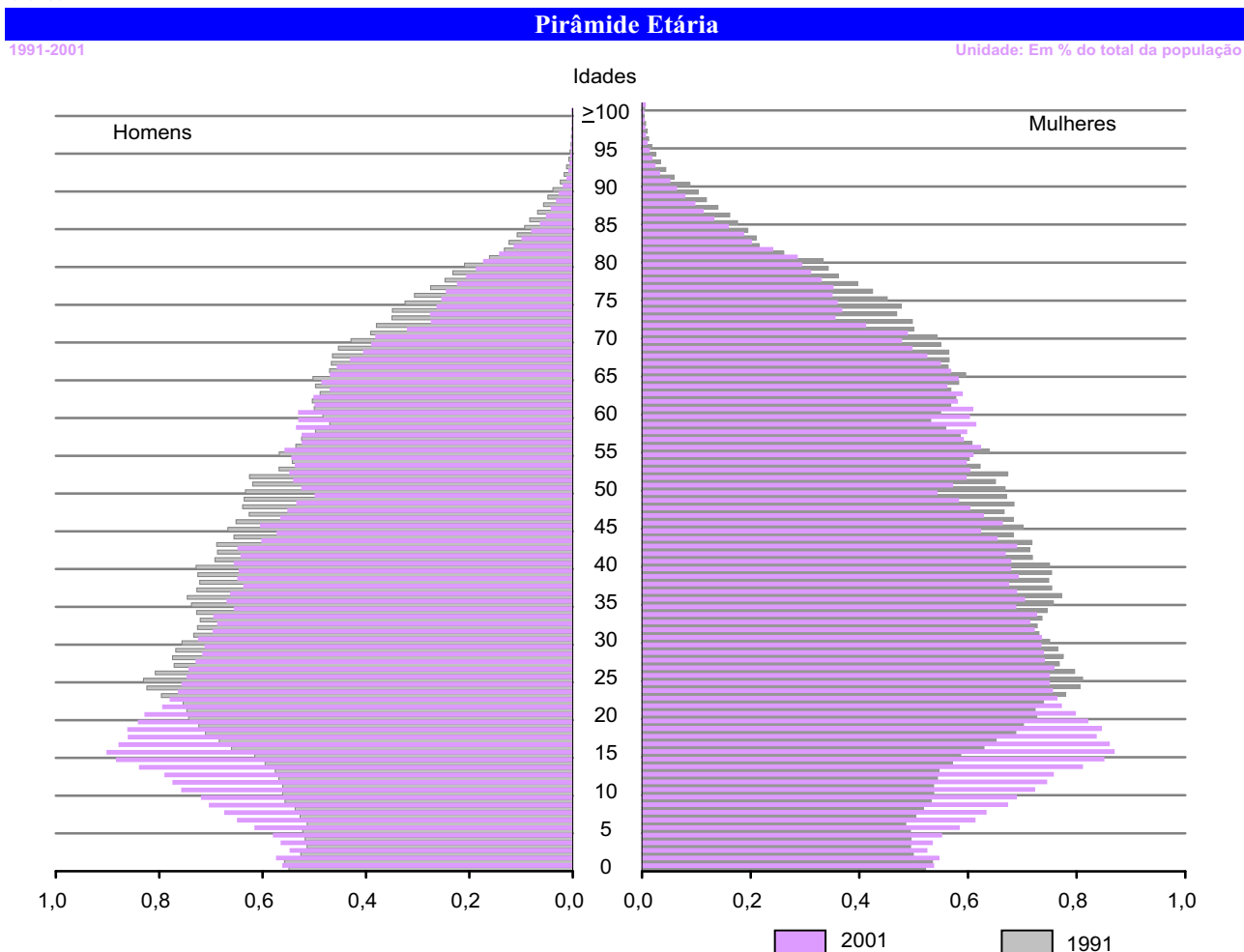
ESTRUTURAS E DINÂMICAS POPULACIONAIS

A evolução descrita reflecte-se no acentuar do envelhecimento demográfico, quer pela base da pirâmide, em virtude da baixa da natalidade, quer pelo topo, devido à maior longevidade.

Envelhecimento demográfico acentua-se no período intercensitário

Em 2001, o número de idosos ultrapassava o de jovens, registando o índice de envelhecimento cerca de 102 idosos por cada 100 jovens.

Gráfico 1.4



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

As alterações na estrutura etária não se processam apenas nas idades mais baixas ou nas mais elevadas, começando entretanto a influenciar a população em idade activa, com repercussões ao nível socio-económico. Estas alterações fazem perspectivar uma nova sociedade em que o envelhecimento demográfico constitui assim um dos desafios mais importantes a enfrentar.

O envelhecimento demográfico, a ritmo acelerado, e os movimentos migratórios de entrada, que atingem níveis bastante elevados, são os aspectos mais relevantes no estudo da evolução demográfica no período 1991-2001.

Duplo envelhecimento demográfico caracteriza a evolução da população residente

O fenómeno do envelhecimento demográfico em Portugal está bem representado nas pirâmides etárias comparativas dos dois últimos Recenseamentos e caracteriza-se por um duplo envelhecimento: na base da pirâmide, determinando o estreitamento provocado pela redução dos efectivos populacionais jovens, em consequência dos baixos níveis de natalidade, que se acentuaram na década de oitenta e que se mantiveram na década seguinte; e no topo, reflectido pelo alargamento do desenho da pirâmide, correspondente ao acréscimo de efectivos populacionais idosos, em resultado do aumento da esperança de vida.

A análise da evolução da estrutura etária permite ainda evidenciar outros aspectos. Por um lado, o envelhecimento é mais evidente nas mulheres, em consequência da sobrevivência masculina. Por outro, a ligeira subida das taxas de natalidade ocorrida na segunda metade dos anos noventa, está igualmente reflectida no grupo populacional com menos de 5 anos.

Analizando a representação da distribuição da população segundo os Censos 2001, verifica-se igualmente um acréscimo da proporção de indivíduos em idade activa, sobretudo entre o sexo masculino, provavelmente devido aos movimentos de entrada de imigrantes, mais fortes naquelas idades.

Relação de Masculinidade aumenta em todas as Regiões

A relação de masculinidade, ou seja, o número de homens por cada 100 mulheres aumentou de 93,1 para 93,4, durante o período em análise. Com maior ou menor intensidade o aumento deste rácio foi transversal a todas as regiões.

A Região Autónoma da Madeira registava, no momento censitário, a mais baixa relação de masculinidade do país, com 88,8 homens por cada 100 mulheres, observando, por outro lado, o maior acréscimo entre 1991 e 2001. O Algarve, a Região Autónoma dos Açores e o Alentejo detinham os valores mais elevados em 2001, ligeiramente acima do nacional.

O aumento deste indicador reflecte, por um lado, uma recuperação em termos de esperança média de vida dos homens, cuja diferença, comparativamente com as mulheres, reduziu ligeiramente; mas traduz sobretudo os fluxos migratórios de entrada, mais fortes entre os efectivos masculinos.

Portugal com menor proporção de jovens que a média europeia

Embora o envelhecimento demográfico tenha começado em Portugal um pouco mais tarde do que na maioria dos países da Europa, a intensidade com que se tem processado aproxima-o aos países mais envelhecidos da União Europeia.

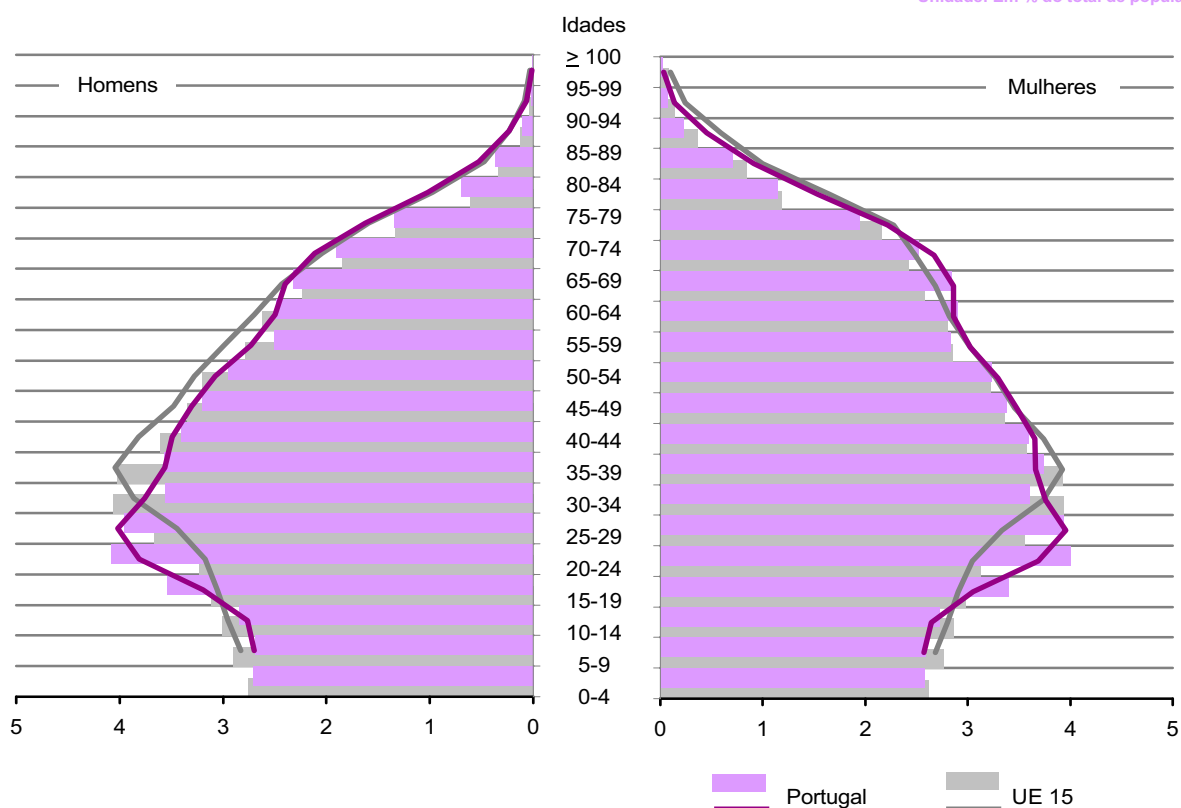
Quando comparado com a média dos países da União Europeia, Portugal regista um envelhecimento pela base mais acentuado, revelando níveis de fecundidade inferiores aos do conjunto da União. O topo da pirâmide reflecte, pelo contrário, um envelhecimento mais acentuado do conjunto da população europeia comparativamente ao de Portugal.

Gráfico 1.5

Pirâmide etária, Portugal e União Europeia

2000

Unidade: Em % do total de população



Fonte: EUROSTAT - New Cronos

As modificações ocorridas na estrutura etária durante o período em análise representam uma nova distribuição dos grupos de idade, assim como nos indicadores que habitualmente acompanham a análise da evolução da estrutura da população.

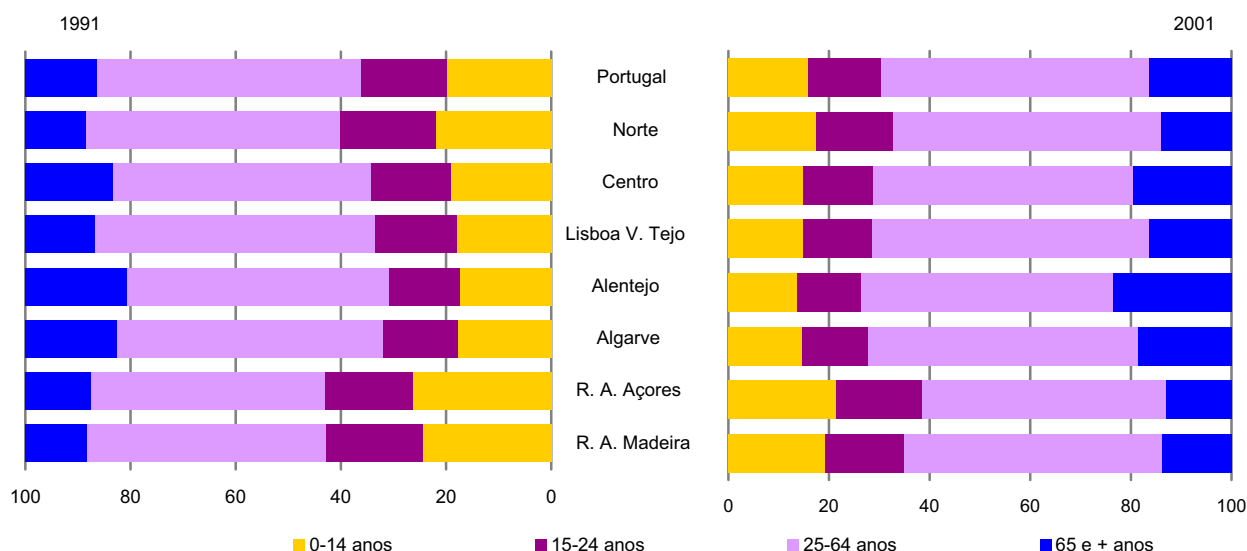
Entre 1991 e 2001, a proporção de indivíduos com menos de 15 anos em relação à população total, diminuiu de 20% para 16%, enquanto a população com 65 e mais anos aumentou dos 13,6% para os 16,4%. A esta evolução correspondeu uma diminuição de 16% nos jovens e a um acréscimo de 26% nos idosos.

Os efeitos do envelhecimento começam entretanto a fazer-se sentir no grupo populacional em idade activa (15-64 anos). Embora se verifique um aumento da importância relativa neste grupo populacional: de 66,4% em 1991 para

Gráfico 1.6

Evolução da estrutura etária, por região

Unidade: %



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

67,7% em 2001, a evolução não é uniforme em todas as idades, observando-se um decréscimo da proporção entre os adultos mais jovens.

A proporção do grupo dos 15 aos 24 anos desceu de 16,3% para 14,3%, entre 1991 e 2001, enquanto a população dos 25 aos 64 anos aumentou a sua importância relativa de 50,1% para 53,4%, no mesmo período.

Todas as regiões do país reflectiram, com maior ou menor intensidade, o fenómeno do envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da proporção de idosos em detrimento da população jovem. Em quase todas se observa, igualmente, um declínio da população em idade activa.

Alentejo é a região mais envelhecida e a Região Autónoma dos Açores a mais jovem

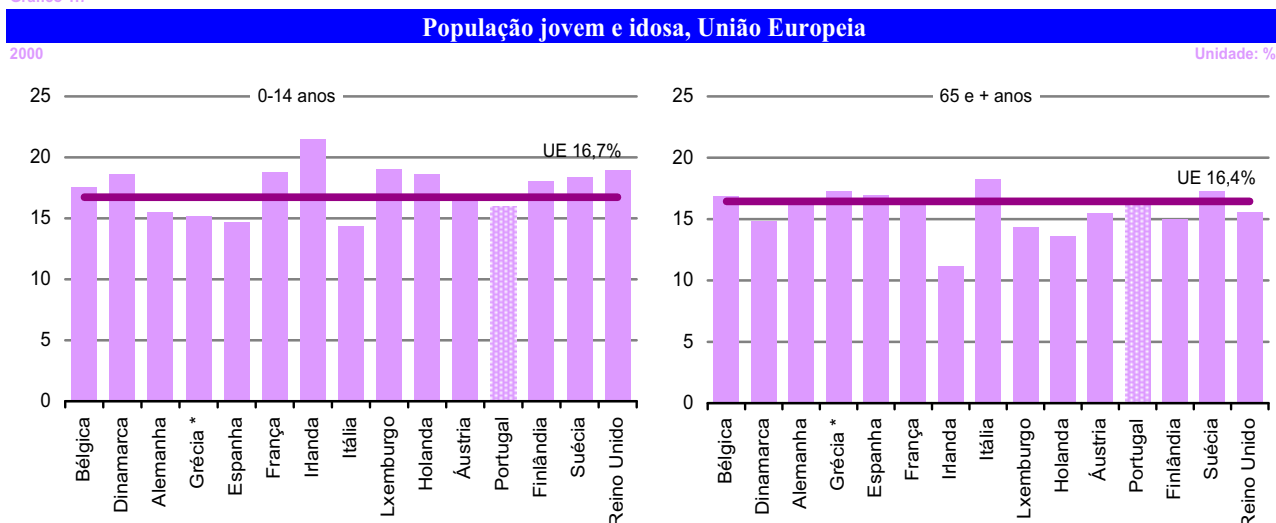
O Alentejo registava, nos Censos 2001, a maior proporção de idosos (23,5%) e, simultaneamente, a mais baixa de jovens (13,5%). Ao Centro pertencia a segunda proporção mais elevada no que se refere à população com 65 e mais anos (19,6%), mas não a segunda mais baixa em termos de população jovem, a qual se observou no Algarve (14,6%).

No Continente, o Norte era a única região que registava, em 2001, uma maior proporção de jovens (17,5%) que idosos (14%). No entanto, foi nas duas Regiões Autónomas que se observaram as percentagens mais elevadas de população jovem em conjunto com as mais baixas proporções de idosos: os Açores observavam 21,4% de indivíduos com menos de 15 anos e apenas 13% com 65 e mais anos; a Madeira, por seu turno, registava 19,1% e 13,7%, respectivamente.

A ordem mantém-se no que se refere ao primeiro sub-grupo da população em idade activa. Isto é, os indivíduos dos 15 aos 24 anos encontram as maiores proporções nas Regiões Autónomas dos Açores (17%) e da Madeira (15,9%). No entanto, enquanto na Madeira este grupo populacional registava uma ligeira tendência de baixa no período de 1991 a 2001, nos Açores, tal não se verificou.

Irlanda é o país mais jovem da União Europeia

Gráfico 1.7



* Dados de 1999

Fonte: EUROSTAT - New Cronos

Em finais do ano 2000, a proporção de jovens da União Europeia era ligeiramente superior à de idosos: 16,7% e 16,4%, respectivamente. A Irlanda destacava-se com a maior proporção de jovens e menor proporção de idosos: 21,5% e 11,2%, respectivamente.

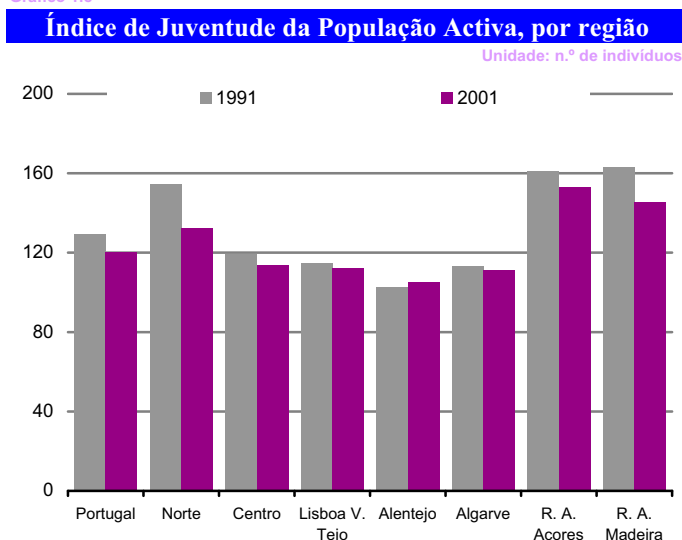
No extremo oposto, a Itália acumulava a menor proporção de jovens, com apenas 14,4% do total da população, e a maior de idosos: 18,2%. Luxemburgo, Reino Unido, França, Holanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia observavam proporções de população jovem entre os 18 e os 19%. Relativamente à população idosa, para além da Itália, também a Suécia, Grécia (estimativas de 1999), Bélgica, Espanha e Alemanha apresentavam valores relativos superiores ao da média da UE.

Regiões autónomas observam Índices de Juventude da População Activa mais elevados

Em Portugal, de acordo com os resultados censitários, o Índice de Juventude da População Activa diminuiu de 129 indivíduos, em 1991, para 120, em 2001. O decréscimo deste indicador, que relaciona a metade mais jovem da população em idade activa (15-39 anos) com a metade mais idosa (40-64 anos), verificou-se em virtude do declínio da população jovem em idade activa, anteriormente referida.

À semelhança do que se verificou com a distribuição da população jovem, as duas regiões autónomas e o Norte observavam, em 2001, os mais elevados Índices da Juventude de População Activa, com valores entre os 132 e os 153 indivíduos dos 15-39 anos por cada 100 dos 40-64 anos. O Alentejo, ao contrário, registava o índice mais baixo (105 indivíduos), tendo sido a única região do país a apresentar um aumento entre 1991 e 2001, em consequência de um envelhecimento populacional bastante acentuado.

Gráfico 1.8

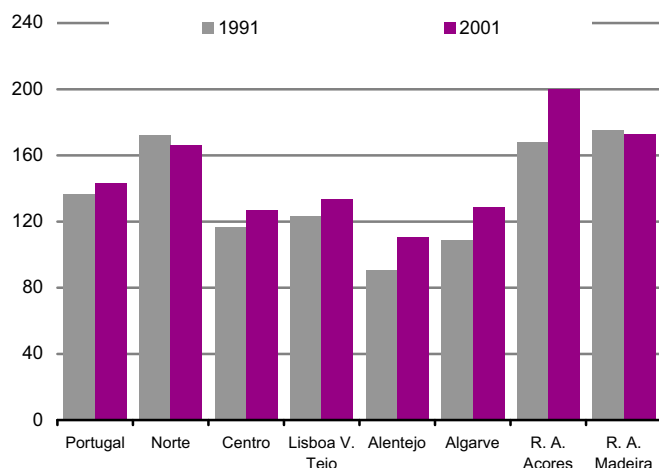


Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 1.9

Índice de Renovação da População Activa, por região

Unidade: n.º de indivíduos



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Renovação da População Activa assegurada em todas as regiões

A análise do Índice de Renovação da População Activa é igualmente importante, dado que relaciona o grupo de indivíduos potencialmente a entrar no mercado de trabalho (nesta análise, 20-29 anos) com o que potencialmente se presta a sair do mesmo (55-64 anos).

Este indicador registou em Portugal um ligeiro acréscimo, passando de 136 indivíduos dos 20-29 anos por cada 100 dos 55-64 anos, em 1991, para 143, em 2001. Este acréscimo resulta sobretudo da diminuição do número de indivíduos com idades entre os 55 e os 64 anos.

É, igualmente, nas regiões mais jovens do país (Norte, Açores e Madeira) que se encontram os índices mais elevados, mas com evoluções diferentes. Assim, enquanto no Norte e na Madeira se verifica um decréscimo do indicador de 1991 para 2001, nos Açores o acréscimo de 168 para 200 justifica-se, sobretudo, pelo aumento da população no grupo etário mais jovem.

Apesar da renovação da população activa estar assegurada em todas as regiões, o Alentejo observava, no momento censitário, um índice de 110 indivíduos dos 20-29 anos por cada 100 dos 55-64 anos, permitindo concluir que, brevemente, considerando as tendências da conjuntura demográfica, a população em início de vida activa não será suficiente para substituir a que se encontra em final de vida activa.

As regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, observaram igualmente índices de renovação da população activa mais baixos que o valor nacional.

A análise da estrutura da população em função do mercado de trabalho ou dos sistemas de protecção social deve considerar que as idades de entrada e saída da vida activa apresentam actualmente alguma irregularidade. Tal revela-se, por um lado, na tendência que se verifica para o retardamento do início da actividade, justificando que o indicador sobre a renovação da idade activa relacione os indivíduos dos 55-64 anos com os dos 20-29 anos e não com os dos 15-24 anos, como o conceito tradicional determinava. Por outro lado, também o prolongamento da actividade para além da idade da reforma e as situações de antecipação da mesma, levam a que devam igualmente ser equacionadas as actuais idades de saída da vida activa.

O preâmbulo do Decreto-Lei nº 9/99, de 8 de Janeiro, refere que a *flexibilização da idade de acesso à pensão, segundo o perfil contributivo de cada beneficiário, pode e deve ser regulamentada, por forma a permitir a livre escolha do momento em que os trabalhadores assalariados, com significativas carreiras contributivas já cumpridas, beneficiam da pensão de velhice, em consonância com a prática generalizada na Comunidade Europeia (...), acrescentando que estas medidas tanto podem ter efeitos positivos a nível do mercado de emprego, como a nível individual, na medida em que os trabalhadores assumem um papel importante no processo de tomada de decisão.*

Este diploma anota ainda, que esta medida se insere num conjunto de outras, igualmente integradas no acordo de concertação estratégica, como a progressividade de redução de actividade ou reforma parcial.

Índice de Dependência de Idosos aumenta em quase todas as regiões

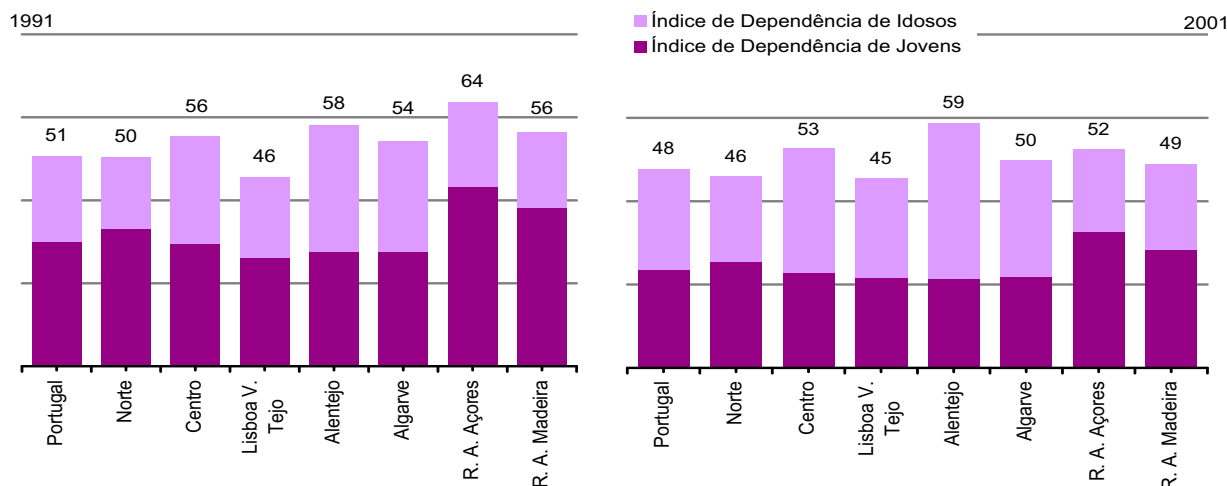
Em 2001, por cada 100 indivíduos em idade activa residentes em Portugal, existia o mesmo número de jovens e idosos (24). Esta relação difere bastante da existente em 1991: 30 jovens e 20 idosos para os mesmos 100 dos 15-64 anos.

No conjunto, o Índice de Dependência Total observa uma ligeira diminuição entre 1991 e 2001, devido exclusivamente à diminuição da componente da população jovem.

Gráfico 1.10

Índices de dependência de jovens, idosos e total, por região

Unidade: n.º de indivíduos



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

A nível regional existem disparidades significativas: o Alentejo destaca-se por registar o Índice de Dependência Total mais elevado em 2001 (59), sendo que a maior proporção respeita aos idosos (37 contra apenas 22 jovens). Situação diferente era observada em 1991, com a Região Autónoma dos Açores em primeira posição (64), devido ao importante contributo da componente jovem neste indicador (43 jovens por cada 100 indivíduos dos 15-64 anos).

O Centro registava o segundo Índice de Dependência Total mais elevado em 2001, seguido dos Açores, mas com contributos distintos entre a dependência de jovens e a de idosos.

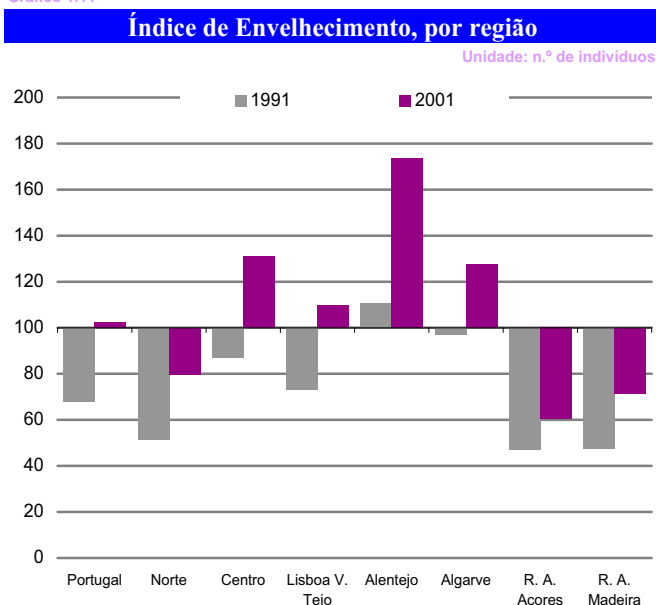
As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte detinham valores do Índice de Dependência Total quase idênticos, embora o segundo com uma maior proporção de jovens relativamente aos indivíduos potencialmente activos. As duas regiões autónomas observavam, por seu turno, os Índices de Dependência de Jovens mais elevados e com uma diferença significativa comparativamente ao Índice de Dependência de Idosos.

Em 2001 existiam 4 indivíduos potencialmente activos por cada idoso

O Índice de Sustentabilidade Potencial, que relaciona o número de potenciais activos para cada indivíduo idoso, diminuiu de 4,9 indivíduos, em 1991, para 4,1, em 2001, ou seja, naquele momento existiam cerca de 4 indivíduos em idade activa (15-64 anos) por cada idoso com 65 e mais anos. Este decréscimo, de praticamente 1 unidade, ilustra bem as consequências do envelhecimento demográfico nos sistemas de protecção social.

Este indicador diminuiu em todas as regiões entre 1991 e 2001, excepto na Região Autónoma dos Açores, cujo rácio subiu de 4,9 para 5,1 indivíduos em 2001, o mais elevado do país. A Região Autónoma da Madeira e o Norte observavam o mesmo quociente (4,9). Nas regiões mais envelhecidas do país encontram-se, por seu turno, os

Gráfico 1.11



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

mulheres e 84 nos homens.

Em 1991, apenas o Alentejo registava um índice de envelhecimento acima dos 100, ou seja, um maior número de idosos que de jovens.

Dez anos passados, o panorama modifica-se totalmente, restando apenas o Norte (80), no Continente, e ambas as regiões autónomas abaixo do valor 100: os Açores com 60 idosos por cada 100 jovens e a Madeira com 72. O Alentejo manteve a primeira posição, com um quociente de 173 idosos por cada 100 jovens. O Centro (131) e o Algarve (128) registavam igualmente índices bastante elevados.

As assimetrias regionais, relativas a este indicador, tornam-se ainda mais profundas analisando-o segundo o sexo. Assim, em consequência da sobremortalidade masculina, o Índice de Envelhecimento é mais acentuado nas mulheres em todas as regiões, atingindo, em 2001, as 197 idosas por cada 100 jovens no Alentejo, 154 no Centro e 144 no Algarve. É igualmente nestas três regiões que o Índice de Envelhecimento dos homens ultrapassa os 100.

Na União Europeia, estimou-se um Índice de Envelhecimento para finais do ano 2000, abaixo de 100 indivíduos (98), sendo que apenas 5 dos 15 Estados Membros apresentavam um valor acima dos 100, de entre os quais se destacam a Itália (127) e a Espanha (115), com os quocientes mais elevados. Por oposição a Irlanda registava o índice mais baixo, com apenas 52 idosos por cada 100 jovens.

A Organização Mundial de Saúde preconiza, desde 1997, o conceito de **envelhecimento activo**, que tem por princípio permitir aos idosos que permaneçam integrados e motivados na vida laboral e social, sendo necessário:

- *Adaptar* os postos de trabalho a uma mão-de-obra de idade mais avançada, modificando regras e práticas em matéria de emprego;
- *Assegurar* modalidades de trabalho mais adequadas a estes trabalhadores e mais flexíveis, incluindo a passagem gradual para a reforma;

- Eliminar atitudes e práticas de discriminação de idosos;
- Melhorar os ambientes de trabalho para tornar uma vida activa mais longa;
- Utilizar as potencialidades dos idosos.

* * *

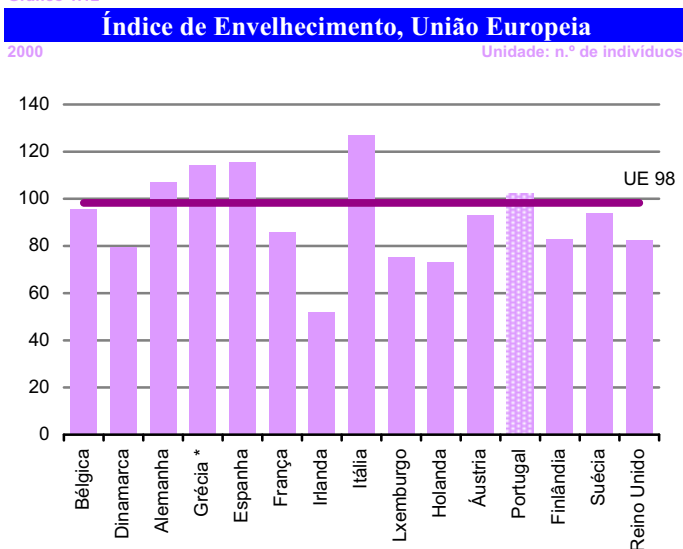
A 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento das Nações Unidas, que decorreu de 8 a 12 de Abril de 2002, em Madrid aprovou o Plano Internacional de Acção sobre o Envelhecimento Madrid 2002 (*Madrid International Plan of Action on Ageing 2002*) e a Declaração Política.

Assegurar que todas as pessoas possam envelhecer com segurança, dignidade e participar na sociedade como cidadãos de plenos direitos, a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade inclusiva para todas as idades são os principais objectivos do Plano.

A Declaração Política salienta a importância da cooperação internacional como forma de complementar os esforços nacionais. Os governos expressaram a sua determinação no sentido de promover o reconhecimento da dignidade das pessoas idosas e eliminar todas as formas de negligência, abuso e violência, garantindo o aproveitamento do enorme potencial das pessoas idosas.

O aspecto principal desta Assembleia foi o de ter introduzido o envelhecimento no centro do debate mundial incorporando o factor da longevidade em todas as políticas de desenvolvimento social e económico.

Gráfico 1.12



* Dados de 1999

Fonte: EUROSTAT - New Cronos

Prossegue envelhecimento da própria população idosa

O envelhecimento da própria população idosa é também uma realidade transversal a todas as sociedades mais desenvolvidas, sendo comum encontrar ritmos de crescimento mais acentuados entre a população com 80 e mais anos do que os registados no conjunto da população idosa (65 e mais anos).

Em Portugal, o Índice de Longevidade, ou seja, a proporção da população entre os 75 e mais anos e os 65 e mais anos aumentou de 39 para 41, entre 1991 e 2001, sendo mais elevado entre as mulheres (44 em 2001) que nos homens (38 em 2001).

Em 2001, o Índice de Longevidade mais elevado pertencia ao Centro e Algarve (44 indivíduos), seguidos do Alentejo (43). A Madeira e o Norte registavam os rácios de menor valor: 39 e 41 nos indivíduos com 75 ou mais anos por cada 100 indivíduos com 65 e mais. Os Açores, por seu turno, apesar de reunirem uma população bastante jovem, comparativamente ao país, observavam um índice de 42 à data dos Censos 2001.

NATALIDADE E FECUNDIDADE

O comportamento perante a fecundidade tem vindo a registar transformações profundas, com o acentuado declínio dos índices de fecundidade em Portugal. A opção passa não só por ter menos filhos, bem como pelo retardamento da idade ao nascimento dos filhos.

Taxa de natalidade volta a sofrer uma quebra em 2001

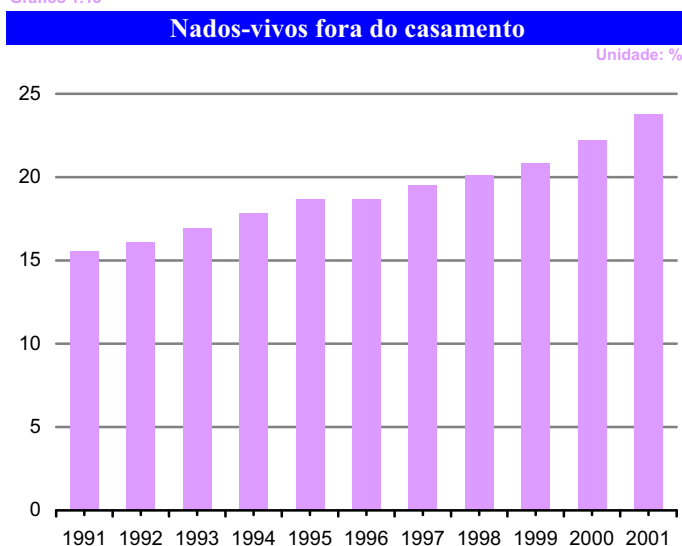
Em 2001, é interrompida a ligeira subida da taxa de natalidade que se vinha a verificar desde 1996, e que contrariava a tendência decrescente dos últimos quarenta anos. Deste modo, em 2001 registou-se uma taxa de natalidade de 10,9‰ (ou seja, nasceram com vida cerca de 11 crianças por mil habitantes), um decréscimo de 6,7% em relação

Quadro 1.3

Taxa de natalidade (por mil habitantes) por região											
NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	11,7	11,5	11,4	10,9	10,7	11,0	11,2	11,2	11,4	11,7	10,9
Continente	11,5	11,4	11,3	10,8	10,5	10,8	11,1	11,1	11,3	11,6	10,8
Norte	13,2	12,9	12,7	12,0	11,8	12,1	12,2	12,1	12,1	12,3	11,4
Centro	10,5	10,4	10,1	9,9	9,6	9,8	9,9	9,8	10,0	10,1	9,4
Lisboa V. Tejo	10,6	10,7	10,7	10,3	10,2	10,5	10,8	11,1	11,5	12,2	11,4
Alentejo	9,6	9,3	9,0	8,3	8,2	8,2	8,8	8,8	8,9	9,1	8,4
Algarve	11,5	11,3	11,3	10,4	10,1	10,3	10,5	10,4	10,8	11,3	10,6
R. A. Açores	16,0	15,4	15,5	15,3	14,6	14,9	14,7	14,4	14,1	14,6	13,2
R. A. Madeira	13,7	13,5	13,9	13,3	12,3	12,2	12,6	12,5	13,2	13,1	12,9

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.13

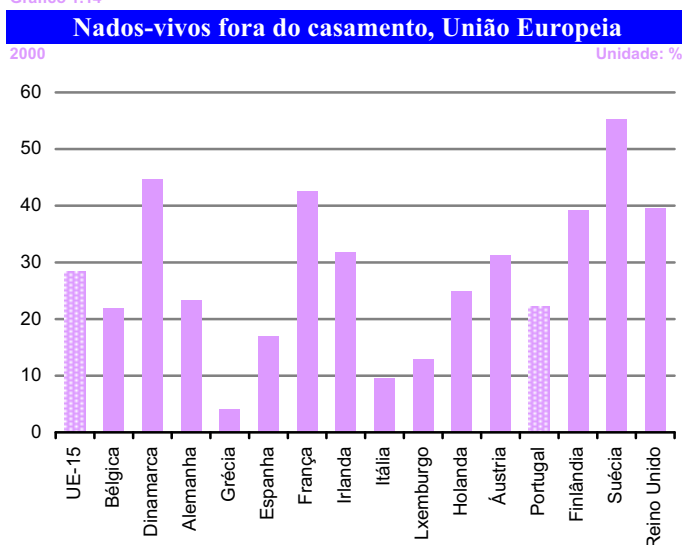


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

ao valor do ano anterior, correspondente a menos cerca de 7 250 nados-vivos, e de -3% relativamente a 1991 (menos 3 500 nados-vivos).

A tendência decrescente das taxas de natalidade, ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, pode ser encontrada em todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo cujas taxas têm vindo a crescer nos últimos anos (excluindo o ano de 2001). Às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pertencem as taxas de natalidade mais elevadas, seguidas de Lisboa e Vale do Tejo, valores acima da média nacional. A taxa mais baixa situa-se no Alentejo.

Gráfico 1.14



Fonte: EUROSTAT - Statistiques en bref, theme 3 – 17/2002

Natalidade fora do casamento continua a aumentar

Outra tendência recente da natalidade em Portugal é o crescente aumento dos nascimentos fora do casamento. Em 2001, a proporção de nados-vivos fora do casamento foi de 23,4%, mais nove pontos percentuais face a 1991.

Com valores bastante superiores à média nacional, pertencem ao Sul do país as percentagens mais elevadas de nascimentos fora do casamento: Algarve (41,6%), Lisboa e Vale do Tejo (34,1%) e Alentejo (32%).

Por contraste, os Açores (14,1%) e o Norte (14,8%) registaram as menores proporções.

Apesar do aumento observado durante os últimos anos da década de noventa, Portugal continua abaixo dos níveis médios verificados em 2000 na União Europeia (28,4%) e de países como a Suécia (55,3%) e Dinamarca (44,6%) mas bastante acima dos valores dos restantes países da Europa do Sul: Espanha (17%), Grécia (4,1%) e Itália (9,6%). Portugal, neste ano, registou uma proporção de 22,2%.

A tendência crescente de nados-vivos fora do casamento encontra-se de certo modo associada à difusão de outras formas de conjugalidade que não a legal, como a união de facto. Em 2001, cerca de 75% das crianças nascidas fora do casamento (20 062) respeitavam a pais não casados legalmente mas a viver em coabitação. A evolução desta variável desde 1995 (primeiro ano disponível), revela que a sua percentagem tem progressivamente aumentado, ainda que ligeiramente, ultrapassando em 2001 o valor de 18% do total de nados-vivos.

Mulheres têm preferencialmente apenas um filho e cada vez mais tarde

O declínio da fecundidade é outra das tendências verificadas recentemente em Portugal. A quebra é bem visível pelo aumento da frequência dos nascimentos com vida que se referem ao primeiro filho.

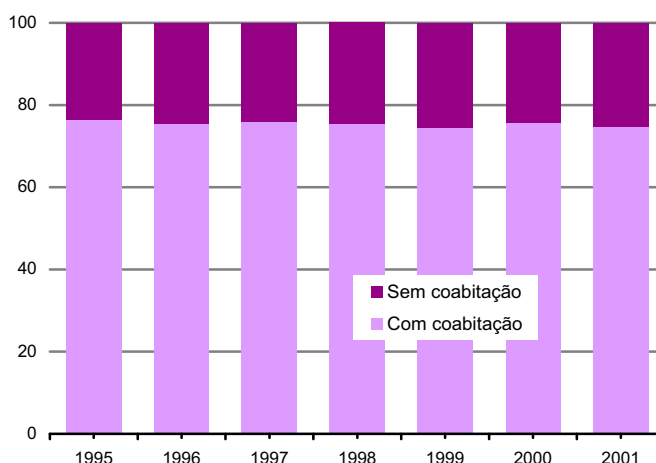
Nos últimos anos tem aumentado a opção por ter apenas o primeiro ou um segundo filho, embora os nascimentos de segunda ordem tenham vindo a diminuir desde o início dos anos 80, altura em que o nível de substituição das gerações deixou de ser assegurado. Os nascimentos de terceira ordem ou ordem superior têm assumido valores pouco expressivos. Em 2001, 53,3% dos nados-vivos referiam-se ao primeiro filho, 34% ao segundo, 8,7% ao terceiro, 2,3% ao quarto e apenas 1,4% ao quinto e mais filhos.

Ao contrário do que sucede com os nados-vivos prematuros (com menos de 37 semanas completas de gestação), cuja evolução tem sido de decréscimo nos últimos 10 anos, a tendência dos nados-vivos de baixo peso à nascença (menos de 2500g) tem sido de aumento. Em 2001, 5,6% dos nados-vivos nasceram antes do tempo completo de gestação (6 353) e 7,2% nasceram com baixo

Gráfico 1.15

Nados-vivos fora do casamento, segundo a filiação

Unidade: %

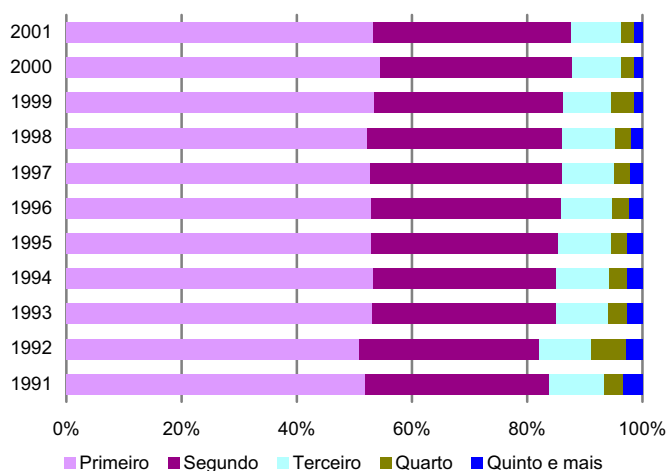


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.16

Nados-vivos segundo a ordem de nascimento

Unidade: %

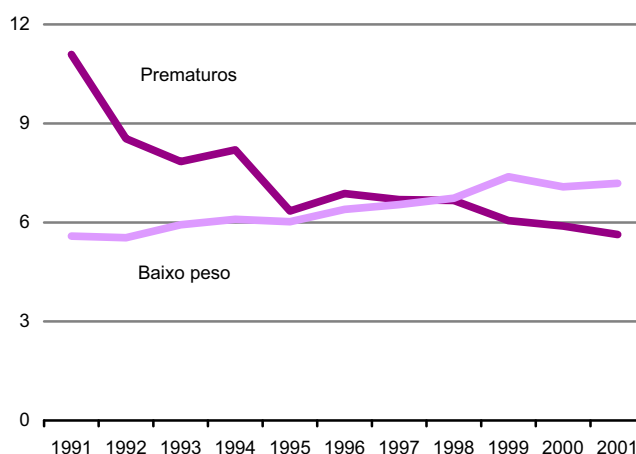


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.17

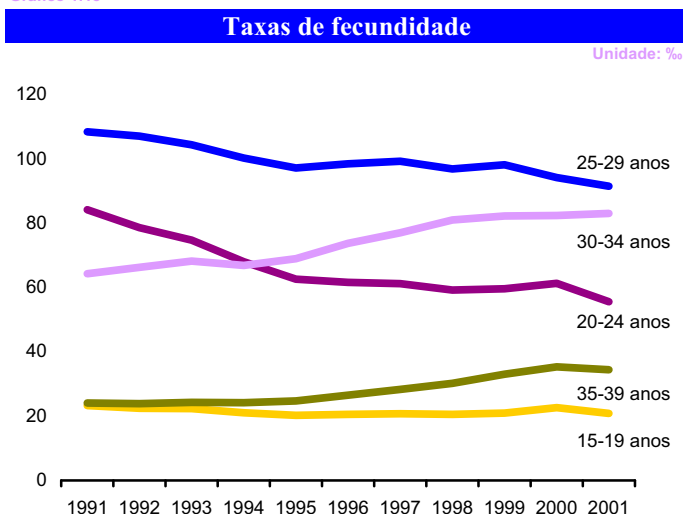
Nados-vivos prematuros e de baixo peso

Unidade: %



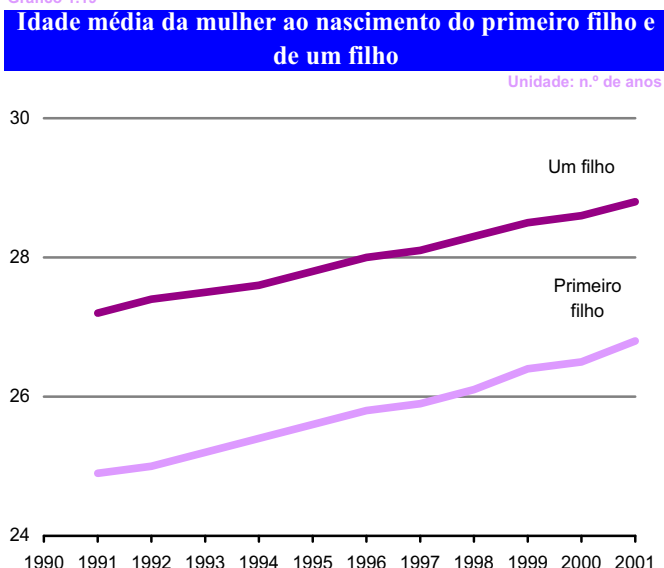
Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.18



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.19



Fonte: INE - Estimativas de população residente

esses valores foram de 24,9 e 27,2 anos, respectivamente.

O índice sintético de fecundidade (ISF) registou o seu valor mais baixo em 1995, situando-se em 1,4 crianças por mulher, permanecendo inferior ao nível de substituição de gerações (2,1). Apesar desta baixa da fecundidade, de

Quadro 1.4

Índice sintético de fecundidade (crianças por mulher), por região											
NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	1,55	1,52	1,50	1,43	1,40	1,43	1,46	1,47	1,50	1,52	1,46
Continente	1,54	1,51	1,49	1,42	1,39	1,42	1,45	1,46	1,49	1,52	1,45
Norte	1,61	1,55	1,52	1,44	1,41	1,45	1,48	1,47	1,49	1,46	1,44
Centro	1,51	1,47	1,44	1,39	1,35	1,38	1,40	1,39	1,41	1,39	1,34
Lisboa V. Tejo	1,45	1,47	1,47	1,41	1,39	1,42	1,46	1,49	1,54	1,64	1,53
Alentejo	1,52	1,46	1,41	1,29	1,27	1,28	1,36	1,36	1,38	1,41	1,31
Algarve	1,71	1,67	1,66	1,53	1,47	1,50	1,52	1,49	1,55	1,77	1,52
R. A. Açores	2,15	1,98	1,95	1,92	1,83	1,86	1,84	1,83	1,82	1,68	1,76
R. A. Madeira	1,65	1,60	1,62	1,55	1,44	1,43	1,49	1,50	1,62	1,37	1,66

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

peso (8 103). Em 1991, essas percentagens tinham sido de 11,1% e 5,6%, respectivamente.

A fecundidade portuguesa tem-se ainda caracterizado pelo seu retardamento. O prolongamento do período de tempo de estudos das mulheres e o ingresso em carreiras mais exigentes, para além de outros factores de ordem conjuntural, podem estar na base do adiamento da fecundidade.

Por um lado, tem vindo a diminuir a taxa de gravidez nas adolescentes e nas mulheres com 20-24 anos; por outro lado, pertencem às mulheres dos 25-29 anos as taxas mais elevadas e não tem parado de aumentar a fecundidade das mulheres com trinta e mais anos. Em 2001, a taxa de fecundidade das adolescentes foi de 20,9‰, ou seja, cada 1000 mulheres adolescentes (15-19 anos) tinham em média 21 crianças; esta taxa passa a 55,6‰ no grupo etário dos 20-24 anos; atinge o valor máximo nas mulheres com 25-29 anos (91,6‰); tem vindo a aumentar nas mulheres com mais de 30 anos, registando uma taxa de 83,2‰ nas mulheres com 30-34 anos e de 34,5‰ nas de 35-39 anos. Relativamente a 1991, o maior decréscimo da fecundidade verificou-se no grupo etário dos 20-24 anos (34%) e o maior aumento nas mulheres com 35-39 anos (43,1%).

A idade ao nascimento do primeiro filho e de um filho não tem cessado de aumentar, o que comprova o retardar dos nascimentos. Em 2001, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho foi de 26,8 anos e de um filho 28,8 anos, quando em 1991

1995 e 2000 este índice recuperou, atingindo o valor de 1,52 no ano de 2000. Em 2001, o índice voltou a sofrer uma quebra, registando o valor de 1,46 crianças por mulher. No entanto, este indicador não se distribui de modo idêntico pelas várias regiões do país. Pertencem às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira os índices mais elevados (1,76 e 1,66, respectivamente), seguidas de Lisboa e Vale do Tejo (1,53). Pelo contrário, o Alentejo e o Centro apresentam os índices mais baixos (1,31 e 1,34, respectivamente).

Portugal apresenta um ISF inferior ao da média europeia, estimado em 1,47 para 2001, mas com valor acima de países como a Itália (1,24), a Espanha (1,25), a Grécia, a Áustria, e a Alemanha (1,29), que detinham os valores mais baixos.

Os valores mais elevados pertenciam à Irlanda (1,98), França (1,90), Dinamarca (1,74) e Finlândia (1,73) pertenciam os ISF mais elevados. Deste modo, nenhum país da UE, neste ano, assegurava a substituição das gerações.

Fecundidade considerada ideal equivalente ao limiar de substituição de gerações

No entanto, segundo o Inquérito à Fecundidade e Família (IFF), realizado pelo INE em 1997, os resultados obtidos a partir das respostas da esmagadora maioria das mulheres portuguesas à questão sobre o que consideravam ser o número ideal de filhos, situou-se nos 2,1, valor equivalente ao limiar de substituição de gerações. Apesar da fecundidade considerada “ideal” poder exceder a “real”, mesmo assim, este indicador vem trazer algum optimismo quanto à evolução futura da fecundidade portuguesa.

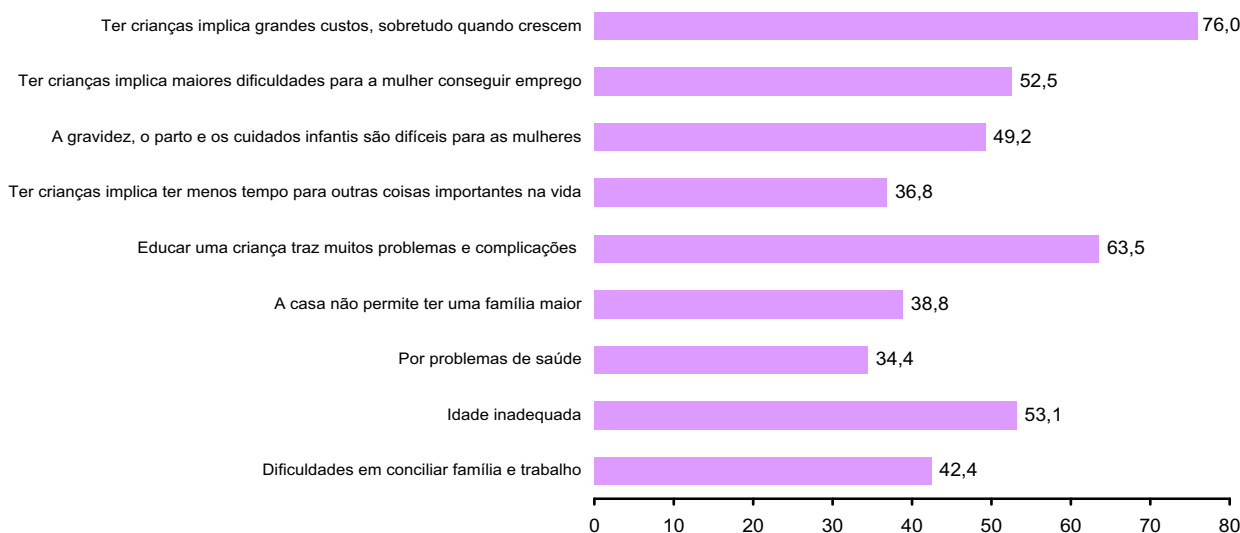
Ainda segundo o IFF - 1997, em Portugal, os motivos económicos são os mais apontados pelas mulheres na predisposição para desejar ter/não ter (mais) filhos. O motivo mais apontado para não se desejar (mais) filhos é “Ter crianças implica grandes custos, sobretudo quando crescem”, considerado importante por 76% das mulheres, seguido de “Educar uma criança traz muitos problemas e complicações”, referido por 63,5% das mulheres. Outros motivos como “Ter crianças implica ter menos tempo para outras coisas importantes da vida” e “A casa não permite ter uma família maior” são considerados pouco importantes.

Gráfico 1.20

Motivos possíveis, considerados importantes, para não se desejar (mais) filhos (amostra de mulheres)

1997

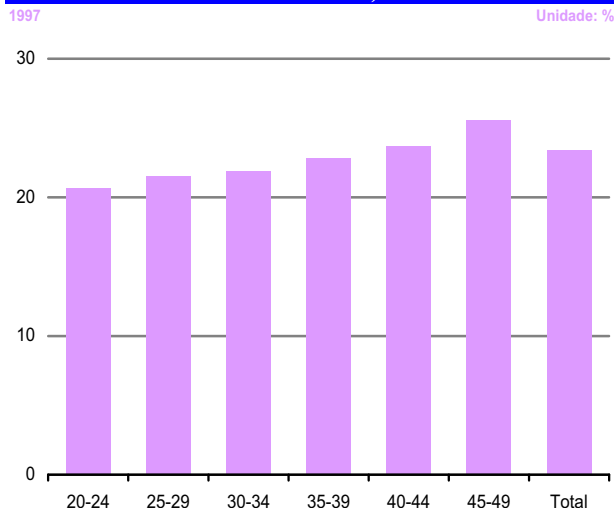
Unidade: %



Fonte: INE - Inquérito à Fecundidade e Família (1997)

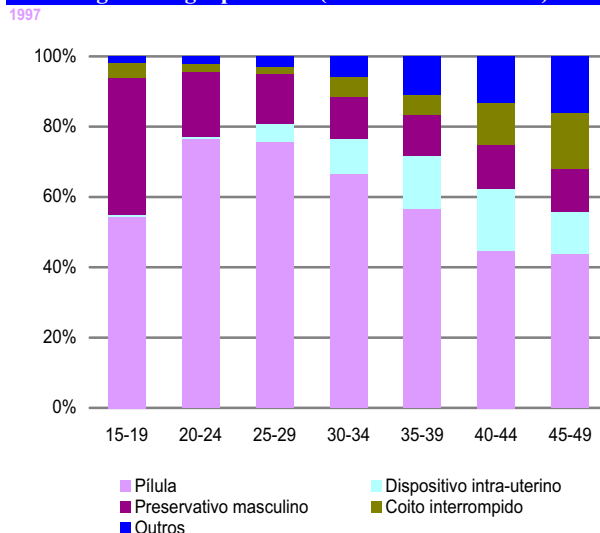
A possibilidade que os casais têm, actualmente, de controlar e planear a sua fecundidade, pode também justificar os baixos níveis existentes. Ainda segundo o IFF, verifica-se um recuo considerável na idade ao primeiro uso de contracepção. De facto, nas mulheres inquiridas de idade mais avançada (45-49 anos), o uso de contracepção pela primeira vez foi feito (medianamente)³ aos 25,6 anos, enquanto nas gerações mais novas tal aconteceu aos 20,7 anos.

Gráfico 1.21

Idade mediana ao primeiro uso de contraceção (amostra de mulheres)

Fonte: INE - Inquérito à Fecundidade e Família (1997)

Gráfico 1.22

Mulheres fecundas, não grávidas, em casais, por último método contraceptivo durante pelo menos três meses, segundo o grupo etário (amostra de mulheres)

Fonte: INE - Inquérito à Fecundidade e Família (1997)

Pílula é o método contraceptivo utilizado maioritariamente

Segundo as mulheres inquiridas, a pílula foi o método contraceptivo mais utilizado (durante pelo menos três meses) pelas gerações mais jovens (15-19 anos), seguido do preservativo masculino (54,2% e 38,8%, respectivamente). Entre os 20 e os 34 anos, a pílula é utilizada por cerca de 70% das mulheres. Nas idades acima dos 40 anos, o uso de métodos contraceptivos tradicionais tem ainda um peso muito elevado: 16% das mulheres dos 45-49 anos e 11,7% das mulheres dos 40-44 anos admitem ter utilizado o coito interrompido e 5,8% e 4,7%, respectivamente, outros métodos tais como a abstinência periódica, ciclos e períodos seguros. No entanto, também nestas idades a pílula é o método contraceptivo mais utilizado.

MORTALIDADE

Portugal tem registado nos últimos anos uma diminuição das taxas de mortalidade da sua população. O declínio da mortalidade tem como principal consequência o aumento da esperança de vida à nascença. O fenómeno da sobremortalidade masculina justifica a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres, em cerca de 7 anos.

Alentejo com as taxas de mortalidade mais elevadas

Quadro 1.5

Taxa de mortalidade (por mil habitantes) por região

NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	10,4	10,1	10,6	9,9	10,3	10,6	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2
Continente	10,4	10,1	10,6	9,9	10,3	10,6	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2
Norte	9,1	8,9	9,1	8,5	8,8	9,0	8,8	8,8	9,0	8,7	8,8
Centro	12,0	11,5	12,1	11,3	11,6	11,9	11,7	11,8	12,0	11,6	11,4
Lisboa V. Tejo	10,2	9,8	10,5	9,8	10,3	10,7	10,4	10,6	10,7	10,5	10,3
Alentejo	14,5	13,6	14,8	13,7	14,2	14,8	14,5	14,9	15,0	14,4	14,2
Algarve	12,6	12,2	12,8	12,6	13,0	12,9	12,4	12,2	12,5	11,9	11,6
R. A. Açores	10,9	11,0	12,2	11,0	11,3	11,4	11,8	11,4	10,8	11,0	11,0
R. A. Madeira	10,1	10,1	11,0	9,9	10,3	10,9	10,4	10,5	10,6	10,8	11,0

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Em 2001, a taxa bruta de mortalidade voltou a decrescer, à semelhança do ano anterior, atingindo o valor de 10,2‰. Na década de 90, os valores mais elevados registaram-se em 1993, 1996 e 1999 (10,6‰). Por sua vez, a taxa mais baixa verificou-se em 1994, com 9,9‰.

Os níveis de mortalidade reflectem, entre outros factores, o estado de saúde e de envelhecimento de uma população. Neste sentido, o Alentejo foi a região que registou a taxa de mortalidade mais elevada em 2001 (14,2‰), seguido do Algarve (11,6‰) e do Centro (11,4‰). O Norte (8,8‰) e Lisboa e Vale do Tejo (10,3‰) apresentaram as taxas mais baixas.

Em 2001, Portugal ocupa a terceira posição dentro da UE com a taxa de mortalidade mais elevada, a seguir à Dinamarca (10,9‰) e à Suécia (10,5‰), taxas superiores à média da UE (9,5‰). As taxas mais baixas pertenciam, naquele ano, à Irlanda (7,7‰), Luxemburgo (8,4‰), Espanha e Holanda (ambos com 8,7‰).

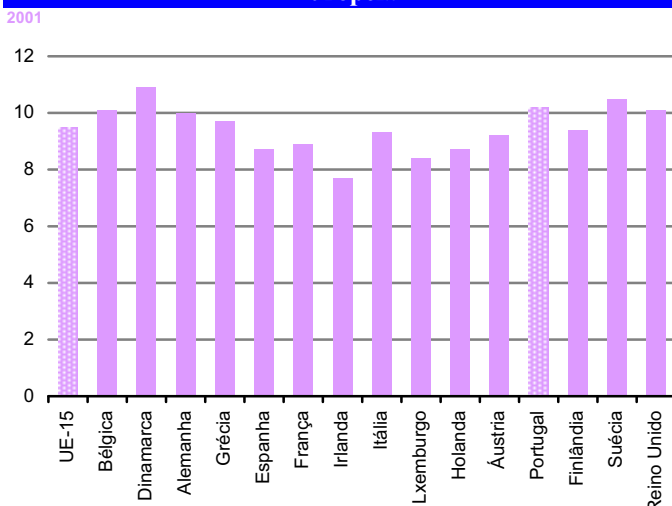
Taxas de mortalidade infantil com os níveis mais baixos de sempre

A mortalidade infantil tem decrescido acentuadamente nas últimas décadas, fruto, sobretudo, da melhoria das condições de vida e dos cuidados de saúde materno-infantis. A evolução da taxa de mortalidade infantil reflecte bem esta situação. Só a partir de 1992 é que a taxa de mortalidade infantil, em Portugal, passou a apresentar um só dígito. Em 2001, a taxa de mortalidade infantil apresentou o valor de 5 por mil nados-vivos, enquanto em 1991 se registavam 11 óbitos com menos de 1 ano por cada mil nados-vivos.

O decréscimo da taxa de mortalidade infantil tem-se verificado em todas as regiões. Comparando este indicador entre os anos de 1991 e 2001, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores e o Norte foram as regiões com as quebras mais acentuadas, passando de 13 e 12 óbitos infantis para 5 e 6, respectivamente, naqueles anos. Em 2001, as taxas mais elevadas pertenciam à Região Autónoma da Madeira (8,2‰) e ao Norte (5,9‰) e as mais baixas ao Alentejo (3,8‰) e Centro (3,8‰).

Gráfico 1.23

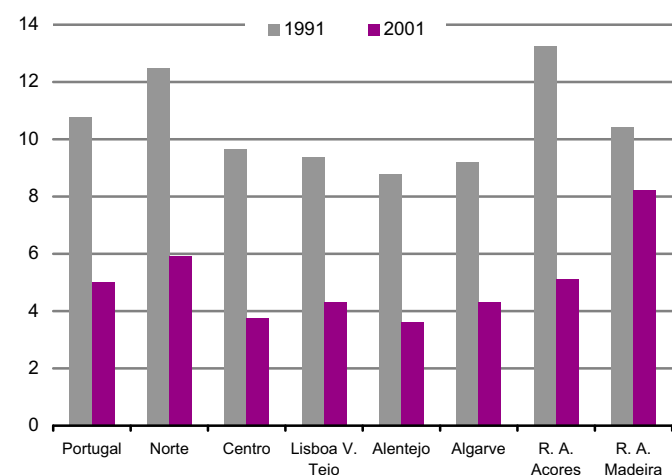
Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes), União Europeia



Fonte: EUROSTAT - Statistiques en bref, theme 3 - 17/2002

Gráfico 1.24

Taxa de mortalidade infantil (por mil nados-vivos) por região

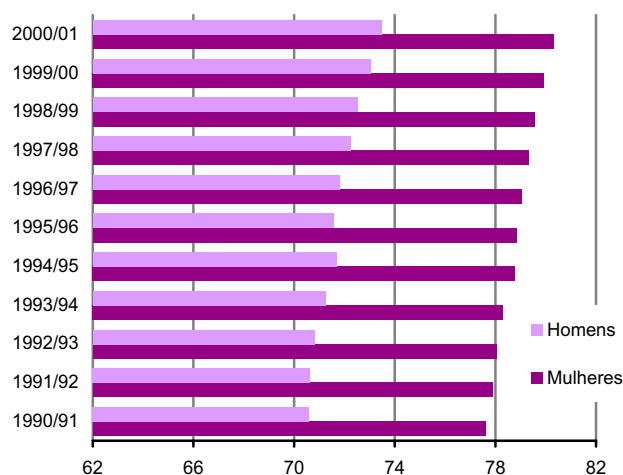


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.25

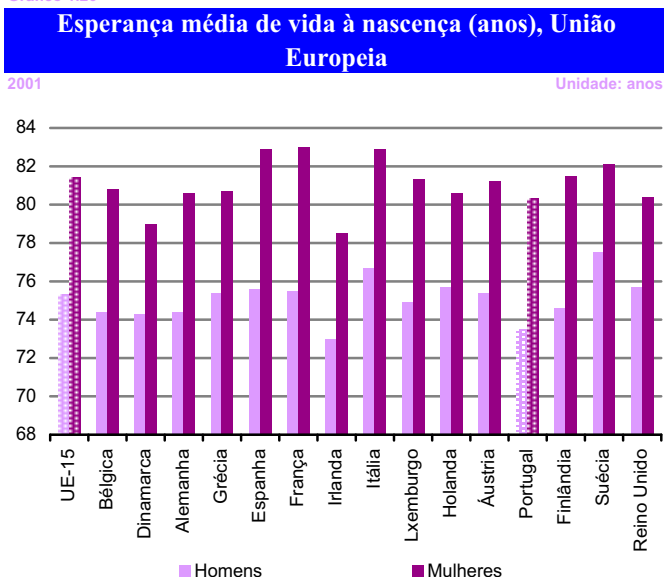
Esperança média de vida à nascença, por sexo

Unidade: anos



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas e Revista de Estudos Demográficos, n.º 32

Gráfico 1.26



Fonte: EUROSTAT - Statistiques en bref, theme 3 – 17/2002

os homens (77,5 anos) e a França para as mulheres (83 anos). De notar que, os restantes países da Europa do Sul apresentaram valores superiores aos de Portugal.

A sobremortalidade masculina agravou-se na década 1991-2001, reflectindo assim o aumento na mortalidade, com ganhos superiores para as mulheres, embora se tenha atenuado nos últimos 2 anos. Em 2001, os homens esperavam viver menos 6,8 anos do que as mulheres. A maior diferença registada na década foi de 7,3 anos. Esta diferença

Esperança de vida mais longa nas mulheres

O declínio da mortalidade, quer em termos totais, quer em particular da infantil, tem como principal consequência o aumento da esperança de vida à nascença. Em Portugal, e tendo em conta as taxas de mortalidade dos anos 2001/2000, um homem pode esperar viver em média 73,5 anos e uma mulher 80,3 anos. Relativamente a 1991, os homens ganharam mais 2,9 anos de vida e as mulheres 2,7 anos.

No entanto, em 2001, estes valores encontram-se ainda abaixo da média comunitária estimada para este indicador (75,3 anos para os homens e 81,4 anos para as mulheres). Neste ano, a Suécia possuía a esperança de vida mais elevada para

Quadro 1.6

Esperança média de vida (em anos), por sexo						
Anos	Esperança de vida (e_x)					
	e_0 anos			e_{65} anos		
	HM	H	M	HM	H	M
1990/91	74,1	70,6	77,6	15,8	14,1	17,2
1991/92	74,2	70,6	77,9	15,9	14,2	17,4
1992/93	74,4	70,8	78,0	15,9	14,1	17,4
1993/94	74,8	71,2	78,3	16,0	14,2	17,6
1994/95	75,2	71,7	78,8	16,4	14,5	17,9
1995/96	75,2	71,6	78,8	16,4	14,6	17,9
1996/97	75,4	71,8	79,0	16,5	14,7	18,1
1997/98	75,8	72,2	79,3	16,8	15,0	18,3
1998/99	76,0	72,5	79,5	16,9	15,1	18,4
1999/00	76,5	73,0	79,9	17,2	15,4	18,7
2000/01	76,9	73,5	80,3	17,4	15,7	18,9

Fonte: INE - Revista de Estudos Demográficos nº 32 e Mulheres e Homens em Portugal nos anos 90

pode ser justificada quer pelo facto dos homens adoptarem maiores comportamentos de risco, por exemplo com consumos mais elevados de álcool e de tabaco do que as mulheres, quer por razões de ordem genética e hormonal.

No mesmo ano, a esperança média de vida dos homens que atingiram os 65 anos foi estimada em 15,7 anos, enquanto a das mulheres, com a mesma idade, foi de 18,9 anos, resultando em um diferencial de 3 anos entre os sexos. Em 1991, esses valores foram de 14,1 para os homens e 17,2 para as mulheres, comprovando o aumento da longevidade.

A idade média à ocorrência do óbito permite verificar que se morre cada vez com mais idade. Em 2001, a idade média ao óbito foi de 69,9 anos para os homens e 77,4 anos para as mulheres, enquanto em 1991, esses valores foram de 67,1 e 74,9, respectivamente.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

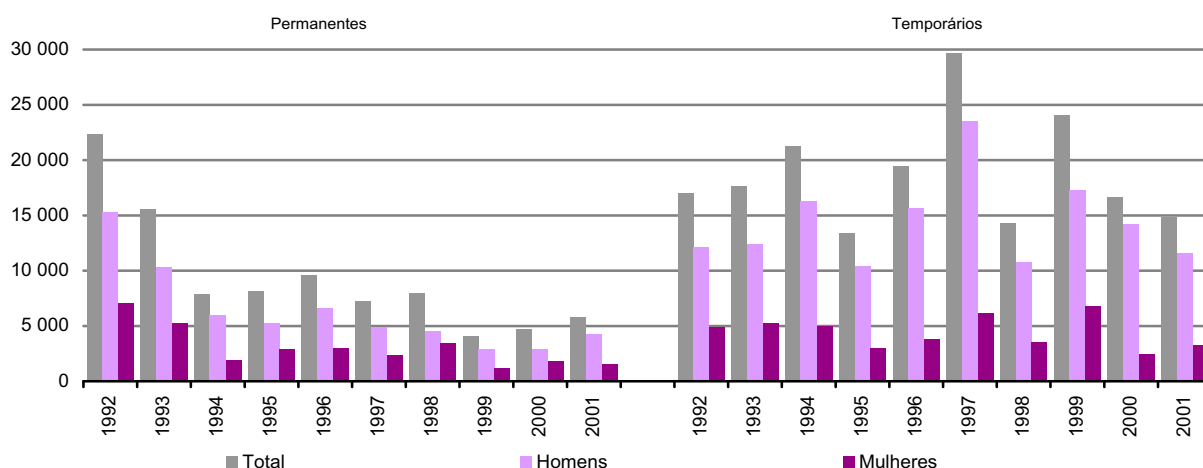
Portugal foi, até há poucos anos atrás, um país de forte emigração. Apesar dos níveis atingidos nunca se terem aproximado dos verificados nas décadas de 60 e 70 do século XX, no início dos anos 90, a emigração portuguesa assumia ainda algum significado e o saldo migratório era negativo.

Desde 1993, que se estima que a entrada de estrangeiros tenha ultrapassado o valor de saídas de portugueses.

Gráfico 1.27

Emigrantes permanentes e temporários, por sexo

Unidade: n.º de indivíduos

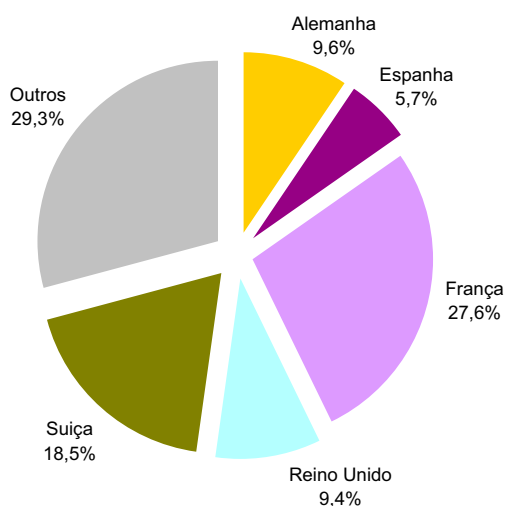


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.28

Emigrantes por país de destino

2001



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

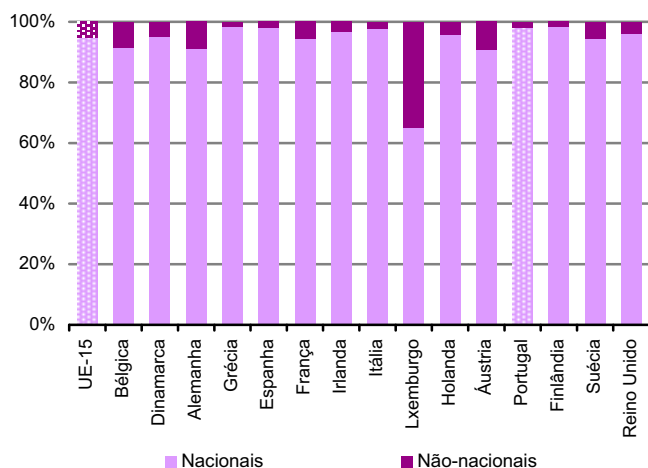
Emigração da última década é predominantemente masculina e temporária

A emigração portuguesa é, hoje em dia, predominantemente temporária. De 1992 a 2001, foram sobretudo os homens que emigraram com intenção de residir no estrangeiro e por um período inferior a um ano. Os fluxos emigratórios de carácter permanente (intenção de residir no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano), assumem uma fraca expressão, quando comparados com os níveis do passado, e apresentam em 2001 os níveis mais baixos dos anos em análise. Neste ano, segundo o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), 4 231 homens e 1 531

Gráfico 1.29

População por nacionalidades, nos países da União Europeia

1998

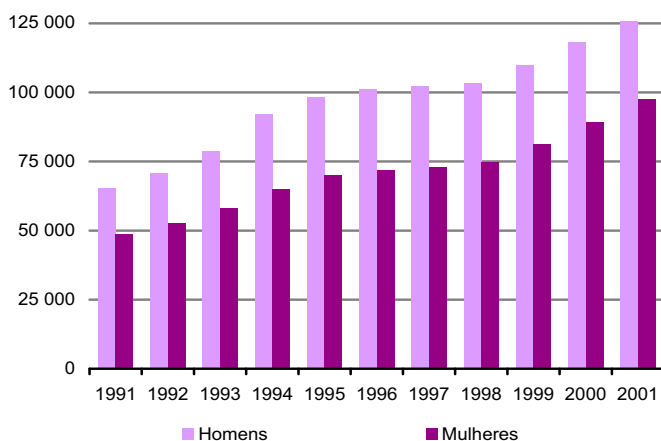


Fonte: EUROSTAT - New Cronos

Gráfico 1.30

População residente estrangeira, por sexo

Unidade: n.º de indivíduos

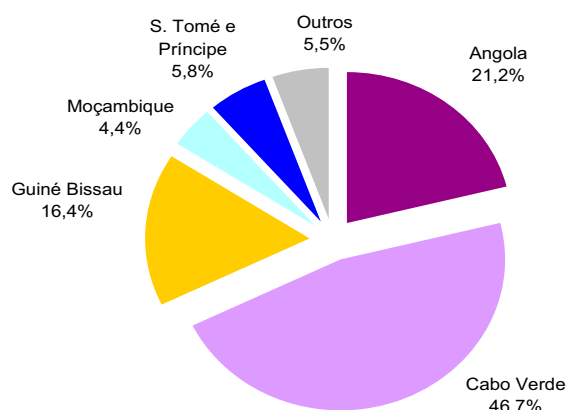


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.31

População residente estrangeira com origem africana, por países

2001



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

mulheres emigraram de modo permanente, contra 11 543 homens e 3 284 mulheres emigrantes temporários.

Europa comunitária é o principal destino dos emigrantes portugueses

A Europa, e especificamente os países da União Europeia têm sido o principal destino dos emigrantes portugueses.

A França, Alemanha e Reino Unido e outros países europeus, como a Suíça, têm-se mantido os principais destinos dos emigrantes portugueses. Em 2001, 13 752 indivíduos emigraram para países da União Europeia, dos quais 5 673 para França, 1 970 para a Alemanha e 1 943 para o Reino Unido. A Suíça recebeu, neste ano, 3 805 emigrantes portugueses.

A emigração para outros continentes, tais como o americano e africano apresenta, nos últimos anos, uma fraca expressão.

Luxemburgo e Alemanha apresentam as maiores proporções de não-nacionais

Segundo os dados mais recentes do EUROSTAT⁴, em 1998, no conjunto dos países da União Europeia, a população de não-nacionais apresentava um valor de 19,1 milhões de indivíduos, o que correspondia a 5,1% do total da população. A proporção de não-nacionais era mais elevada no Luxemburgo (34,9%), seguida da Áustria (9,3%) e da Alemanha (8,9%). A Grécia (1,6%), Finlândia (1,7%) e Portugal (1,9%) registavam as percentagens mais baixas de não-nacionais.

População estrangeira mais que duplicou de valor

Em 2001, residiam em Portugal cerca de 224 000 indivíduos cidadãos estrangeiros com a situação regularizada, o que representava 2,2% da população residente estimada para o final desse ano. Destes, 56,3% eram homens e 43,3% mulheres.

De 1991 para 2001, a população estrangeira residente quase que duplicou o seu valor em Portugal (113 978 indivíduos, que representava 1,1% do total da população residente, nesse ano).

Maioria dos estrangeiros a residir em Portugal são africanos

Nos anos em análise, os estrangeiros a residir em Portugal eram, na sua maioria, provenientes de África e da Europa. Em 2001, cerca de 48% da população estrangeira tinha origem africana e 30%, europeia. As proporções de indivíduos destas nacionalidades têm vindo a aumentar, ao contrário do que sucede com a população de origem americana.

A grande maioria dos africanos a residir em Portugal, são provenientes dos PALP (Países Africanos de Língua Portuguesa). Em 2001, 46,7% dos estrangeiros provenientes de África eram cabo-verdianos, 21,2% angolanos e 16,4% guineenses.

Os estrangeiros cuja nacionalidade se refere a países da União Europeia viram a sua importância relativa no total dos europeus diminuir até meados da década de 90, para voltar a aumentar na segunda metade da década e até 2001, atingindo, nesse ano, o valor de 27,5%. Dos países da UE, o Reino Unido, a Alemanha e a Espanha foram as nacionalidades que assumiram a maior importância (6,7%, 6,1% e 5%, respectivamente, em 2001).

A população de nacionalidade brasileira assumiu igualmente uma parte significativa do total da população estrangeira, atingindo em 2001, 10,5% daquela população. As maiores proporções registaram-se nos anos de 1993 a 1995 (11,8% nos três anos), verificando-se desde essa altura, uma diminuição contínua do seu valor.

Os nacionais do continente asiático, com destaque para a China, apresentam um peso relativo crescente, ao longo do período em análise, representando 4,3% da população estrangeira residente em 2001.

Maioria das solicitações de estatuto de residente, requeridas por cidadãos africanos

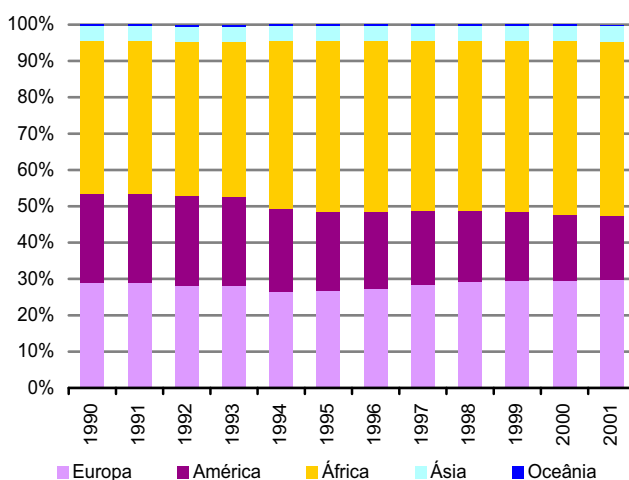
Em 2001, cerca de 18 719 estrangeiros, dos quais 8 962 homens e 9 757 mulheres, solicitaram estatuto de residente em Portugal.

Na sua maioria, os pedidos de estatuto de residente foram efectuados por nacionais do continente africano (51,5%), destacando-se Cabo Verde (18,2%), Angola (13,2%) e Guiné Bissau (10,6%). Dos pedidos dos nacionais do continente europeu, evidenciam-se a Espanha (8%), seguida do Reino Unido (4,8%); do continente americano realça-se o elevado número de pedidos dos nacionais do Brasil (9%).

O “reagrupamento familiar” (25,9%) e o “emprego” (25,6%), para além de outros motivos não especificados (42,9%), foram os principais motivos para a solicitação de estatuto de residente em Portugal da população estrangeira.

Gráfico 1.32

População residente estrangeira, por continente

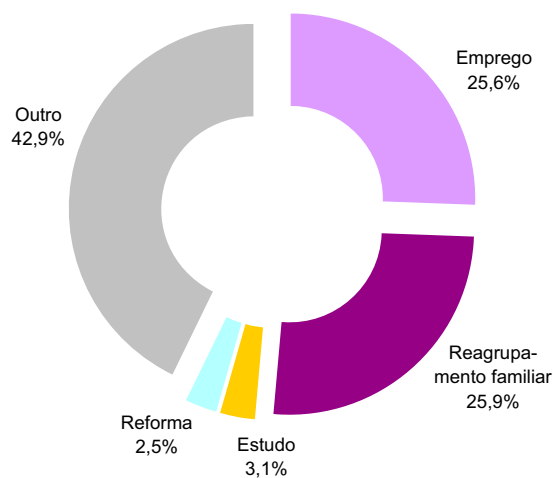


Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.33

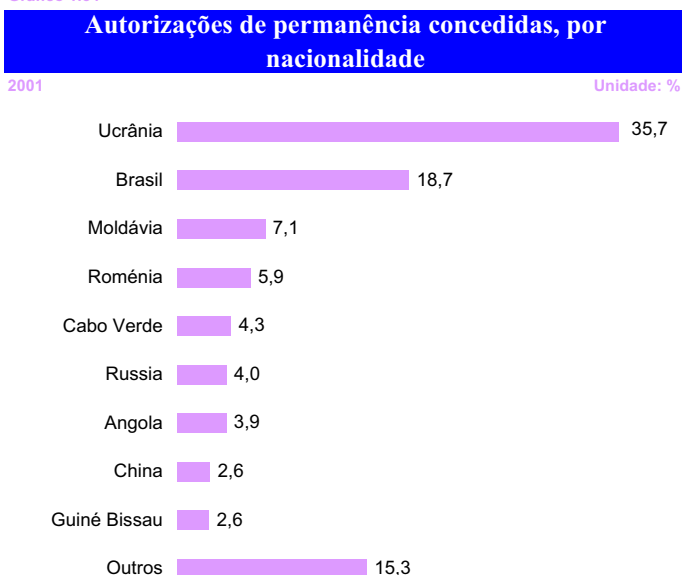
População estrangeira que solicitou estatuto de residente, segundo o motivo de entrada

2001



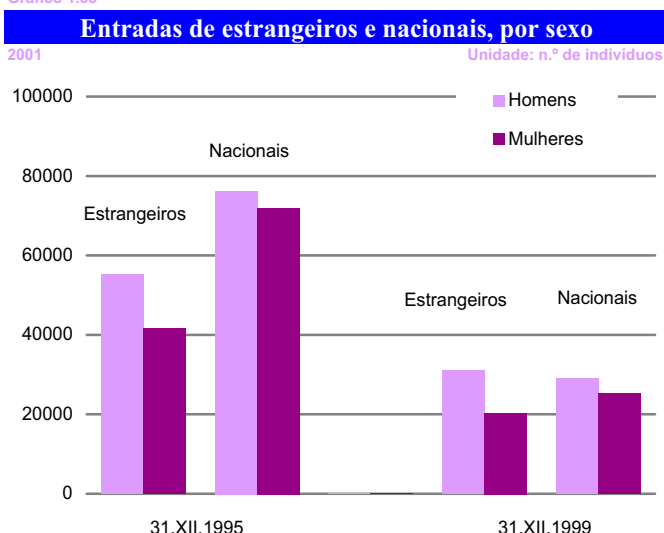
Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.34



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 1.35



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, 2001

A intensificação dos fluxos migratórios dos últimos anos justificou a criação de um novo dispositivo legal – as autorizações de permanência, concedidas a cidadãos estrangeiros que não fossem titulares de visto adequado. Em 2001, foram concedidas 126 874 autorizações de permanência, a maioria das quais a cidadãos da Europa (56,7%), seguindo-se aos da América (19,3%) e aos de África (15,8%).

Por nacionalidades, o maior número de autorizações atribuídas pertenceu aos nacionais da Europa do Leste, [particularmente da Ucrânia (45 233), Moldávia (8 984) e Roménia (7 461)], do Brasil (23 713) e de Cabo Verde (5 488).

Entre 1996 e 2001 entraram em Portugal cerca de 245 mil indivíduos que residiam no estrangeiro

Os Censos 2001 apuraram o local de residência em 31 de Dezembro de 1995 e 31 de Dezembro de 1999.

Assim, segundo os últimos Censos, 245 055 indivíduos que residiam no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1995 entraram em Portugal até à data do recenseamento. Desses, 96 899 eram estrangeiros, repartindo-se em 57% de homens e 43% de mulheres e 148 156 eram nacionais (51,5% de homens e 48,5% de mulheres).

Do mesmo modo, os Censos apuraram que em 31 de Dezembro de 1999, 105 705 indivíduos residiam no estrangeiro e entraram entretanto no país, sendo que 51 458 tinham nacionalidade

estrangeira (60,4% de homens e 39,4% de mulheres) e 54 247 nacionalidade portuguesa.

A entrada de nacionais está certamente associada ao movimento de regresso de emigrantes. Os indivíduos de nacionalidade portuguesa que entraram nos dois períodos referidos eram, na sua maioria, provenientes de países que coincidem com os principais destinos da emigração, tais como, França, Suíça, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos.

MIGRAÇÕES INTERNAS

A análise retrospectiva acerca da situação de residência anterior em 31 de Dezembro de 1995 e 1999, permite o conhecimento dos fluxos das migrações internas no país, nomeadamente, a identificação das regiões de maior atractividade e repulsão de população.

Lisboa e Vale do Tejo registou o maior número de movimentos migratórios internos entre 1995 e 2001

No período de 1995 a 2001 pertence à região de Lisboa e Vale do Tejo o maior movimento de migrações internas: cerca de 320 mil entradas e 321 mil saídas, o que corresponde a 47% das entradas totais e 47,2% das saídas. É pois, simultaneamente, o maior emissor e receptor. A região Norte e o Centro aparecem de seguida, com um volume de entradas e saídas de cerca de 29% e 12%, respectivamente nos dois movimentos e em ambas as regiões, dos fluxos totais.

Algarve foi a região mais atractiva entre 1995 e 2001 e Alentejo e Madeira as mais repulsivas

Relativamente aos saldos migratórios internos, verifica-se que o Algarve e o Centro foram as únicas regiões que apresentaram saldos migratórios positivos: 6 843 e 1 286 migrantes, respectivamente. Estas foram, assim, as regiões de maior atractividade populacional embora, em termos relativos, o Algarve apresente o saldo migratório interno mais elevado.

Por outro lado, o Norte, o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira apresentaram os saldos migratórios mais deficitários, com cerca de 3 290, 2 260 e 930 saídas a excederem as entradas, o que relacionando com a população recenseada em 2001, aponta para perdas na ordem de 0,4% no Alentejo e na Região Autónoma da Madeira. A região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar do volume de entradas, apresenta igualmente um saldo migratório interno negativo (os emigrantes excedem em cerca de 890 os imigrantes internos).

Norte e Lisboa e Vale do Tejo perdem atractividade a favor das outras regiões

Relativamente aos fluxos migratórios internos observados no período de 1999 a 2001⁵, quando comparados com os do período anterior, 1995-2001, verifica-se que, no que respeita aos imigrantes internos as regiões Norte (29% para 28,4% do total) e Lisboa e Vale do Tejo (47% e 45,3%) perdem atractividade, enquanto que as restantes regiões registam um aumento; quanto aos emigrantes internos a situação é idêntica, com apenas o Norte (29,5% para 28,8%) e Lisboa e Vale do Tejo (47,2% para 45,9%) a perderem peso nas saídas totais.

No entanto, o sinal dos saldos migratórios internos mantém-se em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores que passa de negativo a positivo (-352 para 289), ultrapassando o saldo da região Centro.

As proporções de entradas e saídas em relação ao total da população residente em 2001 traduzem também esta evolução, com o saldo migratório a aproximar-se do resultado nulo, verificando-se assim a tendência para o maior equilíbrio territorial.

Quadro 1.7

Migrações internas, por região 1995 - 2001										
NUTS II	Popu- lação residente 2001	Imigran- tes internos	Emigran- tes internos	Saldo migrató- rio interno	% do total das migrações internas			% do total da população residente em 2001		
					Imigran- tes internos	Emigran- tes internos	Saldo migrató- rio interno	Imigran- tes internos	Emigran- tes internos	Saldo migrató- rio interno
Portugal	10 356 117	679 894	679 894	0						
Norte	3 687 293	197 055	200 348	-3293	29,0	29,5	-	5,3	5,4	-0,09
Centro	1 782 178	85 049	84 161	888	12,5	12,4	-	4,8	4,7	0,05
Lisboa V. do Tejo	3 468 901	319 858	320 750	-892	47,0	47,2	-	9,2	9,2	-0,03
Alentejo	535 753	26 715	28 975	-2260	3,9	4,3	-	5,0	5,4	-0,42
Algarve	395 218	29 900	23 057	6843	4,4	3,4	-	7,6	5,8	1,73
R. Aut. Açores	241 763	10 500	10 852	-352	1,5	1,6	-	4,3	4,5	-0,15
R. Aut. Madeira	245 011	10 817	11 751	-934	1,6	1,7	-	4,4	4,8	-0,38

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, 2001

Quadro 1.8

Migrações internas, por região 1999 - 2001										
NUTS II	População residente 2001	Imigrantes internos	Emigrantes internos	Saldo migratório interno	% do total das migrações internas			% do total da população residente em 2001		
					Imigrantes internos	Emigrantes internos	Saldo migratório interno	Imigrantes internos	Emigrantes internos	Saldo migratório interno
Portugal	10 356 117	244 686	244 686	0						
Norte	3 687 293	69 504	70 544	-1040	28,4	28,8	-	1,9	1,9	-0,03
Centro	1 782 178	32 317	32 057	260	13,2	13,1	-	1,8	1,8	0,01
Lisboa V. Tejo	3 468 901	110 784	112 210	-1426	45,3	45,9	-	3,2	3,2	-0,04
Alentejo	535 753	10 293	10 953	-660	4,2	4,5	-	1,9	2,0	-0,12
Algarve	395 218	12 210	9 478	2732	5,0	3,9	-	3,1	2,4	0,69
R. Aut. Açores	241 763	4 840	4 551	289	2,0	1,9	-	2,0	1,9	0,12
R. Aut. Madeira	245 011	4 738	4 893	-155	1,9	2,0	-	1,9	2,0	-0,06

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, 2001

PARA SABER MAIS...

Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001

Os Recenseamentos Gerais da População foram realizados pelo Instituto Nacional de Estatística com a colaboração das Autarquias Locais e os seus dados referem-se ao dia 15 de Abril de 1991 (Recenseamento Geral da População de 1991) e ao dia 12 de Março de 2001 (Recenseamento Geral da População de 2001).

Os dados definitivos de cada recenseamento estão contidos em 8 publicações: uma por cada Região NUTS II e uma para o total do País.

Estatísticas Demográficas

O INE publica anualmente o volume "Estatísticas Demográficas".

Trata-se de um anuário temático que, há mais de seis décadas, divulga a informação estatística mais relevante sobre o movimento da população em Portugal: natalidade, nupcialidade, divorcialidade, mortalidade e migrações internacionais.

Estimativas da População Residente

As estimativas de população residente em Portugal disponibilizadas, estão aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001, incorporando os erros de cobertura para os Recenseamentos de 1991 e 2001, apurados a nível de NUTS II.

O cálculo das estimativas intercensitárias anuais de população assenta nos efectivos populacionais apurados nos Recenseamentos Gerais da População e nos registos anuais dos movimentos natural e migratório. A população de referência é a de residência habitual em Portugal.

Notas

¹ Os Inquéritos de Qualidade aos Censos realizados em Portugal, pela primeira vez com o Recenseamento Geral da População de 1991 e novamente com o de 2001, quantificaram taxas de cobertura das operações censitárias, ou seja, mediram as inclusões e as omissões erradas nas contagens dos indivíduos. A aplicação das respectivas taxas de cobertura ajusta os efectivos populacionais de cada um dos Censos e avalia um saldo migratório mais preciso. A operação de ajustamento é feita para cada uma das regiões, âmbito geográfico para o qual as taxas de cobertura são representativas.

Os efectivos populacionais ajustados constituem a base para o cálculo das estimativas intercensitárias.

De referir que as estimativas utilizadas nesta publicação estão aferidas aos resultados provisórios dos Censos 2001, corrigidos com os erros de cobertura.

² Os saldos migratórios intercensitários são residuais, englobam o verdadeiro saldo migratório e os erros de cobertura associados a cada recenseamento enquadrante.

³ Idade mediana: idade em que o acumulado de população ao acontecimento atinge os 50% do total de população.

⁴ Os dados da UE-15, Grécia, Luxemburgo e Reino Unido reportam-se a 1998; os valores da Dinamarca e França referem-se a 1999; os valores dos restantes países, incluindo Portugal, dizem respeito ao ano de 2000.

⁵ A análise comparativa das migrações internas nos dois períodos observados pelo recenseamento não deve ser efectuada, nomeadamente em termos absolutos, entre outros motivos, dado o aumento da sub-avaliação migratória com o tempo.



FAMÍLIAS

Nas suas diversas frentes, os comportamentos familiares sofrem, em Portugal, mudanças acentuadas nas últimas décadas. Vividas a velocidades, ritmos e *timings* distintos, consoante as regiões e os grupos sociais considerados, parecem dar a imagem de um país europeu que, em comparação com outros, entra tardiamente na modernidade demográfica mas que, ao fazê-lo, parece querer avidamente recuperar o tempo perdido, tal é a intensidade de algumas viragens...

Curiosamente, esta mudança tão expressiva das práticas não destrói a relevância genericamente atribuída pelos portugueses à *família*, enquanto *valor*: em sucessivos Inquéritos realizados à população portuguesa, ela é sistematicamente representada como um dos domínios da vida a que maior importância atribuem e em que mais confiança depositam. A referência *européia* permite, por outro lado, perceber que a intensidade da mudança interna nem sempre coloca Portugal, no presente, no “pelotão da frente” da modernidade familiar em contexto da UE; com algumas exceções, os valores nacionais da grande maioria dos indicadores demográficos revelam um país de contornos que ora o aproximam da média comunitária, ora o afastam dela por aqui se manterem traços de alguma continuidade com cenários “tradicionais”.

Ana Nunes de
Almeida, Universidade
de Lisboa, Instituto de
Ciências Sociais

Estrutura, composição e dimensão dos agregados domésticos, por um lado, modos de entrar e de viver a conjugalidade, por outro, os dois campos que os dados aqui reunidos pelo INE privilegiam, constituem justamente expressivos territórios de mudança.

Quanto ao primeiro pacote de indicadores, construídos em torno da *estrutura dos grupos domésticos*, vale a pena destacarmos algumas tendências que sobressaem entre 1991 e 2001, as quais, não raro, consolidam ou acentuam evoluções já captadas em décadas anteriores: o aumento do número das “famílias clássicas”, o qual se deve, sobretudo, ao acréscimo de “famílias unipessoais”, categoria que recobre principalmente as mulheres idosas mas, agora também, adultos – homens - com menos de 65 anos de idade; a queda da dimensão média da família, a perda de relevo das famílias numerosas, uma concentração nas famílias de 2 ou 3 pessoas, um acréscimo dos casais sem filhos; o avanço expressivo dos núcleos monoparentais. A interpretação destas dinâmicas leva-nos a ter em conta, num horizonte mais próximo, factores como o aumento da esperança da vida, a queda acentuada da fecundidade e o acesso generalizado a formas de contracepção médica e eficaz (abrindo a porta à dissociação entre sexualidade, casamento e procriação), a frequência crescente do divórcio.

O segundo conjunto de indicadores toma como ponto de referência *o casal*, os seus processos de constituição e dissolução. Os resultados confirmam, primeiro, a contínua desinstitucionalização e diversificação dos modos de entrada na conjugalidade, já visível em finais da década de 80. O recuo das taxas de nupcialidade e dos casamentos na Igreja, a popularidade crescente das uniões de facto, dos casamentos com co-residência prévia dos noivos ou com filhos anteriores à celebração, tendências aliás tipicamente associadas às franjas mais jovens de população, constituem sinais da emergência de novos valores sobre a conjugalidade, agora representada como um compromisso afectivo e privado, construído a dois, ao serviço da felicidade individual. A aceleração intensa da subida das taxas de divórcio, verificada entre 1991-2001, e que coloca actualmente Portugal na média europeia, faz apelo a esses mesmos valores: a realização afectiva do indivíduo no presente prima sobre a conservação da ordem familiar. O alongamento e qualificação dos percursos escolares juvenis, a entrada massiva das mulheres no mercado de emprego traduzem-se, por outro lado, não só em idades mais tardias de entrada no casamento, como numa relativa redução da diferença de idades entre os noivos.

Embalada na mudança, a paisagem familiar portuguesa continua, porém, a não ser plana ou homogênea. As disparidades regionais são uma sua marca distintiva e parecem organizar-se, grosso modo, em torno de dois pólos: as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Alentejo, precursoras da “novidade” em matéria de estrutura familiar e comportamentos conjugais, espaços onde surgem hoje os valores mais expressivos dos indicadores de “modernidade”; a Região Norte e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, caracterizadas por uma entrada mais tardia nesses processos de mudança, mas por eles particularmente afectadas na última década do século XX.

Do ponto de vista da investigação científica, eis portanto um sedutor e complexo terreno de diversidade empírica, que apela à interrogação metódica e à interpretação aprofundada... Os dados dos *Recenseamentos 1991 e 2001* que a seguir se reúnem e comparam não falam, obviamente, por si; e remetem-nos, apenas, para certas dimensões da realidade. Constituem, porém, um contributo acessível, breve e actual para a caracterização de comportamentos familiares dos portugueses à entrada do novo milénio.

Janeiro de 2003

FAMÍLIAS

Nas últimas décadas, Portugal tem assistido a alterações nos padrões de formação dos agregados familiares, na sua dimensão e composição. A estas alterações encontram-se associados fenómenos demográficos como, entre outros, o declínio da fecundidade, o aumento da divorcialidade, ou ainda o aumento da esperança de vida.

Quadro 2.1

Famílias e Núcleos Familiares		
	1991	2001
Unidade: n.º		
População residente	9 867 147	10 356 117
Pessoas a viver em famílias clássicas	9 808 961	10 255 526
Famílias clássicas	3 147 403	3 650 757
Famílias unipessoais	435 864	631 762
Dimensão média da família	3,1	2,8
Famílias institucionais	2 400	3 876
Núcleos familiares	2 765 770	3 069 745

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Aumentou o número de famílias

Em 2001, foram recenseadas 3 650 757 famílias clássicas residentes em Portugal, o que traduz uma taxa de variação de 16,0% comparativamente com o número de famílias clássicas em 1991.

Para além do aumento das famílias clássicas, também as famílias institucionais registaram uma taxa de variação de 61,5% entre os dois momentos censitários.

Mais pessoas a viverem sós

Ao aumento do número de famílias clássicas associa-se o acréscimo observado no número de famílias unipessoais, traduzido numa taxa de variação que rondou os 45%, entre 1991 e 2001.

Paralelamente ao crescimento em termos de valor absoluto, este tipo de família registou também um aumento da sua proporção no total de famílias, passando de 13,8% (em 1991) para 17,3% (em 2001).

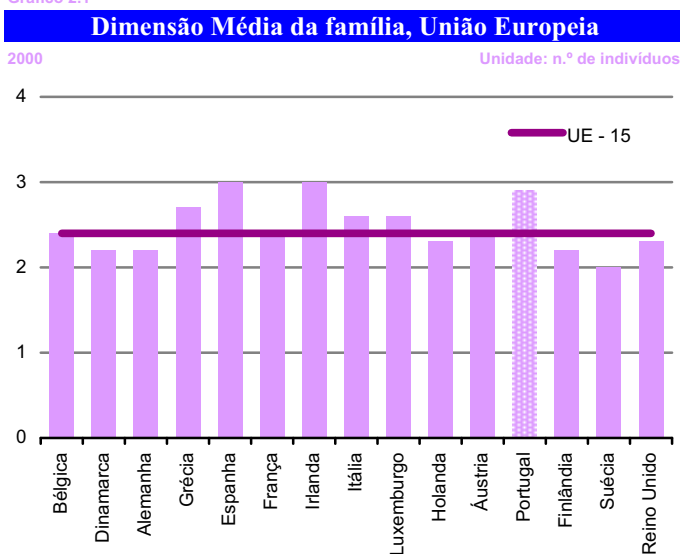
Famílias cada vez mais pequenas

O facto do crescimento das famílias clássicas (16,0%) ser bastante superior ao da população residente (5,0%), constitui um indicador claro do decréscimo da dimensão média das famílias, indicador que, em Portugal, passou de 3,1 (em 1991) para 2,8 pessoas por família (em 2001).

Famílias portuguesas encontram-se entre as de maior dimensão na União Europeia

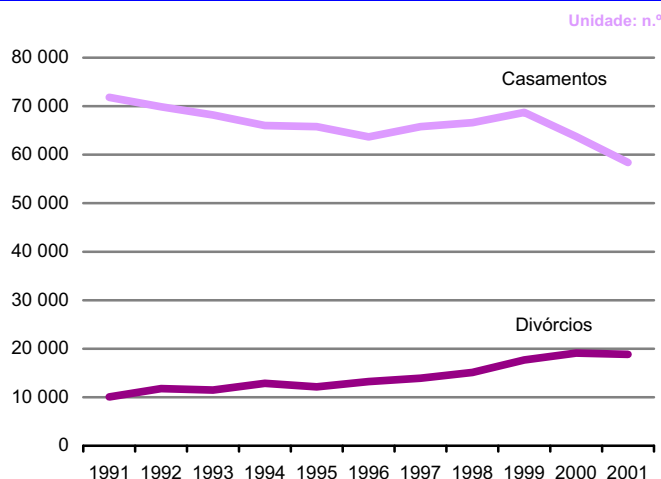
Apesar do decréscimo da dimensão média da família, Portugal continuava a ser, em 2000, um dos países da União Europeia com mais pessoas, em média, por família, conjuntamente com a Espanha e a Irlanda, com valores a rondar as 3 pessoas por família, superiores à média comunitária de 2,4 pessoas por família (certamente por razões diferentes).

Gráfico 2.1



Fonte: EUROSTAT, The Social Situation in the European Union, 2002

Gráfico 2.2

Casamentos e divórcios

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Número de casamentos tem vindo a diminuir e número de divórcios não cessa de aumentar

Nos últimos anos, o número de casamentos tem diminuído significativamente. Entre 1991 e 2001, o decréscimo foi de cerca de 20%. No entanto, comparativamente com os restantes países da União Europeia, Portugal registou a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da Europa. Por outro lado, cada vez se casa mais tarde, embora Portugal seja o país da União Europeia onde esse acontecimento se realiza pela primeira vez mais cedo.

Por contraste, o número de divórcios não tem parado de aumentar. No mesmo período, o aumento dos divórcios em Portugal foi de cerca de 90%. No contexto da União Europeia, e no ano

2000, Portugal registou uma taxa de divorcialidade correspondente à média da União Europeia (1,9‰).

Quase duplicou o número de indivíduos casados sem registo

Se o número de casamentos tem vindo a diminuir, outras formas de conjugalidade, tais como a união de facto, têm constituído uma opção para cada vez mais casais. O número de indivíduos em união de facto quase que duplicou entre 1991 e 2001, tendo sido recenseados em 2001 cerca de 381 mil indivíduos nesta situação.

ESTRUTURAS E DINÂMICAS FAMILIARES

O número de famílias clássicas residentes em Portugal aumentou 16,0% entre 1991 e 2001, tendo sido recenseadas 3 650 757 famílias clássicas em 2001.

O número de famílias institucionais registou igualmente um crescimento bastante acentuado (61,5%) entre os dois momentos censitários, apesar de manter um valor absoluto reduzido (3 876 famílias institucionais em 2001).

A taxa de variação do número de famílias (16,0%) foi bastante superior à taxa de variação dos efectivos populacionais residentes em famílias clássicas (4,6%), o que se reflectiu na diminuição da dimensão média da família de 3,1 para 2,8 pessoas. A este decréscimo não será alheio o crescimento particularmente acentuado do número de famílias unipessoais, a par com o decréscimo das famílias mais numerosas.

Decréscimo do número de famílias com 5 ou mais pessoas

A taxa de variação do número total de famílias clássicas residentes não é homogénea se se analisarem em separado as famílias segundo a sua dimensão. As famílias de 1 a 4 pessoas aumentaram de número entre 1991 e 2001, observando-se a maior taxa de variação nas famílias de uma só pessoa (44,9%) e a menor mas ainda de valor positivo (5,3%) nas famílias de 4 pessoas. Em oposição, registaram-se variações negativas do número de famílias com 5 pessoas (-18%) e sobretudo no número de famílias de 6 ou mais pessoas (-42,6%).

As variações ocorridas, entre 1991 e 2001, no número de famílias segundo a sua dimensão, originou uma alteração na sua distribuição percentual, face ao total de famílias clássicas residentes em Portugal.

As famílias de 2 pessoas mantiveram-se como as mais significativas, representando 28,4% do total de famílias clássicas, em 2001.

Entre 1991 e 2001, apenas as famílias de 1 a 3 pessoas viram aumentar o seu valor relativo, destacando-se o aumento de 3,5 pontos percentuais das famílias de uma só pessoa.

As famílias mais numerosas (de 4 ou mais pessoas) perderam importância relativa, destacando-se o decréscimo da proporção de famílias de 6 ou mais pessoas que diminuiu 3,3 pontos percentuais.

Regiões autónomas têm famílias mais numerosas

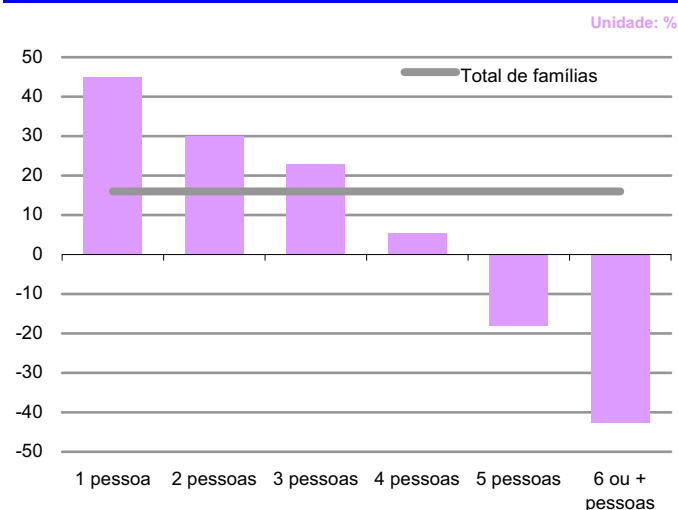
A nível regional, observou-se o mesmo tipo de tendência, que se revela no decréscimo generalizado da dimensão média da família, mantendo-se em 2001 as regiões autónomas com os valores mais elevados e, conjuntamente com a região Norte, acima dos valores para Portugal.

Pela análise da repartição das famílias segundo o tipo de família baseada na estrutura etária dos seus membros, verifica-se que, em ambos os momentos censitários, são as famílias de 3 ou mais adultos¹ (ainda que nesta tipologia possam estar incluídos os casais com filhos com mais de 14 anos de idade, ou ainda as famílias de mãe ou pai com dois ou mais filhos com mais de 14 anos de idade) as mais significativas, representando, em 2001, 34,8% do total de famílias clássicas e reflectindo uma diminuição de 2,8 pontos percentuais face ao valor de 1991.

As famílias de dois adultos com crianças ocupavam, em ambos os momentos censitários, o segundo lugar na hierarquização dos valores relativos, apesar de, neste tipo de família, se ter

Gráfico 2.3

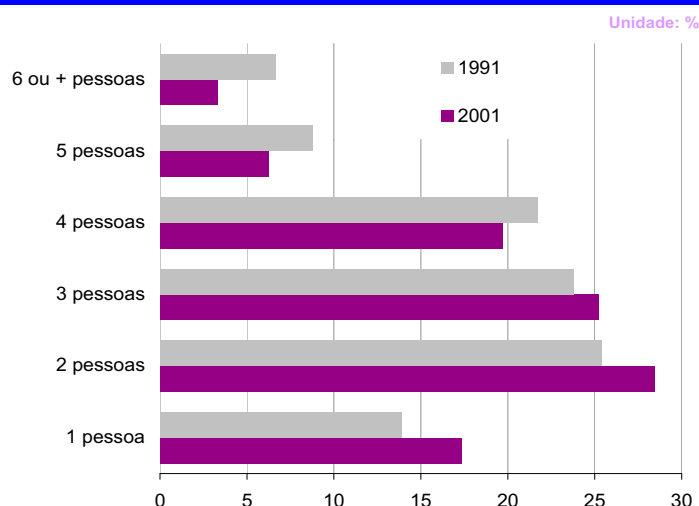
Taxas de variação do número de famílias segundo a sua dimensão



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 2.4

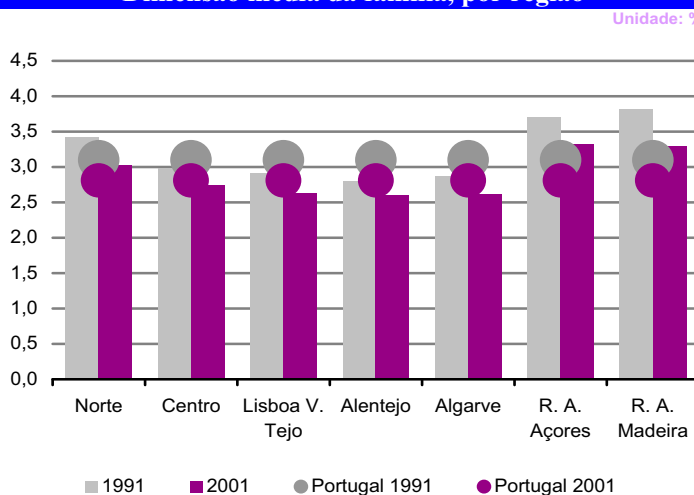
Distribuição percentual das famílias clássicas segundo a dimensão



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 2.5

Dimensão média da família, por região



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

registado uma diminuição de 3,5 pontos percentuais face a 1991, concentrando 19,1% do total de famílias, em 2001.

Em oposição, os restantes tipos de família viram aumentar, ou manter, a sua proporção no total de famílias clássicas, destacando-se as famílias de um adulto masculino com idade entre os 15 e os 64 anos de idade que aumentaram 1,6 pontos percentuais.

Quadro 2.2

Famílias segundo o tipo				
Tipo de família	1991		2001	
	n.º	%	n.º	%
Total de famílias	3 147 403	100,0	3 650 757	100,0
Um adulto masculino com idade entre 15 e 64 anos	77 635	2,5	147 346	4,0
Um adulto feminino com idade entre 15 e 64 anos	115 723	3,7	163 287	4,5
Um adulto masculino com 65 ou mais anos	52 791	1,7	71 490	2,0
Um adulto feminino com 65 ou mais anos	188 926	6,0	249 564	6,8
Um adulto masculino com 1 ou mais crianças	4 484	0,1	4 783	0,1
Um adulto feminino com 1 ou mais crianças	40 114	1,3	46 303	1,3
Dois adultos com idade entre 15 e 64 anos	394 802	12,5	509 820	14,0
Dois adultos pelo menos um com 65 anos	375 976	11,9	491 061	13,5
Dois adultos com crianças	712 614	22,6	697 224	19,1
Três ou mais adultos	1 183 375	37,6	1 269 766	34,8
Outros casos	963	0,0	113	0,0

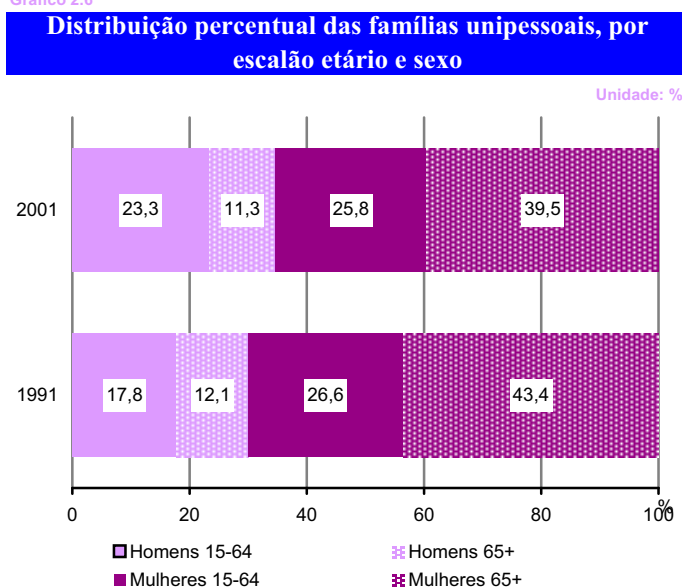
Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Aumentou o número de pessoas com menos de 65 anos a viver sós

O aumento do número de famílias unipessoais fica sobretudo a dever-se ao acréscimo do número de famílias de adultos com menos de 65 anos de idade, ainda que a maior proporção se tenha mantido nas famílias unipessoais de idosos, particularmente de uma idosa.

Em 2001, cerca de 9% do total de famílias referiam-se a famílias de uma pessoa com 65 ou mais anos de idade, das quais quase 7% eram famílias de uma idosa.

Gráfico 2.6



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

São sobretudo as mulheres idosas que vivem em famílias unipessoais

Apesar de se ter observado uma redução percentual das famílias unipessoais de mulheres relativamente ao total de famílias unipessoais, estas continuam a ser as mais representativas.

Destaca-se a elevada proporção de famílias unipessoais de mulheres com 65 ou mais anos de idade, em ambos os momentos censitários: em 1991 representavam cerca de 43% do total de famílias unipessoais, reduzindo-se este valor para cerca de 40% em 2001.

Aumentaram as famílias unipessoais de homens com menos de 65 anos de idade

O acréscimo percentual das famílias unipessoais surge, assim, associado ao aumento de famílias

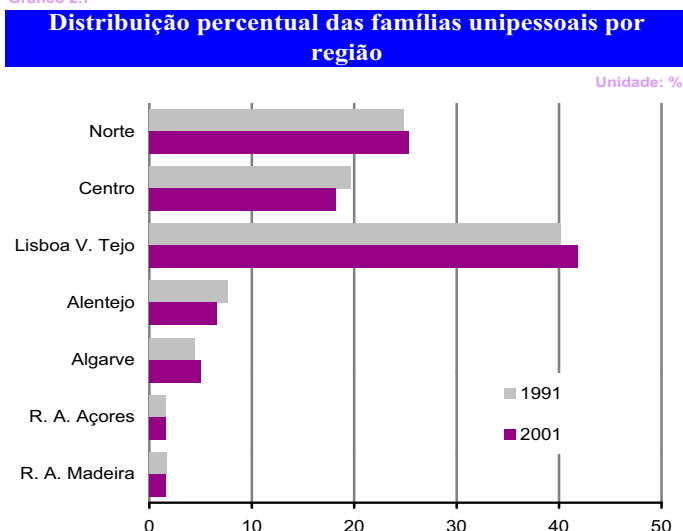
compostas por um homem, em particular de um homem com menos de 65 anos de idade, que em 1991 representavam 17,8% do total de famílias unipessoais tendo este valor aumentado para 23,3% em 2001.

Por região, é sobretudo em Lisboa e Vale do Tejo que se concentram as maiores proporções de famílias unipessoais (40% em 1991 e 42% em 2001). Os valores mais reduzidos registaram-se, em ambos os momentos censitários, nas regiões autónomas.

Percentagem de famílias unipessoais em Portugal é inferior à média comunitária

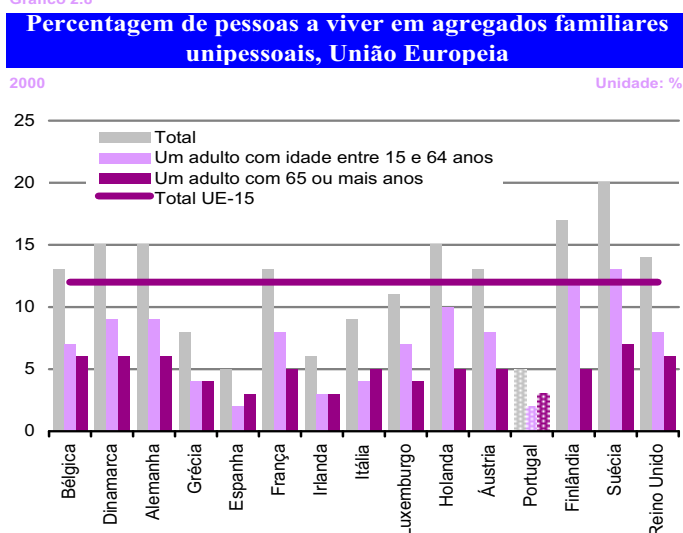
Apesar do acréscimo do número de famílias unipessoais e, consequentemente, do número de pessoas a viver neste tipo de família, Portugal continuava, em 2000, a ser dos países da UE-15, conjuntamente com a Espanha, onde a percentagem de pessoas a viver em agregados familiares de uma só pessoa era das mais reduzidas. De facto, o valor de 5% observado para Portugal, naquele ano, era inferior à média comunitária de 12% e bastante mais reduzido que os 20% da Suécia, país onde se registava o valor mais elevado. Por outro lado, entre os países da UE-15, conjuntamente com a Espanha e a Irlanda, Portugal era o país onde a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos a viver em agregados familiares unipessoais era das mais reduzidas (3%), face ao valor comunitário (5%) ou da Suécia (7%).

Gráfico 2.7



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 2.8



Fonte: EUROSTAT, The Social Situation in the European Union, 2002

Aumentaram as famílias constituídas só por idosos

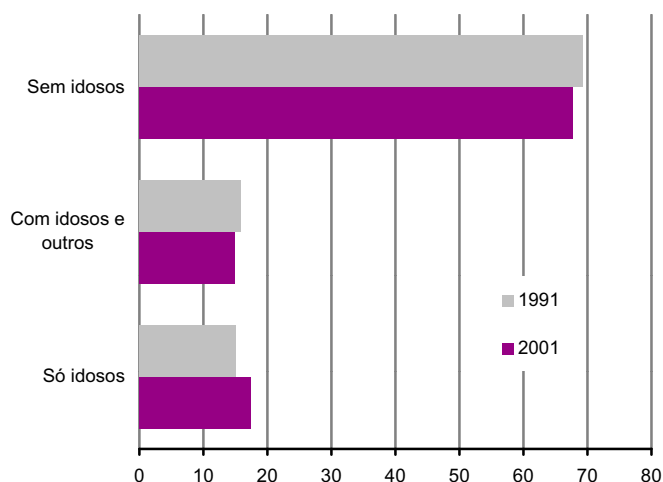
Considerando que em Portugal, entre 1991 e 2001, se verificou um crescimento acentuado da população com 65 ou mais anos de idade, é natural que, para além do aumento do número de famílias unipessoais de idosos, se observe também um crescimento do número de famílias com idosos.

De facto, a percentagem de famílias com idosos aumentou para 32,3% do total de famílias em 2001 (30,8% em 1991), o que se deve exclusivamente ao aumento da proporção de famílias só de idosos (de 14,9%, em 1991, para 17,4%, em 2001), já que as famílias com idosos e outros diminuíram entre os dois momentos censitários.

Mais de metade das famílias com idosos, em 2001, referiam-se a famílias só de idosos.

Entre as famílias só de idosos, o peso relativo das famílias de 1 idoso ou de 3 ou mais idosos diminuiu, tendo apenas aumentado a proporção de famílias com 2 idosos, no total das famílias só de idosos.

Gráfico 2.9

Percentagem de famílias com e sem idosos

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Casal com filhos é o núcleo familiar predominante

Entre 1991 e 2001, o número de núcleos familiares registou uma taxa de variação de 11,0%.

Ainda que o número absoluto de núcleos familiares de casais com filhos tenha aumentado entre 1991 e 2001, mantendo-se como o tipo de núcleo mais representativo, verificou-se que a sua importância relativa decresceu para 56,7% do total de núcleos familiares em 2001, face aos 60,9% observados em 1991.

Em oposição, nos núcleos de casais sem filhos, paralelamente ao aumento em termos absolutos, registou-se um crescimento da sua importância

Quadro 2.3

Núcleos familiares, por tipo de núcleo

Tipo	1991		2001	
	nº	%	nº	%
Total de núcleos familiares	2 765 770	100,0	3 069 745	100,0
Casal sem filhos	797 569	28,8	947 186	30,9
Casal com filhos	1 683 181	60,9	1 740 522	56,7
Pai com filhos	34 999	1,3	48 132	1,6
Mãe com filhos	219 269	7,9	305 839	10,0
Avós com netos	17 848	0,6	15 248	0,5
Avô com netos	1 261	0,0	1 131	0,0
Avó com netos	11 643	0,4	11 687	0,4

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

relativa, passando a representar 30,9% do total de núcleos em 2001, face aos 28,8% em 1991. A este crescimento pode estar associado o fenómeno do envelhecimento da população, uma vez que estes casais sem filhos podem ser constituídos por dois idosos, cujos filhos já saíram de casa, sendo esta ideia reforçada pelo que já foi dito sobre o aumento de famílias só de idosos e particularmente de famílias de dois idosos.

Gráfico 2.10

Distribuição percentual dos núcleos familiares, por tipo de núcleo

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Famílias monoparentais são sobretudo compostas por mães com filhos

As famílias monoparentais, do tipo mãe ou pai com filhos, aumentaram a sua importância relativa no total dos núcleos familiares (11,5% em 2001 e 9,2% em 1991). O acréscimo foi ligeiramente superior no caso das mães com filhos, que continuavam a representar em 2001 a grande maioria deste tipo de núcleo (86,4%).

A proporção de núcleos familiares monoparentais no total de núcleos familiares apresenta disparidades a nível regional, destacando-se a Região Autónoma da Madeira com os valores mais elevados em ambos os momentos censitários. Os valores mais reduzidos registaram-se no Alentejo,

em 1991, e no Norte em 2001. Por outro lado, o aumento mais significativo entre 1991 e 2001 registou-se no Algarve.

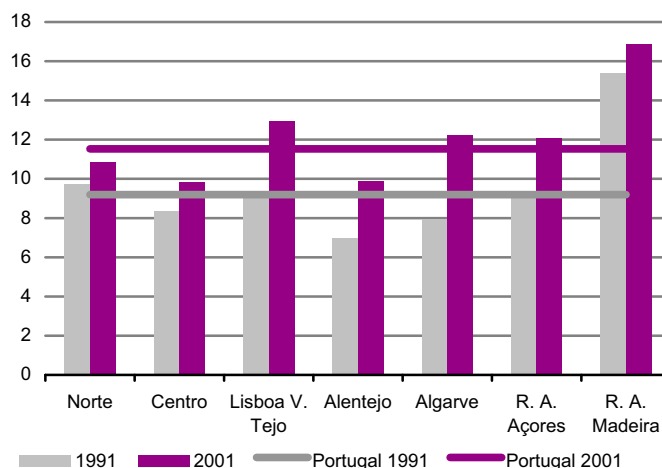
FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS E CONJUGALIDADE

Os padrões de nupcialidade e de formação das famílias têm sofrido alterações nas últimas décadas: a entrada na conjugalidade tende a ser adiada, a opção pelo casamento legal, na primeira conjugalidade, tem vindo a perder importância relativa, embora se mantenha como a mais significativa, e tendem a desenvolver-se outras formas alternativas de conjugalidade tais como, a união de facto, a vivência em casal sem residência em comum², entre outras.

Gráfico 2.11

Proporção de núcleos familiares monoparentais (mãe ou pai com filhos) no total de núcleos familiares, por região

Unidade: %



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

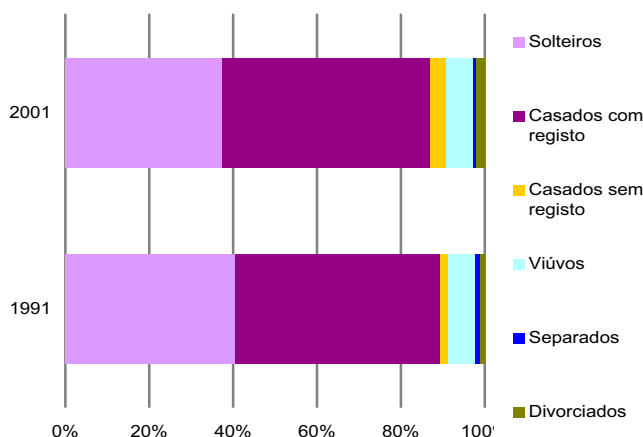
Aumento significativo dos divorciados e casados sem registo entre 1991 e 2001

Segundo os Censos 2001, a maioria da população residente estava casada com registo (49,6%) ou era solteira (37,5%). Os restantes estados civis aparecem com valores bastante inferiores.

Entre 1991 e 2001, destaca-se o forte aumento do número de divorciados (104,2%), sobretudo de homens (134,8%; 91,0% para as mulheres) e de casados sem registo (96,1%), com aumentos semelhantes para ambos os sexos (93,4% para os homens e 98,8% para as mulheres). Os separados apresentam, por sua vez, uma diminuição (-37,1%) entre os dois últimos censos, mais visível nas mulheres (-42,4%). Esta evolução é reveladora da crescente instabilidade das relações conjugais, nomeadamente das formalizadas pela instituição do casamento, e do aumento da opção por modos mais informais da conjugalidade.

Gráfico 2.12

População residente por estado civil



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

As principais diferenças verificadas entre homens e mulheres no que respeita ao estado civil, dizem respeito aos viúvos, separados e divorciados. A viuvez afecta principalmente as mulheres, devido à sobrevivência dos homens: por cada 100 viúvos, 82 são mulheres e 18 são homens. Também os estados civis de separado e divorciado apresentam maior incidência nas mulheres: por cada 100 indivíduos separados ou divorciados, 64 são mulheres e 36 são homens. A maior esperança de vida das mulheres e a tendência que os homens têm para voltar a casar em menor espaço de tempo do que as mulheres, entre outros factores, justificam estas situações.

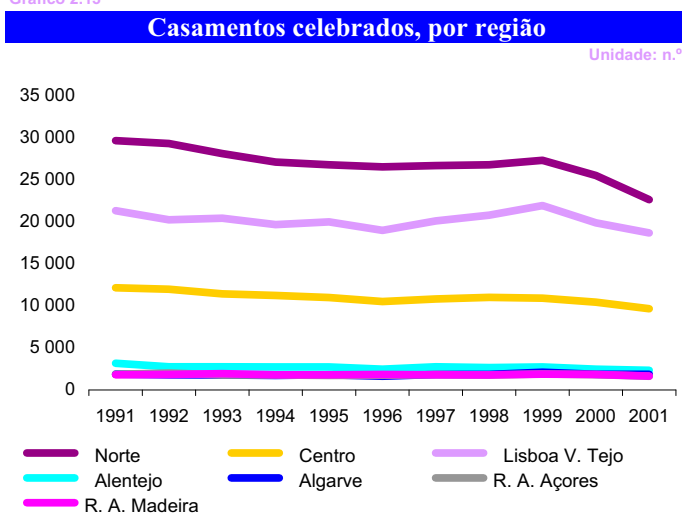
Casamentos diminuíram cerca de 20% em 10 anos

Quadro 2.4

População residente segundo o sexo, por estado civil e variação percentual 1991-2001									
Estado Civil	População residente (n.º)			População residente (n.º)			Taxa de variação 1991-2001 (%)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	9 867 147	4 756 775	5 110 372	10 356 117	5 000 141	5 355 976	5,0	5,1	4,8
Solteiros	4 002 086	2 066 665	1 935 421	3 880 268	2 019 933	1 860 335	-3,0	-2,3	-3,9
Casados com registo	4 817 641	2 406 602	2 411 039	5 139 592	2 571 823	2 567 769	6,7	6,9	6,5
Casados sem registo	194 315	97 081	97 234	381 120	187 796	193 324	96,1	93,4	98,8
Viúvos	635 839	117 500	518 339	680 118	122 235	557 883	7,0	4,0	7,6
Separados	119 349	39 393	79 956	75 058	28 996	46 062	-37,1	-26,4	-42,4
Divorciados	97 917	29 534	68 383	199 961	69 358	130 603	104,2	134,8	91,0

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 2.13



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

O número de casamentos celebrados tem vindo a diminuir significativamente nos últimos anos. Em 2001, celebraram-se 58 390 casamentos, enquanto em 1991 se tinham registado 71 808, ou seja, neste intervalo de tempo o número de casamentos celebrados diminuiu cerca de 20%.

Continua a pertencer à região Norte e a Lisboa e Vale do Tejo o maior número de celebrações, com 22 604 e 18 651 casamentos, respectivamente, em 2001.

As maiores quebras, entre 1991 e 2001, verificaram-se nas regiões Norte (-23,7%), Centro (-20,5%), e especialmente no Alentejo (-26,4%), devido, entre outros factores, ao envelhecimento da população nestas regiões

e à diminuição da população em idade de casar.

A diminuição da opção pelo casamento legal pode ser confirmada pela análise das taxas de nupcialidade dos últimos anos.

Quadro 2.5

Taxa de nupcialidade (por mil habitantes) por região											
NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	7,3	7,0	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6	6,8	6,2	5,7
Continente	7,3	7,0	6,8	6,6	6,5	6,3	6,5	6,5	6,7	6,2	5,6
Norte	8,5	8,3	8,0	7,7	7,5	7,4	7,4	7,4	7,6	7,0	6,2
Centro	7,1	6,9	6,6	6,5	6,3	6,0	6,2	6,3	6,2	5,9	5,4
Lisboa V. Tejo	6,5	6,0	6,1	5,9	5,9	5,6	5,9	6,1	6,4	5,8	5,4
Alentejo	5,8	5,1	5,2	5,1	5,1	4,7	5,2	5,0	5,2	4,7	4,4
Algarve	5,5	5,3	5,2	5,0	5,1	4,5	5,1	5,0	5,6	4,8	4,7
R. A. Açores	7,9	8,4	7,5	7,4	7,2	7,3	7,6	7,5	8,0	7,7	6,9
R. A. Madeira	7,1	7,4	7,7	7,2	7,3	7,5	7,3	7,2	7,7	7,5	6,7

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Apesar da ligeira recuperação dos casamentos celebrados na segunda metade dos anos 90, após o decréscimo contínuo dos anos anteriores, a taxa de nupcialidade volta a sofrer em 2001 uma quebra pelo segundo ano consecutivo e atinge o valor mais baixo dos anos em análise: 5,7‰, correspondendo a 58 390 casamentos celebrados.

Entre 1991 e 2001, pertenceram ao Norte e às regiões autónomas os valores mais elevados da taxa de nupcialidade. Pelo contrário, o Alentejo e o Algarve apresentaram os valores mais baixos. Em 2001, a taxa de nupcialidade variou

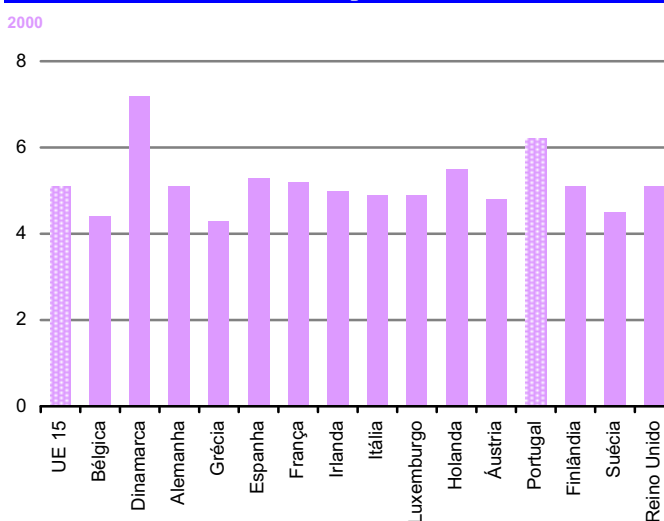
entre os 4,4‰ do Alentejo e 6,9‰ na Região Autónoma dos Açores. Naquele período, a taxa de nupcialidade sofreu uma quebra no País (-1,6 casamentos por mil habitantes) e em todas as regiões, embora mais acentuada nas regiões do Norte (-2,3‰) e Centro (-1,6‰).

Portugal regista a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da União Europeia

Relativamente aos restantes países da União Europeia, Portugal deteve, em 2000, segundo o EUROSTAT, a segunda taxa mais elevada de nupcialidade, a seguir à Dinamarca (7,2‰), com valores superiores à média estimada para a União Europeia (5,1‰). A Grécia (4,3‰) e a Bélgica (4,4‰) apresentaram as taxas mais baixas.

Gráfico 2.14

Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes), União Europeia



Fonte: EUROSTAT, Statistiques en bref, theme 3 - 17/2002

Mulheres e Homens casam cada vez mais tarde

Para além de se celebrarem menos casamentos em Portugal, verifica-se também um retardar da idade ao casamento legal. A análise da evolução das idades médias ao casamento e ao primeiro casamento no período entre 1991 e 2001, confirma a tendência para o seu progressivo aumento. Neste período, registou-se um avanço de cerca de dois anos na idade média dos homens e das mulheres ao casamento (1,8 e 2,1 anos, respectivamente), registando-se o valor de 29,8 anos para os homens e 27,4 anos para as mulheres, em 2001. No que se refere ao primeiro casamento, as idades médias eram ligeiramente inferiores e o avanço registado entre 1991 e 2001 também é ligeiramente menor: 1,5 anos para os homens e 1,7 anos para as mulheres. Estimou-se para 2001 em 27,8 anos a idade média dos homens a este acontecimento e em 26,1 anos a idade média das mulheres.

Paralelamente às tendências anteriores, observa-se, no período em análise, uma redução da diferença de idades entre os sexos.

Quadro 2.6

Idade média ao casamento e ao primeiro casamento, por sexo												
Unidade: anos												
Idades		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Idade média ao casamento	H	28,0	28,1	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3	29,8
	M	25,3	25,4	25,6	25,8	25,9	26,2	26,4	26,5	26,7	26,9	27,4
Idade média ao primeiro casamento	H	26,3	26,4	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5	27,8
	M	24,4	24,5	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7	26,1

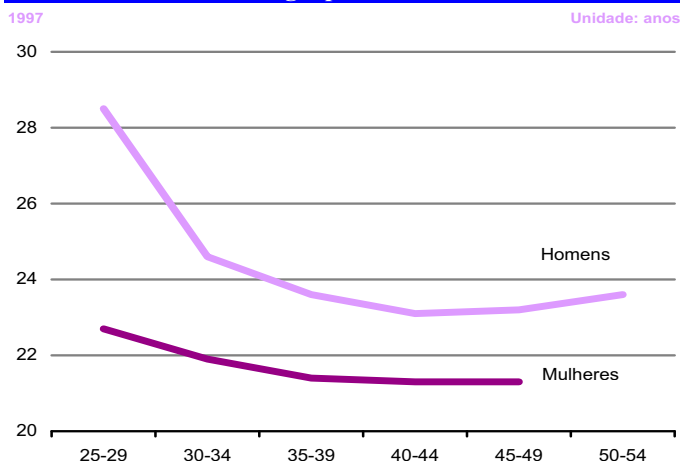
Fonte: INE - Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

Jovens saem cada vez mais tarde de casa dos pais

A análise geracional possível através do Inquérito à Fecundidade e Família (IFF) aponta para um aumento gradual da idade mediana à saída de casa dos pais nas gerações mais jovens. O adiamento foi mais acentuado no caso dos homens do que no caso das mulheres: a idade mediana à saída de casa dos pais passou, no que se refere às mulheres, de 21,3 anos, no grupo etário dos 45-49 anos, para 22,7 anos, no grupo etário dos 25-29 anos, e, no que respeita aos homens, de 23,6 anos, no grupo etário dos 50-54 anos, para 28,5 anos, no grupo etário dos 25-29 anos.

Gráfico 2.15

Idade mediana à saída de casa dos pais, por sexo, segundo o grupo etário

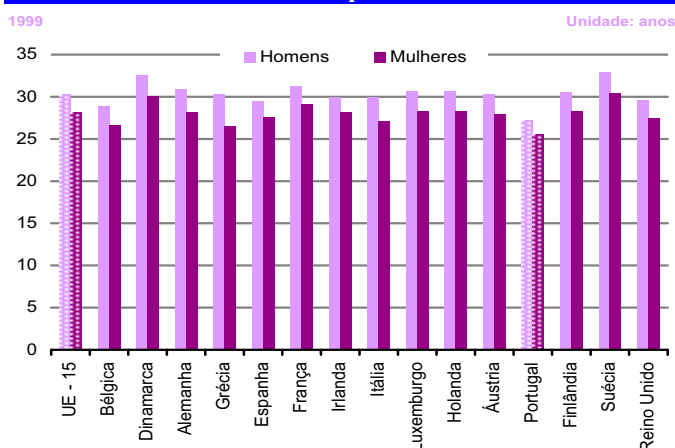


Fonte: INE - Inquérito à Fecundidade e Família (1997)

para as mulheres na Dinamarca. O retardar da idade ao primeiro casamento legal nestes países encontra-se tradicionalmente associado à preferência de entrada na conjugalidade por outras formas mais informais da conjugalidade, tais como a união de facto.

Gráfico 2.16

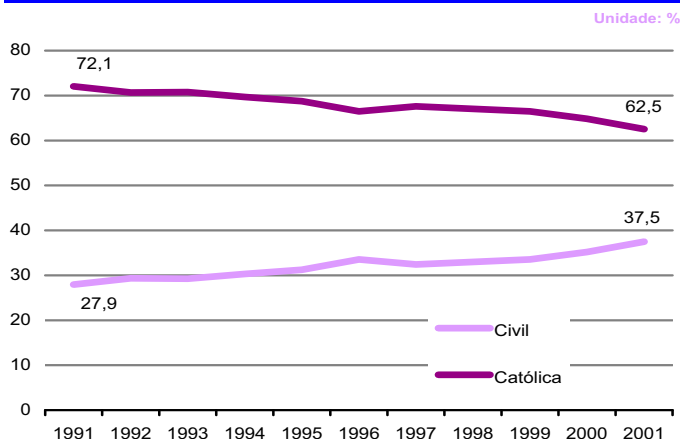
Idade média ao primeiro casamento, por sexo, União Europeia



Fonte: EUROSTAT, European Social Statistics, Demography

Gráfico 2.17

Casamentos segundo a forma de celebração



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Portugal é o país da UE onde se casa (pela primeira vez) mais cedo

Segundo o EUROSTAT, Portugal apresenta no contexto europeu as idades mais baixas ao primeiro casamento, juntamente com a Bélgica, no caso dos homens (28,9 anos) e, com a Grécia, no caso das mulheres (26,5 anos), valores abaixo da média estimada para a UE-15 (30,3 anos para os homens e 28,1 anos para as mulheres). Por oposição, a Suécia e a Dinamarca apresentam, para ambos os sexos, as idades médias ao primeiro casamento mais elevadas, com valores bastante superiores à média da UE-15: 32,9 anos para os homens e 30,4 anos para as mulheres na Suécia, e 32,5 anos para os homens e 30,1 anos

Casamentos católicos têm vindo a diminuir

Para além do número de casamentos ter vindo a diminuir, a opção pela forma de celebração do casamento, apenas no Registo civil ou pela Igreja, também tem sofrido algumas alterações nas últimas décadas. O número de casamentos católicos tem vindo continuamente a baixar, a favor da celebração apenas pelo Registo civil.

Entre 1991 e 2001, a proporção de casamentos católicos diminuiu cerca de 10 pontos percentuais, passando de 51 738 casamentos em 1991, para 36 509 em 2001. Por sua vez, em 2001 celebraram-se 21 881 casamentos apenas pelo civil, face a 20 070 casamentos em 1991.

Algarve e Lisboa e Vale do Tejo com as maiores proporções de população casada sem registo

Se o número de casamentos tem vindo a diminuir, outras formas de conjugalidade têm ganho adeptos. Como já observado anteriormente, o número de indivíduos em união de facto quase que duplicou entre 1991 e 2001, passando de 194 315 indivíduos para 381 120, uma variação de 96,1%. Por contraste, a população casada com registo apenas aumentou 6,7% no País.

O acréscimo da população casada sem registo foi significativo em todas as regiões, verificando-se os maiores aumentos naquelas onde a sua proporção era menor. Assim, o Norte, Centro e a Região Autónoma dos Açores mais que duplicaram a população casada sem registo (Norte registou um aumento de 152,5%, o Centro de 123,5% e a R. A. dos Açores de 119,6%). Foi no Alentejo que a população em união de facto menos aumentou, observando um acréscimo de 43,7%.

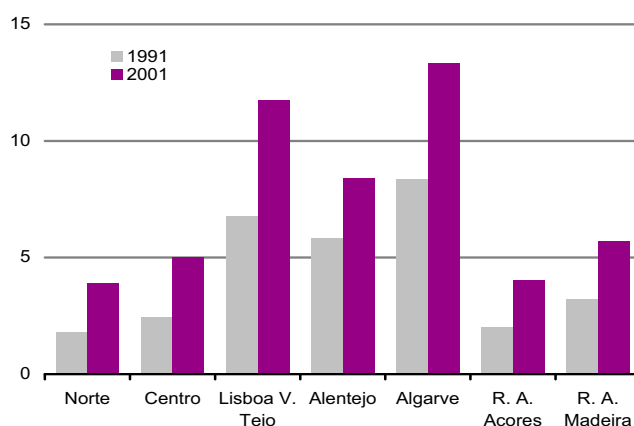
A análise da distribuição da população residente casada sem registo (no total da população casada), revela fortes assimetrias regionais. Quer em 1991, quer em 2001, pertencem ao Algarve (13,3% em 2001), Lisboa e Vale do Tejo (11,7%) e Alentejo (8,4%) as maiores proporções da população casada sem registo, com valores bastante acima do nacional (6,9%). Pelo contrário, o Norte, Centro e as regiões autónomas registaram, em ambos os momentos censitários, os valores mais baixos, situados entre os 3,9% e os 5,7%.

Gerações mais novas tendem a optar mais pela coabitação do que as gerações mais velhas

Os resultados do IFF confirmam a tendência para o adiamento da entrada na conjugalidade, com excepção dos grupos etários mais elevados, à data da entrevista. De facto, a idade mediana ao primeiro casamento, seja ele legal ou de facto, aumentou de 21,9 para 23,6 anos de idade entre as gerações mais velhas (40-44 anos de idade em 1997) e as mais jovens (25-29 anos de idade em 1997), tendência que verifica uma excepção no grupo etário mais elevado (45-49 anos de idade em 1997) onde a idade mediana à primeira conjugalidade foi de 22,6 anos de idade.

Gráfico 2.18

População casada sem registo (% no total da população casada), por região



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

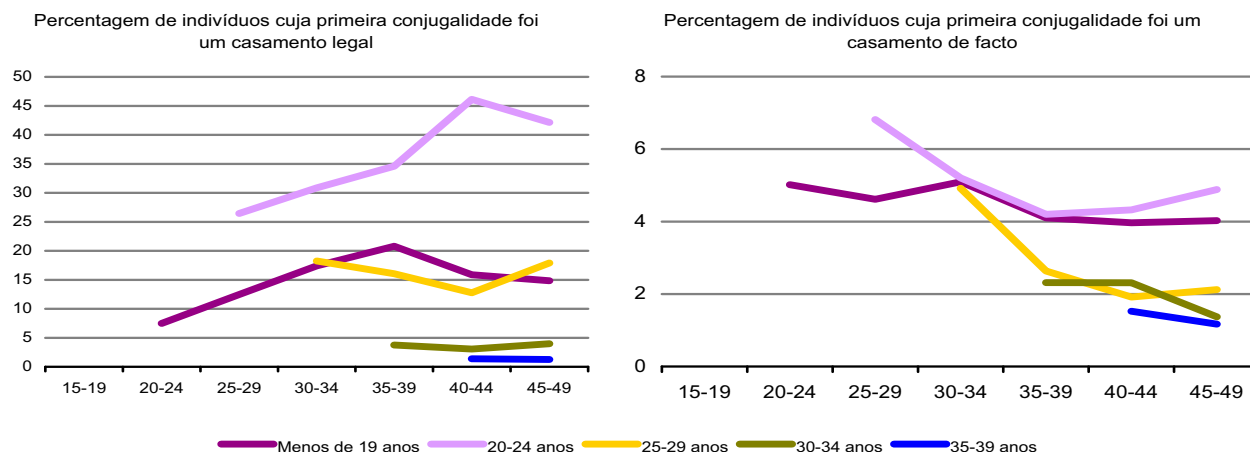
A análise geracional, possível de efectuar com base no IFF, permite ainda observar uma tendência para as gerações mais novas optarem um maior número de vezes pelo casamento de facto ou coabitação, em detrimento do casamento com registo, comparativamente com as gerações mais velhas.

Gráfico 2.19

Indivíduos cuja primeira ligação conjugal foi um casamento legal sem coabitação pré-marital e indivíduos cuja primeira ligação conjugal foi um casamento de facto, segundo o grupo etário - Amostra total

1997

Unidade: %

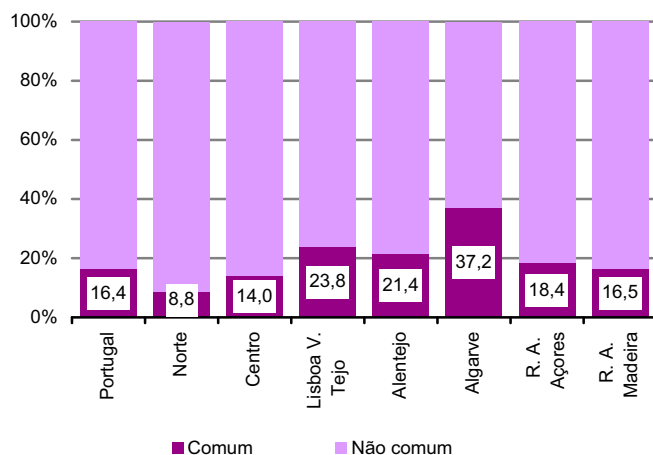


Fonte: INE - Inquérito à Fecundidade e Família (1997)

Gráfico 2.20

Casamentos celebrados segundo a existência de residência comum anterior ao casamento, por região

2001



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

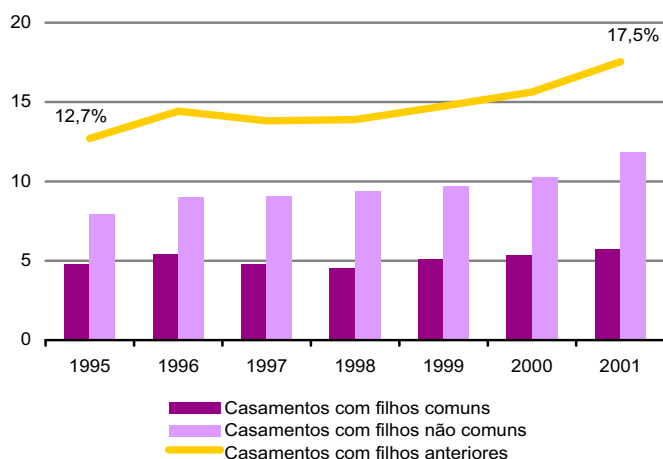
celebração do casamento é mais frequente; pelo contrário, pertencem ao norte do País e às regiões autónomas, os valores mais baixos.

Têm aumentado os casamentos celebrados em que existem filhos anteriores ao casamento

Nos últimos anos têm vindo a aumentar o número de casamentos celebrados em que existem filhos anteriores ao casamento. No ano de 2001, em 17,5% dos casamentos celebrados já existiam filhos anteriores ao casamento: em 5,7% dos casamentos realizados existiam filhos comuns ao casal e em 11,8% existiam filhos não comuns (só do marido ou só da mulher). Os primeiros correspondem a casamentos de casais que já viviam em união de facto e tiveram filhos comuns; os segundos referem-se a casamentos de famílias reconstituídas.

Gráfico 2.21

Casamentos celebrados com filhos anteriores



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Em mais de um terço dos casamentos celebrados no Algarve os nubentes já tinham residência comum

Entre outras formas, tem aumentado o número de indivíduos que optam pela união de facto antes de celebrarem o casamento. Em 2001, em cerca de 15% dos casamentos celebrados os nubentes já possuíam residência comum (9 553). Entre 1995 e 2001, anos em que esta informação é disponibilizada nas Estatísticas Demográficas, a proporção de indivíduos naquela situação aumentou cerca de 35%.

O valor para Portugal (16,4%) resulta dos valores extremos de 8,8% da região Norte e 37,2% do Algarve. É principalmente a sul do País que a existência de residência em comum antes da

Analizando o período de 1995 a 2001, anos em que as Estatísticas Demográficas disponibilizam estes valores, constata-se que aumentaram principalmente os casamentos com filhos não comuns. Face a 1995, o número de casamentos com filhos anteriores não comuns aumentou 32,0%, passando de 5 229 casamentos para 6 904; o número de casamentos com filhos comuns teve um acréscimo de 6,7%, passando de 3 127 casamentos em 1995 para 3 338 em 2001. No total, os casamentos em que existiam filhos anteriores aumentaram cerca de 23,0%, naquele período.

DISSOLUÇÃO FAMILIAR

Tal como a formação familiar, também a dissolução das famílias tem sofrido profundas transformações nos últimos anos. Um dos factores que caracteriza os padrões de nupcialidade dos últimos anos é o aumento da sua instabilidade. Os casamentos têm hoje uma duração menor do que há uns anos atrás, o número de divórcios não tem parado de

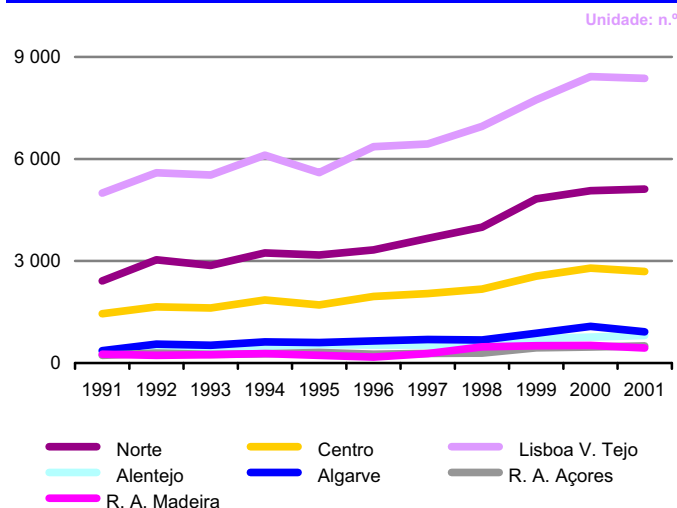
aumentar. Por outro lado, o crescente envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida dos indivíduos faz com que a dissolução dos casamentos por morte também registre algumas modificações.

Divórcios aumentaram cerca de 90% entre 1991 e 2001

Com uma tendência contrária à dos casamentos, os divórcios não cessaram de aumentar nos últimos anos. Em 2001, foram decretados em Portugal 18 851 divórcios, enquanto em 1991 se tinham registado 10 047, verificando-se assim um aumento de 87,6% no número de divórcios naquele período.

Gráfico 2.22

Casamentos dissolvidos por divórcio, por região



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

A taxa de divorcialidade apresentou na década de 90 um valor sempre superior a 1‰, atingindo no ano 2000 o máximo de 1,9 divórcios por mil habitantes. Em 2001, a taxa baixou ligeiramente, situando-se em 1,8‰.

Apesar de, em valores absolutos, o maior número de divórcios pertencer às regiões de Lisboa e Vale do Tejo (8 370 em 2001), Norte (5 115) e Centro (2 693), quando se analisam as taxas brutas de divorcialidade, referidas à população média da região, verificam-se alterações na hierarquia. Lisboa e Vale do Tejo permanece na primeira posição (2,4‰), as seguintes são ocupadas pelo Algarve (2,3‰) e Região Autónoma dos Açores (2,1‰). Por sua vez, as taxas mais baixas pertencem à região Norte (1,4‰), Centro e Alentejo (ambos com 1,5‰).

Comparando o número de divórcios entre 2001 e 1991, constata-se que os maiores aumentos se registaram no Algarve (154,6%), Alentejo (133,1%) e na Região Autónoma dos Açores (123,1%). De referir que, em algumas regiões, o número de divórcios é pouco expressivo, o que pode justificar algumas oscilações mais significativas.

Quadro 2.7

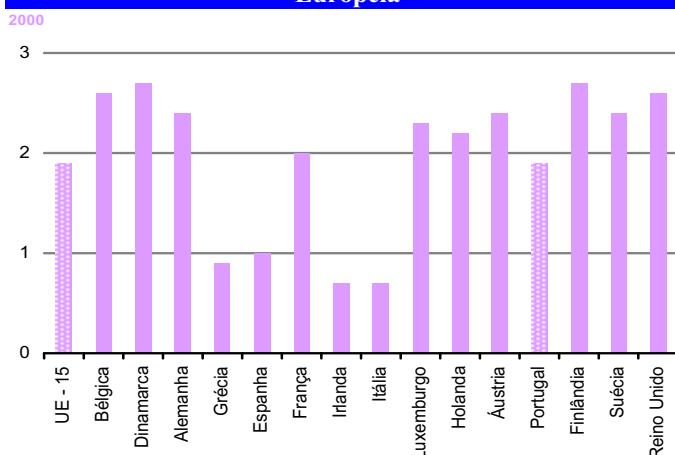
Taxa de divorcialidade (por mil habitantes) por região											
NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	1,0	1,2	1,2	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8
Continente	1,0	1,2	1,2	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8
Norte	0,7	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	1,3	1,4	1,4
Centro	0,8	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,2	1,4	1,6	1,5
Lisboa V. Tejo	1,5	1,7	1,7	1,8	1,7	1,9	1,9	2,0	2,3	2,5	2,4
Alentejo	0,6	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,4	1,4	1,5
Algarve	1,1	1,6	1,5	1,8	1,7	1,8	1,9	1,8	2,3	2,8	2,3
R. A. Açores	0,9	1,2	1,1	1,1	1,3	1,1	1,2	1,2	1,9	2,0	2,1
R. A. Madeira	1,0	0,9	1,0	1,1	0,9	0,7	1,1	1,9	2,1	2,1	1,8

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Pela relação entre o número de divórcios decretados e o número de casamentos celebrados, é possível observar que, em 1991, por cada 100 casamentos celebrados correspondiam 14 casamentos dissolvidos por divórcio, ao passo que, decorridos dez anos, essa relação passou para 32 divórcios por 100 casamentos celebrados. A nível regional os valores variaram entre os 49 divórcios no Algarve, 45 em Lisboa e Vale do Tejo e 35 no Alentejo, e os 23 no Norte, 27 na Região Autónoma da Madeira e 28 do Centro e 31 na Região Autónoma dos Açores, por cada 100 casamentos celebrados.

Gráfico 2.23

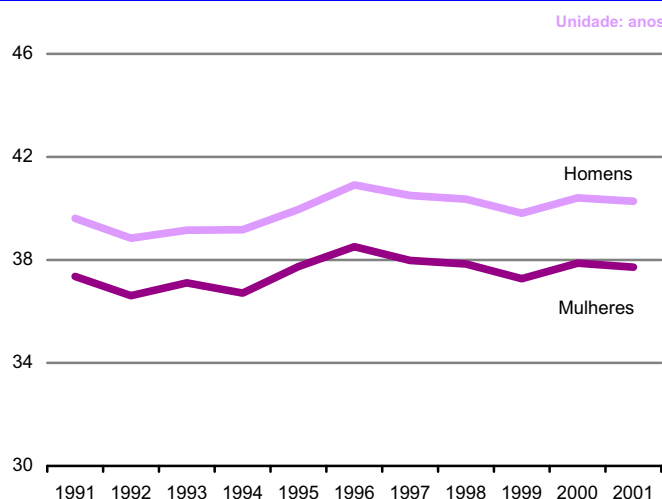
Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes), União Europeia



Fonte: EUROSTAT, Statistiques en bref, theme 3 - 17/2002

Gráfico 2.24

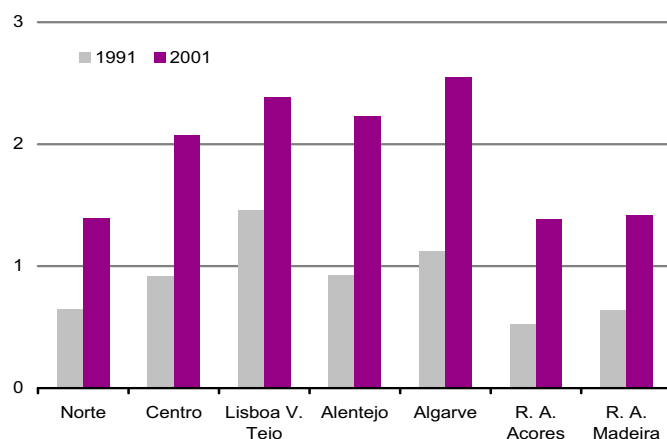
Idade média ao divórcio, por sexo



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Gráfico 2.25

População divorciada (% no total da população residente), por região



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Portugal com uma taxa de divorcialidade correspondente à média da União Europeia

Segundo o EUROSTAT, Portugal registou em 2000 uma taxa de divorcialidade igual à média da UE-15. As taxas mais elevadas pertenceram à Finlândia e Dinamarca (ambos com 2,7‰) e Bélgica e Reino Unido (ambos com 2,6‰). A Irlanda e Itália (ambos com 0,7‰), Grécia (0,9‰) e Espanha (1,0‰) registaram as taxas mais baixas.

Casamentos dissolvidos por divórcio duraram em média cerca de 15 anos

Em 2001, a duração média do casamento à data do divórcio era de cerca de 15 anos. Este indicador, apesar de registar ligeiras oscilações, diminuiu no período de 1991 a 2001. Em 1991, os casamentos duravam em média mais um ano.

Idade média ao divórcio ronda os 40 anos

A idade média dos homens e das mulheres ao divórcio não sofreu significativas alterações nos anos de 1991 a 2001. A idade média dos homens ao divórcio manteve-se ligeiramente mais elevada do que a idade média das mulheres, ao longo do período em análise, diferença que aumentou ligeiramente em 2001, facto que poderá ser explicado pela idade mais tardia com que se casam. Deste modo, em 2001, a idade média dos homens ao divórcio era de 40,3 anos e a das mulheres de 37,7 anos.

Algarve e Lisboa e Vale do Tejo com as maiores proporções de população divorciada

A população divorciada mais que duplicou entre 1991 e 2001 (104,2%), passando de 97 917 para 199 961 indivíduos com este estado civil. Este aumento foi significativo em todas as regiões, registando-se os maiores acréscimos na Região Autónoma dos Açores (170,7%), Algarve (162,0%) e Alentejo (136,2%). Os menores aumentos verificaram-se em Lisboa e Vale do Tejo (72,6%) e na Região Autónoma da Madeira (113,8%), com valores inferiores ao nacional.

É nas regiões mais a Sul do País que se detectam as proporções mais elevadas de divorciados, quer em 1991, quer em 2001. Destacam-se as regiões do Algarve (2,5% em 2001), Lisboa e Vale do Tejo

(2,4%) e Alentejo (2,2%) com as proporções mais elevadas, acima do valor verificado para Portugal (1,9%). Por sua vez, o Norte e as regiões autónomas (todas com 1,4%) apresentaram as percentagens mais baixas, em ambos os censos.

Taxa de viuvez é superior nas mulheres

Quadro 2.8

Casamentos dissolvidos por morte, cônjuges sobreviventes e taxas de viuvez por sexo											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Unidade: n.											
Casamentos dissolvidos por morte											
	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856	46 856
Cônjuges sobreviventes											
Viúvos	14 066	13 686	14 207	13 179	13 887	14 134	13 705	13 621	13 704	13 507	13 452
Viúvas	32 790	32 066	33 370	31 682	32 931	33 883	33 265	33 277	33 465	33 150	32 800
Taxas de viuvez (por mil habitantes)											
Total	4,7	4,6	4,8	4,5	4,7	4,8	4,7	4,6	4,6	4,6	4,5
Homens	2,9	2,9	3,0	2,7	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,7	2,7
Mulheres	6,4	6,2	6,5	6,1	6,3	6,5	6,4	6,3	6,4	6,3	6,2

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas; Estimativas da População Residente

Em 2001, ocorreram 46 252 casamentos dissolvidos por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram 13 452 viúvos e 32 800 viúvas, correspondendo a uma taxa de viuvez de 2,71 por mil homens e 6,16 por mil mulheres. Estes valores não sofreram alterações significativas ao longo do período em análise.

Mais de 40% das mulheres idosas são viúvas

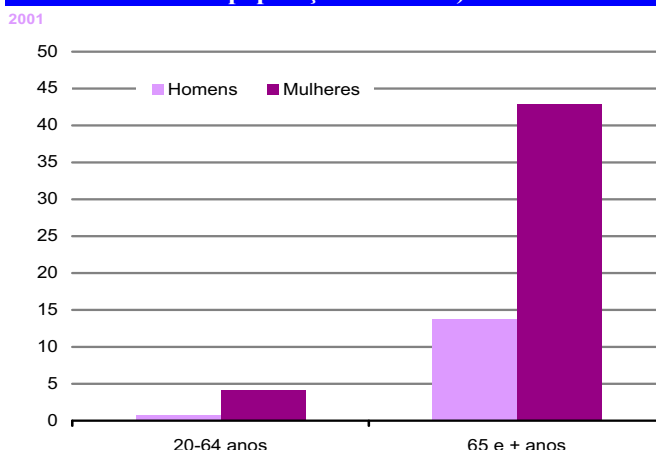
Segundo o último Censo, foram recenseados em Portugal 122 235 homens e 557 883 mulheres com o estado civil de viúvos. A viuvez afecta sobretudo os indivíduos com mais de 65 anos e as mulheres, devido sobretudo à sobremortalidade masculina. Em 2001, 13,8% dos homens e 43,0% das mulheres com 65 ou mais anos eram viúvos. As proporções passam para 0,8% e 4,2%, respectivamente, na população com 20 a 64 anos.

Alentejo e Centro com as proporções mais elevadas de viúvos

A proporção de população viúva aumentou 7,0%, entre 1991 e 2001, passando de 635 839 para 680 118 indivíduos. O acréscimo de viúvos foi mais significativo no Algarve (8,9%), Centro (8,3%) e na Região Autónoma da Madeira (7,3%), com valores acima do verificado para Portugal (7,0%). Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores, o Alentejo e Norte registaram os menores aumentos (1,4%, 5,0% e 6,5%, respectivamente).

Gráfico 2.26

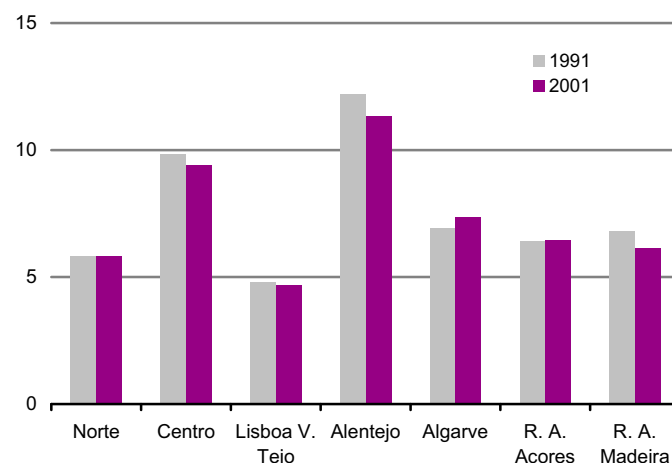
População viúva por escalão etário e sexo (% no total da população residente)



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Gráfico 2.27

População viúva (% no total da população residente), por região



Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Pela distribuição da população viúva por regiões é possível observar que, em 1991 e 2001, pertencem ao Alentejo (11,3%), Centro (9,4%) e Algarve (7,4%) as maiores proporções, com valores acima do nacional (6,4%). Estas são igualmente as regiões que apresentaram as maiores percentagens de idosos. A Região Autónoma dos Açores registou uma proporção igual à apurada para Portugal. As restantes regiões observaram valores inferiores, com destaque para Lisboa e Vale do Tejo (4,7%), Norte (5,8%) e Região Autónoma da Madeira (6,1%).

PARA SABER MAIS...

Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001

Os Recenseamentos Gerais da População foram realizados pelo Instituto Nacional de Estatística com a colaboração das Autarquias Locais e os seus dados referem-se ao dia 15 de Abril de 1991 (Recenseamento Geral da População de 1991) e ao dia 12 de Março de 2001 (Recenseamento Geral da População de 2001).

Os dados definitivos de cada recenseamento estão contidos em 8 publicações: uma por cada Região NUTS II e uma para o total do País.

Estatísticas Demográficas

O INE publica anualmente o volume “Estatísticas Demográficas”.

Trata-se de um anuário temático que, há mais de seis décadas, divulga a informação estatística mais relevante sobre o movimento da população em Portugal: natalidade, nupcialidade, divorcialidade, mortalidade e migrações internacionais.

Estimativas da População Residente

As estimativas de população residente em Portugal disponibilizadas, estão aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001, incorporando os erros de cobertura para os Recenseamentos de 1991 e 2001, apurados a nível de NUTS II.

O cálculo das estimativas intercensitárias anuais de população assenta nos efectivos populacionais apurados nos Recenseamentos Gerais da População e nos registos anuais dos movimentos natural e migratório. A população de referência é a de residência habitual em Portugal.

Notas

¹ Pessoas com 15 e mais anos de idade

² Em inglês denominado “living apart together”.



EDUCAÇÃO

No espaço de uma década, Portugal conheceu profundas transformações no domínio da educação e da formação.

Assumindo uma centralidade acrescida no contexto da sociedade portuguesa, a educação constitui objecto de um maior investimento público - com um crescimento constante das despesas em educação em percentagem do Produto Interno Bruto, que se eleva de 5,3%, em 1990 a 6,9% em 1999 - e privado - com uma maior parcela das despesas das famílias em educação, cujo crescimento anual é de 6% nos últimos cinco anos - o que manifesta uma relativa convergência entre as apostas do Estado e dos agregados domésticos.

Se, nas décadas anteriores, se verificara um esforço no sentido de alcançar um efectivo cumprimento da escolaridade básica obrigatória, na década de noventa regista-se uma forte extensão da escolarização para níveis a montante (ensino pré-escolar) e a jusante (ensino secundário e superior) dessa escolaridade básica.

Neste âmbito, o ensino superior sofre uma rápida expansão numérica, em parte alimentada pela oferta do ensino particular e cooperativo. É de salientar que o crescimento deste nível de ensino resulta do aumento de matriculados nos vários graus oferecidos, nomeadamente nos cursos de pós-graduação. Contribui igualmente

José Manuel Resende,
Universidade Nova de
Lisboa, Faculdade de
Ciências Sociais e
Humanas, Departamento
de Sociologia

Maria Manuel Vieira,
Universidade de Lisboa,
Faculdade de Ciências,
Departamento de Educação

para este crescimento o número expressivo de mulheres que o frequentam ao longo desta década, prolongando aliás a tendência também verificada no ensino secundário. Invertendo uma situação duradoura no sistema escolar português, não só as mulheres estudam hoje mais tempo como demonstram ter melhor aproveitamento escolar, ainda que apresentem maiores dificuldades no acesso ao emprego e maiores percentagens de desemprego comparativamente com a sub-população masculina.

Os efeitos do envelhecimento na estrutura demográfica portuguesa têm vindo a fazer-se sentir igualmente ao longo da última década, com especial incidência tanto nos três ciclos do ensino básico como no ensino secundário, manifestada no decréscimo sensível dos matriculados que os frequentam. A prosseguir esta tendência nos ciclos subsequentes, é de prever no futuro uma contracção idêntica ao nível do ensino superior, o que não deixa de colocar novos desafios ao conjunto do sistema escolar.

Na realidade, observa-se uma dinâmica de educação e formação permanente tanto mais expressiva quanto mais elevados os níveis de escolaridade dos seus utilizadores. O que parece vir a acentuar-se é o fosso geracional, no seio da população portuguesa, entre um pólo juvenil mais escolarizado e mais propenso a uma formação continuada ao longo da vida e um pólo mais envelhecido, com uma escolarização rudimentar e manifestando uma menor disposição em apostar em formação. Os contrastes geracionais referidos não deixam de produzir efeitos nos perfis de literacia identificados nos estudos relativos ao desempenho dos alunos portugueses comparativamente com outros estudantes europeus. Na verdade, o investimento tardio no prolongamento da escolarização, no nosso país, fez com que a geração que agora é avaliada nestes estudos seja genericamente oriunda de contextos familiares com pouca ou nenhuma tradição escolar, ao contrário do que sucede na maior parte dos restantes países europeus.

Contrariamente às crenças produzidas sobre a desadequação entre a formação escolar e o mercado de emprego, verifica-se uma integração generica dos diplomados na vida activa, qualquer que seja o grau escolar obtido. Contudo, um diploma de ensino superior continua a oferecer uma probabilidade maior de acesso e de obtenção rápida de emprego. Mais do que uma formação escolar tida como inadequada, são as configurações mutantes do mercado de trabalho que parecem determinar os destinos profissionais dos jovens diplomados.

Dezembro de 2002

EDUCAÇÃO

A educação e formação, tradicionalmente concentradas nas idades mais jovens, processam-se cada vez mais ao longo da vida dos indivíduos, em resposta às exigências crescentes do mercado de trabalho. Desenvolvendo-se quer no quadro do sistema educativo quer num sistema de aprendizagem não formal, assumem cada vez mais formas variadas, com o objectivo de alargar o seu âmbito ao conjunto das actividades que habilitam os indivíduos, desde a infância às gerações mais idosas.

Quadro 3.1

Despesa das administrações públicas em educação		
Anos	Total (€10 ⁶)	% PIB
1990	2 623	5,3%
1991	3 323	5,9%
1992	3 965	6,2%
1993	4 304	6,4%
1994	4 519	6,2%
1995	5 252	6,5%
1996	5 697	6,6%
1997	6 308	6,8%
1998	6 806	6,7%
1999	7 502	6,9%

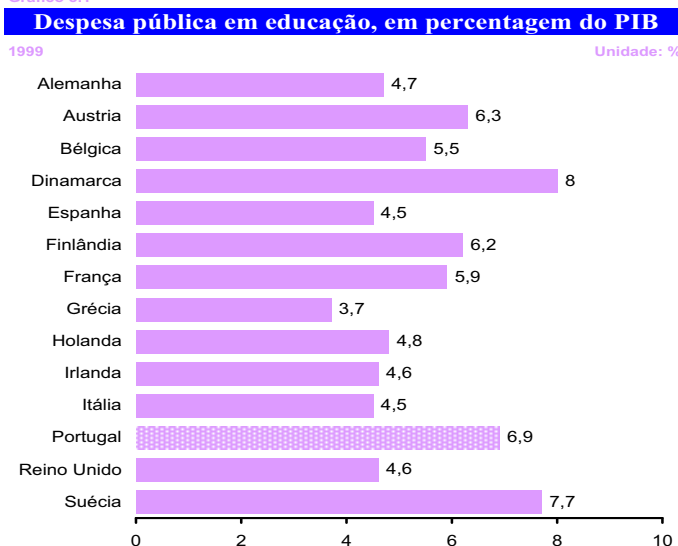
Fonte: INE - Contas Nacionais

Acompanhando este processo, a riqueza nacional consagrada à educação tende a aumentar. Entre 1990 e 1999, os fundos públicos destinados ao financiamento da educação cresceram em média 12,4% ao ano, elevando-se de 5,3% para 6,9% do Produto Interno Bruto português.

A contribuição portuguesa situa-se um pouco acima da média dos países da UE. A Grécia apresenta os valores mais baixos (3,7%) e os mais elevados pertencem à Suécia e Dinamarca com 7,7% e 8%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, também se intensificou o esforço das famílias em educação. A parcela do cabaz familiar dedicada ao consumo em educação cresceu cerca de 6% ao ano, a preços correntes, entre 1995 e 2001, representando mais 31 euros por habitante neste tipo de despesa.

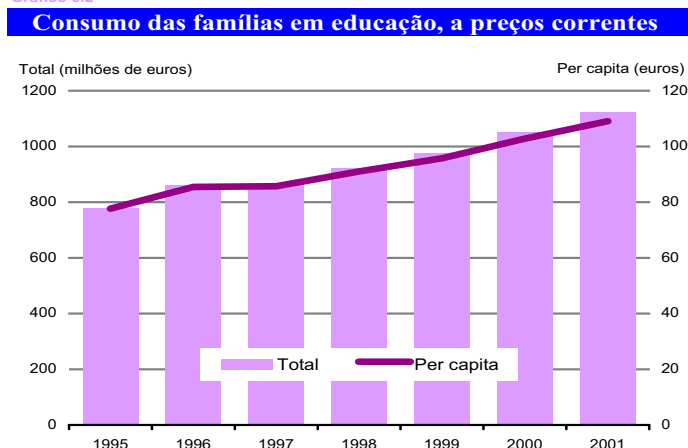
Gráfico 3.1



Fonte: Eurostat – La Situation Sociale dans l'Union Européenne 2002;

INE – Contas Nacionais

Gráfico 3.2



Fonte: INE – Contas nacionais

O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

A última década testemunhou uma melhoria significativa no nível de escolarização da população. Esta melhoria manifestou-se, por um lado, na redução verificada nos níveis de analfabetismo, que actualmente atinge sobretudo as gerações mais idosas; por outro lado, na redução da proporção de indivíduos com qualificações mais baixas, ou seja, daqueles que completaram menos de 6 anos de escolaridade e no aumento da proporção de indivíduos com um nível de ensino secundário e superior.

Entre 1991 e 2001, a proporção de indivíduos dos 25 aos 64 anos, com 6 anos de escolaridade ou menos, reduziu-se de 77,7% para 62,2%. Enquanto isso, a proporção de indivíduos que completou 9 anos de escolaridade quase que duplicou e, no que se refere ao ensino secundário, este valor aumentou de 8,4% para 13,2%.

Quadro 3.2

População dos 25 aos 64 anos, segundo o nível de escolaridade e sexo		
Nível de escolaridade	1991	2001
Total	100,0%	100,0%
6 anos de escolaridade ou menos	77,7%	62,2%
Ensino básico (9 anos de escolaridade)	7,4%	13,4%
Ensino secundário	8,4%	13,0%
Ensino superior	6,6%	11,4%
Homens	100,0%	100,0%
6 anos de escolaridade ou menos	76,4%	61,9%
Ensino básico (9 anos de escolaridade)	8,2%	14,9%
Ensino secundário	9,2%	13,3%
Ensino superior	6,2%	9,9%
Mulheres	100,0%	100,0%
6 anos de escolaridade ou menos	78,8%	62,4%
Ensino básico (9 anos de escolaridade)	6,7%	12,0%
Ensino secundário	7,6%	12,7%
Ensino superior	6,9%	12,8%

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, de 1991 e 2001

Quadro 3.3

Repartição da população segundo o nível de escolaridade e grupo etário					
2001					
Nível de escolaridade	25-34 anos	35 -44 anos	45 - 54 anos	55-64 anos	65 e mais anos
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
6 anos de escolaridade ou menos	43,8%	59,2%	71,3%	81,2%	89,1%
Ensino básico (9 anos de escolaridade)	18,8%	15,3%	10,0%	7,3%	4,2%
Ensino secundário	21,2%	13,9%	8,9%	5,0%	2,8%
Ensino Superior	16,1%	11,5%	9,8%	6,5%	3,8%

Fonte: INE - Recenseamento da População, 2001

No mesmo período, o número de indivíduos diplomados do ensino superior aumentou de 6,6% para 11,4% entre a população dos 25 aos 64 anos. O progresso verificado nos diplomados do ensino superior foi muito influenciado pela evolução favorável verificada na população feminina. A proporção de mulheres com um nível de ensino superior passou de 6,9% para 12,8%; no caso dos homens este valor passou de 6,2 para 9,9%.

Jovens: crescentemente melhor qualificados que a geração anterior

As gerações mais jovens, que sucessivamente têm vindo a completar níveis de ensino mais elevados, constituem o principal motor de dinamização do progresso conseguido em termos de escolarização.

Nas gerações nascidas entre 1936 e 1946 e que tinham no último momento censitário entre 55 e 64 anos, cerca de 75% das pessoas não completaram mais do que 4 anos de escolaridade, pouco mais de 7% completaram 9 anos de escolaridade e, apenas, 5% e 6,5% completaram os estudos secundários e superiores, respectivamente. Em

contrapartida, as gerações de 25 a 34 anos apresentam níveis de escolarização claramente superiores. Mais de 16% destes indivíduos completaram um nível de ensino superior, 21,2% completaram o ensino secundário e 18,8% completaram 9 anos de escolaridade. Contudo, neste grupo etário, continua a ser significativa a proporção de pessoas que não chegou a completar 9 anos de escolaridade, que actualmente correspondem à conclusão da escolaridade obrigatória.

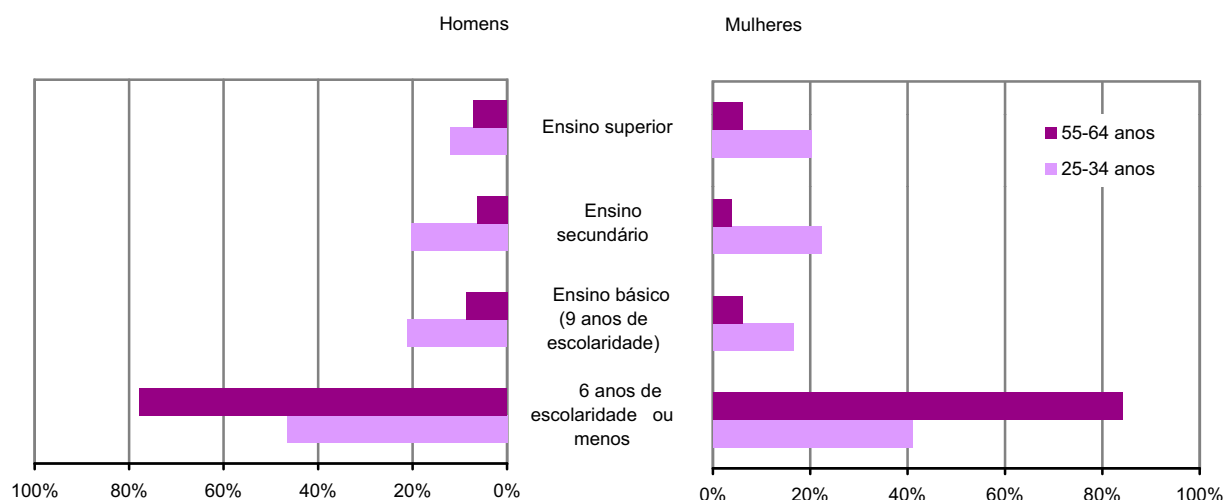
As mulheres são grandes responsáveis pela elevação do nível de escolaridade da população

A ventilação dos dados por sexo e por nível de escolaridade permite constatar que os comportamentos dos homens e das mulheres são sensivelmente diferentes ao longo das gerações. Em geral, nas gerações mais idosas, as mulheres detêm níveis de escolaridade mais baixos do que os homens. Esta situação começa a inverter-se nas gerações nascidas após 1955, em que as mulheres ascendem a níveis de ensino cada vez mais elevados, superando o progresso atingido pelos homens na obtenção de diplomas do ensino secundário e superior.

Gráfico 3.3

Repartição da população segundo o nível de escolaridade, grupo etário e sexo

2001



Fonte: INE – Recenseamento da População, 2001

As diferenças nos níveis de escolaridade na UE tendem a atenuar-se

A população portuguesa detém o nível de escolarização mais baixo da União Europeia. Em 2000, apenas 21,5% da população portuguesa dos 25 aos 64 anos tinha completado pelo menos o ensino secundário, quando o valor médio para a União Europeia é de 63,6%. Mais perto de países como a Espanha, a Itália e a Grécia, Portugal está longe dos valores dos países do Norte da Europa. Contudo, a proporção de jovens que atingem níveis de ensino mais elevados, relativamente às gerações precedentes, tem vindo a crescer de forma mais acentuada em Portugal e nos restantes países do Sul da Europa, aproximando-os gradualmente dos níveis de escolaridade dos países do Norte da Europa.

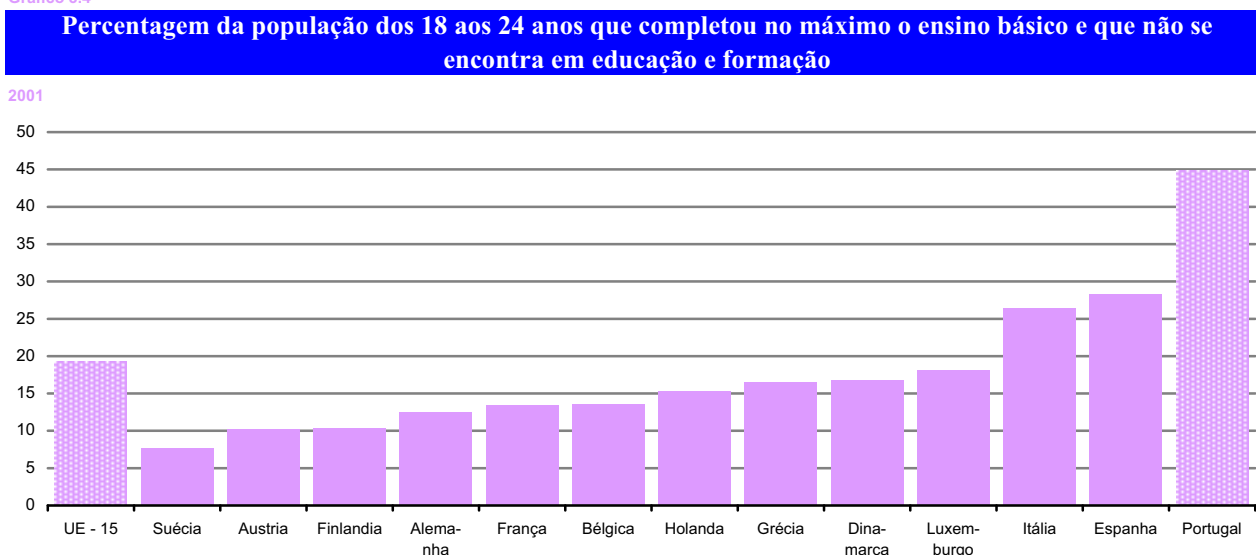
Quadro 3.4

População que completou pelo menos o ensino secundário por grupo etário, na UE				
2000	Unidade: %			
	25-64 anos	25-29 anos	30-49 anos	50-64 anos
UE - 15	63,6	75,7	68,0	51,0
Alemanha	81,2	83,7	84,3	75,7
Austria	76,1	84,0	80,3	65,6
Bélgica	58,3	80,2	62,8	41,4
Dinamarca	79,8	86,5	82,7	72,8
Espanha	37,1	61,5	42,3	18,0
Finlândia	73,1	86,8	81,3	56,0
França	62,3	78,9	66,1	48,2
Grécia	51,2	74,7	59,4	30,8
Holanda	66,1	75,8	69,3	56,2
Irlanda	49,3	x	x	x
Itália	45,2	63,2	50,9	27,6
Luxemburgo	60,9	70,1	63,7	51,4
Portugal	21,5	37,6	21,1	12,5
Reino Unido	80,2	90,1	84,5	68,1
Suécia	77,2	86,8	82,0	66,7

Fonte: Eurostat – La Situation Sociale dans l'Union Européenne 2002

Quase metade dos indivíduos de 18 a 24 anos continuam a abandonar a educação logo após ou sem completarem 9 anos de escolaridade

Gráfico 3.4



Fonte: Eurostat – Indicadores Estruturais; INE – Inquérito ao Emprego

Apesar da melhoria significativa de qualificações entre a população jovem, em 2001, 44,9% dos jovens dos 18 aos 24 anos deixam a escola antes ou imediatamente após terem completado a escolaridade obrigatória. Esta proporção é a mais elevada da UE, figurando a Espanha com o segundo maior valor e em seguida a Itália, com 28,3% e 26,4%, respectivamente.

É na população masculina que o abandono precoce é mais frequente, com um valor de 52,5%, enquanto que para as mulheres é de 37,2%.

Em 2001, 18,8% dos jovens dos 18 aos 24 anos, tendo concluído a escolaridade obrigatória, não concluíram o 12.º ano de escolaridade e abandonaram o sistema educativo. A percentagem destes jovens que abandona antes de terminar a escolaridade obrigatória é de 26,2%, ou seja, abandonam o sistema educativo no ensino básico sem o concluírem.

ALUNOS E ESTUDANTES

Os efeitos da Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, que tornou obrigatória a escolaridade de 9 anos para os alunos que se matriculassem pela primeira vez no 1.º ano do Ensino Básico no ano lectivo de 1987/88 e seguintes, fazem-se sentir ao longo do período em análise. Actualmente, a escolarização da população jovem (dos 6 aos 14 anos) generalizou-se e a tendência é de prosseguimento dos estudos até cada vez mais tarde.

A esperança de escolarização de uma criança de 6 anos é actualmente de quase 16 anos, mais dois anos do que em 1991.

Quadro 3.5

População dos 18 aos 24 anos, que completou no máximo o ensino básico e que não se encontra em educação e formação, por sexo, segundo o nível de escolaridade			
2001	Unidade: %		
	Total	2º ciclo do ensino básico ou menos	Ensino básico 3º ciclo
Total	44,9	26,1	18,8
Masculino	52,5	31,6	20,9
Feminino	37,2	20,5	16,7

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A educação pré-escolar, para as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, continua a ser facultativa. Contudo, nos últimos anos tem-se assistido a um esforço evidente no sentido de alargar a cobertura da rede de educação pré-escolar à generalidade das crianças em idade normal da sua frequência.

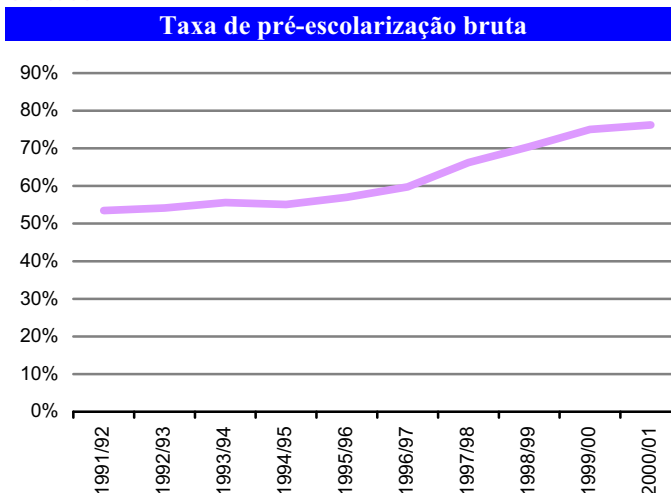
Mais de metade das crianças de 3 anos são escolarizadas

As menores taxas de escolarização verificam-se nas crianças com 3 anos de idade, aumentando com a aproximação da entrada no ensino básico. Actualmente mais de 60 em cada 100 crianças com 3 anos estão a frequentar um estabelecimento de educação pré-escolar, um valor bastante superior ao que se verificava em 1991/1992, que era de 44.

Entre 1990/91 e 2000/01, o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar passou de 171 552 para 238 778, registando uma taxa de crescimento médio anual de 3,4%. Importa referir que, no período em análise, o ensino público tem crescido mais do que o ensino privado, registando uma taxa de crescimento anual de 4,5% contra 2,4% do ensino particular.

Contudo, embora tendo perdido alguma importância relativa ao longo do tempo, o ensino particular continua a ser predominante, abrigando mais de 50% das crianças inscritas na educação pré-escolar.

Gráfico 3.5



Fonte: Cálculos INE com base em DAPP/ME

Quadro 3.6

Crianças inscritas na educação pré-escolar			
Unidade: n.º			
Anos	Total	Público	Privado
1990/91	171 552	75 041	96 511
1991/92	176 822	76 501	100 321
1992/93	179 135	76 735	102 400
1993/94	183 298	77 737	105 561
1994/95	185 088	81 952	103 136
1995/96	191 023	82 828	108 195
1996/97	200 490	94 530	105 960
1997/98(*)	215 279	100 753	114 526
1998/99(**)	221 599	104 756	116 843
1999/00(**)	231 892	114 520	117 372
2000/01(**)	238 778	116 027	122 751

(*) – Dados provisórios

(**) – Dados Preliminares

Fonte: DAPP/ME

Depois dos 5 anos e até aos 14 anos: todos à escola

A escolarização das crianças dos 6 aos 14 anos é actualmente uma realidade. O ensino básico generalizou-se, acompanhando a geração para a qual a escolaridade obrigatória foi estabelecida em 9 anos. Uma vez completados 15 anos, as taxas de escolarização reduzem-se; mais acentuadamente no início da década de 90 e mais ligeiramente nos últimos anos, o que evidencia a tendência actual para permanecer **no sistema de ensino**.

O ensino básico, entre 1990/91 e 2000/01, perdeu quase 319 mil alunos

A redução no número de alunos no ensino básico, no período em análise, é o reflexo, fundamentalmente, da quebra de natalidade. A maior quebra no número de alunos verifica-se no 1.º ciclo, apresentando conjuntamente com o 2.º ciclo uma taxa de decréscimo média anual de 2,7%, entre 1990/91 e 2000/01. As repercussões deste fenómeno no 3.º ciclo foram, em parte, contrabalançadas pelo aumento das taxas de escolarização neste grau de ensino.

Quadro 3.7

Alunos matriculados no ensino básico											
Unidade: n.º											
Anos	Ensino Básico										
	Total			1º ciclo			2º ciclo			3º ciclo	
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público
1990/91	1 475 811	1 358 185	117 626	669 525	616 410	53 115	347 975	322 146	25 829	458 311	419 629
1991/92	1 494 199	1 369 190	125 009	658 305	605 606	52 699	346 717	319 326	27 391	489 177	444 258
1992/93	1 422 572	1 303 903	118 669	613 697	567 199	46 498	332 367	304 852	27 515	476 508	431 852
1993/94	1 401 440	1 287 431	114 009	586 034	541 387	44 647	337 965	309 920	28 045	477 441	436 124
1994/95	1 336 081	1 225 404	110 677	567 121	519 551	47 570	306 862	281 874	24 988	462 098	423 979
1995/96	1 279 567	1 167 753	111 814	541 422	494 212	47 210	304 510	278 899	25 611	433 635	394 642
1996/97	1 239 199	1 125 913	113 286	527 261	481 228	46 033	293 010	265 983	27 027	418 928	378 702
1997/98(*)	1 211 588	1 100 693	110 895	521 270	475 858	45 412	277 457	250 777	26 680	412 861	374 058
1998/99(**)	1 197 744	1 082 306	115 438	521 843	472 761	49 082	273 026	245 805	27 221	402 875	363 740
1999/00(**)	1 182 751	1 065 755	116 996	522 233	472 474	49 759	268 785	240 722	28 063	391 733	352 559
2000/01(**)	1 157 043	1 038 052	118 991	510 434	459 156	51 278	264 504	236 126	28 378	382 105	342 770

Nota: Não inclui o ensino recorrente.

(*) – Dados provisórios

(**) – Dados Preliminares

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

O prosseguimento dos estudos após a escolaridade obrigatória tende a aumentar

Entre 1990/91 e 1995/96, regista-se um acréscimo do número de alunos a frequentar o ensino secundário na ordem dos 117 500 indivíduos. Numa época em que o número de jovens dos 15 aos 17 anos está a decrescer, é claro o progresso no prosseguimento de estudos após a escolaridade obrigatória.

Quadro 3.8

Alunos matriculados no ensino secundário			
Anos	Total	Público	Privado
1990/91	347 911	318 239	29 672
1991/92	401 263	360 924	40 339
1992/93	413 709	365 041	48 668
1993/94	434 590	381 638	52 952
1994/95	449 663	393 332	56 331
1995/96	465 344	405 182	60 162
1996/97	425 324	369 086	56 238
1997/98(*)	404 561	349 318	55 243
1998/99(**)	369 206	316 807	52 399
1999/00(**)	360 427	305 990	54 437
2000/01(**)	337 044	280 293	56 751

Nota: Não inclui o ensino recorrente.

(*) – Dados provisórios

(**) – Dados Preliminares

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

A escolarização do grupo etário 15 a 17 anos cresceu sistematicamente ao longo dos últimos 10 anos, passando de 40% para 60% entre 1991/92 e 1997/98. O forte acréscimo das taxas de escolarização no ensino secundário permitiu, num primeiro momento, contrariar a tendência demográfica. A partir de 1995/96, também o número de alunos do ensino secundário começa a declinar.

A maioria dos alunos estão matriculados em cursos gerais, ou seja, cursos orientados para o prosseguimento dos estudos. Estes, contudo, têm vindo a perder importância em favor dos cursos tecnológicos e das escolas profissionais. As raparigas preferem os cursos gerais aos cursos tecnológicos e profissionais, nos quais o maior número de alunos são rapazes.

O acesso mais generalizado ao ensino secundário traduziu-se, na segunda metade da década em análise, em percentagens de reprovação mais elevadas.

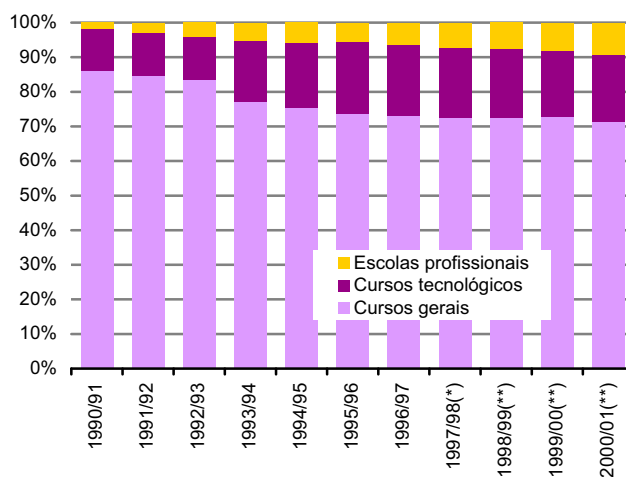
As taxas de aprovação no 10.º e 11.º ano, que no ano lectivo 1994/95 eram respectivamente de 71,9% e 90,2%, reduziram-se para 64,4% e 79,7% em 1997/98.

Em 1997/98, pouco mais de metade dos alunos inscritos no 12.º ano concluíram o ensino secundário, quando 3 anos antes este valor era de cerca de 71% dos alunos.

Ao mesmo tempo, cresce a percentagem de repetentes no ensino secundário - em 1994/95 era de 8,3%, agravando-se para 24,5% em 1997/98. Embora este aumento se tenha verificado quer para os homens quer para as mulheres, é sobretudo na população masculina que se verificam os maiores aumentos, de 10,3% para 27,4%.

Gráfico 3.6

Alunos matriculados no ensino secundário, por tipo de curso



(*) – Dados provisórios

(**) – Dados Preliminares

Fonte: DAPP/ME

Continua a crescer o número de estudantes no ensino superior

Em 10 anos, o total de matriculados no ensino superior mais do que duplicou, elevando-se de 187 193 para 387 703 estudantes. Nesta evolução, é inegável o papel do ensino privado que até 1995/96 aumenta continuamente o seu peso no total de alunos do ensino superior, contabilizando nesse ano mais de 36% dos alunos. Contudo, nos últimos 5 anos, o ensino público tem vindo a recuperar espaço neste nível de ensino e, em 2000/01, absorve quase 71% dos alunos.

Quadro 3.9

Taxas de transição e conclusão no ensino secundário, por tipo de curso, no Continente												
	1994/95			1995/96			1996/97			1997/98		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Total	78,9	74,4	82,7	66,7	61,8	70,8	64,1	59,3	68,2	64,5	60,2	68,2
10º ano	71,9	67,0	76,5	60,1	54,8	65,2	61,2	55,4	66,9	64,3	59,1	69,2
Cursos Gerais	71,0	65,6	75,5	63,7	58,7	67,8	64,7	59,3	69,2	67,8	63,2	71,6
Cursos Tecnológicos	74,2	69,8	79,9	51,4	47,6	56,7	51,9	47,2	58,7	54,4	50,4	60,2
11º ano	90,2	87,5	92,4	80,6	76,5	83,9	80,5	76,3	83,8	79,7	75,5	83,2
Cursos Gerais	90,6	87,9	92,5	82,3	77,9	85,5	82,4	78,7	85,1	82,1	78,4	84,8
Cursos Tecnológicos	89,4	86,4	92,2	75,6	73,3	78,1	74,2	70,4	78,7	71,9	68,5	76,2
12º ano	70,9	72,9	69,4	62,5	58,4	65,3	50,9	47,4	53,6	50,8	47,2	53,7
Cursos Gerais	68,2	70,3	66,6	64,5	61,3	66,6	54,1	51,3	56,1	53,1	49,8	55,5
Cursos Tecnológicos	80,3	80,3	80,4	56,7	51,4	61,2	40,0	37,1	43,2	42,6	40,2	45,5
Cursos Tecnológicos	80,3	80,3	80,4	56,7	51,4	61,2	40,0	37,1	43,2	42,6	40,2	45,5

Nota: Não inclui o ensino recorrente, as escolas profissionais e o ensino nocturno.

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

Quadro 3.10

Alunos matriculados no ensino superior			
Anos	Unidade: n.º		
	Total	Público	Privado
1990/91	187 193	137 283	49 910
1991/92	219 424	150 685	68 739
1992/93	247 523	165 827	81 696
1993/94	276 534	182 251	94 283
1994/95	300 573	195 405	105 168
1995/96	319 525	203 856	115 669
1996/97	350 850	226 288	124 562
1997/98	359 949	236 395	123 554
1998/99	356 790	238 857	117 933
1999/00	373 745	255 008	118 737
2000/01	387 703	273 530	114 173

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

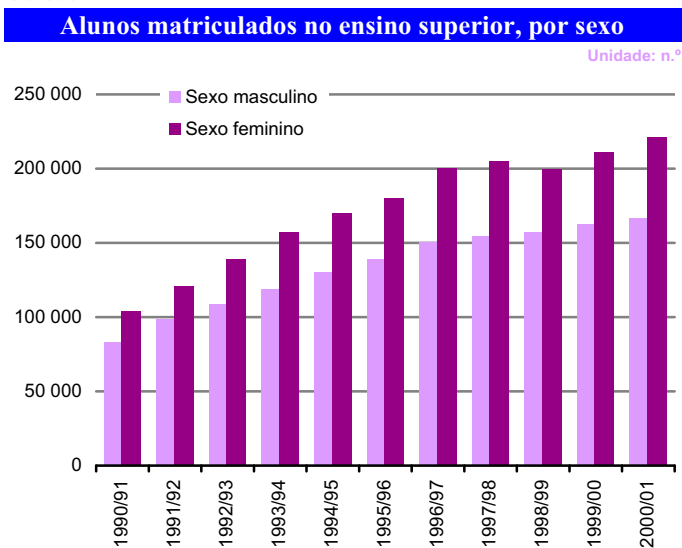
As mulheres representam a maioria dos estudantes no ensino superior, representando 57% em 2000/01.

No início da década de 90, as mulheres ainda estão em menor número ao nível da frequência de programas de mestrado; porém, a partir de 1995/96 esta situação inverteu-se. Todavia, a probabilidade de prosseguirem estudos em programas de doutoramento é ainda inferior à dos homens.

Dos 350 939 novos diplomas do ensino superior atribuídos entre 1992 e 2000, o ensino privado contribuiu com cerca de 131 000

Em 1999/2000, foi atribuído um grau de ensino superior a cerca de 54 300 indivíduos, dos quais 66% eram mulheres. Esta proporção é maior que a

Gráfico 3.7



Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

Quadro 3.11

Alunos matriculados no ensino superior, por tipo de curso								
Unidade: n.º								
Anos	Total	Bacha- relato	Cursos Bietá- picos	Licencia- tura	DESE	Mestrado	Especiali- zação	Douto- ramento
1997/98	359 949	78 791	13 828	233 568	17 489	1 610	11 965	2 698
1998/99	356 790	31 884	56 235	248 806	7 930	7 841	1 654	2 440
1999/00	373 745	18 713	74 968	264 178	2 404	8 725	1 802	2 955
2000/01	387 703	11 606	86 472	274 493	886	8 692	2 173	3 381

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

representatividade feminina em termos de matrículas, o que poderá significar que mais mulheres do que homens completam os seus estudos com sucesso.

O número de diplomados aumentou progressivamente ao longo do período em análise, registando entre 1991/92 e 1999/2000, um crescimento médio anual da ordem dos 11,6%. Importa referir que o número de diplomados do ensino privado, o qual em 1991/92 representava menos de 30% do total de diplomas, em 1999/2000 corresponde a mais de 40%

Quadro 3.12

Diplomados no ensino superior público e privado, por sexo						
Unidade: n.º						
Anos	Público e privado		Ensino Público		Ensino Privado	
	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres
1991/92	22 549	x	16 190	x	6 359	x
1992/93	23 981	x	17 232	x	6 749	x
1993/94	33 913	21 379	21 978	13 383	11 935	7 996
1994/95	36 410	22 916	22 720	13 847	13 690	9 069
1995/96	39 116	25 125	24 710	15 525	14 406	9 600
1996/97	42 796	27 304	26 610	16 582	16 186	10 722
1997/98	46 478	29 670	27 903	17 326	18 575	12 344
1998/99	51 438	33 050	30 211	18 832	21 227	14 218
1999/00	54 255	35 597	32 401	20 594	21 854	15 003

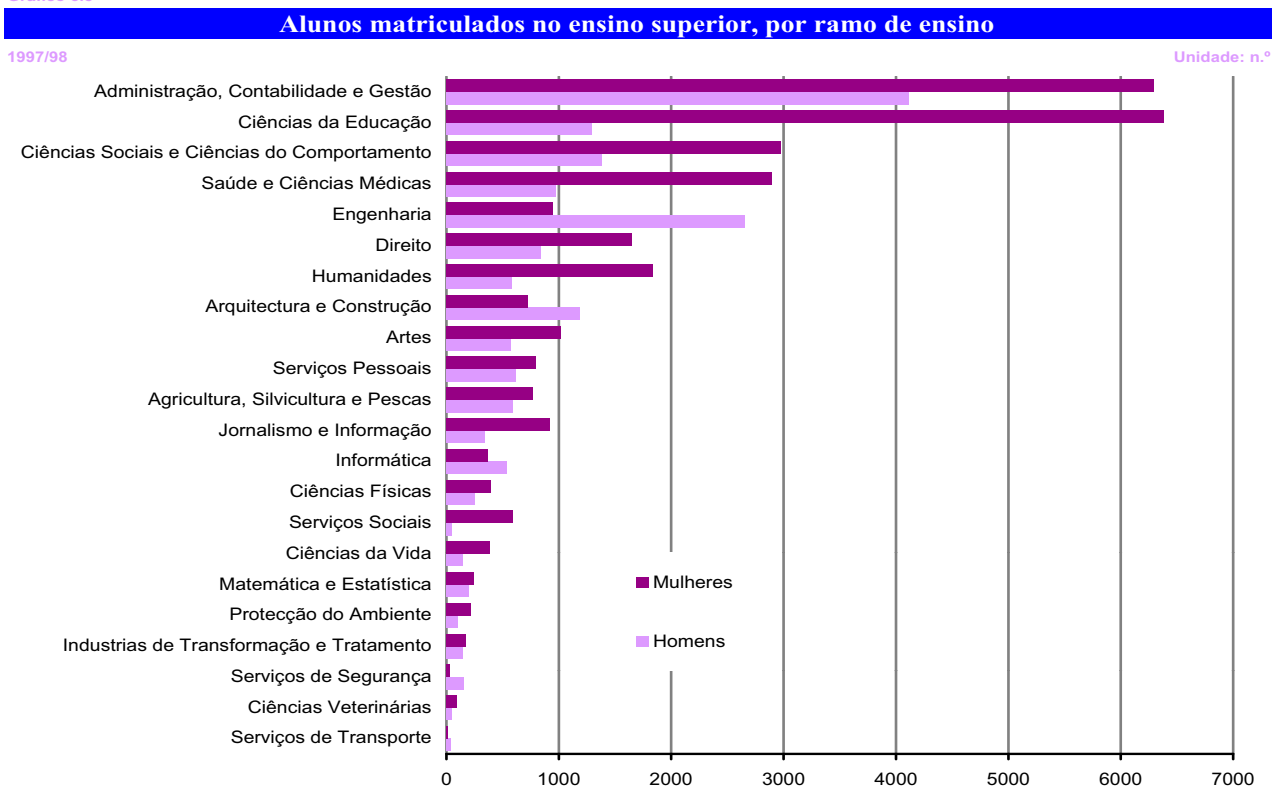
Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

Quase um quarto dos estudantes que se diplomaram em 1997/98 estudaram “Administração, Contabilidade e Gestão”

Os domínios com mais diplomados são “Administração, Contabilidade e Gestão” (22,4%), “Ciências da Educação” (16,5%) e “Ciências Sociais e Ciências do Comportamento” (9,4%).

É patente a predominância dos diplomados do sexo feminino em quase todos os domínios; exceptuam-se a “Informática”, “Engenharia”, “Arquitectura e Construção”, “Serviços de Transporte” e “Serviços de Segurança”.

Gráfico 3.8

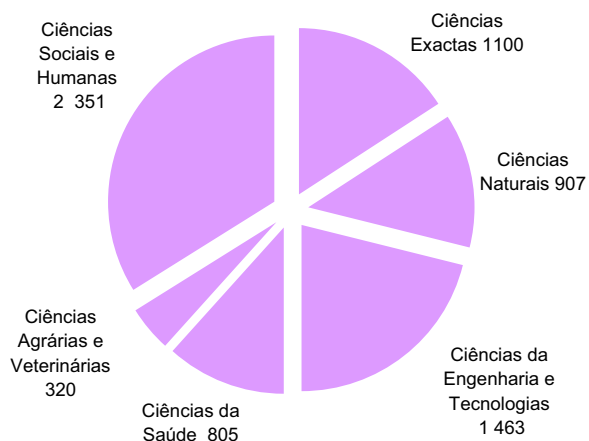


Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

Gráfico 3.9

Número de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, por área científica

1990-2001



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Principais Indicadores Estatísticos

Cerca de 7 000 doutoramentos concluídos na última década

Entre 1990 e 2001 realizaram-se 6 946 doutoramentos reconhecidos por Universidades Portuguesas, mais de metade dos quais nas áreas científicas “Ciências Sociais e Humanas” e “Ciências da Engenharia e Tecnologias”. Um quarto dos graus reconhecidos correspondem a doutoramentos realizados fora do país.

A taxa de feminização, que na década de 90 não ultrapassou os 39%, é em 2000/01 de 44%.

O desempenho dos alunos portugueses em Matemática, Ciências e Leitura no contexto dos países da OCDE

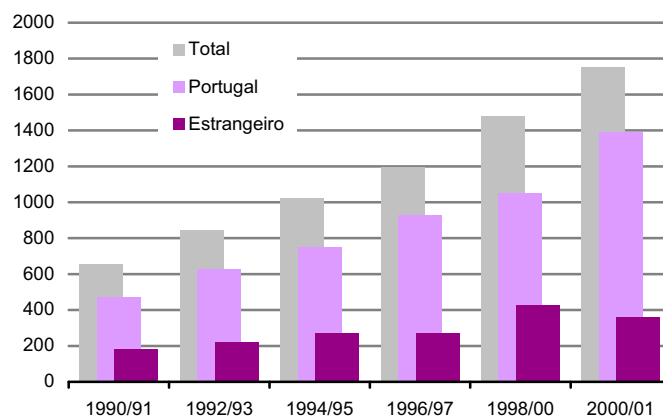
Os resultados do estudo internacional, coordenado pela OCDE, sobre a avaliação dos conhecimentos e as competências dos alunos de 15 anos em três domínios de literacia - leitura, matemática e ciências - revelam que o desempenho dos alunos portugueses, no contexto dos países da OCDE, é bastante modesto.

No que se refere à “capacidade de compreender, usar textos escritos e reflectir sobre eles, de modo a atingir os seus objectivos, a desenvolver os seus próprios conhecimentos e potencialidades e a participar activamente na sociedade”, ou seja, a literacia em leitura, a cada aluno foi atribuído um de cinco níveis indicativos da dificuldade das tarefas que consegue desempenhar. Os alunos com nível inferior a 1, na escala de literacia em leitura não são capazes de realizar as tarefas mais básicas propostas, debatendo-se com sérias dificuldades na utilização efectiva da leitura para aumentar os seus conhecimentos e competências. Os alunos do nível 1 apenas realizam tarefas pouco complexas e os de nível 2 realizam as tarefas básicas de leitura. O nível 3 é um nível médio. Aqueles do nível 4 realizam tarefas difíceis e as tarefas mais complexas encontram-se no nível 5.

Nesta escala de níveis de literacia em leitura, apenas 4% dos alunos portugueses se situam no nível 5 e 17% no nível 4 contra uma média de 9% e 22%, respectivamente, nos países da OCDE. O nível 3, que corresponde a um nível de desempenho médio, foi atribuído a 27% dos alunos portugueses em comparação com 29% verificados na OCDE. Em Portugal, contrariamente ao que acontece no conjunto da OCDE, são menos de metade os alunos com desempenho médio ou elevado. De referir que 10% dos alunos portugueses não atingiram sequer o primeiro nível de literacia em leitura, quando na OCDE este valor não ultrapassa os 6%.

Gráfico 3.10

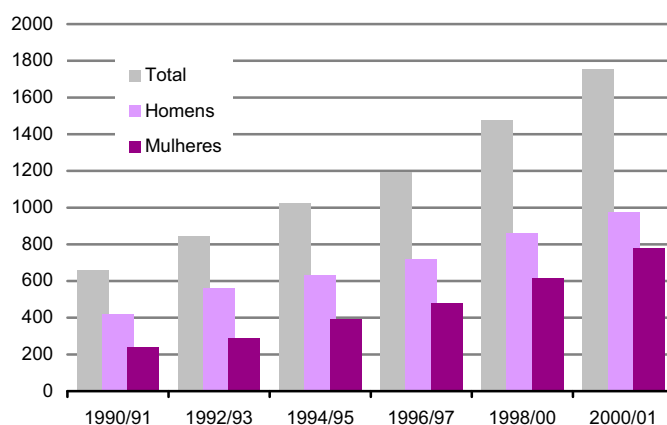
Evolução do número de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Principais Indicadores Estatísticos

Gráfico 3.11

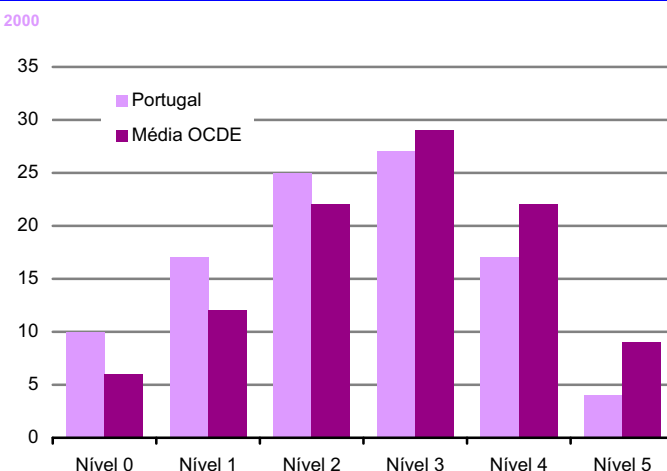
Evolução do número de doutoramentos, realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, segundo o sexo



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Principais Indicadores Estatísticos

Gráfico 3.12

Percentagem de alunos de 15 anos por níveis de literacia em leitura

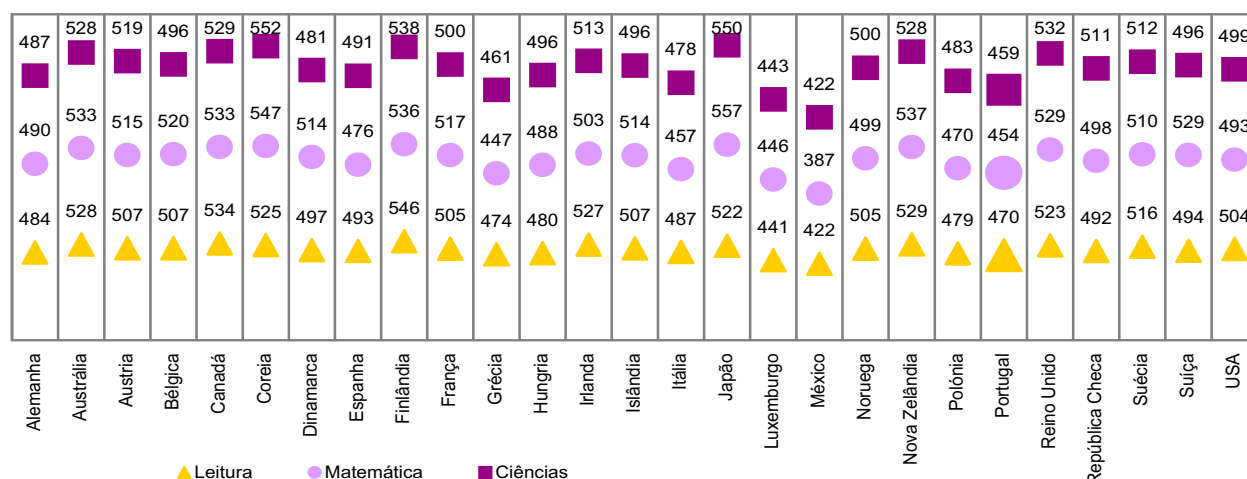


Fonte: Ministério da Educação – Resultados do Estudo Internacional PISA 2000 (Programme for International Student Assessment)

Gráfico 3.13

Desempenho médio por domínios de literacia - leitura, matemática e ciências (Relativamente à média da OCDE=500)

2000



Fonte: Ministério da Educação – Resultados do Estudo Internacional PISA 2000 (Programme for International Student Assessment)

A média portuguesa em termos de literacia em leitura situa-se, portanto, abaixo da média da OCDE e bastante distanciada dos países que obtiveram as melhores classificações médias, como são a Finlândia e o Canadá.

No que se refere aos domínios da matemática e das ciências, a situação é idêntica.

De realçar que os alunos da região de Lisboa e Vale do Tejo têm, em média, um desempenho melhor do que os das outras regiões e, no caso da literacia em leitura, estes ultrapassam mesmo a média da OCDE.

Também o desempenho das raparigas é em geral melhor do que o dos rapazes, excepto em ciências onde não se verifica uma diferença estatisticamente significativa entre ambos.

A INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Após deixarem o sistema educativo, em geral, o principal objectivo dos jovens é a entrada no mercado de trabalho e o início da sua vida activa. Em Portugal, os jovens dos 15 aos 35 anos tendem a fazer a transição da educação para a vida activa em torno dos 18 anos, mais cedo do que nos países nórdicos, mas ao mesmo tempo dos italianos.

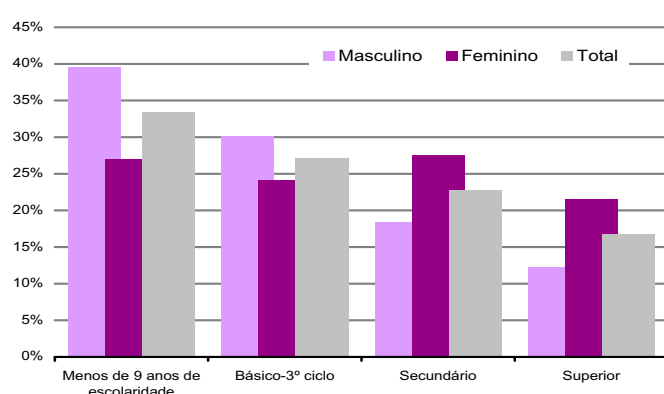
A percentagem de jovens dos 15 aos 35 anos que abandonam os estudos com a escolaridade obrigatória ou menos é de

60,5%, claramente acima de países como a Itália, a Espanha e a Dinamarca, que também apresentam percentagens elevadas de jovens que deixam a escola sem terem completado o ensino secundário.

Gráfico 3.14

Distribuição dos indivíduos, dos 15 aos 35 anos, que abandonaram ou interromperam o ensino nos últimos 10 anos, por nível de ensino completo aquando do abandono dos estudos, por sexo

2000



Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

Entre os indivíduos que abandonam o ensino, as mulheres estão em minoria e, para além disso, estão em vantagem relativamente ao nível de ensino completado, isto é, as mulheres que abandonam estão sub-representadas entre os que deixam a educação com níveis de ensino mais baixos e sobre-representadas entre os que deixam a educação após completarem o ensino secundário ou superior.

Como se efectua o processo de transição entre a vida escolar e a vida activa?

Se encontrar o primeiro emprego não parecer ser difícil para a maioria dos jovens, o mesmo já não se poderá dizer relativamente a encontrar um emprego estável, ou seja, com duração igual ou superior a 6 meses. Um em cada dois jovens encontra o primeiro emprego nos primeiros 5 meses após deixar a escola. Encontrar o primeiro emprego estável demora em média cerca de 15 meses. As dificuldades, em ambos os casos, são maiores para as mulheres.

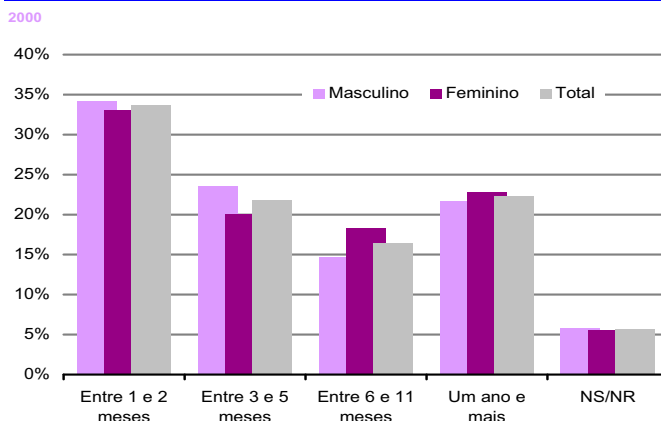
De referir ainda que quanto mais elevado o nível de escolaridade do indivíduo ao deixar a escola menores as dificuldades em encontrar emprego. Enquanto um indivíduo com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória leva mais de 19 meses para encontrar um emprego estável, quem completou o ensino superior leva pouco mais de 4 meses.

As taxas de actividade apresentam uma tendência crescente com o passar do tempo, são em média de cerca de 80% no primeiro ano após o abandono dos estudos, passando para 91% três anos depois. No mesmo período a taxa de desemprego passa de 23% para 6%.

A taxa de actividade aumenta com o nível de ensino dos indivíduos que abandonaram ao mesmo tempo as taxas de desemprego são mais baixas entre aqueles que detêm níveis de ensino mais elevados.

Gráfico 3.15

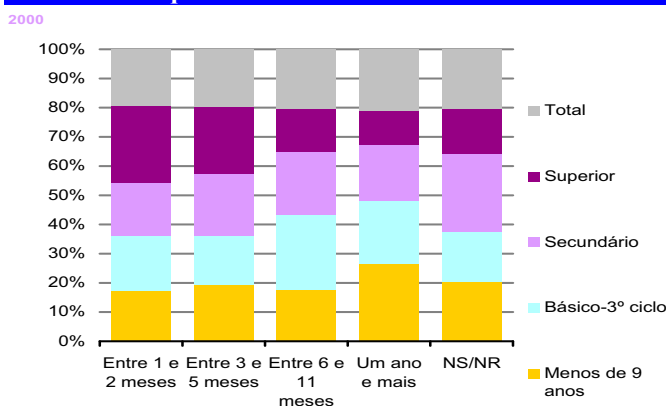
Distribuição dos indivíduos, dos 15 aos 35 anos, que abandonaram ou interromperam o ensino nos últimos 10 anos, por duração da procura do 1º emprego após o abandono ou interrupção



Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

Gráfico 3.16

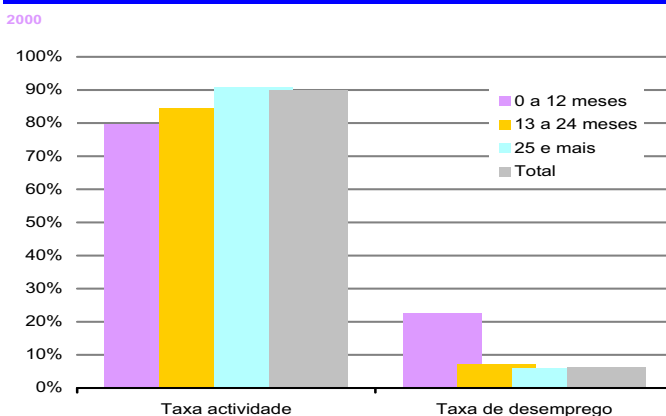
Distribuição dos indivíduos, dos 15 aos 35 anos, que abandonaram ou interromperam o ensino nos últimos 10 anos, por duração da procura do 1º emprego após o abandono ou interrupção, por níveis de ensino completo aquando do abandono dos estudos



Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

Gráfico 3.17

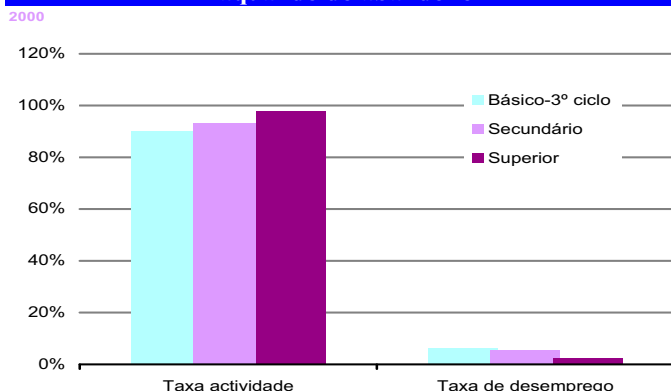
Taxa de actividade e taxa de desemprego dos indivíduos dos 15 aos 35 anos que abandonaram ou interromperam o ensino nos últimos 10 anos por tempo médio após terem abandonado



Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

Gráfico 3.18

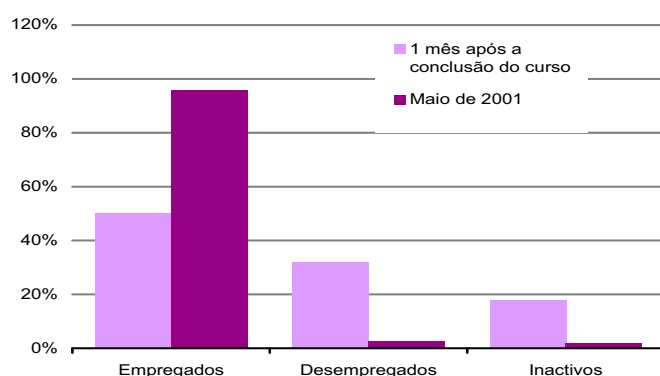
Taxa de actividade e taxa de desemprego dos indivíduos dos 15 aos 35 anos que abandonaram ou interromperam o ensino nos últimos 10 anos por nível de ensino aquando do abandono



Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

Gráfico 3.19

Diplomados, no ano lectivo 1994/95, segundo a situação face à actividade



Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001

Percurso profissional dos diplomados do ensino superior

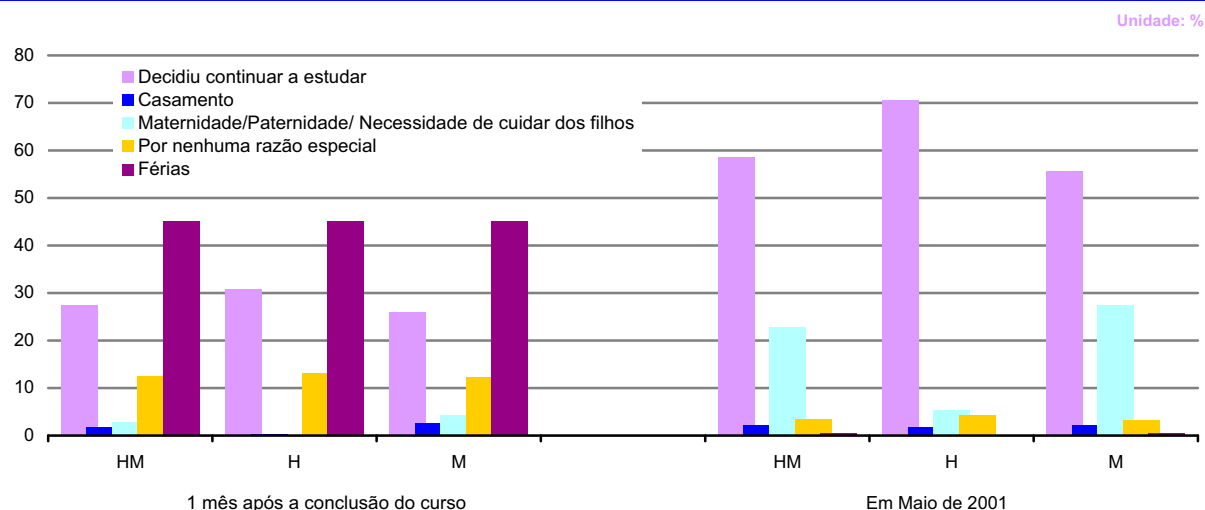
Em 2001, no âmbito do Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior (ODES), foi realizado o 1.º Inquérito de Percursos aos Diplomados do Ensino Superior, junto de uma amostra de 10 000 diplomados no ano lectivo 1994/95 de todas as áreas de formação. A informação foi obtida através de uma entrevista telefónica, na qual os indivíduos foram questionados retrospectivamente sobre a sua situação em diferentes momentos de referência, sendo Maio de 2001 o último momento de referência.

A taxa de actividade, dos diplomados no ano lectivo 1994/95, um mês após a conclusão do curso é já de 82,2%, crescendo nos 18 meses seguintes para 92% e em Maio de 2001 é de 97,5%.

A situação de inactividade é justificada, no primeiro momento, por “férias” (45,2%) seguida pela “decisão de continuar a estudar” (27,5%). Em Maio de 2001, a “decisão de continuar a estudar” continua a surgir como a principal razão, mas em segundo lugar surge a “necessidade de cuidar dos filhos”, esta última com maior incidência nas mulheres.

Gráfico 3.20

Diplomados, no ano lectivo 1994/95 inactivos, segundo as principais razões para a inactividade por sexo



Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001

Quadro 3.13

Diplomados, no ano lectivo 1994/95 desempregados, segundo as principais razões para o desemprego, por sexo						
	1 mês após a conclusão do curso			Em Maio de 2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Doença ou incapacidade pessoal	0,2	0,4	0,2	4,4	5,2	4,2
Não encontrava trabalho adequado à sua formação	35,0	37,6	34,0	29,5	41,2	26,7
O salário oferecido não correspondia às suas expectativas	0,9	0,9	0,9	2,0	2,8	1,9
As condições de trabalho não eram satisfatórias	1,5	2,3	1,1	3,4	4,1	3,3
Não encontrou emprego nenhum	33,9	34,9	33,5	47,1	45,1	47,6
Falência da empresa	0,1	0,2	0,1	0,6	x	0,7
Fim de contrato	0,7	0,1	0,8	7,1	1,9	8,4
Fim de tarefa encomendada	0,0	0,1	0,0	2,0	2,7	1,9
Outra razão	3,4	3,0	3,5	10,1	7,3	10,8

Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior - 2001

A taxa de desemprego, entre a conclusão do curso e Maio de 2001, reduz-se substancialmente, passando de 39% para 1,9%. Independentemente da área da formação, a taxa de desemprego feminina é sempre superior à taxa de desemprego masculina.

Quadro 3.14

Taxa de actividade e de desemprego, dos diplomados no ano lectivo 1994/95, segundo o período, por sexo				Unidade: %
		Total		
		HM	M	H
1 mês após	Taxa de actividade	82,2	82,1	82,2
	Taxa de desemprego	39,0	43,6	30,5
18 meses	Taxa de actividade	92,0	92,1	91,8
	Taxa de desemprego	4,7	5,6	3,1
36 meses	Taxa de actividade	96,5	96,6	96,3
	Taxa de desemprego	3,2	4,0	1,8
Maio de 2001	Taxa de actividade	97,5	97,4	97,7
	Taxa de desemprego	1,9	2,3	1,1

Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior - 2001

Um mês após a conclusão do curso são os diplomados das áreas de “Serviço de Transporte” e de “Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação” aqueles que registam as taxas de desemprego mais elevadas, respectivamente 58,5% e 53,1%. Em contrapartida, os diplomados das áreas da “Saúde” (19,6%) e “Arquitectura e construção” (22%) registam os valores mais baixos no que diz respeito à taxa de desemprego, um mês após a conclusão do curso.

Em Maio de 2001, os valores mais elevados verificam-se ao nível dos “Serviços de Transportes” (5,9%), das “Indústrias Transformadoras” (5,1%), da “Informação e Jornalismo” e das “Humanidades”, ambos com 5%. Os valores mais baixos verificam-se nas áreas da “Informática” e da “Matemática e Estatística”, ambos com 0,5% e da área das “Ciências Veterinárias” com uma taxa de desemprego de 0%.

Quadro 3.15

Taxa de desemprego, dos diplomados no ano lectivo 1994/95, por área de estudo pelo momento		
	1 mês após a conclusão do curso	Maio de 2001
Unidade: %		
Educação		
Formação de professores /Formadores e Ciências da Educação	53,1	0,9
Artes e Humanidades		
Artes	31,2	1,4
Humanidades	47,4	5,0
C. Sociais, comércio e direito		
C. Sociais e do comportamento	48,2	2,6
Informação e jornalismo	50,0	5,0
Ciências empresariais	36,3	1,5
Direito	40,7	1,8
Ciências		
Ciências da vida	44,4	3,5
Ciências físicas	39,5	3,1
Matemática e estatística	44,1	0,5
Informática	28,1	0,5
Engenharia, indústrias transformadoras e construção		
Engenharia e técnicas afins	33,2	1,7
Indústrias transformadoras	37,1	5,1
Arquitectura e construção	22,0	0,6
Agricultura		
Agricultura, sylvicultura e pescas	39,3	4,7
Ciências veterinárias	27,8	-
Saúde e protecção social		
Saúde	19,6	0,4
Serviços sociais	46,5	3,4
Serviços		
Serviços pessoais	35,7	1,6
Serviços de transporte	58,5	5,9

Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior - 2001

O conjunto de diplomados esperou em média 6 meses para obter o primeiro emprego. O período de espera é mais reduzido para os diplomados em “Saúde” (3 meses), em “Educação” (3,7 meses), “Arquitectura e Construção” e “Informática” (ambas com 3,8 meses). São os diplomados em “Direito” que registam o tempo de espera médio mais longo, 17 meses.

Em termos gerais, a duração média para a obtenção do primeiro emprego é inferior para os homens (5,2 meses) face ao que se observa para as mulheres (6,2 meses).

De referir ainda que, em Maio de 2001, 31,6% dos diplomados empregados permanece no primeiro emprego e 56,2% dos diplomados não teve mais de dois empregos desde que concluíram o curso. As excepções existem nas áreas da “Educação” e “Artes e Humanidades” onde a percentagem de diplomados com 6 ou mais empregos são, respectivamente, de 31,3% e 23,6%.

Quadro 3.16

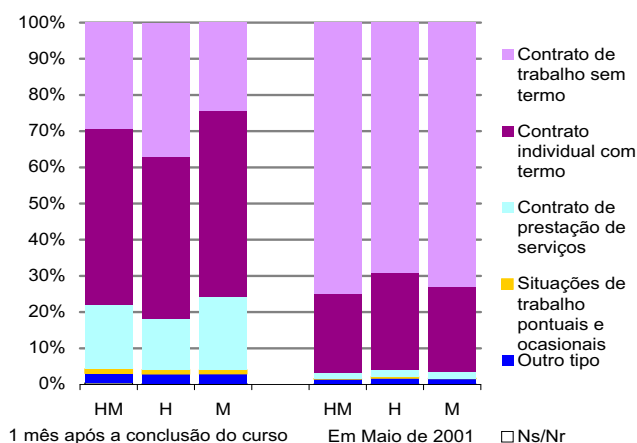
Tempo médio de obtenção do 1º emprego, dos diplomados no ano lectivo 1994/95, segundo a área de estudo e sexo

	Unidade: Meses		
	HM	H	M
TOTAL	5,9	5,2	6,2
Educação	3,7	2,3	4,0
Formação de professores/Formadores e Ciências da Educação	3,7	2,3	4,0
Artes e Humanidades	6,2	5,2	6,6
Artes	7,3	5,8	8,1
Humanidades	6,0	4,9	6,3
C. Sociais, comércio e direito	7,9	6,7	8,6
C. Sociais e do comportamento	6,2	5,7	6,5
Informação e jornalismo	6,4	6,1	6,4
Ciências empresariais	6,1	5,0	6,8
Direito	17,0	14,5	18,7
Ciências	5,4	4,7	6,0
Ciências da vida	8,9	9,0	8,8
Ciências físicas	6,7	5,9	7,2
Matemática e estatística	4,0	2,8	4,5
Informática	3,8	3,6	4,2
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	5,2	4,5	6,7
Engenharia e técnicas afins	5,8	5,0	8,0
Indústrias transformadoras	6,6	4,1	8,6
Arquitectura e construção	3,8	3,4	4,3
Agricultura	5,2	4,8	5,7
Agricultura, sylvicultura e pescas	5,4	4,7	6,0
Ciências veterinárias	4,3	5,5	3,2
Saúde e protecção social	3,2	3,4	3,1
Saúde	3,0	3,4	2,8
Serviços sociais	5,5	3,2	5,7
Serviços	6,0	2,4	7,9
Serviços pessoais	5,9	2,0	8,0
Serviços de transporte	6,1	4,9	6,9

Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001

Gráfico 3.21

Diplomados, no ano lectivo 1994/95 empregados por conta de outrem, segundo o tipo de contrato e sexo



Fonte: INOFOR – Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001

Mais de metade dos diplomados empregados em 2001 (58,5%) não passaram por períodos de desemprego.

Cerca de 90% dos diplomados empregados são trabalhadores por conta de outrem. Ao longo do período em estudo, a evidência é a de fortalecimento do vínculo existente com a entidade patronal, aumentando de 29% para 75% a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo.

A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Em 2001, 41,5% da população dos 18 aos 24 anos frequentou o sistema de ensino ou participou em acções de formação. Destes, cerca de 16% combinam formação com o emprego, o que acontece principalmente entre a população masculina (18,2%).

Quadro 3.17

População que estuda ou recebe formação, por grupo etário segundo o sexo			
2001			
Grupo etário	Total	Homens	Mulheres
18-24	41,5%	36,3%	46,8%
25 - 64	3,2%	2,9%	3,5%

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Quadro 3.18

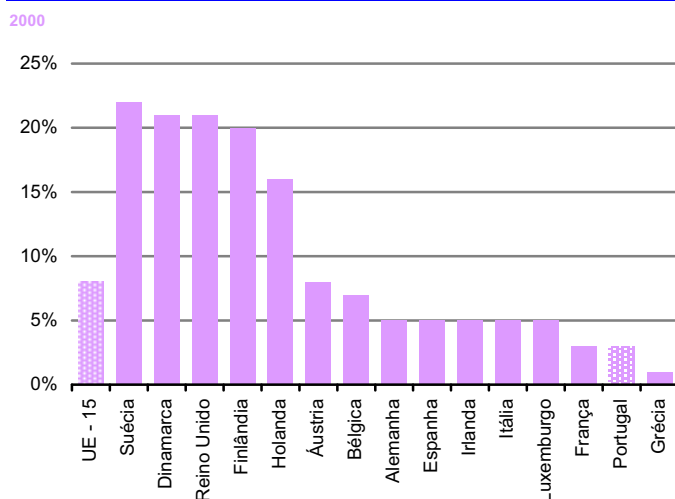
População dos 18-24 anos, por condição do estudo ou formação e condição perante o trabalho, segundo o sexo			
2001			
	Total	Homens	Mulheres
Empregado			
Estuda ou em formação	71 136	36 582	34 554
Não estuda nem está em formação	517 032	299 652	217 380
Sem emprego			
Estuda ou em formação	383 857	164 900	218 957
Não estuda nem está em formação	123 598	53 360	70 238

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Na população dos 25 aos 64 anos, a participação na educação e formação decresce para 3,2%.

Gráfico 3.22

Participação em actividades de educação ou de formação - população dos 25 aos 64 anos, por grupo etário



Fonte: Eurostat - La situation sociale dans l'Union Européenne 2002

Em termos internacionais, a participação da população portuguesa dos 25 aos 64 anos, na educação e formação está claramente abaixo da média europeia, que foi de 8%, ainda assim, em 2000, acima da Grécia e a par da França.

Entre a população empregada dos 25 aos 64 anos a participação em educação e formação não ultrapassa os 2,6%, sendo inferior para a população masculina (2,2%).

São sobretudo as gerações mais jovens que, simultaneamente com o emprego, mais participam na educação e formação.

Quadro 3.19

População empregada, dos 25 aos 64 anos, por nível de instrução e sexo			
2001			
	Total	Homens	Mulheres
Total	2,6%	2,2%	3,1%
Básico ou menos	0,9%	0,6%	1,2%
Secundário	9,1%	9,7%	8,3%
Superior	8,4%	7,6%	8,9%

Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

São também os indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados – ensino secundário e superior - que mais participam na educação.

Alguns adultos participam em educação enquadrada no sistema de ensino

A lei de bases do sistema educativo, publicada em 1986, integrou o ensino recorrente de adultos nas modalidades especiais de educação escolar, visando assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade, com planos e métodos de estudo específicos, mas conferindo diplomas e certificados atribuídos pelo ensino regular.

Quadro 3.20

Alunos matriculados no ensino recorrente, por nível de ensino					
Anos	Total	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Unidade: n.º
					Secundário
1990/91	8 445	-	8 445	-	-
1991/92	14 983	-	7 914	7 069	-
1992/93	21 469	-	6 877	12 440	2 152
1993/94	32 094	-	5 472	22 912	3 710
1994/95	79 899	13 362	14 630	44 376	7 531
1995/96	72 059	11 302	10 699	38 181	11 877
1996/97	99 432	10 861	11 377	44 286	32 908
1997/98 (*)	103 536	13 850	7 631	43 435	38 620
1998/99 (**)	96 888	11 464	8 845	36 866	39 713
1999/00 (**)	97 301	11 555	7 612	32 248	45 886
2000/01(**)	120 630	17 924	8 683	30 723	63 300

(*) – Dados provisórios

(**) – Dados Preliminares

Fonte: DAPP/ME - Estatísticas da Educação

No ano lectivo 2000/01, o ensino recorrente recebeu mais de 120 mil alunos, repartidos pelos ensinos básico e secundário.

Dinamizado essencialmente pelos estabelecimentos de ensino público, esta modalidade de ensino tem vindo a afirmar-se enquanto modalidade especial de educação e espelha a vontade crescente da população adulta com níveis de ensino mais baixos em aumentar as suas qualificações.

PARA SABER MAIS...

Inquérito “Transição da escola para a vida activa”

O inquérito “Transição da escola para a vida activa” insere-se no plano de módulos ad hoc, estipulado a nível comunitário, de execução conjunta com o Inquérito ao Emprego no 2º trimestre de cada ano, apresentado uma metodologia comum.

O módulo “Transição da escola para a vida activa” teve como principal objectivo avaliar e conhecer em que moldes o processo de transição entre a vida escolar e a vida activa se efectua, possibilitando, igualmente, a determinação e caracterização de subgrupos da população, mediante o relacionamento com as variáveis inquiridas no Inquérito ao Emprego.

O inquérito foi realizado em 2000 e aplicado aos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos que abandonaram ou interromperam, por mais de um ano, o ensino entre 1990 e 2000.

Estatísticas da Educação

Em 92.11.20 foi estabelecido um protocolo de delegação de competências de notação estatística para a área da “Educação”, no Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação (DEPGEF) , hoje designado Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação (DAPP):

Na sequência da delegação, os dados publicados nos quadros são da responsabilidade do DAPP desde o ano lectivo 1991/1992.

Educação - recenseamento anual da população escolar

São disponibilizados alguns dos resultados de um módulo de questões sobre TIC, incluído do inquérito do Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, relativo à operação que abrange todos os níveis de ensino à excepção do ensino superior.

Para acesso a dados mais detalhados, assim como para conhecimento das metodologias utilizadas, recomenda-se a consulta das publicações especializadas destas áreas estatísticas e/ou contacto directo com o INE.



EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A análise dos elementos estruturais do mercado de trabalho português deverá ter presente o facto deste partilhar características comuns a outras economias da Europa do Sul.

Pedro Portugal,
Universidade de Lisboa

A semelhança do sistema de segurança de emprego, do desenho do sistema de negociação salarial, dos mecanismos de protecção ao emprego ou da organização sindical e patronal entre países como Portugal, a Espanha, a Itália, a Grécia e a França ajuda a perceber que estes países apresentem resultados idênticos (Bover, et al., 2000). Assim, as indicações da importância do desemprego de longa duração, da elevada presença de trabalhadores por conta própria, ou a da fraca representação de trabalhadores com horário incompleto são lidas como traduzindo o efeito das mesmas instituições do mercado de trabalho.

Em traços largos, a evolução do mercado de trabalho português ao longo do quadriénio 1998-2001 foi condicionada pela acentuação de algumas tendências estruturais iniciadas anteriormente.

Genericamente, a evolução do emprego (e do desemprego) continuou a espelhar uma forte sensibilidade cíclica. Em termos agregados, o comportamento da procura de trabalho reflectiu os elevados níveis da actividade económica ao longo do período

considerado. Em especial, o crescimento do emprego foi alimentado por elevados fluxos imigratórios de trabalhadores estrangeiros, sobretudo nos sectores da construção e dos serviços.

Este contingente de trabalho ajudou a compensar a forte quebra de oferta de trabalho por parte dos jovens nacionais (amplificada pela alteração da legislação sobre o horário de trabalho). De facto, a participação dos jovens no mercado de trabalho continuou a ser influenciada pela diminuição da taxa de fertilidade ocorrida há duas décadas e por um crescente investimento em capital humano realizado através dum maior empenhamento no sistema de educação formal.

Em Portugal, cerca de 60 por cento dos recrutamentos de trabalhadores por conta de outrem ocorrem através de contratos a termo. Simetricamente, 50 por cento do total de separações corresponde à cessação de contratos a termo (Varejão e Portugal, 2003).

Ao longo de 1998-2001 acentuou-se significativamente a presença de trabalhadores com contrato não-permanente no stock de trabalhadores por conta de outrem. Esta tendência traduz, por um lado, a resposta à evolução cíclica do emprego, e, por outro lado, a inadequação da legislação sobre protecção ao emprego às novas condições de produção (Blanchard e Portugal, 2001). É ainda provável que, dadas as restrições legais à realização de contratos a termo, uma parte não-negligenciável do aumento de contratados a prazo tenha sido gerada pelo aumento explosivo da actividade de empresas de trabalho temporário.

Ao longo deste período, continuaram a aumentar as qualificações dos trabalhadores portugueses, traduzindo um esforço de recuperação em relação aos ainda muito distantes padrões europeus. O investimento em capital humano, porém, não tem sido homogéneo. Tem-se vindo a acentuar o fosso de qualificações académicas entre homens e mulheres, fazendo com que a presença do género feminino seja maioritária entre os licenciados e as profissões técnico-científicas. Este desenvolvimento tem contribuído para que o hiato entre os salários dos homens e das mulheres se tenha atenuado e que, em certos sectores de actividade (por exemplo, na administração pública, saúde e ensino), apesar da penalização associada à discriminação sexual, a remuneração média líquida das mulheres tenha ultrapassado a dos homens (Portugal e Centeno, 2002).

A integração da mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho foi facilitada pela forte expansão do emprego no sector público da economia, em especial, na administração pública, saúde e ensino, que tem vindo a absorver cerca de 50 por cento do fluxo anual de novos licenciados produzidos pelas universidades portuguesas.

A evolução previsível do mercado de trabalho português deixará de ser favorecida pelo bom andamento do ciclo económico, agora numa fase de desaceleração da actividade económica, e pela expansão do emprego público, agora afectada pela pressão exercida pelas restrições orçamentais. O efeito conjugado da quebra antecipada da taxa de chegada de ofertas de emprego com a deficiência dos mecanismos de incentivos associados ao sistema de suporte social ao desemprego (Addison e Portugal, 2002 e 2003), tenderá a gerar situações de desemprego crónico.

Referências Bibliográficas

- Addison, John T. e Pedro Portugal (2002) "Search Methods and Outcomes," Oxford Economic Papers, 54.
- Addison, John T. e Pedro Portugal (2003) "Unemployment Duration: Competing and Defective Risks," Journal of Human Resources, 38.
- Blanchard, Olivier e Pedro Portugal (2001) "What Hides behind an Unemployment Rate: Comparing Portuguese and U. S Labor Markets," American Economic Review, 91.
- Bover, Olympia, Perea, Pilar-Garcia, e Pedro Portugal (2000) "Labour Market Outliers: Lessons from Portugal and Spain," Economic Policy, 31.
- Portugal, Pedro e Mário Centeno (2002) "Os Salários da Função Pública" Boletim Económico do Banco de Portugal, Setembro.
- Varejão, José e Pedro Portugal (2003) "Why do Firms Use Fixed-term contracts?" Mimeo.

EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

População activa cresceu ininterruptamente entre 1998 e 2001

A população residente total foi estimada, em 2001, em cerca de 10 304,9 mil indivíduos¹ representando um crescimento de 1,7% face a 1998. O crescimento na população activa estimada foi ainda superior, 3,8% entre 1998 e 2001 (2,8% nos homens e 5,2% nas mulheres). Este maior dinamismo por parte da população activa foi responsável pela variação positiva da taxa de actividade (relação entre a população activa e população total) ocorrida neste período, fixando-se nos 51,6% em 2001 (mais 1,1 pontos percentuais face a 1998).

Um dos factores que, provavelmente, terá contribuído para este comportamento da taxa de actividade consiste no aumento do peso da população estrangeira residente em Portugal que praticamente duplicou na década de 90².

Quadro 4.1

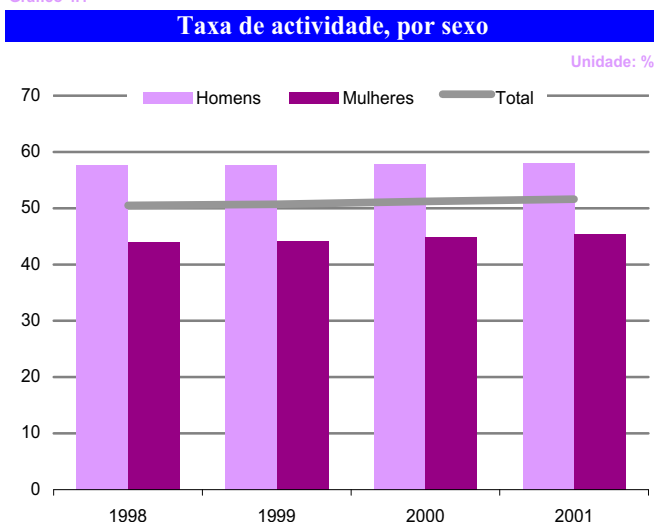
População total ⁽¹⁾ e população activa, por sexo					
		1998	1999	2000	2001
		Unidade: milhares			
População Total	HM	10 129,1	10 170,5	10 229,1	10 304,9
	H	4 883,9	4 905,4	4 935,9	4 976,1
	M	5 245,2	5 265,1	5 293,2	5 328,8
População Activa	HM	5 117,0	5 155,4	5 234,5	5 314,0
	H	2 815,3	2 825,8	2 857,1	2 892,8
	M	2 301,7	2 329,6	2 377,4	2 421,2

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Ao longo do período em análise, verificou-se sempre uma maior participação masculina no mercado de trabalho. Em 2001, a taxa de actividade masculina atingiu o valor mais alto dos últimos quatro anos (58,1%) sendo claramente superior à feminina (45,4%). O diferencial entre estas duas taxas conheceu uma diminuição neste período, passando de 13,7 pontos percentuais em 1998 para 12,7 pontos percentuais em 2001. Para esta evolução contribuiu o facto das mulheres terem conhecido (face aos homens) uma menor taxa de crescimento da população total estimada e uma maior variação positiva na população activa.

O quadro 4.2 permite-nos concluir que em 2001 e para qualquer um dos grupos etários considerados, as taxas de actividade em Portugal são superiores às do conjunto dos países da União Europeia (UE)³. A taxa de actividade na faixa etária dos 15 aos 24 anos é aquela que apresenta uma maior disparidade entre os vários estados membros da UE (os 33,6% da Bélgica contrastam com os 73,6% da Holanda). Uma possível explicação, reside nas diferentes combinações encontradas pelos jovens europeus entre a escola e o emprego.

Gráfico 4.1



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

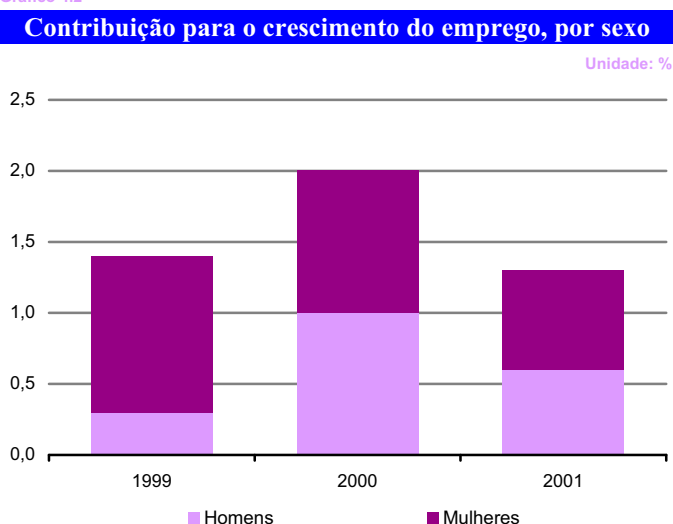
Quadro 4.2

Taxa de actividade, por grupo etário, na União Europeia				
2001	15-24	25-49	15-64	Unidade: % 50-64
UE - 15	47,2	83,8	69,0	53,9
Bélgica	33,6	83,6	63,6	42,1
Dinamarca	67,2	88,3	79,2	68,7
Alemanha	50,4	86,3	71,3	55,5
Grécia	36,2	79,7	62,1	48,2
Espanha	43,4	79,8	64,5	50,8
França	35,8	87,1	68,6	53,4
Irlanda	50,1	80,9	67,6	55,7
Itália	36,3	77,2	60,3	40,9
Luxemburgo	34,5	81,9	64,1	41,4
Holanda	73,6	86,1	75,7	54,7
Austria	54,7	86,7	70,7	45,9
Portugal	47,5	86,7	71,7	61,0
Finlândia	62,9	88,7	77,1	65,3
Suécia	40,7	86,5	75,3	76,1
Reino Unido	62,0	84,7	75,2	64,1

Fonte: EUROSTAT - NewCronos

O EMPREGO

Gráfico 4.2



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Papel activo das mulheres no crescimento do emprego

A evolução económica favorável conhecida entre 1998 e 2001, possibilitou o forte crescimento do emprego. Em 2001, estavam empregados cerca de 5 098,4 mil indivíduos (mais 1,4% e 4,8% do que em 2000 e 1998, respectivamente).

A contribuição dos homens e das mulheres para o crescimento do emprego variou bastante ao longo dos últimos quatro anos. Em 1999, observou-se uma forte contribuição das mulheres na expansão da população empregada. Contudo, em 2000 e em 2001, esta diferença reduziu-se substancialmente.

Este maior contributo das mulheres na criação de emprego resultou numa maior proporção de empregos detidos pelo sexo feminino (45,1% em 2001 que compara com 45,0% em 2000, 44,9% em 1999 e 44,4% em 1998).

A análise da composição etária do emprego entre 1998 e 2001 (ver gráfico 4.3), permite concluir que o grupo etário dos 15 aos 24 anos foi o único que apresentou uma tendência decrescente (variação negativa de 4,6% entre 1998 e 2001). Importa salientar, no entanto, que a população total e a população activa dos 15 aos 24 anos sofreram uma redução de 4,5% e 5,7%, respectivamente. Esta evolução, permitiu que a taxa de emprego nesta faixa etária se situasse, em 2001, nos 90,6% (mais 1 ponto percentual que em 1998).

Em qualquer dos quatro anos observados, o grande ímpeto para o crescimento do emprego proveio da população com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos e com 45 e mais anos.

Taxa de emprego dos portugueses com 65 e mais anos é a maior da União Europeia

A Estratégia Europeia para o emprego permitiu a definição de um conjunto de medidas de modo a promover o emprego e, por sua vez, o alcance de um maior nível de Coesão Social e sustentabilidade dos sistemas de protecção social. A Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, definiu como meta para a taxa de emprego⁴, a atingir em 2010, um valor o mais próximo possível dos 70%.

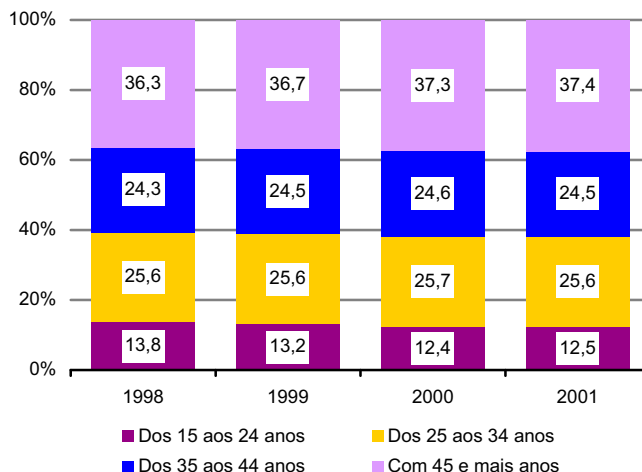
Através do gráfico 4.4 constatamos que a taxa de emprego (dos 15 aos 64 anos) de 68,8% verificada em Portugal, em 2001, se encontrava bastante próxima da meta referida acima e superior à verificada na UE (63,8%). A Itália, a Grécia e a Espanha registaram as menores taxas de emprego (54,5%, 55,6% e 56,1%, respectivamente). Noutro extremo, encontravam-se a Dinamarca (75,9%) e a Holanda (74,1%).

À medida que se caminha para idades mais avançadas, as pessoas activas tendem, naturalmente, a deixar o emprego. Daqui deriva uma forte redução da taxa de emprego na média da UE, sendo que dos 60 aos 64 anos tomou o valor de 23,4%, dos 65 aos 69 anos 6,7% e dos 70 aos 74 anos 3,0%. Ao contrário do verificado na quase totalidade dos outros estados membros, os portugueses com idades acima dos 59 anos tendem a continuar no mercado de trabalho (ver gráfico 4.4). Para os grupos etários referidos anteriormente, as taxas de emprego em Portugal tomaram o valor de 44,8%, 28,2% e 20,2%, respectivamente. A necessidade de criação de rendimento através do trabalho pelos indivíduos mais idosos, parece exercer, sobre os portugueses, um efeito mais forte que a natural diminuição na participação dos mais idosos no mercado de trabalho.

O trabalho por conta de outrem foi a componente que mais contribuiu para o crescimento verificado no emprego, apresentando uma variação superior à verificada no emprego total. A perda de postos de trabalho fez-se sentir ao nível dos trabalhadores por conta própria como isolados e dos trabalhadores familiares não remunerados e outros.

Gráfico 4.3

Estrutura da população empregada, por grupo etário



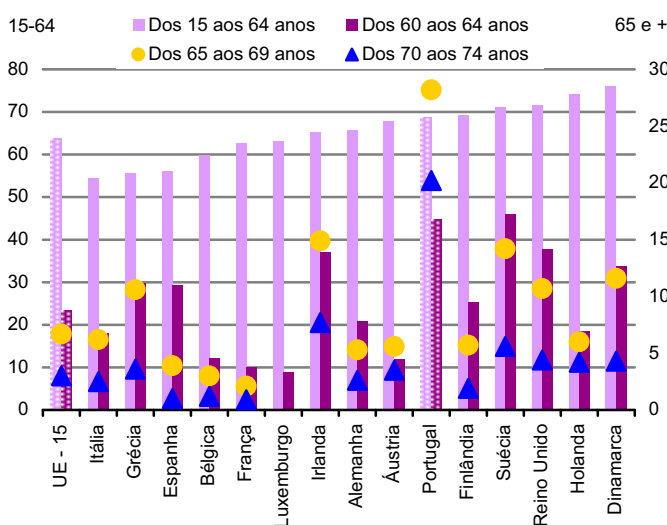
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.4

Taxa de emprego, por grupo etário, na União Europeia

2001

Unidade: %



Nota: As taxas de emprego para o Luxemburgo nos grupos etários dos 65 aos 69 anos e dos 70 aos 74 anos não se encontram disponíveis.

Fonte: EUROSTAT – Inquérito às Forças de Trabalho

Quadro 4.3

Estrutura do Emprego, por situação na profissão					
	1998	1999	2000	2001	Unidade: milhares Contribuição para a variação entre 1998 e 2001 (em %)
Total	4 863,3	4 928,7	5 028,9	5 098,4	4,8^(*)
Trabalhador por conta de outrem	3 467,8	3 563,3	3 651,8	3 705,2	4,9
Trabalhador por conta própria como isolado	947,3	916,2	883,2	936,6	-0,2
Trabalhador por conta própria como empregador	299,9	299,5	301,0	314,5	0,3
Trabalhador familiar não remunerado e outros	148,2	149,7	192,9	142,1	-0,1

(*) Por questões de arredondamento o total não é igual à soma das diferentes parcelas.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A desagregação do crescimento do emprego por tipo de contrato é reveladora do forte contributo dos contratos não permanentes e em particular dos contratos com termo, em qualquer dos anos observados. Contudo, em 2001, assiste-se a uma perda de dinamismo pelos contratos não permanentes na explicação do aumento da população empregada. Saliente-se, no entanto, a forte variação verificada neste ano na utilização de contratos com termo. Em 2001, cerca de 558,5 mil indivíduos trabalharam com contratos a termo, representando um crescimento de 11,8% face ao ano anterior (mais 59,1 mil postos de trabalho).

Quadro 4.4

Trabalhadores por conta de outrem, segundo o tipo de contrato				
	1998	1999	2000	2001
Total	3 467,8	3 563,3	3 651,8	3 705,2
Contrato permanente	2 870,0	2 897,4	2 926,4	2 948,8
Contrato não permanente	596,9	665,9	725,3	756,4
Contrato com termo	422,5	467,4	499,4	558,5
Não sabe/não responde	0,9	-	-	-

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

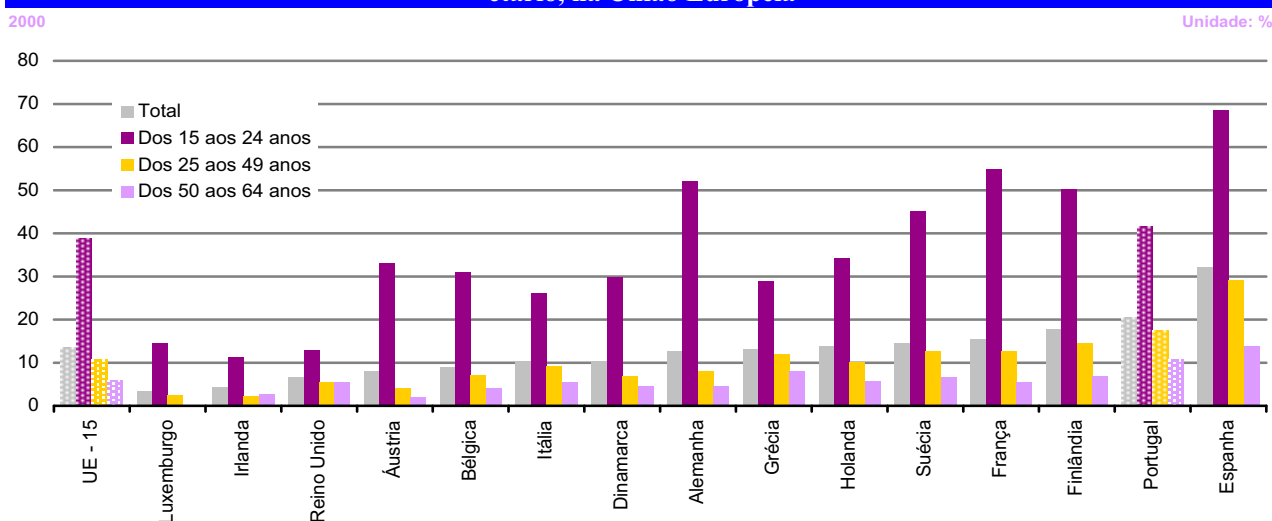
O forte dinamismo na utilização dos contratos não permanentes por parte dos portugueses conduziu a que a Espanha fosse o único Estado membro, em 2000, a ultrapassar Portugal em termos de penetração deste tipo de relação contratual (32,1% contra os 20,4% de Portugal). Conforme se pode constatar pelo gráfico 4.5, a realidade é muito dispar entre os diferentes países. No Luxemburgo, esta percentagem fica-se pelos 3,4%. Na UE, a contratação não permanente abrangia 13,4% dos trabalhadores por conta de outrem.

Esta relação contratual apresenta uma maior incidência junto dos trabalhadores entre os 15 e os 24 anos (41,5% em Portugal e 38,9% para a UE). A forte utilização na Espanha (68,6%) é acompanhada pela França (54,9%) e pela Alemanha (52%). Porém, à excepção da Espanha, todos os países que estavam acima de Portugal (no grupo etário dos 15 aos 24 anos) na utilização deste tipo de contrato, vêem a sua posição inverter-se quando se consideram os trabalhadores entre os 25 e os 49 anos. A Alemanha (44,1 pontos percentuais) e a França (42,3 pontos percentuais) constituem os países em que é mais significativa a diminuição da representatividade dos contratos não permanentes. Na UE, 6% dos trabalhadores por conta de outrem, dos 50 aos 64 anos, trabalhavam com contrato não permanente (10,8% em Portugal e 13,9% na Espanha).

Parece existir alguma evidência que aponta no sentido de os estados membros converterem com diferentes velocidades os contratos não permanentes em contratos permanentes.

Gráfico 4.5

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente, por grupo etário, na União Europeia



Fonte: EUROSTAT - NewCronos

Mais de metade do emprego no sector dos “Serviços”

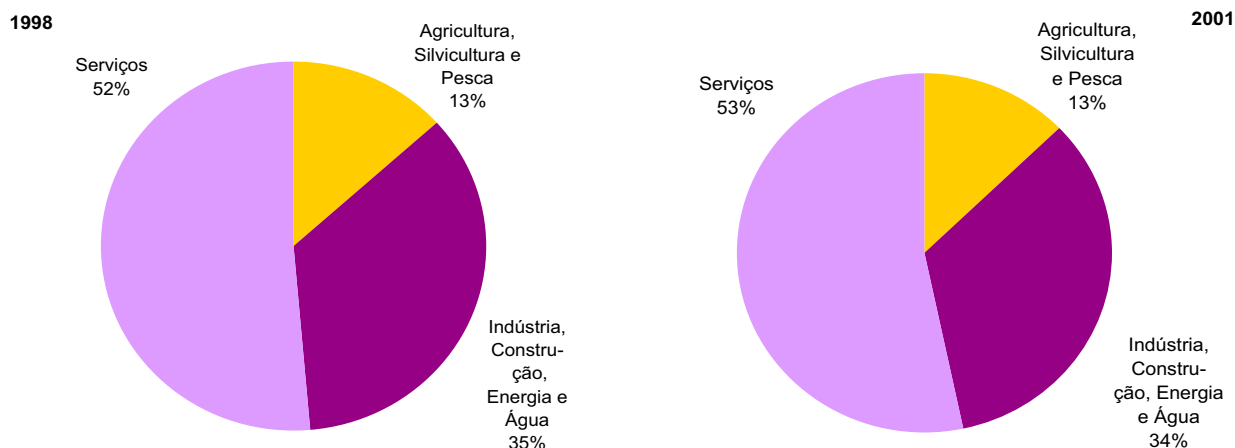
A desagregação do emprego por sector de actividade é reveladora da forte concentração do mesmo no sector dos “Serviços” (ver gráfico 4.6) e do papel deste na manutenção dos elevados níveis de crescimento do emprego (ver gráfico 4.7) verificados entre 1998 e 2001.

Estavam empregados no sector dos “Serviços”, em 2001, 2 714,2 mil indivíduos (53,2% do total do emprego), representando um crescimento face a 1998, em termos absolutos, de 218,1 mil indivíduos. Esta variação representa um crescimento médio anual de 2,8%, bastante superior aos 1,6% verificado no total do emprego.

Crescendo anualmente a uma média de 0,4%, o emprego na “Indústria, Construção, Energia e Água” passou de 1 714,7 mil indivíduos em 1998 para 1 734,2 em 2001, representando no último ano observado 34% do total do emprego. Neste período, o decréscimo do emprego na “Indústria Transformadora” foi mais que compensado pelo crescimento verificado na “Construção”.

Gráfico 4.6

Estrutura do emprego, por sector de actividade



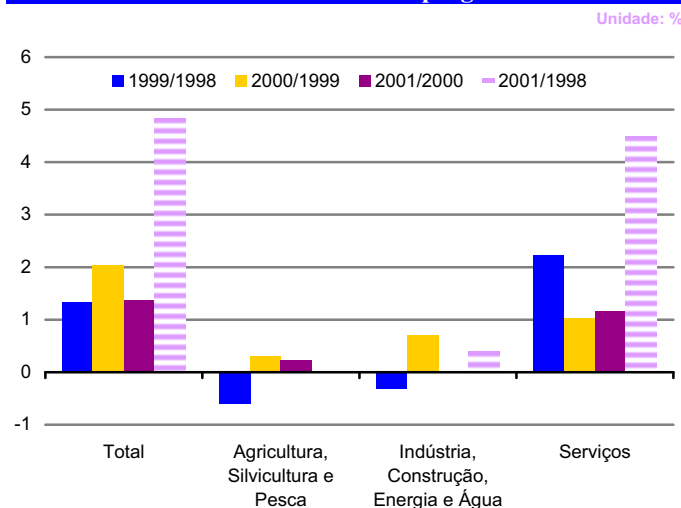
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

O emprego na “Agricultura, Silvicultura e Pesca”, após o declínio em 1999 (-4,4%), apresentou variações sempre positivas (2,4% em 2000 e 1,8% em 2001) fixando-se, em 2001, nos 649,9 mil indivíduos. Este crescimento não foi, contudo, suficiente para recuperar o valor observado em 1998 (652,5 mil indivíduos).

Saliente-se ainda que, em 2001, os “Serviços” absorviam mais de 60% do emprego feminino, enquanto que a “Indústria, Construção, Energia e Água” pouco mais de 20%.

Gráfico 4.7

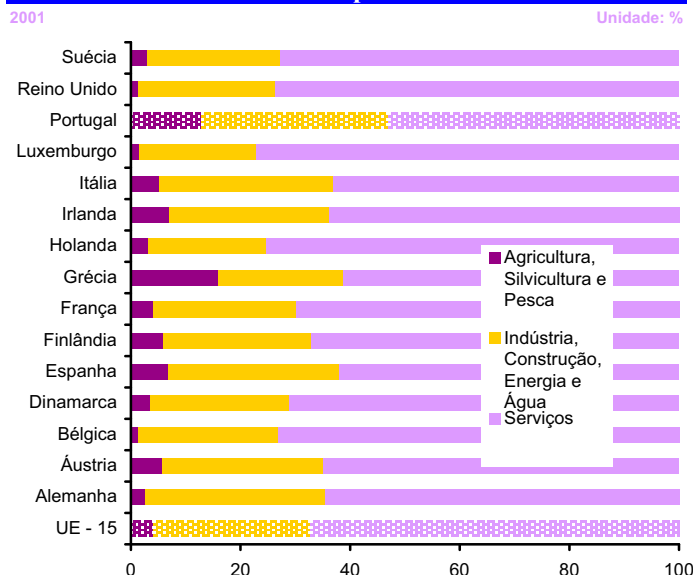
Contribuição de cada sector de actividade para o crescimento do emprego



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.8

Estrutura do emprego por sector de actividade na União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Na UE, em 2001, a “Agricultura, Silvicultura e Pesca” empregava 4,2% do total de trabalhadores, a “Indústria, Construção, Energia e Água” 28,6% e os “Serviços” 67,2%. A quase generalidade dos estados membros apresentava uma estrutura muito similar a esta (ver gráfico 4.8). Portugal e Grécia são os países que mais se afastam desta distribuição do emprego. A principal diferença é a elevada concentração do emprego na “Agricultura, Silvicultura e Pesca” (12,9% em Portugal e 16% na Grécia).

Para o facto de Portugal apresentar, quando comparado com os restantes países da UE, uma elevada proporção de indivíduos a trabalharem por conta própria contribui, indubitavelmente, a forte capacidade de criação de empregos por parte da “Agricultura, Silvicultura e Pesca”. Em 2001, 72,1% dos trabalhadores deste sector eram trabalhadores por conta própria (15,7% na “Indústria, Construção, Energia e Água” e 18,2% nos “Serviços”).

A situação não se alterou muito face ao verificado no ano anterior (68,5%, 14,9% e 17,8%, respectivamente). Em Portugal e em 2000, 23,3% do emprego assumia a forma de trabalho por conta própria. A Grécia apresentava a maior representatividade do trabalho por conta própria (32,4%). A média para a UE fixou-se nos 14,1%.

Em 2001, o número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana situou-se nas 39,4 horas (41,2 horas nos homens e 37,3 horas nas mulheres). O período balizado entre 1998 e 2001 conheceu uma redução no número médio de horas

habitualmente trabalhadas por semana, verificando-se o maior decréscimo em 1999 (1,2%). Tal evolução resulta do efeito combinado do aumento da proporção de trabalhadores com jornadas semanais de trabalho entre 31 e 35 horas, da diminuição da proporção daqueles que trabalham mais de 40 horas semanais e da relativa estabilidade do peso dos trabalhadores que trabalham entre 36 e 40 horas semanais (54% em 2001). Apesar da diminuição no número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas, o crescimento do emprego registado neste período possibilitou o incremento no número total de horas habitualmente trabalhadas.

Em qualquer dos anos observados, os trabalhadores por conta própria como empregador apresentaram sempre a maior duração média do horário de trabalho semanal.

Quadro 4.5

Evolução das horas habitualmente trabalhadas				
	1998	1999	2000	2001
Total de horas trabalhadas				
Taxa de variação (em %)	-	0,1	1,2	1,0
Distribuição das horas trabalhadas (em %):				
Até 10 horas	2,2	1,9	1,8	2,0
11-30 horas	10,8	11,0	11,0	10,7
31-35 horas	9,1	9,5	11,1	12,3
36-40 horas	49,7	53,5	53,9	54,0
mais de 40 horas	28,2	24,1	22,1	21,0
Número médio de horas semanais:				
Total	40,4	39,9	39,6	39,4
Homem	42,4	41,8	41,4	41,2
Mulher	37,7	37,5	37,5	37,3
Conta de outrem	39,7	39,3	39,3	39,3
Conta própria como isolado	40,1	39,5	39,0	37,8
Conta própria como empregador	49,3	48,7	48,4	48,3

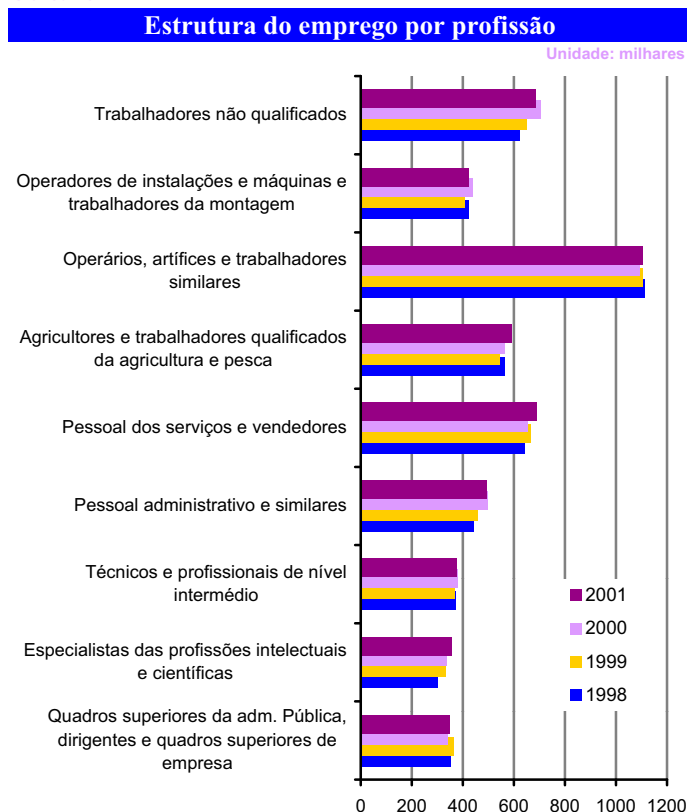
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A população empregada concentra-se nas profissões associadas a baixos níveis de qualificação e apresenta reduzidos níveis de habilitações escolares

Em 2001, as categorias profissionais mais representativas foram os “Operários, artífices e trabalhadores similares” (21,7% do total), o “Pessoal dos serviços e vendedores” (13,5% do total) e os “Trabalhadores não qualificados” (13,5% do total). As profissões com maiores níveis de proficiência, os “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” e os “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, empregavam, no seu conjunto, 13,8% do total de pessoas empregadas (6,8% e 7,0%, respectivamente).

O “Pessoal dos serviços e vendedores” foi o que mais contribuiu, em 2001, relativamente a 2000, para o crescimento verificado no emprego (mais 36,4 mil postos de trabalho). Os “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”, bem como os “Especialistas das profissões

Gráfico 4.9



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

intelectuais e científicas”, apresentaram também uma participação muito activa na variação positiva verificada no emprego (mais 26,5 e 20 mil postos de trabalho, respectivamente).

A população empregada feminina classificada como “trabalhadores não qualificados” fixou-se, em 2001, nos 18,5% (mais 0,6 pontos percentuais que em 1998). Por outro lado, as mulheres são responsáveis por 61,9% do total de emprego de trabalhadores não qualificados (62,1% em 1998). O “Pessoal administrativo e similares” e o “Pessoal dos serviços e vendedores” também é constituído, na sua maioria, por mulheres (61,6% e 64,2% do emprego verificado nestas profissões, respectivamente). Tende a persistir um domínio dos homens na ocupação dos cargos de chefia, assegurando, em 2001, 68,7% dos “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” (68,0% em 1998). Importa também realçar a predominância das mulheres ao nível dos “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” (57,3% do total de empregados nesta categoria profissional).

A situação não se torna mais favorável quando se analisa os níveis de habilitações escolares da população empregada. Como podemos verificar pelo quadro 4.6, uma parte muito significativa dos trabalhadores portugueses (80,3% em 1998 e 78,2% em 2001) possui uma escolaridade que não ultrapassa o nível de escolaridade obrigatória.

Quadro 4.6

Emprego, segundo o nível de habilitação escolar				
	1998	1999	2000	2001
Até ao Básico - 3º ciclo	3 905,7	3 896,4	3 955,9	3 985,6
Secundário e Superior	957,6	1 032,3	1 072,9	1 112,8

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

O forte crescimento do emprego que se verificou no período em análise não foi conseguido através de uma intensificação da utilização do emprego a tempo parcial (quando o período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal). Em 2001, 562,4 mil indivíduos trabalhavam (na sua actividade principal) com este tipo de duração de trabalho (crescimento de 5%, representando 27 mil trabalhadores, face a 1998). O emprego a tempo completo passou de 4 327,9 mil indivíduos em 1998 para 4 536 mil indivíduos em 2001, ou seja, registou um crescimento de 4,8%.

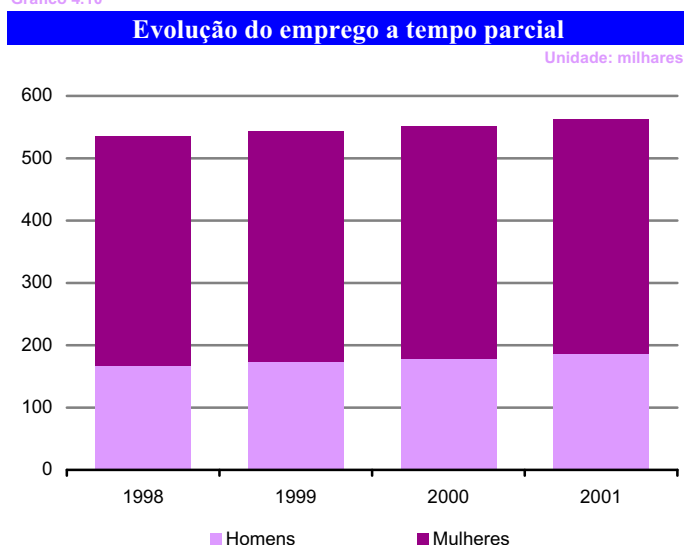
As ocupações a tempo parcial possuem uma expressão reduzida no mercado de trabalho português. Em 2001, bem como nos outros três anos em análise, 11% dos trabalhadores (16,4% no emprego feminino e 6,7% no masculino)

encontravam-se a laborar com um horário parcial.

O emprego a tempo parcial é essencialmente detido pelas mulheres, sendo responsáveis, em 2001, por 66,9% desta forma de emprego (menos 2 pontos percentuais face a 1998).

No que respeita aos sectores de actividade, este tipo de horário de trabalho, apresenta uma maior incidência no sector primário, seguindo-se o terciário e, por último, o secundário.

Gráfico 4.10



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Portuguesas são das que menos trabalham, na Europa, em tempo parcial

Os trabalhadores dos diferentes estados membros da UE utilizam com diferente intensidade o regime de emprego a tempo parcial. A Grécia, em 2000, dispunha da menor proporção de trabalhadores a laborarem com este tipo de horário (4,6%). O outro extremo era ocupado pela Holanda (41,2% no total, 19,3% nos homens e 70,6% nas mulheres). A utilização deste tipo de horário de trabalho pelos portugueses é bastante reduzida, uma vez que apenas 10,7% o utilizam, estando bem longe dos 18% da média europeia.

Esta situação é mais pronunciada no caso das mulheres (16,4%, quando a média europeia foi de 33,7%), estando atrás de Portugal apenas a Grécia (7,9%). Um período de trabalho com uma duração inferior à normal é entendido como uma situação involuntária para 26,7% das portuguesas que trabalham a tempo parcial (14,1% na UE). Saliente-se que apenas 3,1% das holandesas o entendem desta forma.

Os trabalhadores portugueses destacam-se na Europa pelo exercício de uma segunda actividade

Os trabalhadores portugueses apenas são ultrapassados pelos dinamarqueses e suecos em termos de exercício de uma segunda actividade. Enquanto que em Portugal, em 2000, 6,2% dos trabalhadores tinham uma segunda actividade, naqueles dois países a proporção era de 10,9% e 8,8%, respectivamente. A média da UE era de 3,5%. Esta realidade incide, em Portugal, de forma diferente entre homens (7,4%) e mulheres (4,8%). Na UE, esta diferença era praticamente inexistente (3,3% nos homens e 3,7% nas mulheres).

Apesar da evolução favorável do desemprego entre 1998 e 2000, o ano de 2001 ficou marcado por uma maior dificuldade na obtenção de uma colocação

O número de indivíduos afectados pelo desemprego em 2001 situou-se num nível inferior ao verificado em 1998. Contudo, o comportamento deste fenómeno no período analisado não foi uniforme, decrescendo em 1999 e 2000 e crescendo em 2001. A taxa de desemprego entre 1998 e 2001 conheceu um decréscimo de 0,9 pontos percentuais, passando de 5,0% para 4,1%.

Quadro 4.7

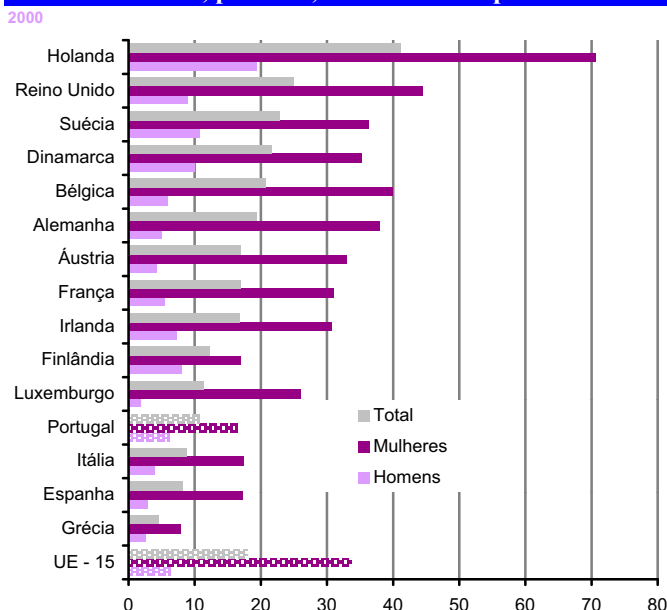
Evolução da população desempregada				
	1998	1999	2000	2001
Taxa de desemprego (%)	5,0	4,4	3,9	4,1
Homens	4,0	3,9	3,1	3,2
Mulheres	6,2	5,1	4,9	5,1
Número de desempregados (milhares)	253,7	226,7	205,6	215,6
Primeiro emprego	45,2	34,1	27,6	35,6
Novo emprego	208,4	192,6	178,0	180,0

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A diminuição verificada em 1999 e 2000 no número de desempregados deve-se à forte redução verificada no número de desempregados à procura de novo emprego. Em 2000, encontravam-se à procura de novo emprego 178 mil indivíduos, menos 14,6% que em 1998, representando 86,6% do total de desempregados. O forte crescimento verificado no número de desempregados em 2001 resulta da significativa variação positiva nos desempregados à procura do primeiro emprego. Esta evidência surge como consequência natural face ao crescimento da taxa de

Gráfico 4.11

Emprego a tempo parcial com percentagem do emprego total, por sexo, na União Europeia

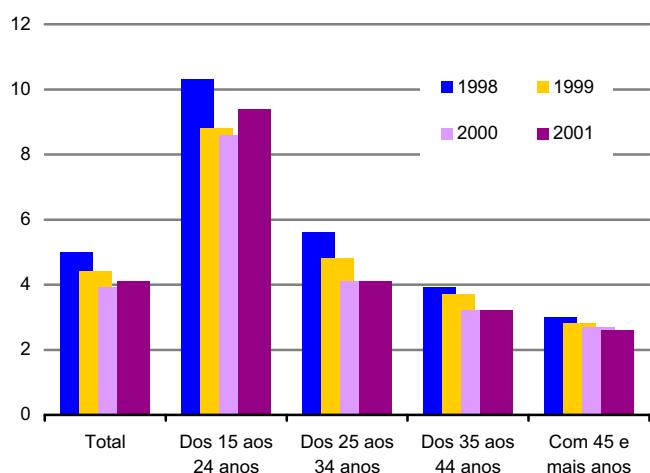


Fonte: Eurostat - NewCronos

Gráfico 4.12

Taxa de desemprego, por grupo etário

Unidade: %

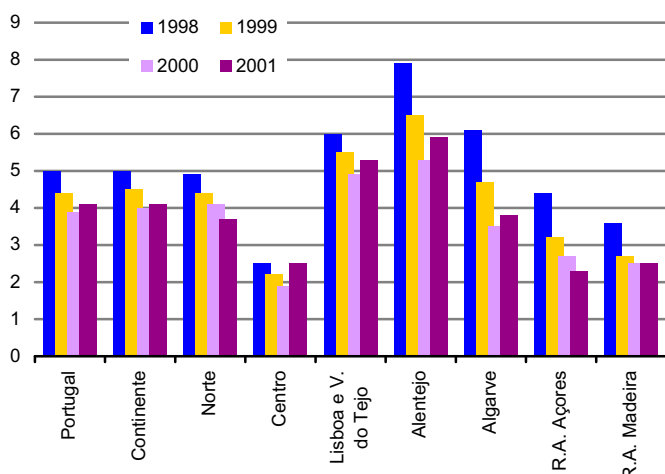


Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.13

Taxa de desemprego, por NUTS II

Unidade: %



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

desemprego no grupo etário dos 15 aos 24 anos (9,4% em 2001, que compara com 8,6% em 2000). Em qualquer dos anos observados, esta faixa etária foi sempre responsável por mais de 70% do total de desempregados que procuram uma primeira colocação.

O gráfico 4.12 permite constatar que o decréscimo na taxa de desemprego no período de 1998 a 2000 foi acompanhado por um igual comportamento desta taxa em todos os grupos etários. Em 2001, o grupo etário dos 15 aos 24 anos foi o único a apresentar uma subida da taxa de desemprego, passando de 8,6% em 2000 para 9,4% em 2001 (permaneceu constante nos grupos etários dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos, descendo inclusivamente nos indivíduos com 45 e mais anos).

A análise da taxa de desemprego por regiões permite concluir que existem certos desequilíbrios no funcionamento do mercado de trabalho português. A permanência ao longo do tempo das diferentes taxas de desemprego regionais poderá resultar da fraca mobilidade espacial dos trabalhadores portugueses, como consequência, designadamente, do débil funcionamento do mercado de arrendamento habitacional, e da difícil transportabilidade das competências adquiridas entre os diferentes postos de trabalho.

As regiões do Alentejo, de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve detêm, em qualquer dos anos observados, as maiores taxas de desemprego,

cabendo à região do Centro o menor valor. Os 4,1% tomados pela taxa de desemprego em Portugal resulta de diferenças que vão dos 5,9% da região do Alentejo aos 2,5% da região do Centro.

Ao longo do período em análise, o desemprego conheceu uma alteração significativa em termos da sua composição. Em 1998, o desemprego de longa duração (desempregados que procuram emprego há 12 ou mais meses) representava 45,5% do total do desemprego. A redução da taxa de desemprego, em 1999 foi acompanhada por uma redução do peso do desemprego de longa duração, fixando-se em 41,3%. A variação verificada nos dois anos seguintes foi de sinal oposto à variação da taxa de desemprego (um crescimento em 2000 para os 43,9% e uma redução em 2001 para os 40,5%).

No contexto europeu, Portugal, em 2001, apresentou uma das menores taxas de desemprego (3,9% quando a média da UE se fixou nos 7,6%). Apenas o Luxemburgo (1,8%), a Holanda (2,1%) e a Irlanda (3,6%) conheceram taxas de desemprego inferiores. A Espanha (13,0%), a Finlândia (10,3%) e a Grécia (10,2%) encontram-se particularmente afectados pelo fenómeno do desemprego. Na UE, o desemprego atinge com maior intensidade as mulheres (8,8%

que compara com 6,6% nos homens). Existem, no entanto, algumas países onde a taxa de desemprego masculina excede a feminina (Reino Unido, Suécia e Irlanda). Na Alemanha, verificou-se uma igualdade entre estas taxas.

Quadro 4.8

Taxa de desemprego, por sexo, na União Europeia			
2001	Unidade: %		
	Total	Homens	Mulheres
UE - 15	7,6	6,6	8,8
Bélgica	6,2	5,6	6,9
Dinamarca	4,2	3,6	4,8
Alemanha	7,8	7,8	7,8
Grécia	10,2	6,7	15,4
Espanha	13,0	9,0	18,9
França	8,6	7,0	10,5
Irlanda	3,6	3,8	3,5
Itália	9,6	7,4	13,0
Luxemburgo	1,8	1,6	2,2
Holanda	2,1	1,8	2,5
Austria	4,0	3,9	4,1
Portugal	3,9	3,0	5,1
Finlândia	10,3	9,9	10,8
Suécia	5,5	5,9	5,0
Reino Unido	4,7	5,2	4,1

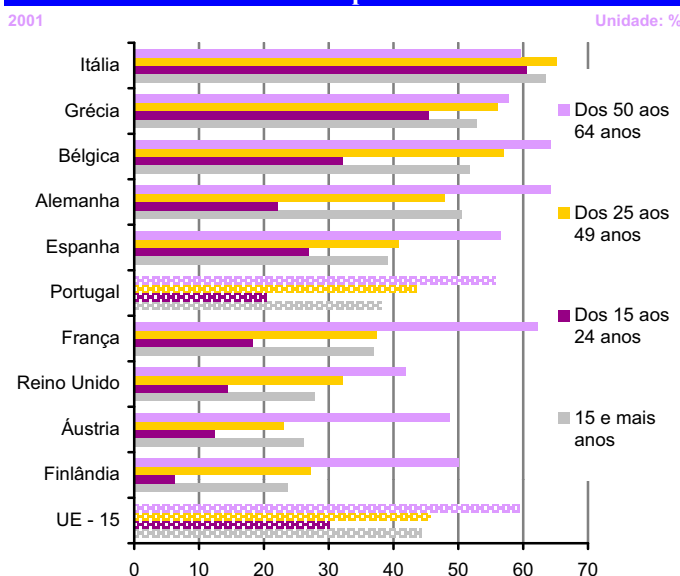
Fonte: Eurostat - NewCronos

Quando se compara com 1998, constata-se que neste período se efectivou uma melhoria nas condições de acesso das mulheres ao emprego. Neste ano, as taxas de desemprego masculina e feminina eram de 8,9% e 11,9%, respectivamente.

No que diz respeito à duração do desemprego, a Itália detém a maior proporção de desempregados de longa duração (63,4%), bastante acima do valor apurado para a UE (44,4%). Portugal encontrava-se numa posição intermédia (38,2%). O gráfico 4.14, indicia a existência de uma relação positiva entre a duração da procura de emprego e a idade do desempregado. Na UE, a proporção de desempregados de longa duração tomou o valor de 30,1% no grupo dos 15 aos 24 anos, 45,6% no grupo dos 25 aos 49 anos e 59,4% no grupo dos 50 aos 64 anos. Em Portugal, estas percentagens fixaram-se nos 20,4%, 43,5% e 55,8%, respectivamente. O desemprego de longa duração, em qualquer dos grupos etários considerados, tem maior expressão na Itália.

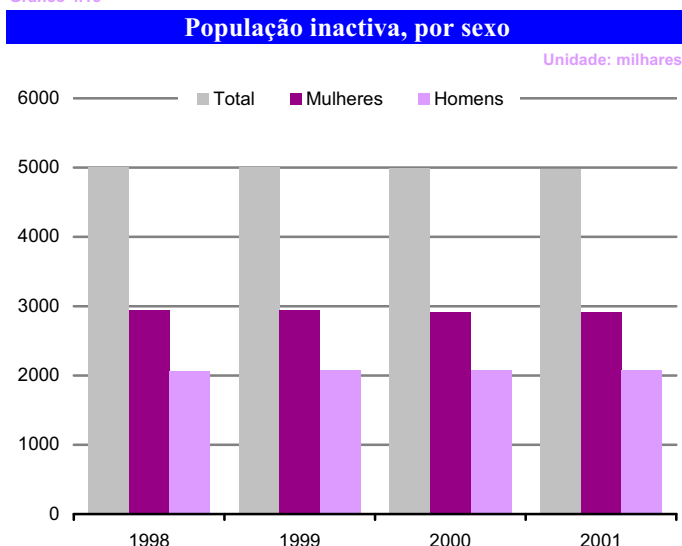
Gráfico 4.14

Desempregados de longa duração como percentagem do total, por grupo etário, em alguns países da União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Gráfico 4.15



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Quadro 4.9

Estrutura da população inactiva				
	1998	1999	2000	2001
Total	4 998,8	5 003,1	4 982,2	4 980,5
Estudantes	1 689,0	1 661,7	1 666,3	1 660,2
Domésticos	761,6	709,2	691,6	679,5
Reformados	1 440,1	1 536,5	1 536,7	1 537,1
Outros inactivos	1 108,1	1 095,7	1 087,6	1 103,7

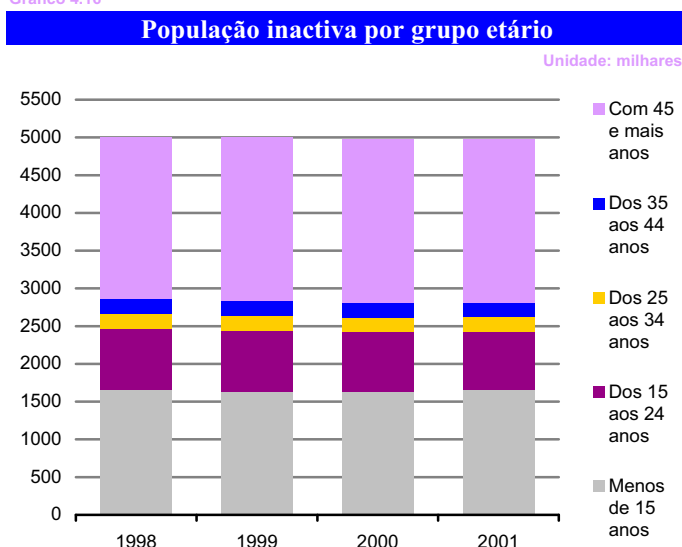
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

inactivos, os reformados 30,9%, os domésticos 13,6% e os outros inactivos 22,2%. Quatro anos antes a estrutura era idêntica: 33,8%, 28,8%, 15,2% e 22,2%, respectivamente.

Exceptuando os reformados, todas as outras categorias conheceram uma redução. O número de reformados, em 2001, fixou-se nos 1 537,1 mil indivíduos (mais 6,7% que em 1998). Os domésticos foram os que apresentaram o decréscimo mais acentuado (10,8% em termos relativos e 82,1 mil indivíduos em termos absolutos).

Face ao crescimento a que se assistiu no número de reformados, não se torna surpreendente o crescimento no número

Gráfico 4.16



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Diminuição do peso das mulheres entre os inactivos

Em 2001, existiam 4 980,5 mil portugueses inactivos, sendo que 58,4% eram mulheres (58,9% em 1998). Entre 1998 e 2001, a população inactiva reduziu-se 0,4% , correspondendo a uma taxa média de variação anual de – 0,1%. O contingente do sexo feminino contribuiu de forma decisiva para este decréscimo (uma redução de 35,8 mil indivíduos contra o crescimento de 17,7 mil do sexo masculino).

A estrutura da população inactiva (ver quadro 4.9) manteve-se praticamente inalterada neste período. Os estudantes representavam, em 2001, 33,3% dos

de inactivos com 45 e mais anos (1,5% entre 1998 e 2001) e o reforço do seu peso no total dos inactivos (43,5% em 2001 que compara com 42,7% em 1998).

O decréscimo mais acentuado efectivou-se no grupo etário dos 35 aos 44 anos (-4,2%). Os inactivos com idade inferior a 15 anos constituem a segunda categoria mais representativa (33,1% em 2001), seguindo-se o grupo dos 15 aos 24 anos (15,6%).

A distribuição por sexo dentro de cada grupo etário faz-se de forma bastante diferenciada (em todos os anos em análise). Apenas nos inactivos com menos de 15 anos se observa um predomínio dos homens (51,2% em 2001). O grupo etário dos 35 aos 44 anos é aquele onde as mulheres adquirem um papel de maior destaque (80,3% do total).

OS SALÁRIOS

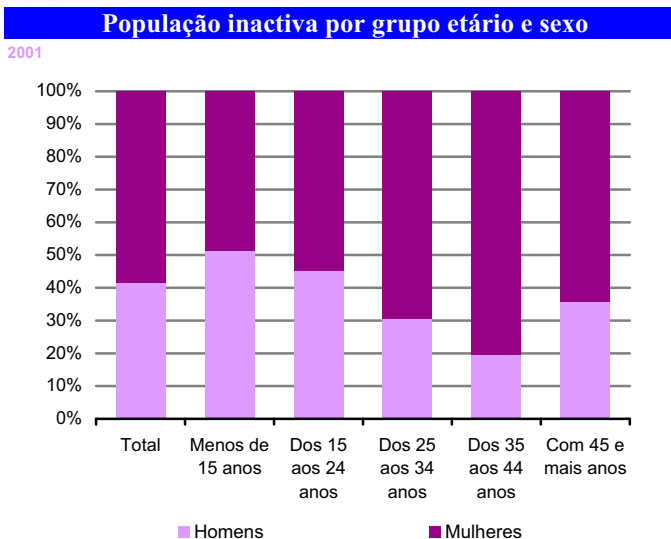
Custo do trabalho cresce acima da produtividade

O custo do trabalho no conjunto dos sectores de actividade cobertos pelo Índice de Custo do Trabalho⁵ cresceu em 2001, relativamente ao ano anterior, cerca de 4%, enquanto que a produtividade por empregado cresceu, em 2001, 0,3%, consistindo num decréscimo de 1,3 pontos percentuais face ao crescimento verificado no ano anterior. Quando se utiliza o número de horas totais trabalhadas e não o número de empregados para o cálculo da produtividade do trabalho, apura-se, para 2001, um crescimento de 1,5%. No período analisado, a taxa de crescimento do custo do trabalho foi superior à verificada na produtividade por empregado.

As estatísticas resultantes dos Quadros de Pessoal, da responsabilidade do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, revelam uma distribuição desigual entre homens e mulheres na repartição dos rendimentos do trabalho. A remuneração média mensal de base (no Continente) era, em 2000, de 613,66 euros, sendo de 667,01 euros para os homens e de 524,52 euros para as mulheres. Estas remunerações, em 1995, eram de 494,31, 545,23 e 417,24 euros, respectivamente. Entre estes dois momentos, assistiu-se a um crescimento contínuo desta remuneração (no total e em ambos os sexos).

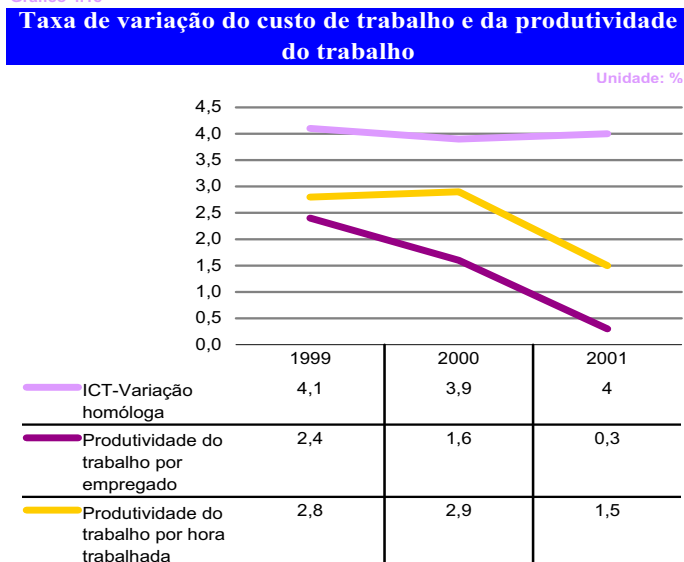
O ganho médio mensal, que inclui, para além da remuneração base, todos os subsídios com carácter regular e o pagamento de horas extraordinárias, fixou-se, em 2000, nos 731,68 euros. Este tipo de retribuição também atinge um maior valor nos trabalhadores do sexo masculino (821,04 euros, sendo 605,93 euros nos trabalhadores do sexo feminino). Quatro anos antes, o ganho médio mensal não ultrapassava os 600 euros. À semelhança do sucedido com a remuneração média mensal de base, o ganho médio mensal também cresceu de forma continuada entre 1995 e 2000.

Gráfico 4.17



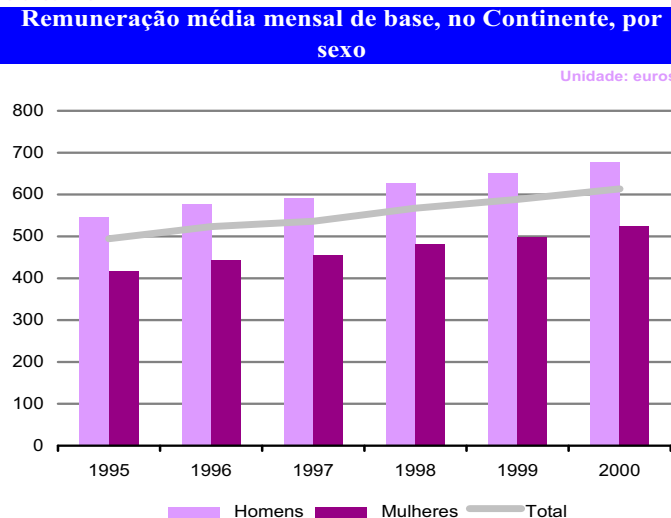
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.18



Fonte: INE – Índice do Custo de Trabalho e Contas Nacionais

Gráfico 4.19

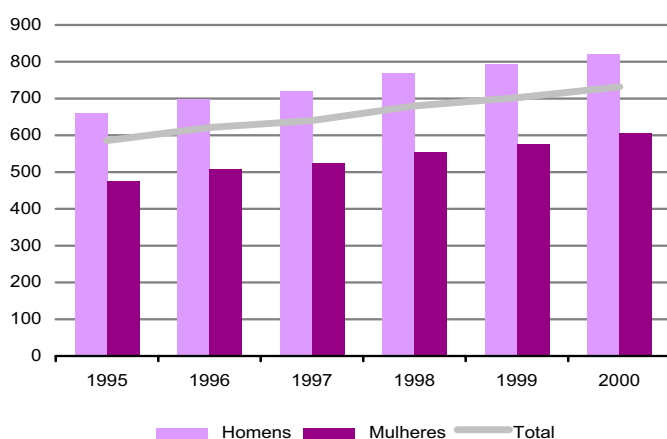


Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Gráfico 4.20

Ganho médio mensal, no Continente, por sexo

Unidade: euros



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Entre 1995 e 2000, a remuneração média mensal de base conheceu um crescimento de 24,1% (8,3% em termos reais), sendo inferior ao verificado no ganho médio mensal (24,9% em termos nominais e 9% em termos reais).

Tanto as remunerações como os ganhos, cresceram com mais ímpeto nos anos de 1996 e 1998

A maiores níveis de antiguidade na empresa parece estar associado um maior ganho médio mensal. Em 1999, os trabalhadores que se encontram há menos de um ano ao serviço (21,4%

Quadro 4.10

Taxas de variação da remuneração média de base e ganho médio mensal, no Continente

Unidade: %

T. variação	1996		1997		1998		1999		2000		1995/2000	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Remuneração média mensal de base												
Total	5,9	2,8	2,4	0,4	5,8	2,6	3,7	1,7	4,3	0,7	24,1	8,3
Ganho médio mensal												
Total	6,1	3,0	3,0	0,9	6,2	3,0	3,3	1,3	4,2	0,5	24,9	9,0

Fonte: DETEFP - Quadros de Pessoal

do total de trabalhadores) auferiam, em média, um ganho mensal de 553,33 (crescimento de 10,2%, em termos reais, face a 1995). Estes trabalhadores recebem um pouco mais de metade do ganho médio dos trabalhadores com maiores níveis de antiguidades (com 20 e mais anos).

Quadro 4.11

Número de trabalhadores e ganho médio mensal, segundo o escalão de antiguidade na empresa, no Continente

	1995		1999	
	Nº de trabalhadores (milhares)	Ganho médio mensal (euros)	Nº de trabalhadores (milhares)	Ganho médio mensal (euros)
Total	1954	585,7	2166	
Menos de 1 ano	367	454,2	463	
De 1 a 4 anos	638	512,8	712	
De 5 a 9 anos	407	565,2	407	
De 10 a 14 anos	161	679,7	220	
De 15 a 19 anos	115	784,3	122	
Com 20 e mais anos	267	808,1	243	

Fonte: DETEFP - Quadros de Pessoal

Comparando 1995 com 1999, o grupo de trabalhadores com antiguidade entre os 5 e os 9 anos foi o que apresentou o maior crescimento real (14,1%). Apenas os trabalhadores com níveis de antiguidade entre os 10 e os 14 anos perderam poder de compra (decréscimo de 0,4% em termos reais).

A remuneração média mensal de base das mulheres representava, em 2000, apenas 77,5% da auferida pelos homens

Somente em 1996 e em 2000, na remuneração base e no ganho, e em 1999, no ganho, se verificou uma aproximação entre os rendimentos de trabalho das mulheres aos dos homens (gráfico 4.21). Em 2000, a remuneração média mensal de base das mulheres representava 77,5% da auferida pelos homens (mais 1 ponto percentual que em 1995). A diferença entre os rendimentos dos homens e das mulheres é superior no ganho médio mensal (73,8% em 2000, que compara com 72,2% em 1995).

A diferença, referida anteriormente, entre as retribuições recebidas pelos homens e pelas mulheres, não resulta exclusivamente do sexo dos indivíduos. Variáveis como a idade, qualificação, nível de escolaridade, experiência no mercado de trabalho, antiguidade no actual posto de trabalho, bem como algumas características do próprio estabelecimento, têm certamente um papel importante na explicação desta diferença. O gráfico 4.22 tenta clarificar o efeito do nível de qualificação dos trabalhadores.

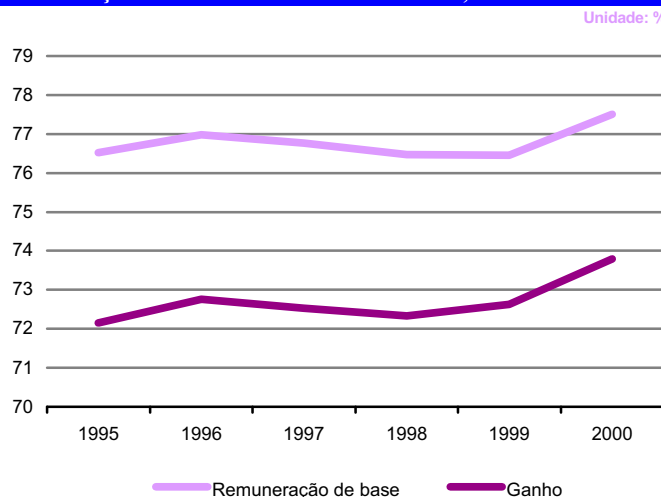
Em 2000, a maior aproximação dos rendimentos verifica-se na categoria “Praticante aprendiz” (94,8% na remuneração base e 93,5% no ganho), estando o maior fosso nos “Quadros superiores” (71% na remuneração base e 70% no ganho). Em qualquer das qualificações, a diferença entre rendimentos é sempre superior quando se considera o ganho médio mensal. Saliente-se a categoria “Profissões altamente qualificadas” pela forte discrepância entre remuneração base e ganho (6,6 pontos percentuais, quando no total se verificou 3,7 pontos percentuais).

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os Instrumentos de Regulamentação Colectiva (IRC) continuam a desempenhar um papel importante na determinação e evolução dos rendimentos do trabalho. Em 2001, foram publicados 361 IRC, distribuídos por 1 portaria de regulamentação de trabalho, 238 contratos colectivos de trabalho, 22 acordos colectivos de trabalho e 100 acordos de empresa. O número total de IRC publicados neste ano representa o menor valor observado nos últimos quatro anos (371 em 1998 e 2000 e 388 em 1999).

Gráfico 4.21

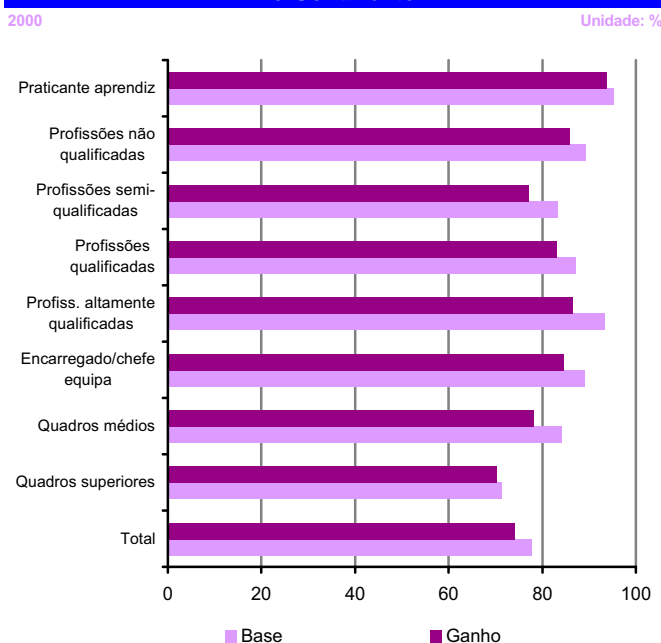
Evolução do rácio salarial entre sexos, no Continente



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Gráfico 4.22

Rácio salarial entre sexos, por qualificação, no Continente



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Quadro 4.12

Evolução dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva				
	1998	1999	2000	2001
Instrumentos de regulamentação colectiva	371,0	388,0	371,0	361,0
Portarias de regulamentação de trabalho	0,0	3,0	1,0	1,0
Contratos colectivos de trabalho	264,0	262,0	245,0	238,0
Acordos colectivos de trabalho	23,0	18,0	22,0	22,0
Acordos de empresa	84,0	105,0	103,0	100,0
Número de trabalhadores abrangidos por alterações salariais	1 397,1	1 464,7	1 452,5	1 396,2

Fonte: MSST - Direcção-Geral das Condições de Trabalho

O número de trabalhadores abrangidos por estes instrumentos, em 2001, situou-se nos 1 396,2 mil o que, apesar do forte decréscimo no número de IRC publicados face a 1998, não representa um valor muito distante do registado naquele ano (1 397,1 mil trabalhadores).

O salário mínimo nacional, em 2001, foi fixado em 334,19 euros por mês, para o regime geral, e 320,73 euros para o pessoal do serviço doméstico. Em 1993 e 1994 verificou-se, em termos reais, uma queda do salário mínimo (regime geral), assistindo-se depois a um crescimento consistente até 2001.

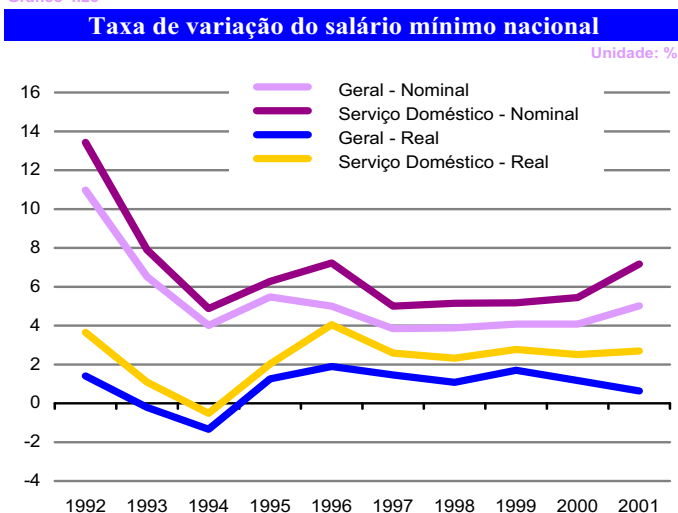
Quadro 4.13

Evolução do salário mínimo nacional											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Geral	200,0	222,0	236,4	245,9	259,4	272,3	282,8	293,8	305,8	318,2	334,2
Serviço Doméstico	167,1	189,5	204,5	214,5	228,0	244,4	256,6	269,8	283,8	299,3	320,7

Unidade: euros

Fonte: Diário da República (Decretos-Lei nº 14-B/91, 50/92, 124/93, 79/94, 20/95, 21/96, 38/97, 35/98, 49/99, 573/99, 313/2000)

Gráfico 4.23



Fonte: Diário da República (Decretos-Lei nº 14-B/91, 50/92, 124/93, 79/94, 20/95, 21/96, 38/97, 35/98, 49/99, 573/99, 313/2000)

Em 1996, conheceu-se o maior crescimento real (4% no serviço doméstico e 1,9% no regime geral). O crescimento, em 2001, ficou-se pelos 2,7% e 0,6%, respectivamente. Em qualquer dos anos observados, a taxa de variação (nominal e real) do salário mínimo para o pessoal do serviço doméstico foi sempre superior à do regime geral.

O quadro 4.14 apresenta as estimativas elaboradas pelo Eurostat referentes ao salário mínimo nacional vigente em 1 de Janeiro de 2001 em alguns estados membros da UE. Pelo facto de existirem diferenças entre os estados membros ao nível da cobertura, do método de determinação e ajustamento e da periodicidade (horária, mensal) do salário mínimo, dever-se-à ter algum cuidado quando se efectua uma comparação entre os diferentes valores. Refira-se, também, que estes valores não entram em linha de conta com os níveis de preços dos diferentes países.

Quadro 4.14

Salário mensal mínimo em alguns países da União Europeia

Unidade: Euro	
Em 1 Janeiro de 2001	
Bélgica	1 118
Grécia	466
Espanha	506
França	1 083
Irlanda	945
Luxemburgo	1 259
Holanda	1 154
Portugal	390
Reino Unido	985

Fonte: Eurostat

Em 1 de Janeiro de 2001, Portugal, juntamente com a Grécia e a Espanha, tinham os menores salários mínimos (390, 466 e 506 euros, respectivamente). O Luxemburgo detém o salário mínimo mais elevado (1 259 euros).

Menor turbulência no mercado de trabalho nos últimos anos da década de 90

As greves constituem o instrumento por excelência utilizado pelos trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, encontrando-se devidamente integradas na legislação portuguesa. A informação que se apresenta não contempla as greves da Administração Pública e diz respeito apenas às greves clássicas, ou seja, as que implicaram paralisação durante o período normal de trabalho.

Após o período de maior convulsão laboral verificado no início da década de 90, assistiu-se a uma clara tendência de menor utilização deste instrumento reivindicativo. Entre

1995 e 2000, o número de greves conheceu uma redução de 11,3%, passando de 282 para 250. As greves de empresa foram responsáveis, em 2000, por 94,8% das greves realizadas, cabendo os restantes 5,2% às greves pluriempresa (greve que envolve mais que uma empresa).

A menor utilização das greves neste período apresenta uma expressão ainda maior quando se analisa o número de trabalhadores envolvidos. Em 2000, estiveram envolvidos 38 830 trabalhadores (mais 15,9% e menos 35,8% do que em 1998 e 1995, respectivamente), representando, em média, 155 trabalhadores por greve. O maior registo de trabalhadores em greves verificou-se em 1992 (189 895).

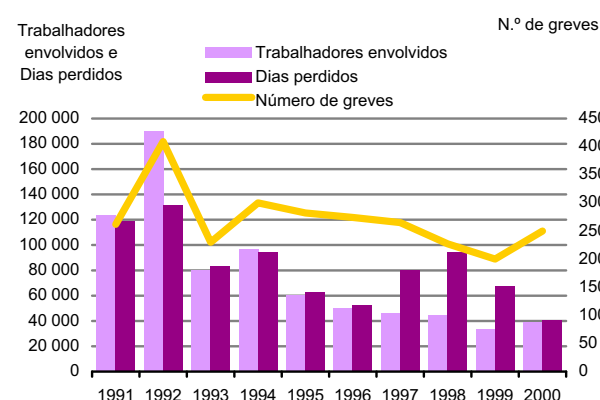
No que respeita ao número de dias perdidos como consequência das greves realizadas, verificamos que o seu comportamento não acompanha de perto o verificado nas duas variáveis já mencionadas. Apesar de, em 2000 e em 1999, se ter assistido a uma redução no número de dias perdidos, em 1997 e em 1998 verificou-se um forte crescimento (51,4% e 18,3%, respectivamente).

Analisando os diferentes tipos de reivindicação, constata-se a forte preponderância das questões salariais, representando no último quinquénio observado praticamente metade das greves realizadas. Em 2000, 16,9% das greves realizadas ficaram a dever-se a reclamações na área da duração do trabalho (mais 3,9 pontos percentuais face a 1995) e 8% a questões ligadas ao emprego (menos 8,2% do que em 1995). As outras reivindicações significativas contemplam a higiene e segurança (5,6%) e a regulamentação colectiva (12,5%).

A evolução do número de greves por sector de actividade económica é reveladora da forte propensão do sector das “Indústrias transformadoras” no desencadear deste tipo de acções sendo responsável, em 2000, por 48,8% das

Gráfico 4.24

Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas



Fonte: MSST - DETEFP

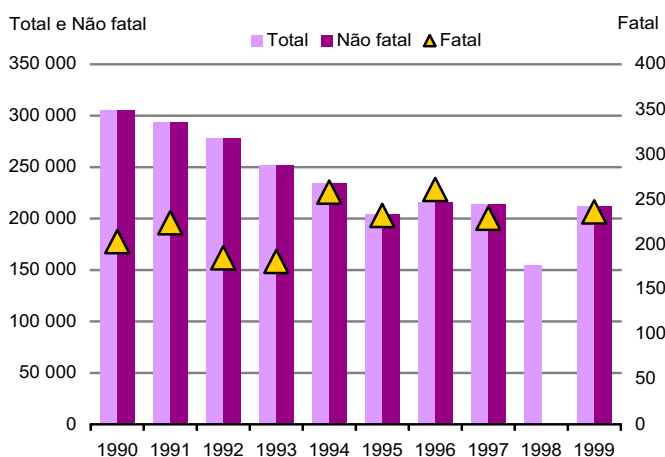
greves realizadas (66%, 59,9% e 77,4% em 1999, em 1998 e 1997, respectivamente). Dos restantes sectores de actividade, destaque-se o sector dos “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (26,8%), o sector das “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas” (9,6%) e o sector do “Comércio por Grosso, Retalho e Reparação de Veículos” (5,2%).

A maior influência destes sectores no movimento reivindicativo manifesta-se também em termos de número de trabalhadores em greve e dias de trabalho perdidos. Saliente-se que as duas greves realizadas ao longo do ano de 1999 (o mesmo número que em 1998 e em 1997) no sector da Pesca, implicaram um forte crescimento no número de dias de trabalho perdidos (em greves) neste sector, passando de 0,3 mil dias em 1998 para 19 mil dias em 1999. No ano seguinte, apesar de o número de greves neste sector ter permanecido constante, assistiu-se a um forte decréscimo no número de dias de trabalho perdidos (0,7 mil dias).

Gráfico 4.25

Acidentes de trabalho, segundo a consequência

Unidade: n.º



Nota: O valor apurado em 1998 resulta de um inquérito realizado junto dos estabelecimentos.

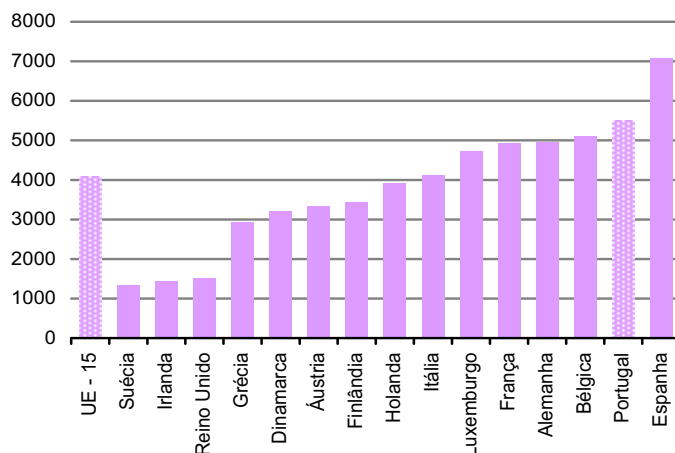
Fonte: MSST – DETEFP

acidentes mortais). No ano seguinte, efectuou-se uma ligeira recuperação (-0,8%), tendo-se verificado 214 097 acidentes não mortais e 229 mortais. Note-se, que a distinção entre mortal e não mortal diz apenas respeito ao sucedido no momento do acidente.

Gráfico 4.26

Número de acidentes de trabalho com paragem de mais de 3 dias de trabalho, por 100 000 empregados, na União Europeia

1998



Fonte: EUROSTAT - NewCronos

Portugal destaca-se na Europa por uma elevada incidência de acidentes de trabalho (que implicam paragem de mais de 3 dias de trabalho)

Os acidentes de trabalho aqui analisados não contemplam os acidentes de trajeto nem os ocorridos com os trabalhadores das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Institutos Públicos, dizendo respeito apenas aos acidentes ocorridos com os trabalhadores por conta de outrem.

No primeiro quinquénio da década de 90, observou-se uma tendência de diminuição de ocorrência de acidentes de trabalho (204 273 acidentes em 1995, que compara com 305 512 em 1990). Em 1996, assistiu-se a um crescimento de 5,8% no número de acidentes de trabalho (5,8% nos acidentes não mortais e 12,5% nos

A utilização, em 1998, de uma diferente metodologia de apuramentos de resultados não permite uma comparação com os valores apresentados para os anos antecedentes.

Ao longo de 1999, ocorreram 212 177 acidentes de trabalho (236 mortais e 211 941 não mortais). Os sectores da “Indústria Transformadora” e da “Construção” foram responsáveis por 65,4% do total de acidentes sucedidos (42,5% e 22,9%, respectivamente).

Portugal, juntamente com a Espanha e a Bélgica, possuem a maior incidência de acidentes de trabalho que implicam paragem de mais de 3 dias de trabalho. Ao longo de 1998 ocorreram, em Portugal, 5505 acidentes deste tipo por 100 000 empregados (7 073 na Espanha e 5 112 na Bélgica).

PARA SABER MAIS...

Inquérito ao Emprego

O Inquérito ao Emprego é realizado, com recurso a técnicas de amostragem, junto das famílias residentes em Portugal. Tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.

A amostra é constituída por uma subamostra da Amostra-Mãe, tendo como unidade estatística de amostragem o alojamento, embora o inquérito seja dirigido a agregados familiares e indivíduos. A Amostra-Mãe é uma amostra probabilística areolar, multietápica, criada pelo INE, a partir dos resultados dos Censos 91. A dimensão amostral é determinada tendo em atenção as directivas comunitárias.

O Inquérito ao Emprego é feito por entrevista directa a todos os indivíduos residentes no alojamento seleccionado, através de entrevistadores locais.

Abrange toda a população residente que não ocupe outro alojamento de forma permanente.

A periodicidade de divulgação de resultados é trimestral.

Em 1998, fez-se uma nova revisão metodológica que envolveu alterações ao questionário. Também a amostra sofreu uma revisão, com a redefinição da sua dimensão face às novas directivas comunitárias (regulamento 577/98).

Os dados retrospectivos divulgados na presente publicação têm por referência as estimativas da população calculadas a partir dos Censos de 2001, o que determinou que, à data de disponibilização desta publicação, estivesse apenas disponível, para análise, a série de dados desde 1998.

Índice de Custo do Trabalho

Os dados divulgados sobre o “Custo do Trabalho” resultam do inquérito “Índice de custo do trabalho” e referem-se ao conjunto dos ramos de actividade englobados nas “Indústrias extractivas”, nas “Indústrias transformadoras”, na “Produção e distribuição de electricidade, gás e água” e no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico” (Secções C, D, E e G). O ano base do indicador é 1995, sendo disponibilizado com uma desagregação por actividade económica, grupo profissional e região.

Ganhos Médios e Duração do Trabalho

A informação estatística referente a ganhos médios e duração de trabalho, tem a sua origem no Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (DETEFP/MSST).

Acidentes de Trabalho

As estatísticas sobre acidentes de trabalho assentam no respectivo conceito jurídico e são elaboradas a partir de mapas que as companhias de seguros enviam directamente ao Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade, de acordo com o Decreto Lei 362/93.

Notas

¹ Média anual das estruturas mensais da população, calculadas para efeitos de extrapolação do Inquérito ao Emprego.

² Para maior aprofundamento *vide* Capítulo da População.

³ Em virtude da diferente periodicidade do Inquérito à Força de Trabalho nos estados membros, o Eurostat, num esforço de compatibilização da informação, divulga os dados referentes ao segundo trimestre de cada ano e não um valor referente à média dos quatro trimestres (procedimento utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística na divulgação de dados anuais). Desta forma, os valores atribuídos a Portugal nas comparações efectuadas ao longo do capítulo com os outros estados membros não coincidem necessariamente com os valores apresentados aquando da análise interna.

⁴ A taxa de emprego é aqui entendida como a relação entre os indivíduos empregados com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos e a população da mesma idade.

⁵ Os resultados deste indicador são representativos de cerca de 66% do emprego total da economia, assegurado pelas: “Indústria Têxtil, incluindo Vestuário”, “Indústria do Couro, incluindo o calçado”, “Fabricação de Material de Transporte”, “Indústrias Extractivas”, “Indústrias Transformadoras”, “Produção e Distribuição de Electricidade Gás e Água” e “Comércio por grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”.



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A informação e o conhecimento sempre desempenharam um papel essencial na evolução da humanidade. Mas nunca como hoje estes factores se revelaram tão decisivos para o futuro das economias e das sociedades ou ganharam tanta visibilidade e reconhecimento junto da opinião pública. Existem múltiplas razões que permitem explicar esta situação: a importância crescente das componentes intangíveis do desenvolvimento, a explosão das novas tecnologias de informação e comunicação, o papel central da inovação, e dos factores não-custo em geral, como fonte de competitividade, etc. Portugal, naturalmente, não ficou alheio a esta evolução. Também entre nós se instalou o debate sobre a sociedade da informação e do conhecimento ou, num outro registo, sobre a entrada do país na era digital.

A informação estatística disponível nos domínios da ciência e tecnologia e da sociedade da informação (novas tecnologias, telecomunicações) permite perceber o modo como o país se integra nesta evolução. E facilita, ao mesmo tempo, a identificação de algumas das questões que, pela sua importância estratégica, importa acompanhar com maior atenção. Salientaremos três:

– A dupla convergência: mito ou realidade?

Pode afirmar-se que Portugal registou, ao longo da última década do século XX, uma evolução generalizadamente positiva nos domínios da ciência e tecnologia e da sociedade da informação,

João Ferrão,
Universidade de
Lisboa, Instituto de
Ciências Sociais

com taxas de crescimento bastante significativas quer no que se refere aos investimentos, financiamentos e recursos humanos associados a actividades de investigação, quer no que diz respeito à oferta e uso de teleserviços. No entanto, e apesar de significativas, estas taxas de crescimento nem sempre garantem uma convergência real com a média comunitária. Por outro lado, a evolução ocorrida não raro contribuiu para replicar, ou mesmo acentuar, disparidades sociais e regionais existentes no interior do país. A dupla convergência, comunitária e nacional, deverá, por isso, constituir um objectivo a conciliar com os avanços verificados nos dois domínios em análise. Para que essa articulação virtuosa se verifique, o acompanhamento das duas questões seguintes torna-se inevitável.

– Actores e protagonistas: diversificar, mobilizar

Os dados relativos às actividades de investigação e desenvolvimento (despesa, financiamento da despesa, recursos humanos) permitem salientar dois aspectos importantes. Por um lado, a excessiva centralidade relativa do Estado, como consequência de uma presença modesta de outros sectores, sobretudo as empresas. Por outro lado, o facto de os diferentes sectores (estado, ensino superior, empresas e instituições não lucrativas) revelarem comportamentos distintos no que se refere à importância que atribuem às actividades de I&D, às áreas científicas e tecnológicas que privilegiam, aos objectivos sócio-económicos que perseguem e mesmo ao perfil de recursos humanos envolvidos (grau académico, género, etc.). Assim sendo, a diversificação dos actores com um papel relevante no domínio da ciência e tecnologia representa um factor essencial para sustentar um desenvolvimento mais amplo e sólido das actividades de pesquisa em Portugal.

Paralelamente, a informação disponível confirma que o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação por parte dos portugueses varia de acordo com as suas características sócio-demográficas, sobretudo quando essas tecnologias são mais dispendiosas em termos financeiros e exigentes em competências específicas. Sem surpresa, as famílias de maior rendimento e os grupos mais escolarizados e jovens surgem numa posição de destaque nos vários indicadores de posse de equipamentos e acesso a serviços que ocupam uma posição central no contexto da sociedade da informação e do conhecimento. Por outro lado, a existência de locais de acesso público à Internet, por exemplo, é ainda diminuta. Face a esta realidade, torna-se fundamental garantir um leque mais alargado de utilizadores, mobilizando protagonistas (escolas, autarquias, associações, etc.) com capacidade real para democratizar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

– Do acesso ao uso: capacitar pessoas e organizações

A posse de equipamentos (computadores, por exemplo) ou o acesso a serviços (ligação à Internet, alojamentos cablados, etc.) revelam, conforme seria de esperar, desigualdades de penetração significativas do ponto de vista social e territorial. Por outro lado, e ainda de acordo com a informação disponível, o uso do equipamento que se possui ou dos serviços a que se tem acesso é muito diversificado em intensidade e natureza. Taxas de penetração e tipos de utilização (objectivos, duração, etc.) devem, por isso, ser analisados conjugadamente, de modo a fornecer uma imagem mais rigorosa acerca do impacte real das novas tecnologias de informação e comunicação no quotidiano dos portugueses. Apenas assim será possível acompanhar e perceber o modo como diferentes atitudes e distintas competências e capacidades restringem ou estimulam o uso efectivo daquelas tecnologias, transformando-se os dados estatísticos existentes num instrumento essencial para a definição de estratégias de capacitação dos portugueses e das suas organizações no contexto da sociedade da informação e do conhecimento.

Idêntico raciocínio pode, aliás, ser desenvolvido para o domínio da ciência e tecnologia. Na verdade, a disseminação e disponibilização de conhecimento, potenciando o seu acesso por parte de todos os

interessados, não implica automaticamente o seu uso pelas entidades que dele poderiam beneficiar. No futuro, as estatísticas sobre investigação e desenvolvimento deverão, por isso, reforçar a componente relativa às dinâmicas de procura e uso, porque só assim será possível avaliar o impacte potencial das actividades de pesquisa. As condições de transferência e apropriação da informação e do conhecimento disponíveis tornar-se-ão mais claras, e a definição de perfis de competências e capacidades em situação deficitária será mais fácil.

Dezembro de 2002

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Da análise dos vários indicadores relativos à Sociedade da Informação e do Conhecimento, na dupla perspectiva das actividades ligadas à Ciência & Tecnologia e à Sociedade da Informação, constata-se um esforço crescente do país em ambos os domínios.

Esforço notório no aumento, quer das despesas e do investimento nos domínios da Ciência e da Tecnologia, quer dos recursos humanos vocacionados para a Investigação & Desenvolvimento (I&D). Também nas famílias se investe cada vez mais ao nível das telecomunicações, o que é passível de ser confirmado pelo aumento das despesas e do consumo final neste âmbito.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Quanto gastamos em Investigação e Desenvolvimento?

As actividades de Investigação e Desenvolvimento compreendem todo o tipo de trabalhos que, desenvolvidos de forma sistemática, comportam um apreciável grau de criatividade e inovação. Têm por objectivo alargar o conjunto de conhecimentos – do homem, da cultura e da sociedade, bem como a sua utilização em novas aplicações.

Analizando o investimento em I&D, em despesas correntes, constata-se que este domínio de actividades experimentou um crescimento ininterrupto ao longo do período de 1990 a 1999. A despesa total em I&D, neste último ano, foi de 815 milhões de euros, a preços correntes, e de 718 milhões de euros, a preços constantes de 1995.

Se atendermos à estrutura da despesa avaliada a preços constantes (valor 1995=100), no período de 1990 a 1999, apurada para o conjunto dos sectores do Estado, Ensino Superior, Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPs/ FL) e Empresas, executores de actividades de Investigação e Desenvolvimento, verifica-se um crescimento em todos os domínios em análise: 88,1% no total dos sectores.

Este crescimento teve ainda maiores repercussões nos sectores do Estado e do Ensino Superior, onde se registaram os acréscimos mais elevados no período, respectivamente, 106,5% e 101,4%. Entre os anos de 1997 e 1999 as taxas médias de crescimento anual, que estes sectores experimentaram, foram de 23,6% e de 15,6%, acima da média dos quatro sectores: 15,1%.

Quadro 5.1

Evolução da despesa total em I&D por sector de execução, a preços constantes (a)

Sector de execução	Despesa em I&D									
	1990		1992		1995 (a)		1997		1999	
	€10 ⁶	1988-90	€10 ⁶	1990-92	€10 ⁶	1992-95	€10 ⁶	1995-97	€10 ⁶	1997-99
Portugal	382	17,1	478	11,9	460	-1,3	542	8,6	718	15,1
Empresas	100	20,7	104	2,0	96	-2,5	122	12,5	163	15,6
Estado	97	2,7	106	4,4	124	5,5	131	2,8	201	23,6
Ensino superior	138	20,6	206	22,3	170	-6,1	217	12,9	277	13,0
Instituições priv. s/ fins lucrativos	47	42,5	63	15,2	69	3,2	72	2,1	77	3,7

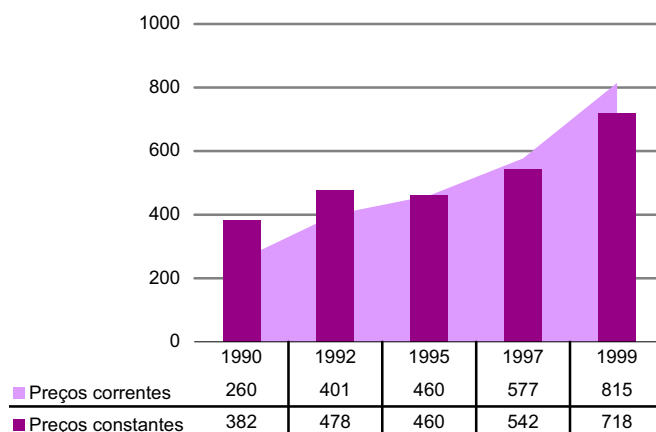
(a) Utilizada a série de deflatores implícitos do PIB (Valor 1995=100) da OCDE: Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) – Base de Données.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; OCDE – Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données

Gráfico 5.1

Despesa total em I&D, a preços correntes e a preços constantes (valor base 1995=100)

Unidade: €10⁶



Nota: Para cálculo da despesa total a preços constantes é utilizada a série de deflatores implícitos do PIB (Valor 1995=100) da OCDE: Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

O Ensino Superior é, de resto, o sector que mais peso tem, em todos os anos analisados, no total da despesa efectuada em I&D. Segue-se o sector do Estado, se exceptuarmos o ano de 1990, em que este sector foi ultrapassado pelo das Empresas.

Quadro 5.2

Evolução da despesa em I&D, por área científica ou tecnológica, no conjunto dos sectores do Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, a preços constantes (1995=100)

	1990		1992		1995		1997		1999	
	€10 ⁶	%	€10 ⁶	%	€10 ⁶	%	€10 ⁶	%	€10 ⁶	%
Total	282	100,0	374	100,0	364	100,0	420	100,0	555	100,0
Ciências Exactas e Naturais	80	28,2	103	27,6	92	25,3	130	31,0	152	27,4
C. Engenharia e Tecnologias	90	31,9	129	34,5	121	33,3	106	25,1	150	27,0
Ciências da Saúde	26	9,1	41	10,9	35	9,5	38	9,0	59	10,7
C. Agrárias e Veterinárias	42	15,0	49	13,1	59	16,3	56	13,4	72	13,0
Ciências Sociais e Humanas(*)	45	15,9	52	13,8	57	15,5	90	21,5	122	21,9

(*) Inclui a rubrica "Domínios Pluridisciplinares" utilizada até 1986 para classificar as Ciências de Informação e Documentação (com Serviço de Patentes), que foram reclassificadas em 1988 nas C. Sociais e Humanas, pelo que a série foi ajustada.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; OCDE – Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données

A repartição da despesa em I&D, a preços constantes, no conjunto dos sectores do Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, não é uniforme para as cinco áreas científicas ou tecnológicas¹.

As Ciências Exactas e Naturais, bem como as Ciências de Engenharia e Tecnologias, são as áreas que mais contribuem para o total da despesa em todos os anos. De realçar ainda a tendência geral de crescimento do peso das Ciências Sociais e Humanas ao longo do período. Tal facto deve-se, no essencial, ao impulso crescente desta área científica nos sectores do Ensino Superior, em primeiro lugar, e também no das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

A distribuição da despesa, a preços correntes, por objectivo sócio-económico é também desigual nos três sectores, em 1999. Se no Estado se privilegia a Promoção da Produtividade e das Tecnologias na Agricultura, bem como o Desenvolvimento de Infra-estruturas e Ordenamento Geral do Território, nos dois outros sectores há enfoques diferentes: no Ensino Superior há uma focalização na Promoção Geral dos Conhecimentos e, embora de forma menos expressiva, na Promoção da Produtividade e das Tecnologias Industriais e no Desenvolvimento Social e Serviços Sociais; nas Instituições Privadas sem Fins Lucrativos privilegiam-se as duas primeiras áreas referidas para o Ensino Superior bem como a Protecção e promoção da Saúde Humana.

Para além do aumento significativo da despesa no sector do Estado importa realçar a mesma tendência no sector das Empresas. Neste particular, verificou-se um crescimento médio de 15,6% entre 1997 e 1999, analisado a preços constantes.

Para tal evolução terá contribuído o alargamento do universo de empresas que declararam executar actividades de I&D, que passou, nos dois referidos anos, de 396 para 565. Se retrocedermos ao ano de 1990, era somente 194 o número de empresas com esta vertente incorporada.

Quadro 5.3

Despesa em I&D no sector das Empresas por ramo de actividade económica, a preços correntes

Unidade: €10⁶

	1995	1997	1999
Total	96,2	129,6	184,8
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pescas	0,1	0,3	0,9
Indústrias extractivas	0,4	0,1	0,2
Indústria transformadora	62,3	85,4	98,0
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	5,7	5,4	3,4
Construção	0,1	0,9	1,1
Serviços	27,7	37,5	81,0
Não especificado	-	-	0,2

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

A tendência de aumento da despesas em I&D no sector das Empresas não é, porém, uniforme em todos os ramos de actividade económica². Ao crescimento da despesa na generalidade destes, de 1995 a 1999, exceptuam-se as Indústrias Extractivas e a Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água.

A Indústria Transformadora e os Serviços são os ramos de actividade que ao longo destes anos apresentaram crescimentos mais significativos da despesa em I&D. Em 1997 e em 1999, ao nível da Indústria Transformadora, os ramos de actividade que, no domínio em análise, revelaram maior dinamismo foram a Fabricação de Máquinas e Equipamentos Não Especificados, Equipamento Eléctrico e de Óptica e Material de Transporte e a Indústria do Coque, Petróleo, Indústria Química, Borracha e Matérias Plásticas.

No mesmo período, ao nível dos serviços, o ramo que mais se destacou foi o das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas. Note-se também que o ramo das Actividades Financeiras ganha importância nesses anos.

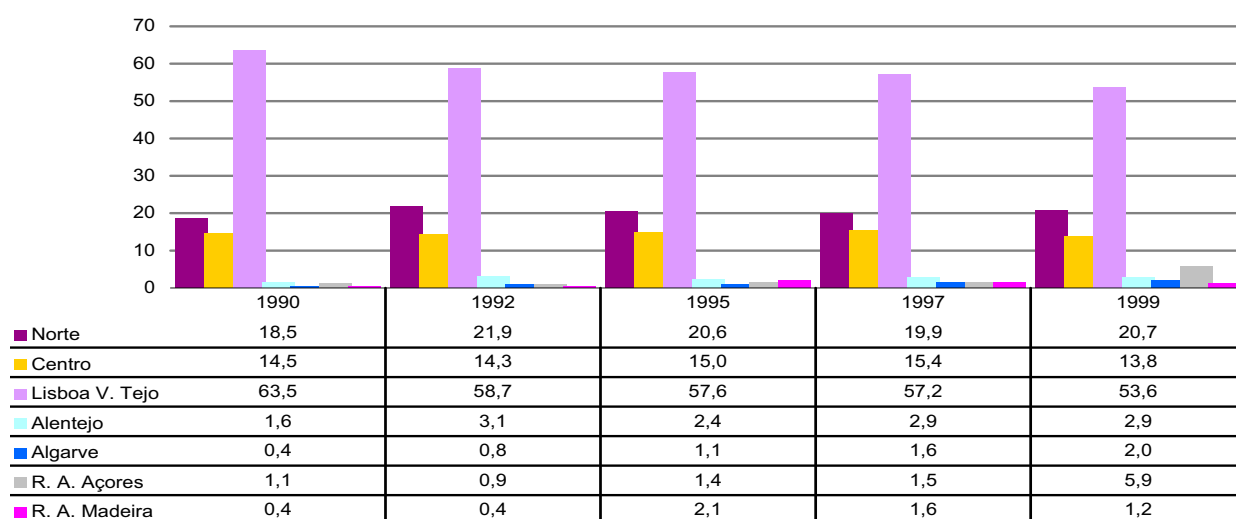
A análise do peso de cada região no total da despesa em I&D para o período 1990-1999 faz sobressair Lisboa e Vale do Tejo enquanto região com maior contribuição, sendo secundada pelas regiões Norte e Centro. Tal distribuição reflecte-se, como adiante se constatará, na distribuição dos recursos humanos afectos a actividades de I&D.

Este “desenho” geográfico deixa antever uma dicotomia entre as regiões acima de Lisboa e Vale do Tejo, inclusive, e as restantes – Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Gráfico 5.2

Evolução da despesa total em I&D, por região, a preços constantes* (em percentagem do total nacional)

Unidade: %



(*) Série de deflatores implícitos do PIB (Base 1995).

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; OCDE – Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données

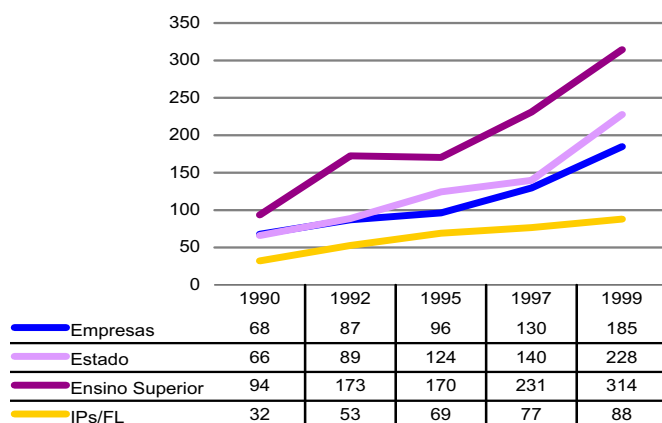
Estas últimas, consideradas como um todo, embora vejam aumentar nos últimos anos o seu peso no total da despesa em I&D, devido sobretudo à Região Autónoma dos Açores, estão longe da posição de Lisboa e Vale do Tejo que, só por si, representa para todos os anos um peso sempre superior a 50%.

A estes dados não será alheia a distribuição geográfica das empresas/centros de investigação/instituições executoras de actividades de I&D, mais concentradas na região de Lisboa e Vale do Tejo.

No que respeita ao financiamento da despesa total em I&D verifica-se que, no ano de 1999, a maior fatia coube ao Estado, responsável por 568 milhões de euros de financiamento, equivalente a 69,7% do financiamento total. Tal montante foi executado, sobretudo, pelo Ensino Superior – 279 milhões de euros - e depois pelo próprio Estado – 210 milhões de euros.

Gráfico 5.3

Execução da Despesa Total em I&D, por sectores de execução, a preços correntes

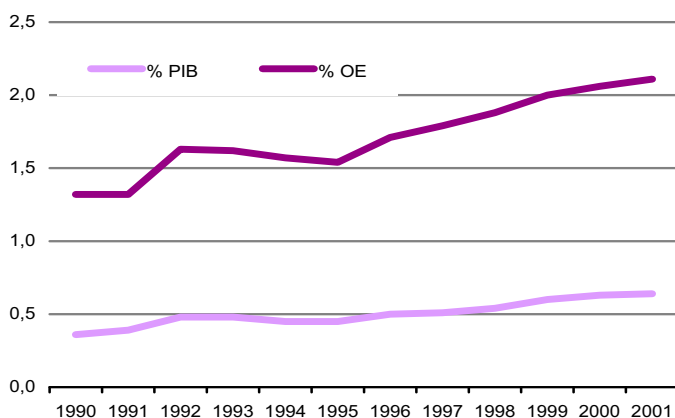
Unidade: €10⁶

Nota: Em 1995 – descontinuidade na série com anos precedentes.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Gráfico 5.4

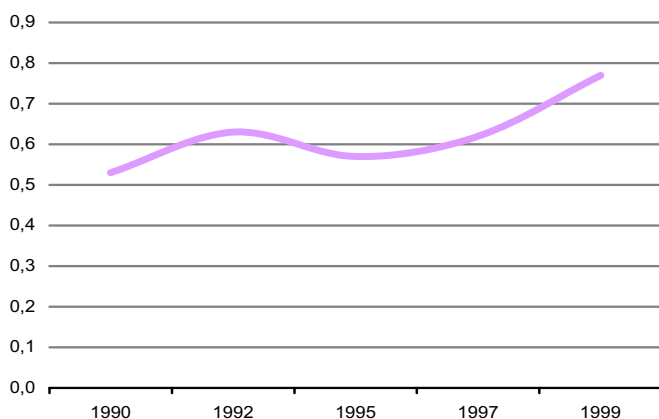
Dotações orçamentais para I&D em Portugal, em percentagem do PIB e do Orçamento de Estado



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias, com a colaboração da Direcção-Geral do Orçamento e do Departamento de Prospectiva e Planeamento, Novembro de 2001

Gráfico 5.5

Despesa em I&D em percentagem do PIB, a preços correntes



Nota: Valores do PIB publicados em Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, OCDE 2000(2) - Base de Données.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

A quase totalidade dos 174 milhões de euros financiados pelas Empresas, responsáveis por 21,3% do financiamento total, para o mesmo ano, é executado pelo próprio sector. A menor fatia do seu financiamento é executada pelo sector do Ensino Superior.

De salientar ainda que a maioria do financiamento das IPs/FL tem como destinatárias as instituições de Ensino Superior, enquanto o financiamento estrangeiro se dirige em primeiro lugar às Empresas e depois, *ex-aequo*, ao Ensino Superior e às IPs/FL.

Considerando a execução da despesa no período de 1990 a 1999, constata-se que as instituições de Ensino Superior prossecuradoras de actividades de I&D constituem o sector que maiores valores aplica ao longo dos anos. O crescimento ininterrupto da despesa executada no período em análise tem nestas instituições o maior nível de execução. Seguem-se os sectores do Estado e das Empresas.

O estado da ciência em Portugal

O incremento de que esta área tem sido alvo tem sido paralelo no investimento do Estado português em actividades de I&D (preços correntes), que tem sido crescente ao longo do período de 1990 a 1999. Passou de 181 milhões de euros, em 1990 para 778 milhões de euros em 2001, o que corresponde a um acréscimo de 596 milhões de euros (328,6%).

A percentagem das dotações orçamentais nesta rubrica do Orçamento de Estado também ganha importância no período em análise – passa de 1,32% em 1990 para 2,11% no Orçamento de Estado em 2001.

Em percentagem do PIB é também possível constatar o aumento do peso desta rubrica, ainda que em 1994 e 1995 se assista a uma ligeira oscilação. Se a dotação orçamental nesta área representava, em 1990, 0,22% do PIB, em 2001 esse valor era de 0,64%.

Uma análise mais detalhada do esforço de investigação do país pode ser conseguida pela proporção de despesa em I&D em percentagem

total do PIB. Não obstante uma pequena oscilação em 1995, este esforço tem sido crescente ao longo dos anos. A evolução da despesa em I&D em percentagem do PIB passou, no período em análise, de 0,53 para 0,77 pontos percentuais.

Quadro 5.4

Despesa total em I&D - comparações internacionais			
País	Ano	Despesa Total em I&D PPCC (US\$10 ⁹) (*)	Despesa em I&D/PIB (%)
UE - 15			
Alemanha (2)	(1999)	46 218,0	2,38
Áustria (1,2,5)	(2000)	3 767,4	1,79
Bélgica (5)	(1997)	4 270,6	1,84
Dinamarca (2)	(1999)	2 770,0	1,99
Espanha (2)	(1999)	6 443,5	0,90
Finlândia (2,5)	(1999)	3 652,4	3,09
França (5)	(1998)	27 880,5	2,18
Grécia	(1997)	721,7	0,51
Holanda	(1998)	7 391,7	1,95
Irlanda (2)	(1997)	1 083,8	1,39
Itália (5)	(1999)	13 310,7	1,04
Portugal (3)	(1999)	1 281,8	0,77
Reino Unido	(1998)	23 445,2	1,83
Suécia	(1997)	6 845,5	3,70
UE - 1998 (1,5)		144 989,7	1,81
Outros			
Estados Unidos (1,4,5)	(1999)	243 548,0	2,65
Japão (1,6)	(1998)	91 724,3	3,01
OCDE - 1998 (1,5)		518 113,7	2,18

(*) Paridade de Poder de Compra Corrente.

(1) Valor estimado ou projecção ajustada pelo Secretariado com base em fonte nacionais.

(2) Valor estimado ou projecção ajustada pelo Secretariado para corresponder às normas da OCDE.

(3) Valor corrigido pelo País com base na última inquirição.

(4) Excluídas, no todo ou em parte, as despesas de capital.

(5) Provisório.

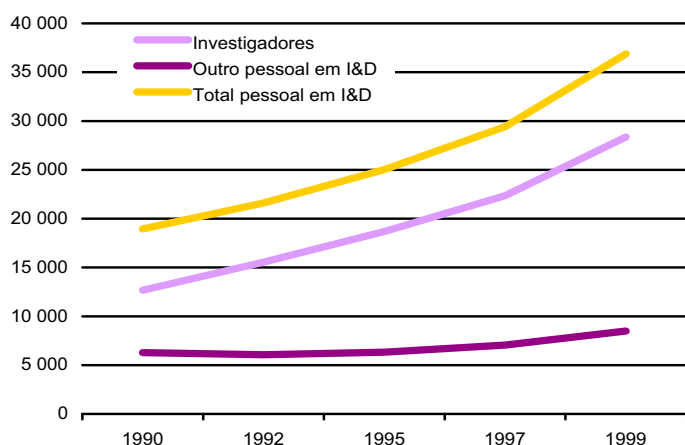
(6) Valor sobrestimado.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; OCDE – Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données

Gráfico 5.6

Evolução do número de investigadores e do pessoal total em I&D

Unidade: n.º



Nota: O conceito de Investigador foi revisto e alterado em 1995, pelo que foram reajustados os valores dos anos anteriores.

Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Pese embora o esforço de Portugal em termos de despesa nas áreas de domínio científico e tecnológico, ainda assim, considerando outros países da União Europeia e da OCDE, os recursos que o país dedica à I&D são relativamente reduzidos.

Os 0,77 pontos percentuais que o nosso país gastou, no ano de 1999, em I&D em percentagem do PIB, contrastam com os valores de países como a Suécia (3,70%), Finlândia (3,09%), Japão (3,01%) e Alemanha (2,38%), os que mais gastaram em I&D. Numa posição menos favorável que Portugal encontra-se a Grécia, com um valor de 0,51 pontos percentuais.

Quem Investiga?

Os recursos humanos afectos a actividades de I&D, que contemplam as categorias de investigador, técnico e auxiliar, aumentam ininterruptamente entre 1990 e 1999, quer em

número quer em “Equivalência a tempo integral” (ETI). Tal evolução deve-se, no essencial, ao aumento do número de investigadores, uma vez que o acréscimo ocorrido no restante pessoal ligado à I&D é muito menos expressivo.

Gráfico 5.7

Evolução do número de investigadores e do pessoal total em I&D (ETI), em permilagem da população activa



Nota: O conceito de Investigador foi revisto e alterado em 1995, pelo que foram reajustados os valores dos anos anteriores. Inquérito ao Emprego (INE): nova série de dados da população activa, revistos após ruptura série anterior em 1998 (anos de 1995, 1997 e 1999).

Fonte: Dados sobre recursos humanos em I&D: Observatório das Ciências e das Tecnologias - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional;

Dados da pop. activa no período 1982-1992: OCDE – Principaux Indicateurs de la Science et de la Technologie, 2000(2) - Base de Données;

Dados da população activa no período 1995-1999: INE – Inquérito ao Emprego

Com efeito, no período referido, o número de investigadores passa de 12 675 para 28 375 (o que corresponde a um acréscimo de 123,9%) e de 7 736,3 para 15 751,4 em ETI, significando um crescimento de 103,6%. Entre 1997 e 1999 as taxas médias de crescimento anual do pessoal com esta função foram de 12,7% e 7,5%, respectivamente.

Já o restante pessoal afecto a actividades de I&D passa, no período 1990-1999, de 6 278 a 8 497, o que significa um acréscimo de 35,3%. Em ETI, passam de 4 306,3 para 5 054,3, ou seja, ocorre um crescimento de 17,4%. Entre 1997 e 1999 as taxas médias de crescimento anual foram de 9,7% e 7,3%, respectivamente.

O crescendo de investigadores e de pessoal total afecto às actividades de I&D é também visível pela evolução dos mesmos em relação à população activa. A tendência positiva ao longo do período culmina em 1999 com 3,1 investigadores, em ETI, por cada 1000 indivíduos activos. Em 1990 esse valor era de 1,6.

Os sectores do Estado e das empresas são os que registam, entre 1997 e 1999, maiores taxas médias de crescimento anual, quer de investigadores quer do pessoal total em I&D, em número e em equivalência a tempo integral.

Quadro 5.5

Pessoal em I&D (ETI), em relação à população activa, em permilagem

País	Ano	Total de pessoal em I&D	Pessoal investigador
UE - 15			
Alemanha (2)	(1999)	11,9	6,3
Austria	(1998)	8,1	4,8
Bélgica	(1998)	10,7	6,5
Dinamarca	(1999)	12,4	6,4
Espanha	(1999)	6,2	3,7
Filândia	(1999)	19,6	9,9
França	(1999)	12,0	6,1
Grécia	(1999)	5,9	3,3
Holanda	(1999)	11,0	5,1
Irlanda (2)	(1997)	7,8	5,1
Itália	(1997)	6,1	3,3
Portugal (3)	(1999)	4,1	3,1
Reino Unido	(1998)	x	5,5
Suécia	(1999)	15,2	9,1
UE - 1999 (1,5)		10,2	5,5
Outros			
Estados Unidos	(1997)	x	(4,6) 8,1
Japão	(1999)	13,6	9,7
OCDE - 1999 (1)		x	(1) 6,4

(1) Valor estimado ou projecção ajustada pelo Secretariado com base em fonte nacionais.

(2) Valor estimado ou projecção ajustada pelo Secretariado para corresponder às normas da OCDE.

(3) Valor corrigido pelo País com base na última inquirição.

(4) Série com descontinuidade em relação ao ano precedente para o qual os dados estão disponíveis.

(5) Provisório.

(6) Valor subestimado.

Fonte: OCT; ver "PIST", 2000(2). OCDE, Paris 2000. Para Portugal foram utilizados os valores mais recentes.

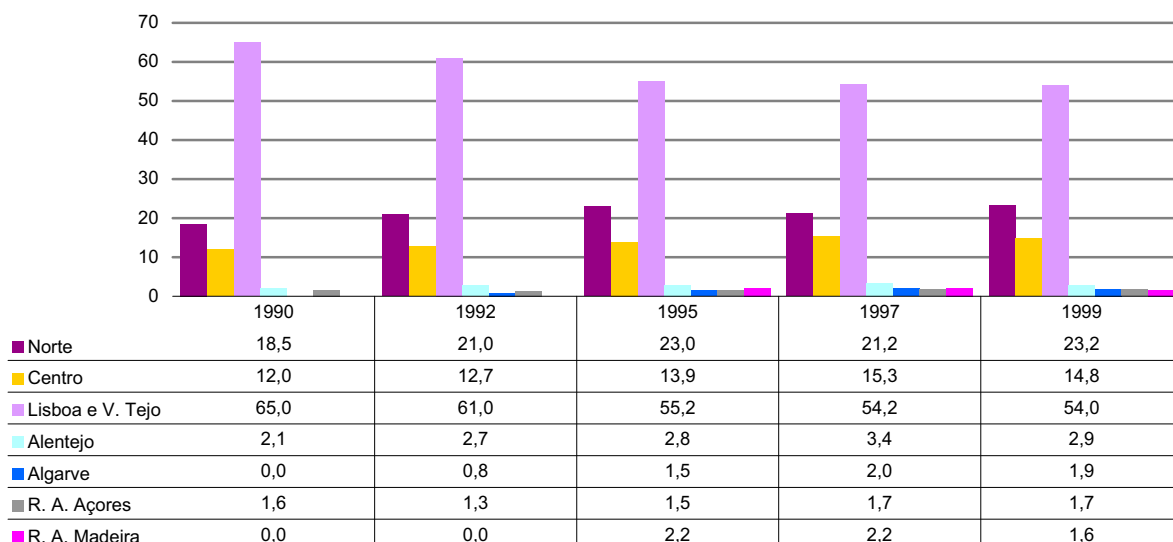
Os investigadores e o estado da investigação em Portugal

No que concerne aos recursos humanos afectos a actividades de I&D o impulso a que se assistiu no país desde 1990 não foi, ainda assim, suficiente para acompanhar outros países.

Em Portugal, os 3,1 investigadores (ETI) por cada mil activos afastam-se ainda da média europeia – 5,5 investigadores (ETI) por cada milhar de activos. A situação repete-se quando se analisa o pessoal total em I&D por milhar de activos – 4,1‰ para Portugal e 10,2‰ para a média da União Europeia.

Gráfico 5.8

Evolução do pessoal total em I&D (em ETI) por regiões NUTS II (em percentagem do total nacional)



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

O nosso país está, a este respeito, longe da posição de países como a Finlândia – que ocupa a melhor posição, com 9,9 investigadores e 19,6 pessoas em investigação por cada mil activos – o Japão ou Estados Unidos da América.

A evolução da distribuição dos recursos humanos afectos a actividades de I&D, por regiões NUTS II, acompanha a evolução da distribuição da despesa em I&D nessas regiões, de 1990 a 1999.

Se a concentração da despesa, pese embora a tendência, ainda que ligeira, para esbatimento da mesma, se faz notar essencialmente em Lisboa e Vale do Tejo e depois nas regiões Norte e Centro, naturalmente, a concentração de investigadores e do pessoal total em I&D (ETI) reflecte essa realidade.

Ao longo dos anos em análise a região de Lisboa e Vale do Tejo vê diminuir seu peso em relação ao pessoal total em I&D no total do país. Por outro lado, as restantes regiões vêem aumentar, genericamente, a sua contribuição, a este nível, para o total nacional no referido período.

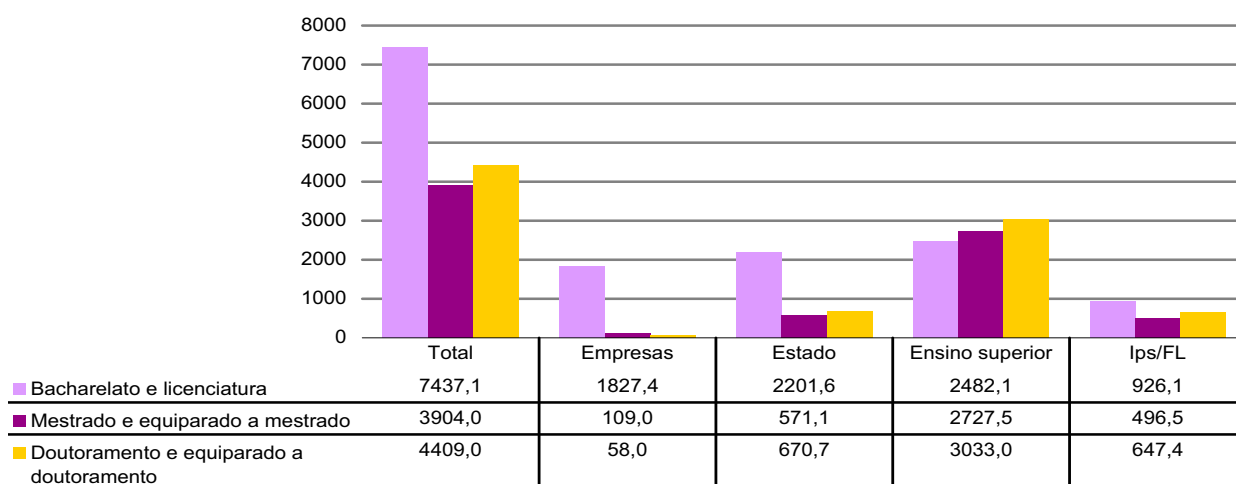
Importa sublinhar o acompanhamento desta evolução no domínio da C&T através de programas de investimento por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia dirigido ao sistema científico e tecnológico nacional. Entre eles a Formação Avançada em Recursos Humanos, Financiamento e Reforma das Instituições Científicas, Programas e Projectos de I&D, Cooperação Internacional C&T, Cultura Científica e Tecnológica e Sociedade da Informação, que atingiu em 1999 um investimento de 330 milhões de euros (*vide, Ciência e Tecnologia, Principais Indicadores Estatísticos*, Observatório das Ciências e das Tecnologias, 2002).

Gráfico 5.9

Investigadores (ETI) por grau académico, segundo o sector

1999

Unidade: n.º



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Grande parte dos investigadores (47,2%) possuía, em 1999, o grau de bacharelato/licenciatura. Os restantes distribuíam-se de forma quase equitativa pelo mestrado e equiparado a mestrado (24,8%) e pelo doutoramento e equiparado a doutoramento (28%).

A desagregação dos sectores de execução é útil para esta análise: o sector das empresas acentua a quase exclusividade dos investigadores que possuem bacharelato/licenciatura; nos sectores do Estado e das IPs/FL, embora predomine este grau académico, o seu peso é muito menos expressivo.

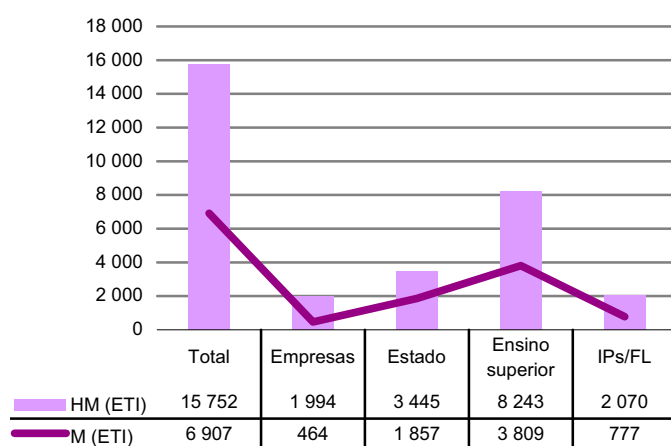
Destaca-se o sector do Ensino Superior, no qual se inverte a tendência global: 36,8% dos seus investigadores possuem doutoramento/equiparado a doutoramento, 33,1% possuem mestrado/equiparado a mestrado e, por fim, 30,1% têm o grau de bacharelato/licenciatura.

Gráfico 5.10

Investigadores (ETI) por sector de execução, segundo o sexo

1999

Unidade: n.º



Fonte: Observatório das Ciências e das Tecnologias: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

O género na investigação

Quanto ao género, tendo em consideração todos os sectores, mais de metade dos investigadores em ETI são homens. A predominância do sexo masculino é, no entanto, “contrariada” no sector do Estado, cuja taxa de feminização é de 53,9%, contra 43,9% no total dos sectores. Nas Empresas, sector onde a presença de investigadoras é menor, as mulheres não chegam a atingir um terço do total de profissionais desta área.

Ainda assim, reportando-nos ao ano de 1997, a proporção de mulheres na investigação em Portugal nos sectores do Estado e do Ensino Superior, respectivamente, 53% e 43%, era bastante superior à média europeia. Com efeito, a maioria dos investigadores dos países da União Europeia são homens, quer no Ensino Superior - a média é de 28% mulheres, quer no Estado – com uma média de 34%.

No âmbito do Ensino Superior, apenas a Irlanda, a Grécia e Portugal apresentam uma proporção de mulheres na investigação superior a 40%. Quanto ao sector do Estado, Portugal detém, a este respeito, uma posição de vanguarda, invertendo o domínio masculino dos restantes países da União Europeia. Nestes, de um modo geral, o peso feminino na investigação é de uma mulher para três homens.

Quadro 5.6

Proporção de mulheres em I&D nos sectores do Estado e do Ensino Superior, comparação internacional		
1999	Unidade: %	
	Estado	Ensino Superior
UE - 15	34	28
Alemanha	x	19*
Austria	32**	26**
Bélgica	x	14
Dinamarca	31	27
Espanha	36*	37*
Finlândia	x	37*
França	31	29
Grécia	37	44
Holanda	x	15
Irlanda	25	46
Itália	29	28
Luxemburgo	28	x
Portugal	53*	43*
Reino Unido	x	36*
Suécia	x	33

* Dados de 1997

** Dados de 1998

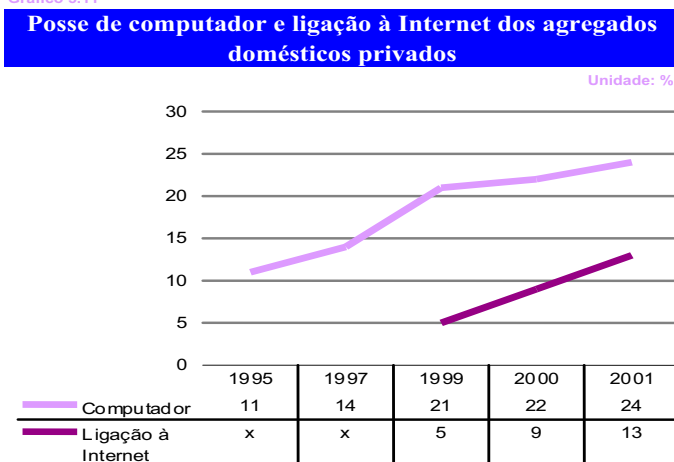
Fonte: Eurostat/Women in Science (WiS) database, 2001

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Posse e Utilização de Novas Tecnologias – Famílias e Indivíduos

A posse de tecnologias tais como computador e Internet por parte das famílias, bem como a utilização das mesmas pelos indivíduos, tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Em 2001, cerca de um quarto das famílias portuguesas - 24% - possuía computador e 13% ligação à Internet.

Gráfico 5.11



Nota: Ligação à Internet em 1995 e 1997 - dados não disponíveis

Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias (2001)

INE - ANACOM e OCT/Inquérito aos Orçamentos Familiares (2000)

INE - Inquérito à Ocupação do Tempo (1999)

INE - Indicadores de Conforto (1995, 1997)

Relativamente à evolução da posse de equipamento informático por parte das famílias importa considerar dois aspectos: por um lado, o preço do material informático, que tem vindo a diminuir de há uns anos a esta parte, tornando-o um bem mais acessível; por outro, o sistema de incentivos fiscais para aquisição de material informático, em vigor desde 1998, que possibilita a consideração do custo do equipamento na declaração de IRS, para efeitos de dedução.

Em 1995 apurou-se que 11% das famílias possuíam computador, valor que aumentou progressivamente até ao ano 2001. A mesma tendência repete-se em relação às famílias que possuem ligação à Internet. Neste âmbito, assistiu-se a um acentuado crescimento, de 5% em 1999 passando para 9% no ano seguinte.

Em 1999, de acordo com os dados do Inquérito à Ocupação do Tempo (IOT), das famílias que possuíam computador (21%), a quase totalidade, 19%, tinha somente um computador, sendo marginais as percentagens das que possuíam dois ou mais.

A posse deste equipamento aumenta na proporção directa dos rendimentos das famílias, até ao escalão 2 494 euros a 4 988 euros, com o nível de posse mais elevado (69%).

O tempo médio de utilização de computador nas quatro semanas anteriores ao período de inquirição foi de 33 horas e de Internet 12 horas.

A frequência de utilização de computador é maior quando se trata de utilizá-lo para fins não profissionais: 39% das famílias nunca utilizaram o computador para fins profissionais, sendo 21% as que nunca o fazem para fins não profissionais. A utilização diária e frequente, de resto, apresenta sempre percentagens superiores na utilização para fins não profissionais que com propósitos profissionais.

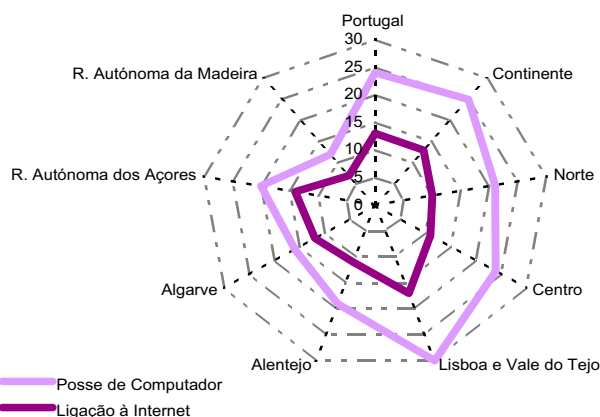
Tais resultados reflectem-se no tipo de *software* instalado nos computadores: se 87,1% das famílias têm nos seus computadores *software* de escritório, uma percentagem muito próxima, 83%, tem naquele equipamento informático *software* de jogos e divertimento. *Software* vocacionado para a cultura e desenvolvimento é aquele que menor percentagem de famílias possui – 14%.

Gráfico 5.12

Posse de computador e ligação à Internet dos agregados domésticos, por região NUTS II

2001

Unidade: %



Fonte: INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001

Os níveis de posse deste tipo de tecnologias por parte das famílias, no ano de 2001, são diferenciados consoante a região de residência. Confirma-se, em qualquer das regiões, o acesso mais generalizado do computador face à Internet.

As famílias residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo destacam-se pela posse, quer de computador pessoal quer de ligação à Internet, 30% e 17%, respectivamente. No pólo oposto, com um nível de posse que se afasta muito dos valores nacionais, encontra-se a Região Autónoma da Madeira, sendo que apenas 12% das famílias ali residentes têm computador e 6,6% ligação à Internet.

Das famílias que em 2001 não possuíam computador, 64% não planeiam de todo adquiri-lo e 7% manifestam essa intenção. Do total de famílias que possuem ou que pretendem possuir computador, 41% têm ligação à Internet, 25% planeiam adquirir essa ligação e 23% não manifestam qualquer intenção de o fazer.

Os dados referentes à utilização de computador pelos indivíduos³ não diferem muito da posse deste equipamento por parte das famílias: 29% dos indivíduos utilizam habitual ou ocasionalmente o computador, contra 68% que não o utilizam. Entre estes últimos, destacam-se os 63% que não planeiam a sua possível utilização.

Os residentes em Lisboa e Vale do Tejo são quem apresenta níveis de utilização de computador mais elevados, 36,3%, acima da média do país (29,2%). Todas as restantes regiões têm uma percentagem de utilizadores inferior à do total do país, destacando-se novamente a Região Autónoma da Madeira, com 23,5%.

A Internet é utilizada por 18% da população portuguesa. Considerando apenas os indivíduos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador, a grande maioria, 61%, utiliza Internet. Entre os que não fazem uso dessa ligação à *World Wide Web* salientam-se os que não pretendem vir a fazê-lo (14%).

No que concerne aos utilizadores por zona de residência, a Região Autónoma dos Açores, Algarve e Lisboa e Vale do Tejo têm percentagens de utilizadores de Internet superiores ao total nacional⁴ (62,1%), respectivamente 75%, 72,1% e 62,7%.

A utilização habitual ou ocasional de computador e Internet é proporcionalmente inversa à idade: atinge o máximo de utilização no grupo etário dos 15 aos 24 anos e vai diminuindo nos escalões seguintes, ainda que de forma mais expressiva para o caso do computador.

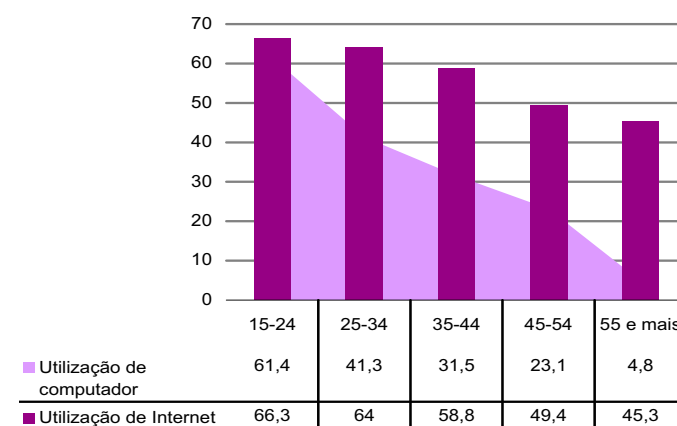
O uso de computador é diferenciado consoante o sexo, sendo que nos indivíduos com idade até aos 34 anos há um maior peso, ainda que pouco expressivo, das mulheres, enquanto a partir desta

Gráfico 5.13

Indivíduos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador e Internet, por grupo etário

2001

Unidade: %



Nota: Os dados referem-se à população com 15 e mais anos. O universo de utilizadores de Internet é constituído pelos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador.

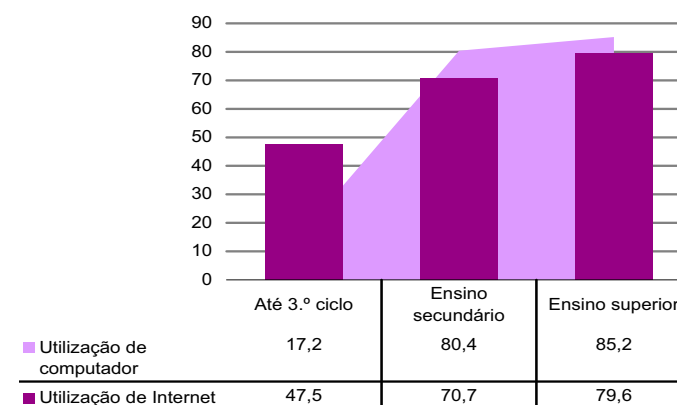
Fonte: INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001

Gráfico 5.14

Utilização de computador e de Internet, segundo o nível de escolaridade

2001

Unidade: %



Nota: Os dados referem-se à população com 15 e mais anos. O universo de utilizadores de Internet é constituído pelos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador.

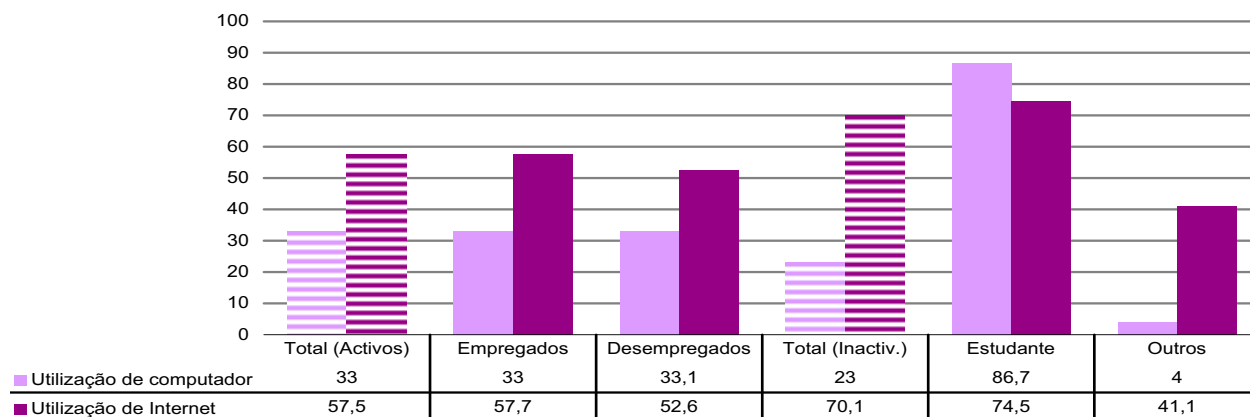
Fonte: INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001

Gráfico 5.15

Utilização de computador e de Internet, segundo a condição perante o trabalho

2001

Unidade: %



Nota: Os dados referem-se à população com 15 e mais anos. O universo de utilizadores de Internet é constituído pelos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador.

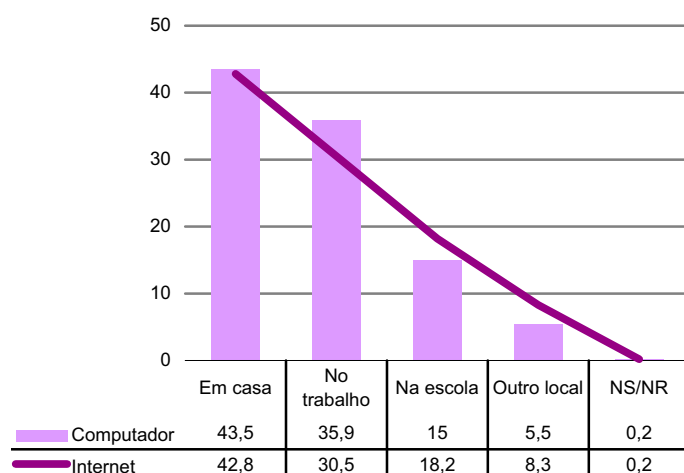
Fonte: INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001

Gráfico 5.16

Locais de utilização de computador e de Internet

2001

Unidade: %



Nota: Os dados referem-se à população com 15 e mais anos. O universo de utilizadores de Internet é constituído pelos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador.

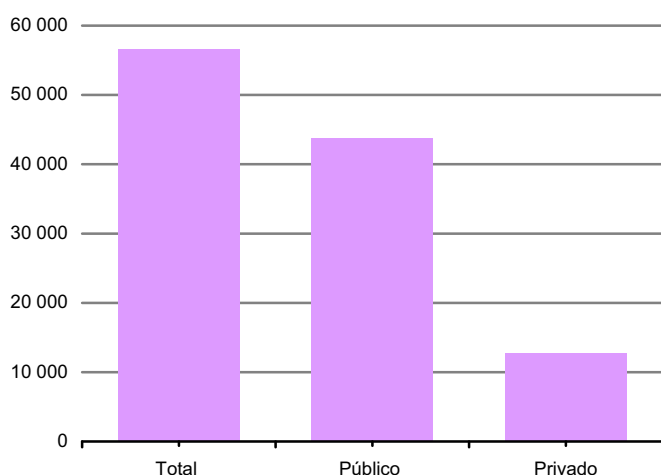
Fonte: INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001

Gráfico 5.17

Computadores disponíveis nas escolas do Continente, instalados nos espaços escolares, segundo o tipo de estabelecimento

Ano lectivo 2001/02

Unidade: n.º



Fonte: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação - Recenseamento Escolar Anual 2001/2002 - Inquérito Preliminar

idade decresce substancialmente a utilização por parte da população feminina.

Verifica-se uma tendência semelhante no que concerne à utilização de Internet, sendo que se acentua ainda mais a diferença já referida entre sexos, nos indivíduos com idade superior a 55 anos.

Os estudantes constituem os principais utilizadores de computador e Internet. Essa utilização é também mais expressiva entre os indivíduos com níveis de ensino secundário e superior.

O nível de utilização de computador é mais elevado entre os activos⁵: 33% destes para 23% de inactivos. Se as percentagens de utilização deste equipamento são semelhantes entre empregados e desempregados, o mesmo não se passa no grupo dos inactivos, com realce para os 87% de estudantes que utilizam computador.

Já em relação à Internet acontece o inverso: é mais utilizada pelos inactivos, para o que contribuem particularmente os estudantes – 75% dos quais navegam na Web. A utilização de Internet pelos empregados e desempregados assume, uma vez mais, níveis muito próximos, respectivamente, 58% e 53%.

Os principais locais de utilização de computador e de acesso à Internet são a casa e o local de trabalho com, respectivamente, 44% e 36%, no caso do computador, e 43% e 31%, no caso da Internet. Os locais de acesso público a computadores e à Internet (Bibliotecas, CTT, Pavilhão do Conhecimento, etc.), os Cybercafés

e os outros locais apresentam ainda baixos níveis de utilização (6% e 8% respectivamente).

Se os activos utilizam computador e Internet sobretudo no local de trabalho, os inactivos fazem-no mais em casa e na escola/universidade. No caso concreto dos estudantes, a utilização de computador é feita, em percentagens

muito próximas, na escola/universidade (48%) e em casa (45%). Já a ligação à *World Wide Web* estabelece-se de forma privilegiada nos locais de ensino – 51% dos estudantes fazem-na na escola/universidade e 37% em casa.

A actividade laboral em regime de teletrabalho – regular ou ocasional – ainda não conquistou os portugueses. É uma realidade para apenas 1,8% da população que utiliza computador. A aquisição de bens e/ou serviços *on-line* – comércio electrónico – é efectuada por 8% dos utilizadores de Internet. Dos 82% que nunca o fizeram, a maioria (59%) não planeia a aquisição de bens e/ou serviços *on-line* e 9,4% pensa fazê-lo.

As Novas Tecnologias nas Escolas

O universo das novas tecnologias alastrou também às escolas. De acordo com dados do Ministério da Educação, no ano lectivo de 2001/2002, considerando o ensino não superior, apenas para as escolas do Continente, existiam 56 622 computadores disponíveis nos espaços escolares⁶, a maioria dos quais, 43 847, no sector público.

Ou seja, por cada 100 escolas existiam 346 computadores. Este valor diminui para 317 se considerarmos apenas as escolas do sector público, aumentando para 510 no caso das escolas do ensino privado.

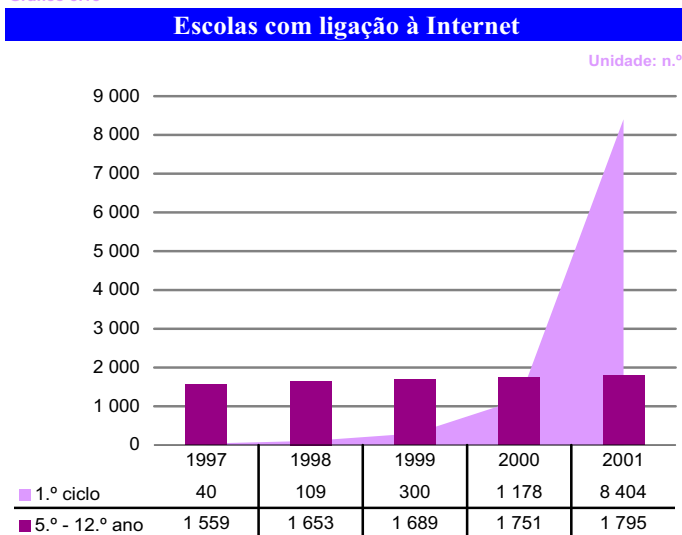
Quanto ao acesso à Internet por parte das escolas, no ano de 2001 possuíam essa ligação 8 404 escolas do 1.º ciclo e 1 795 escolas do 5.º ao 12.º ano (sendo estas do ensino público e privado).

Neste domínio, refira-se o apetrechamento informático dos estabelecimentos de ensino no âmbito do [Programa Operacional Educação \(PRODEP III\)](#), bem como a concretização do [Programa Internet na Escola](#), desenvolvido pela Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa (UARTE) e pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), tendo em vista a ligação das escolas à Internet.

Quanto gastamos em Comunicações?

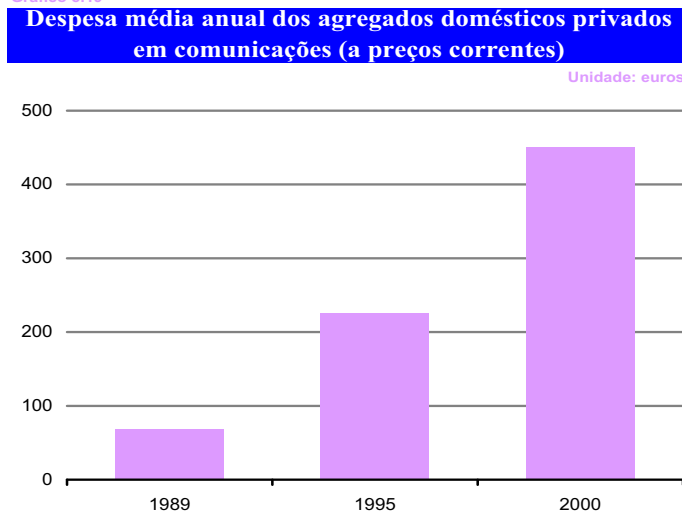
O impulso ao nível da utilização de telecomunicações pelos portugueses repercute-se nos gastos das famílias neste domínio. A despesa média anual dos

Gráfico 5.18



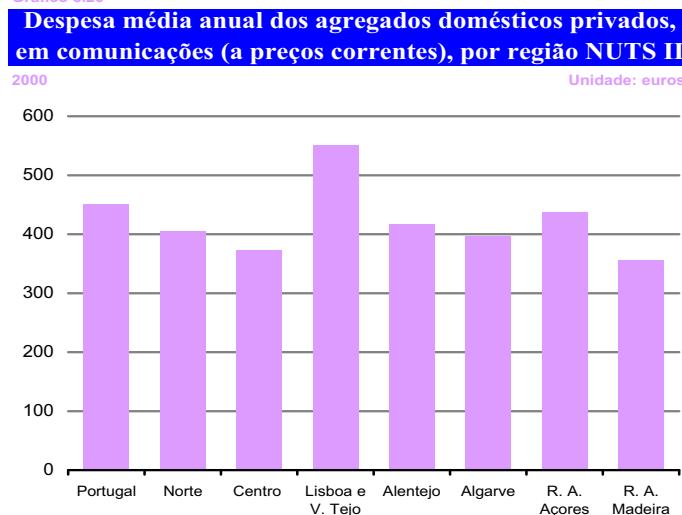
Fonte: Fundação para a Computação Científica Nacional

Gráfico 5.19



Fonte: INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráfico 5.20

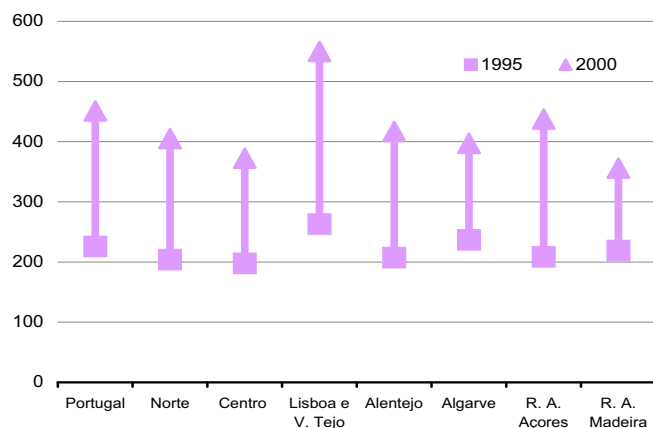


Fonte: INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Gráfico 5.21

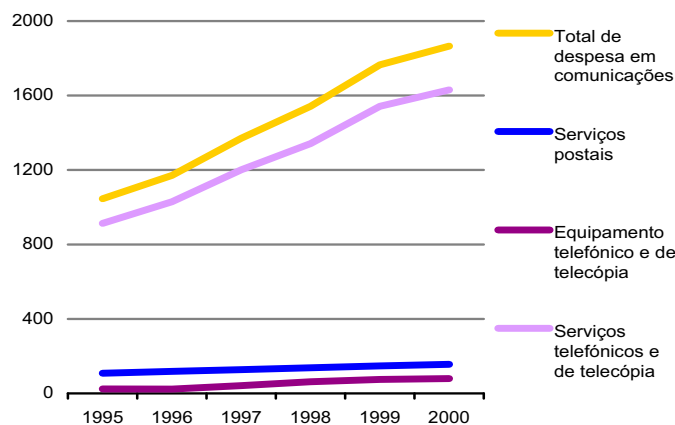
Despesa média anual dos agregados domésticos privados, em comunicações (a preços correntes), por região NUTS II

Unidade: Euros



Fonte: INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráfico 5.22

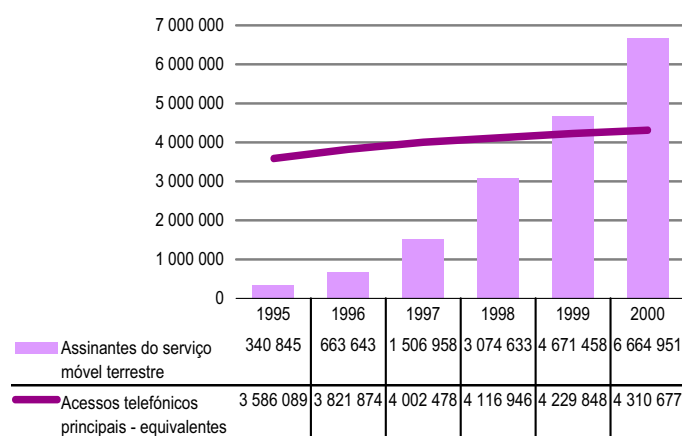
Consumo final das famílias em comunicações, a preços correntes
Unidade: € 10⁶

Fonte: INE – Contas Nacionais (SCNP 95)

Gráfico 5.23

Evolução do número de postos telefónicos principais e de assinantes do serviço móvel terrestre

Unidade: n.º



Nota: Em 1995 os acessos telefónicos principais não incluíam ainda os acessos telefónicos digitais, o que passa a acontecer a partir de 1996.

Fonte: INE – Estatísticas dos Transportes e Comunicações

agregados domésticos privados em comunicações, numa estrutura a preços correntes, aumentou de 69 euros, em 1989, para 541 euros, em 2000, o que corresponde a um crescimento de 351%.

Este crescimento foi, de facto, dos mais assinaláveis ao nível da despesa global. Em 1989 aquela classe de despesas representava 1,1% da despesa total. Em 1995 representava 1,9% e em 2000 experimentou, face àquele ano, um acréscimo de 1,4 pontos percentuais, atingindo 3,3%.

Se atendermos à estrutura de preços constantes, actualizando os valores para preços de 2000, assiste-se, de 1995 a 2000, a um aumento deste tipo de despesa de 214 para 451 euros. Corresponde a um acréscimo de 111%, o maior acréscimo verificado em qualquer das classes, considerando o total dos agregados domésticos privados.

No que respeita à distribuição geográfica da despesa em comunicações, em 2000, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um valor de despesa média anual superior ao registado para o total do país – 550 euros para 451, respectivamente. A região Centro, por outro lado, está nos antípodas desta situação, com a menor despesa média anual nesta classe – 373 euros.

Se atendermos ao crescimento da despesa média anual entre o período 1995 e 2000 constata-se que em Lisboa e Vale do Tejo, bem como na Região Autónoma dos Açores, se verificaram os maiores aumentos na despesa média anual na classe de comunicações, com acréscimos de 109,1% e 109,8%, respectivamente.

O investimento neste domínio nas referidas regiões reflecte-se na proporção da despesa em comunicações no total da despesa média dos agregados familiares, que é de 3,8% para ambas, proporção superior à média nacional (3,3%).

O aumento da despesa final dos agregados domésticos privados nesta classe é corroborado pelo consumo das famílias em comunicações de 1995 a 2000. Com efeito, de acordo com as Contas Nacionais, esta classe de despesas experimentou um crescimento contínuo naquele período.

O consumo das famílias nesta área passou de 1 046 milhões de euros para 1 865 milhões de euros em 2000, o que corresponde a uma acréscimo de 78,3% (87,9% em termos reais). O peso relativo desta classe no total das despesas ao longo deste período foi também crescente – passou de 2,1% para 2,5%.

Uma análise mais detalhada do comportamento do consumo final das famílias em comunicações, a preços correntes, entre 1995 e 2000, permite constatar que o aumento nesta classe de despesas se deve, no essencial, ao crescente aumento das despesas nos serviços de telecomunicações⁷.

As telecomunicações em Portugal

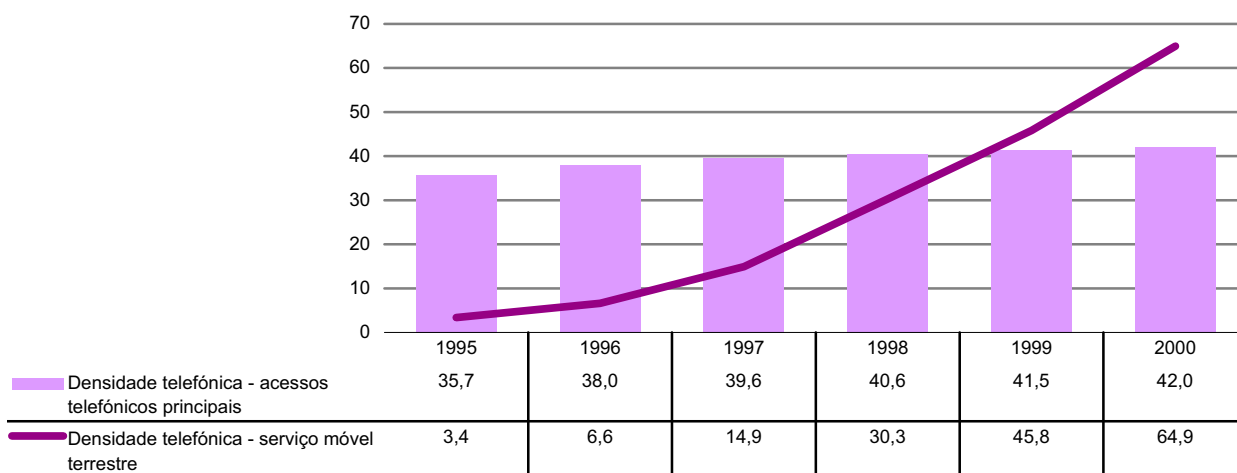
Em 2000, o parque de acessos telefónicos principais equivalentes, que inclui acessos residenciais, profissionais e públicos, era constituído por 4 310 667 unidades. Destes, 658 178 unidades (15,3%) eram acessos digitais. Esta modalidade de acesso, de resto, ganha crescente importância no período de 1996 a 2000, sendo que no primeiro ano referido representava apenas 2,6% do total de acessos telefónicos principais.

Da evolução dos acessos telefónicos principais analógicos, no período em análise, importa salientar dois aspectos: o crescimento pouco acentuado deste tipo de acesso (regista um acréscimo de 1,9% entre 1996 e 2000) prende-se não só com a tendência decrescente da contribuição dos acessos telefónicos profissionais para o total de acessos telefónicos, mas também com o crescimento pouco significativo registado nos acessos telefónicos principais residenciais; por outro lado, tal realidade contrasta fortemente com o aumento do número de assinantes do serviço móvel terrestre, que passa de 340 845 em 1995 para 6 664 951 em 2000.

Gráfico 5.24

Densidade telefónica – acessos telefónicos principais e serviço móvel terrestre

Unidade: %



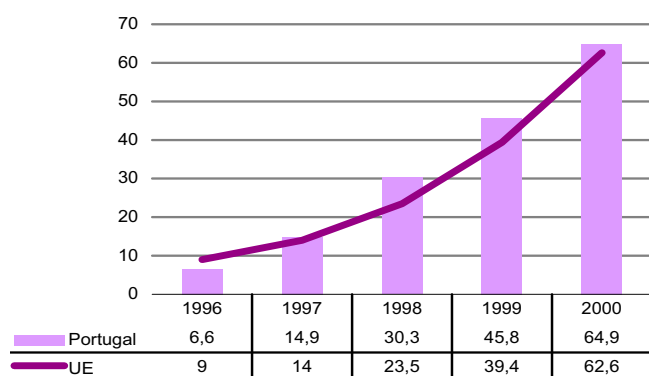
Nota: Em 1995 os acessos telefónicos principais não incluíam ainda os acessos telefónicos digitais, o que passa a acontecer a partir de 1996. Para os cálculos da densidade telefónica foram utilizadas as estimativas da população do INE aferidas para os resultados provisórios do Recenseamento de 2001.

Fonte: INE – Estatísticas dos Transportes e Comunicações

Gráfico 5.25

Densidade telefónica – assinantes do serviço móvel terrestre, Portugal e União Europeia

Unidade: %



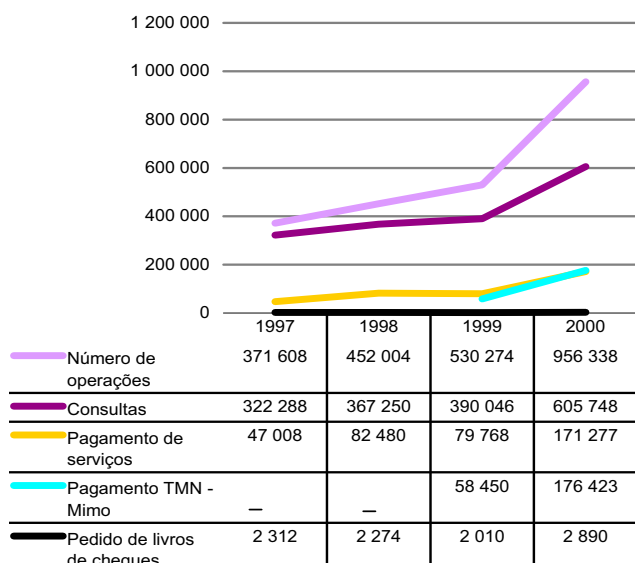
Nota: Para os dados relativos a Portugal, em 1995, os acessos telefónicos principais não incluíam ainda os acessos telefónicos digitais, o que passa a acontecer a partir de 1996. Para os cálculos da densidade telefónica, em Portugal, foram utilizadas as estimativas da população do INE aferidas para os resultados provisórios do Recenseamento de 2001.

Fonte: INE – Estatísticas dos Transportes e Comunicações e ANACOM; Mobile Communications (Informa Publishing Group Ltd 20009, Économie Européenne)

Gráfico 5.26

Serviço de telemultibanco – tipo de operações

Unidade: nº

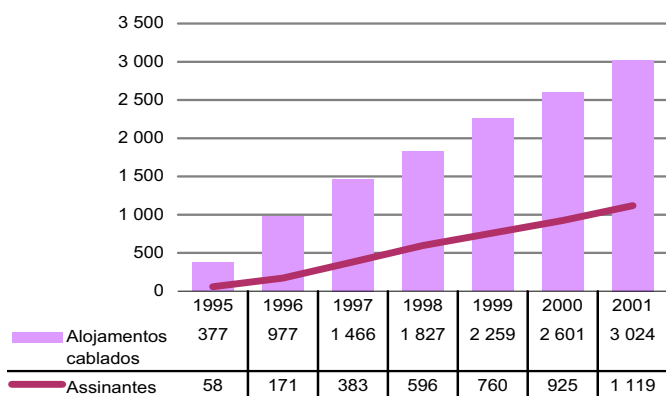


Fonte: INE – Estatísticas Monetárias e Financeiras

Gráfico 5.27

Número de alojamentos cablados e de assinantes da televisão por cabo

Unidade: milhares



Fonte: ANACOM

A estabilização ao nível dos acessos telefónicos principais e o forte impulso no mercado das telecomunicações móveis é bem visível pela análise do indicador “densidade telefónica”. No caso dos acessos telefónicos principais, em 1995 há 35,7 postos telefónicos principais por cada 100 residentes; em 2000 esse valor é de 42.

Tomando em consideração os alojamentos familiares clássicos, verifica-se que existem 80,1% postos telefónicos principais por cada 100 alojamentos, em 1995, valor que sobe para 87,4% em 2000.

A mesma análise para os assinantes de serviço móvel terrestre traduz o crescimento do sector das telecomunicações móveis naquele período: se em 1995 há 3,4 assinantes de serviço móvel terrestre por cada 100 residentes, esse valor sobe para 64,9 no ano de 2000.

Tais aspectos têm tradução, por um lado, no aumento acentuado do tráfego telefónico do serviço móvel terrestre, medido em tempo de conversação (em milhares de minutos) – passa de 1 549 662, em 1997, para 8 126 270 em 2000; por outro, no ritmo de crescimento pouco acentuado do volume de tráfego telefónico oriundo da rede fixa – passa de 21 305 875 milhares de impulsos em 1995 para 28 319 442 em 1999.

O aumento de assinantes do serviço móvel terrestre é acompanhado pelo incremento, em 1998, de mais uma empresa prestadora de serviço móvel terrestre, passando a três o número de empresas deste sector.

A comparação com os dados da União Europeia mostra que o crescimento da densidade telefónica do serviço móvel terrestre em Portugal é superior à média europeia a partir de 1997. Em 2000, a densidade deste tipo de serviço apurada para o nosso país é de 64,9%, sendo de 62,6% na União Europeia, à frente de países como a Alemanha, a Bélgica, Dinamarca, etc.

Neste âmbito importa referir a evolução do serviço telemultibanco. Lançado em 1996, este serviço permite a realização, através de um telemóvel, de quase todas as operações efectuadas numa Caixa Multibanco.

O número global de operações passou de 371 608, em 1997, para 956 338 em 2000, o que corresponde a um crescimento de 157,4%.

Entre as várias operações que este serviço permite efectuar, centremo-nos em quatro: consultas, pagamento de serviços, pagamento de TMN – Mimo e pedido de livros de cheques. Entre os anos de 1997 e 2000 o item pagamento de serviços foi o que registou um crescimento mais significativo – 264,4%.

Esta evolução crescente teve reflexos nos valores dos pagamentos de serviços, que subiram de 3 776 milhares de euros no primeiro ano em análise para 6 161 881 milhares de euros em 2000.

Ao nível das consultas, nas que respeitam ao Número de Identificação Bancária (NIB) e aos Movimentos, verificou-se também um crescimento acentuado, respectivamente, 241,2% e 212,3%.

Cada vez mais TV por CABO

O impulso das telecomunicações no nosso País pode ser analisado também na perspectiva do incremento da tecnologia por cabo.

Assiste-se, de 1995 a 2001, a um crescimento ininterrupto do número de alojamentos cablados, isto é, dotados da possibilidade de acesso ao serviço, bem como do número de assinantes de televisão por cabo.

Neste último ano, de acordo com dados da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), o serviço de distribuição de televisão por cabo contava com 3 milhões e 24 mil alojamentos cablados e 1 milhão e 119 mil assinantes.

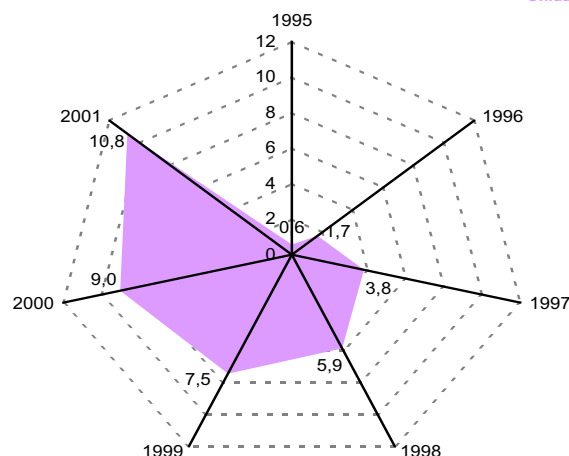
Desde 1995 que a taxa média de recepção da televisão por cabo em Portugal tem aumentado a uma ritmo de 117% ao ano.

A taxa de penetração da televisão por cabo no país, medida pelo indicador “assinantes em percentagem da população”, confirma o aumento continuado ao longo do período. Se em 1995, por cada 100 residentes, 0,6 eram assinantes do serviço, em 2001 esse valor é de 10,8. Ao crescimento da procura deste serviço não será alheio o aumento e diversificação temática dos canais disponibilizados.

Gráfico 5.28

Taxas de penetração da Televisão por Cabo

Unidade: %



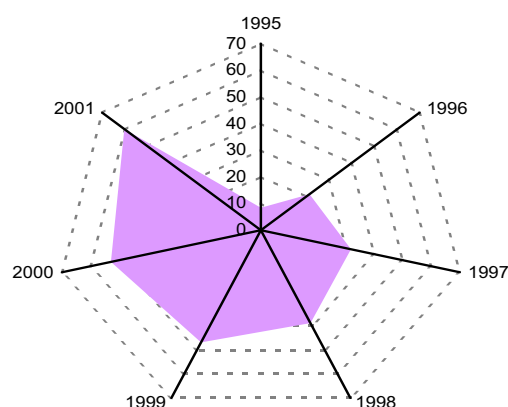
Nota: Para os cálculos do total de assinantes em percentagem da população foram utilizadas estimativas da população do INE actualizadas com os dados provisórios dos Censos de 2001.

Fonte: ANACOM

Gráfico 5.29

Alojamentos cablados em percentagem de alojamentos

Unidade: %



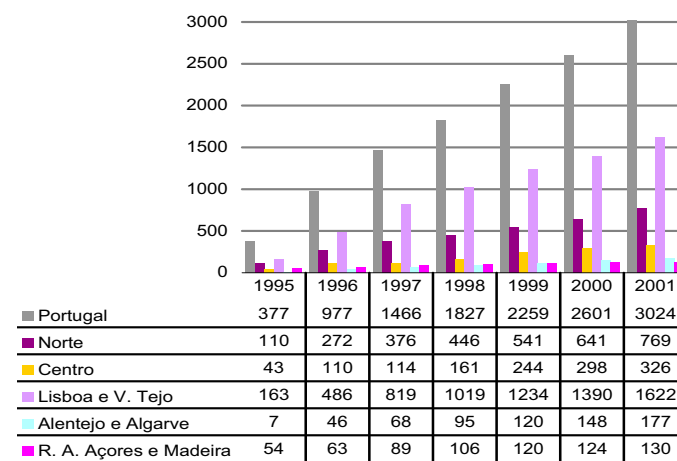
Nota: Para o cálculo do indicador alojamentos cablados em percentagem de alojamentos, de 1995 a 2000, foram utilizadas as estimativas dos alojamentos familiares clássicos do INE; para 2001 utilizaram-se os resultados definitivos do Censo 2001.

Fonte: ANACOM

Gráfico 5.30

Número de alojamentos cablados, por região NUTS II

Unidade: milhares

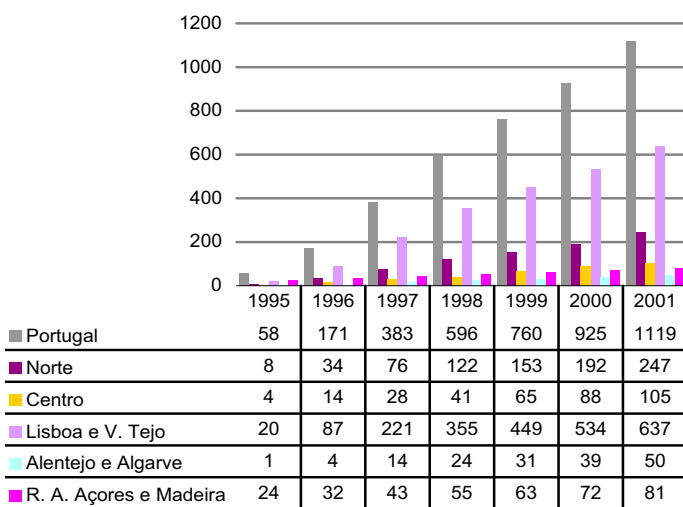


Fonte: ANACOM

Gráfico 5.31

Número de assinantes de televisão por cabo, por região NUTS II

Unidade: milhares



Fonte: ANACOM

Com base nos resultados definitivos dos Censos de 2001, apurou-se que 60,2% dos alojamentos portugueses estavam aptos a receber o serviço de televisão por cabo. Porém, somente 37% se encontravam efectivamente ligados a este tipo de serviço. Em 1995 esse valor era de 15,4%.

A forma como a rede de televisão por cabo se expandiu em Portugal explicará as variações regionais da penetração deste serviço. A estrutura geográfica do serviço de televisão por cabo revela que Lisboa e Vale do Tejo é a região que maior peso tem, para todos os anos em análise, quer no número de alojamentos cablados quer no número de assinantes.

Ainda assim, as taxas de crescimento ao nível dos alojamentos cablados e de assinantes, entre os anos 2000-2001, remetem para um aumento mais acentuado fora da região de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente, regiões Norte e “Alentejo e Algarve”. Quanto aos alojamentos, a taxa de crescimento anual foi de 20% para as regiões referidas, contra os 16% em termos nacionais. No que concerne aos assinantes, na região Norte a taxa de crescimento foi de 29% e no Alentejo e Algarve de 28%, para 21% a nível nacional.

De acordo com os dados do Inquérito à Ocupação do Tempo, em 1999, do total de famílias que possuíam televisão, 17,1% tinham ligação à televisão por cabo. As razões desta opção recaem maioritariamente na maior diversidade de canais (73,7%) seguida da melhor qualidade de recepção (24,5%).

PARA SABER MAIS...

Neste capítulo apresenta-se uma síntese de indicadores estatísticos produzidos recentemente na área da sociedade da Informação e do conhecimento que pretendem reflectir algum do trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo extinto Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT), actual Unidade Missão Inovação e Conhecimento (OCES e UMIC). Os dados apresentados procuram revelar um pouco a expressão das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na sociedade portuguesa, em sectores como as Famílias, as Empresas e a Educação, bem como dos investimentos no domínio da C&T.

Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias

Realizado desde 2001, por entrevista directa e pelo INE em colaboração com o OCT, o Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, abrangendo cerca de 20 000 alojamentos familiares. Apesar de se tratar do primeiro inquérito específico junto das famílias para a área da sociedade da informação, o INE, através de operações anteriores, recolheu informação respeitante à posse de computador pessoal e ligação à Internet por parte das famílias portuguesas.

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico

O extinto Observatório das Ciências e das Tecnologias, actual Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), constituído em 1996 com a missão principal de obter o conhecimento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e de disponibilizar a informação compilada para efeitos desse conhecimento, é o órgão delegado do INE para esta área estatística.

Assim, lançou o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional relativo à situação em 1999, aos sectores do Estado, Ensino Superior, Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL) e Empresas.

O inquérito foi realizado numa base censitária junto das instituições que constituem estes sectores de execução, tendo sido feito um esforço adicional de inventariação de unidades potencialmente executoras, contratantes e/ou financiadoras de actividades de investigação e desenvolvimento (I&D).

Notas

¹ Essas áreas são: Ciências Exactas; Ciências Naturais; Ciências de Engenharia e Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias e Veterinárias; Ciências Sociais e Humanas.

² INE, Classificação das Actividades Económicas (CAE - Rev. 2), 1991.

³ Apenas são considerados os indivíduos com 15 e mais anos.

⁴ O universo dos utilizadores de Internet é constituído apenas pelos indivíduos que habitual ou ocasionalmente utilizam computador.

⁵ São considerados activos os indivíduos empregados, desempregados (à procura de novo emprego e à procura de 1.º emprego) e os que estão a cumprir serviço militar obrigatório. Inactivos são todos os indivíduos que se incluem nas categorias de estudante, doméstico, reformado e outros inactivos (deficiente – situação permanente).

⁶ Inclui computadores disponíveis nas escolas para utilização dos alunos, instalados nos seguintes locais: salas de aula, laboratórios de informática, salas específicas e centros de recursos. Não inclui computadores para fins administrativos e outras funções.

⁷ Ou seja, no grupo de despesas 08.3.0 da COICOP – Classificação do Consumo Individual por Objectivos. Este grupo os seguintes itens:

-Custos de instalação e assinatura de equipamento de telefone pessoal;

-Chamadas telefónicas de linha privada ou pública (cabines telefónicas públicas, cabines telefónicas dos serviços de correios, etc.); chamadas telefónicas de hotéis, cafés, restaurantes e estabelecimentos similares;

-Serviços de telegrafia, telex e telecópia;

-Serviços de transmissão de dados; serviços de ligação à Internet;

-Aluguer de telefones, telecopiadores, atendedores de chamadas e altifalantes de telefones.

Inclui: serviços de radiotelefonia, radiotelegrafia e radiotelex.



CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

O crescimento económico registado em Portugal na década de 90, superior ao da média da UE, traduziu-se na continuação, ainda que em termos moderados, do processo de convergência real. Este crescimento foi acompanhado de uma melhoria das condições de vida das famílias portuguesas, embora mantenham entre si disparidades apreciáveis e continuem a apresentar uma posição de desvantagem, em termos médios, relativamente às dos outros países europeus.

Os indicadores macro-económicos revelam que o crescimento do rendimento disponível das famílias portuguesas tem vindo a possibilitar uma expansão continuada do consumo privado, mesmo a um ritmo superior ao do rendimento, à custa de uma redução tendencial da taxa de poupança. Se em termos médios esta evolução significa um aumento de disponibilidade em bens e serviços e, portanto, melhores condições médias de vida, também é certo que as grandes diferenças de rendimento entre as famílias significam a existência de grandes desigualdades e de situações de privação. Os indicadores económicos colocam Portugal na posição do país da UE onde é maior a desigualdade dos rendimentos familiares e onde também é maior a proporção de famílias em situação de pobreza. Uma percentagem muito significativa das famílias portuguesas, quando comparada com a média europeia, tem fraca capacidade de poupança, sendo uma realidade que em grande medida é reveladora de níveis

José Pereirinha,
Universidade Técnica
de Lisboa, Instituto
Superior de Economia e
Gestão, Centro de
Investigação Sobre
Economia Portuguesa

insuficientes de rendimento para satisfazer as necessidades de consumo e para a constituição de reservas para fazer face a situações de dificuldade económica. É também muito significativa a proporção das famílias portuguesas que considera defrontar dificuldade para fazer face a encargos e despesas.

Além da elevada incidência da pobreza em Portugal, grande parte das famílias pobres tendem a permanecer nesta situação por longos períodos de tempo. Este fenómeno, de elevada persistência da pobreza, é revelador da existência de factores de natureza duradoura, com características estruturais. É entre as famílias cuja principal fonte de receita é constituída por transferências da Segurança Social (essencialmente população idosa) que encontramos as situações mais gravosas traduzindo, por um lado, o efeito dos baixos salários auferidos no período de actividade económica e, por outro lado, a insuficiência das prestações sociais para produzir uma razoável redução da pobreza. Na verdade, a eficácia das transferências sociais na redução da pobreza em Portugal é inferior à que se verifica na média da União Europeia.

O crescente recurso ao crédito por parte das famílias portuguesas constitui um factor de sustentação e mesmo de crescimento do consumo privado, para além do recurso, que constitui como factor de financiamento, na compra de habitação própria. A melhoria, a que se assiste nos últimos anos, nos indicadores de conforto, em termos da disponibilidade de bens de equipamento, é o resultado de ritmos sustentados de crescimento do consumo de bens duradouros, em parte justificada pelo crescente recurso ao crédito ao consumo. Por outro lado, assiste-se nos últimos anos, em Portugal, a um acentuado crescimento da proporção de alojamentos ocupados pelo proprietário o que, originando um elemento importante de conforto e aumento de bem-estar familiar, também se faz acompanhar de um aumento dos encargos financeiros que as famílias têm de suportar.

O crescente aumento do grau de endividamento das famílias, resultante desta expansão do crédito, constitui, de facto, outro factor de agravamento da vulnerabilidade da situação económica e financeira das famílias, originando agravamentos sensíveis no peso dos encargos financeiros, de natureza fixa e não compressível, nos orçamentos familiares, e dando lugar a restrições adicionais às possibilidades de consumo de outros bens e serviços e, portanto, do seu bem-estar.

As disparidades regionais constituem outro aspecto a assinalar como factor que permite compreender diferenças das condições de vida das famílias portuguesas. Estas disparidades, reflectindo os diferentes perfis da actividade económica no espaço nacional, estão estreitamente ligados às origens do rendimento das famílias. Por outro lado, tais disparidades surgem como uma condicionante importante das possibilidades de progresso dessas condições de vida, pelas diferenças regionais de recursos que podem ser mobilizados para o desenvolvimento nas várias regiões e promoção do bem-estar das populações.

As condicionantes económicas das condições de vida das famílias têm uma importância decisiva na sociedade portuguesa, por duas ordens de razões. Por um lado, por ser ao nível das variáveis económicas que encontramos os factores de natureza estrutural que, caracterizando a estrutura produtiva do país e as capacidades das famílias para participar na produção e na criação de riqueza (dotação em capital humano, características individuais), condicionam os seus rendimentos, as possibilidades do seu crescimento e os seus efeitos de propagação nas gerações seguintes. Por outro lado, é ao nível das variáveis económicas que se encontram, em grande medida, os principais factores limitativos para a capacidade de actuação do Estado no seu papel providencial de garantia de direitos sociais e sua promoção, factor essencial do bem-estar das famílias. Daí que não possam analisar-se as condições de vida e dos factores que as determinam, tal como vão ser vistos neste capítulo, sem se terem em conta quer a evolução económica do país, da política económica seguida e da forma como a política social vem sendo orientada para a promoção do bem-estar das famílias.

CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

PIB cresce em média anual 3,5% entre 1995 e 2001

Em 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) português era estimado em 122 978 milhões de euros. Uma análise a preços correntes permite observar que o PIB regista, no último ano, um valor quase três vezes superior ao de 1990,

Quadro 6.1

Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita a preços correntes												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ^P	2001 ^P
PIB (10 ⁶ euros)	49 072	56 397	63 563	67 066	72 908	80 827	86 230	93 014	100 962	108 030	115 546	122 978
PIB per capita (euros)	x	x	6 380	6 724	7 292	8 061	8 575	9 219	9 968	10 618	11 294	11 941

(P) Dados provisórios.

Fonte: INE-Contas Nacionais e Estimativas da População Residente aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001

quando alcançou os 49 072 milhões de euros. Em termos per capita, e nominalmente, o PIB passou de 6 380 euros, em 1992, para 11 941, em 2001.

Quadro 6.2

PIB e PIB per capita a preços constantes de 1995							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ^P	2001 ^P
PIB (10 ⁶ euros)	80 827	83 690	87 007	90 992	94 450	97 933	99 541
PIB per capita (euros)	8 061	8 323	8 624	8 983	9 283	9 573	9 665

(P) Dados provisórios.

Fonte: INE-Contas Nacionais e Estimativas da População Residente aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001

Já em termos reais, e de 1995 a 2001, o PIB aumenta 23%, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual na ordem dos 3,5%, nesse período. O PIB per capita, por sua vez, registou uma taxa de crescimento real de 20% no período compreendido entre 1995 e 2001 (com uma taxa de crescimento médio anual semelhante à do PIB: 3,1%).

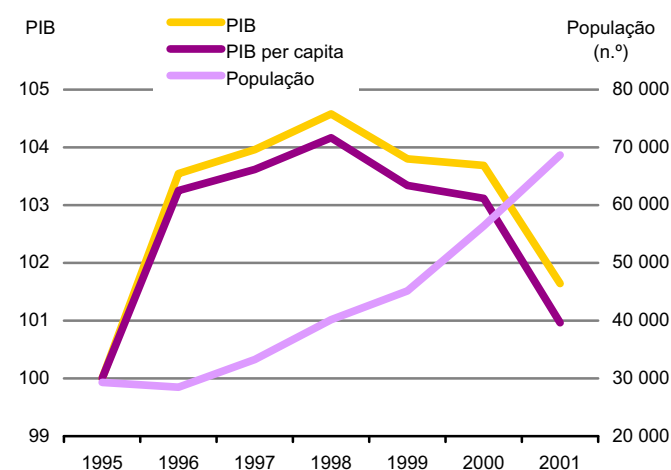
Em 2001, o crescimento real do produto face a 1995 ronda os 23% e o do produto per capita 20%

A análise do PIB revela-se da maior importância para medir o desempenho da economia. No nosso país, é clara a evolução positiva verificada na última década. A variação do PIB e do PIB per capita face ao ano anterior revela uma evolução semelhante entre 1995 e 2001, com o primeiro a registar acréscimos mais acentuados. A taxa de crescimento do produto é praticamente constante até 1998, quando regista uma quebra ligeira, mantendo-se, até 2001, a desaceleração no crescimento. O PIB per capita regista, em 2001, o menor crescimento no período considerado (apenas 1% relativamente a 2000 e 4,1% relativamente a 1999).

O PIB a preços de mercado, analisado a preços correntes, atingiu em 2000 um total de 8 524 371

Gráfico 6.1

Variação do PIB e PIB per capita (1995 = 100), face ao ano anterior e variação absoluta da população média residente

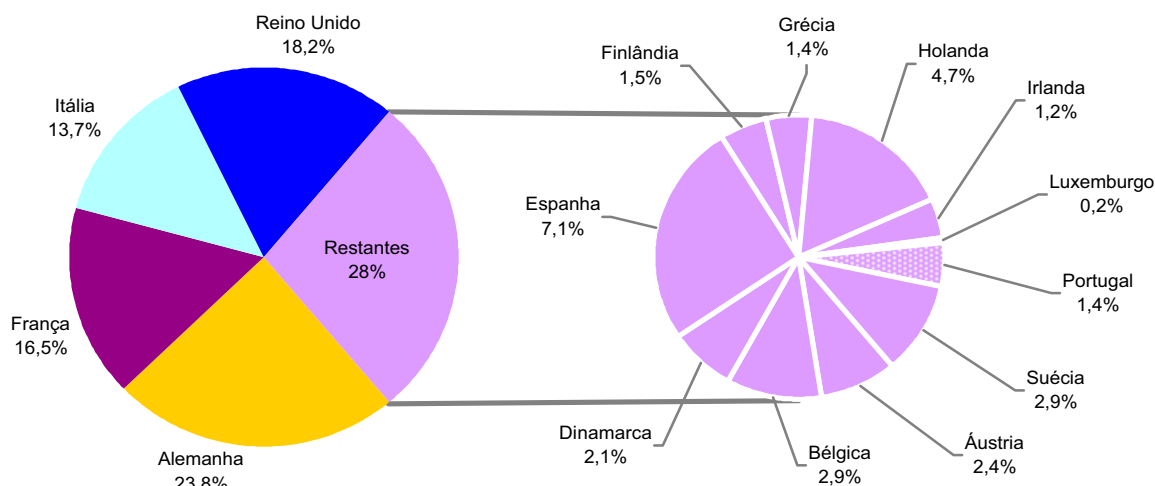


Fonte: INE – Contas Nacionais e Estimativas da População

Gráfico 6.2

PIB na União Europeia – contribuições dos Estados membros

2000



Fonte: Eurostat – "Eurostat Yearbook 2002"

milhões de euros na Europa dos Quinze. As maiores contribuições para este valor provêm da Alemanha, Reino Unido, França e Itália que, juntos, reúnem 73% daquele total. Só o PIB alemão representa 24% do produto da União Europeia. Luxemburgo e Irlanda apresentam as menores contribuições, com 0,2% e 1,2% do total, respectivamente. Portugal representou 1,4% do PIB comunitário.

Quadro 6.3

Rendimento Disponível Bruto Total, Rendimento Disponível Bruto das famílias e Rendimento Bruto das famílias per capita

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
RDB total (10 ⁶ euros)	51 824	59 323	66 911	70 471	75 151	83 517	88 605	94 572	102 704	109 791	116 518	122 979
RDB das famílias (10 ⁶ euros)	36 596	42 832	47 652	50 301	52 863	57 105	59 572	62 289	67 245	71 271	x	x
RDB das famílias p/ capita (euros)	x	x	4783	5043	5287	5695	5924	6174	6639	7005	x	x

Fonte: INE-Contas Nacionais e Estimativas da População Residente aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001

Em Portugal, o "Rendimento disponível bruto total" registou, em 2001, 122 979 milhões de euros, num crescimento nominal de 137% face a 1990, quando alcançou os 51 824 milhões de euros.

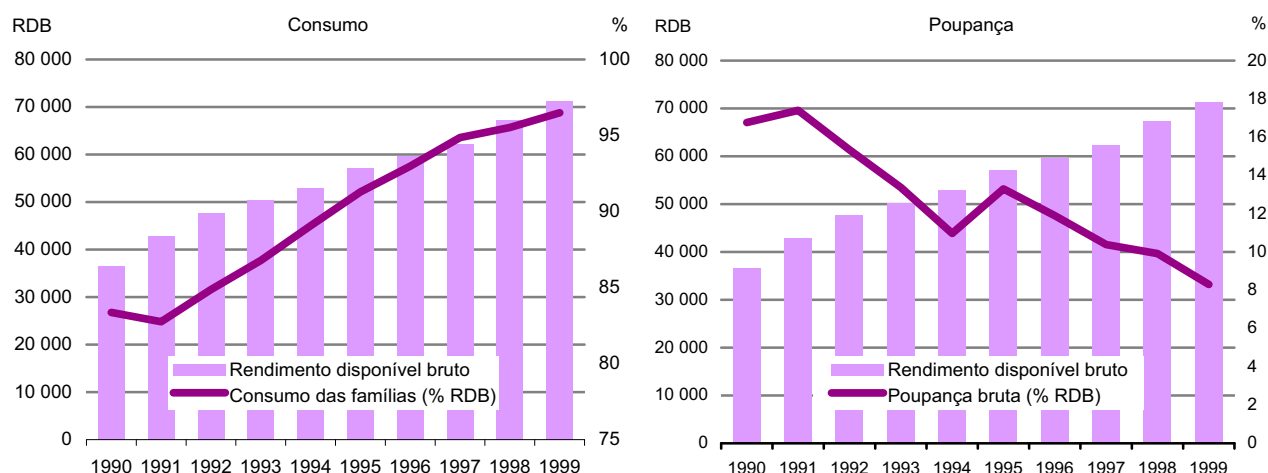
Quanto às famílias, o seu rendimento disponível bruto (RDB) registou, em 1999, 71 271 milhões de euros, sendo que o mesmo rendimento per capita registou, em termos nominais, um aumento de 46% entre 1992 e 1999.

Famílias consomem cada vez mais

Analisando o consumo e a poupança das famílias, conclui-se que, de 1990 a 1999, estas têm vindo a consumir cada vez mais, em percentagem do seu rendimento disponível bruto. Em 1999, o consumo chega já aos 92% do rendimento bruto, totalizando 65 769 milhões de euros. A poupança tem registado, naturalmente, a tendência oposta: desde 1991 que acusa um decréscimo, com excepção de 1995, ano em que as famílias portuguesas consagraram cerca de 13% do seu rendimento disponível bruto à poupança – 7 592 milhões de euros, em valores absolutos.

Gráfico 6.3

Consumo e Poupança das famílias em percentagem do RDB

Unidade: RDB-10⁶ euros

Fonte: INE – Contas Nacionais

Em 1999, cerca de 83% dos agregados familiares portugueses afirma ter fraca (ou não ter de facto) capacidade de poupança

Quadro 6.4

Capacidade de poupança dos agregados familiares em Portugal

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998	1999
Tem capacidade	15	14	17	16	17
Fraca capacidade ou mesmo inexistente	85	86	83	84	83

Fonte: INE – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

A média europeia (13 países) apontava, em 1996, para 41% de agregados com capacidade de poupança e 59% com fraca capacidade (ou mesmo inexistente). Os agregados austríacos e holandeses são os que afirmam mais conseguir poupar nesse ano: 64% e 54%, respectivamente.

Além de Portugal, é na Grécia onde as famílias têm mais dificuldades de poupança, sendo que apenas 10% afirmam conseguir fazê-lo.

Lisboa e Vale do Tejo lidera regionalmente o Produto Interno Bruto per capita e as receitas médias líquidas anuais das famílias

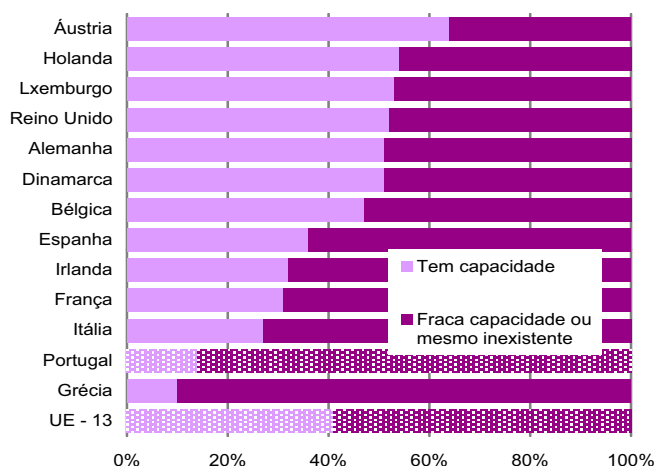
A análise regional do PIB per capita permite constatar uma preponderância da região de Lisboa e Vale do Tejo na distribuição do mesmo, situando-se sempre acima da média nacional, no período apresentado no quadro 6.5. Em 1999, o PIB per capita desta região alcançava os 14 142 euros e era 33% superior ao produto per capita nacional. Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores era a região mais desfavorecida, ficando, geralmente, a 24 pontos percentuais (p.p.) do total nacional.

Os dados disponíveis apresentam ainda o afastamento do PIB per capita da Região Autónoma

Gráfico 6.4

Capacidade de poupança dos agregados familiares na União Europeia

1996



Fonte: Eurostat – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

da Madeira (por excesso) e da região Centro (por defeito) face ao total do país, e a aproximação do Algarve. Em 1999, estas regiões apresentam-se a 8, -12 e -3 p.p. do PIB per capita nacional (10 618 euros).

Quadro 6.5

Produto Interno Bruto per capita, por região NUTS II					
	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	8 061	8 575	9 219	9 968	10 618
Norte	6 831	7 264	7 661	8 190	8 740
Centro	6 522	6 916	7 331	7 869	8 440
Lisboa e Vale do Tejo	10 474	11 158	12 187	13 330	14 142
Alentejo	6 793	7 248	7 761	8 087	8 448
Algarve	8 006	8 414	9 008	9 631	10 335
R.A. Açores	6 039	6 458	6 750	7 312	8 057
R.A. Madeira	7 827	8 345	9 461	10 684	11 505

Fonte: INE: Contas Nacionais e Estimativas da População Residente

AS RECEITAS

Em Portugal, as receitas médias líquidas anuais de um agregado familiar atingiam, em 2000, os 16 189 euros, acusando uma taxa de crescimento real, comparativamente a 1989, de 38%. Mais uma vez se verifica a importância da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional, com um crescimento real de 42% para o mesmo período. Nos três anos apresentados no quadro 6.6, as receitas médias são lideradas por esta região e pelo Algarve, em 1989 e pela primeira e Norte nos restantes momentos de análise.

O Alentejo, por outro lado, é a região que apresenta os menores valores para a receita média líquida anual, alcançando, em 2000, 13 562 euros, situando-se assim a 16 pontos percentuais da média nacional. Não obstante, é esta região que lidera, no mesmo ano, em termos de crescimento real face a 1989, com uma taxa de 49%.

Quadro 6.6

Receitas médias líquidas anuais dos agregados, por região NUTS II									
Unidade: euros									tx cresc. real 2000/1989
	1989			1995			2000		
	€		País=100	€		País=100	€	País=100	
	p. 1989	p. 2000		p. 1995	p. 2000				
Portugal	6 352	11 705	100,0	12 615	14 397	100,0	16 189	100,0	38,3
Norte	6 315	11 637	99,4	12 929	14 755	102,5	16 022	99,0	37,7
Centro	5 999	11 056	94,4	10 971	12 521	87,0	14 312	88,4	29,5
Lisboa e Vale do Tejo	6 947	12 801	109,4	13 885	15 846	110,1	18 203	112,4	42,2
Alentejo	4 952	9 126	78,0	9 904	11 303	78,5	13 562	83,8	48,6
Algarve	6 491	11 961	102,2	11 336	12 937	89,9	13 573	83,8	13,5
R.A. Açores	5 396	9 944	84,9	11 357	12 961	90,0	14 732	91,0	48,1
R.A. Madeira	5 042	9 290	79,4	11 794	13 460	93,5	13 528	83,6	45,6

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Se atentarmos nas receitas médias líquidas anuais segundo a categoria socio-económica do representante do agregado, verificamos que, para os três momentos de análise, são os agregados familiares cujo representante é trabalhador por conta de outrem – outros que não operários ou trabalhador por conta própria (não na agricultura) que possuem, em média, receitas mais elevadas.

Os trabalhadores por conta de outrem – outros que não operários – superam a média nacional de receitas médias líquidas anuais de 2000 em 65%, enquanto os trabalhadores por conta própria (excepto agricultura) o fazem em 20%

Os agregados familiares cujo representante é reformado pertencem à categoria socio-económica que mais aquém se situa da média do país, situando-se a cerca de 38, 33 e 30 p.p. da mesma, respectivamente em 1989, 1995 e 2000. Neste ano a receita média líquida anual desses agregados cifra-se nos 11 347 euros.

Quadro 6.7

Receitas médias líquidas anuais dos agregados, segundo a categoria socio-económica do representante do agregado						
	1989		1995		2000	
	Valor (euros)	Índice (%)	Valor (euros)	Índice (%)	Valor (euros)	Índice (%)
TOTAL	6 352	100,0	12 615	100,0	16 189	100,0
Trabalhadores por conta de outrem - operários	6 647	105,5	12 626	100,1	16 098	99,4
Trabalhadores por conta de outrem - outros	9 536	149,1	20 079	159,2	26 779	165,4
Trabalhadores por conta própria excepto agricultura	8 376	128,7	17 117	135,7	19 460	120,2
Trabalhadores por conta de outrem e conta própria agricultura	5 350	84,5	9 554	75,7	11 952	73,8
Desempregados	6 465	92,5	11 424	90,6	14 132	87,3
Reformados	3 985	62,0	8 456	67,0	11 347	70,1
Outros Inactivos	5 330	78,0	8 741	69,3	11 234	69,4

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Analisando as receitas médias líquidas dos agregados por nível de instrução do representante do agregado, conclui-se facilmente que à medida que aumenta o nível de qualificação do mesmo, eleva-se o montante de receita média da família.

Esta é a realidade em todos os momentos de análise: em 1989, o agregado familiar cujo representante não detinha qualquer nível de instrução, dispunha de uma receita média de 3 713 euros, enquanto aquele cujo representante possuísse o ensino superior detinha já 14 928 euros (valores a preços correntes).

Quando o representante do agregado não possui qualquer nível de qualificação, a receita média do agregado situa-se nos 8 181 euros em 2001, contra 42 579 euros para os agregados cujo representante possui o ensino superior.

Enquanto em 1989 as receitas médias líquidas anuais dos agregados cujo representante detém o ensino superior são cerca de 4 vezes superiores aos que não possuem qualquer grau, em 2000 são já 5,2 vezes maiores

Quadro 6.8

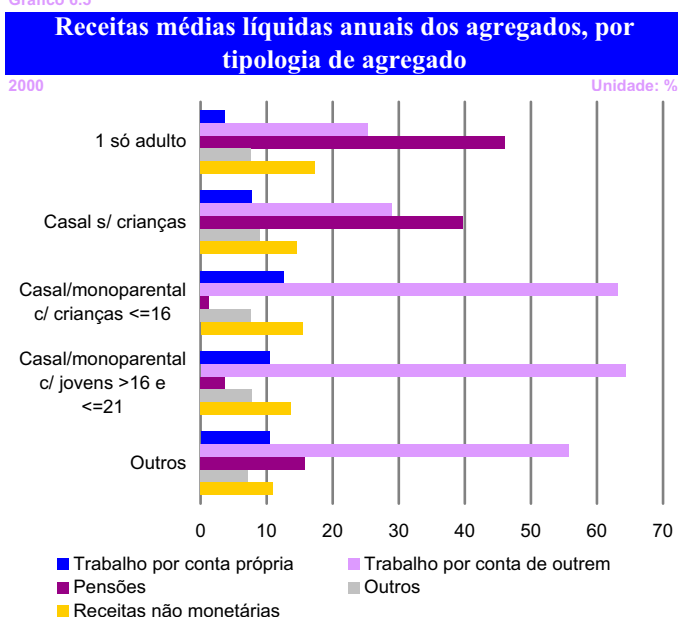
Receitas médias líquidas anuais dos agregados, por nível de instrução do representante do agregado						
	1989		1995		2000	
	€	índice	€	índice	€	índice
Total	6 352	100,0	12 615	100,0	16 189	100,0
Nenhum	3 713	59,5	6 441	51,1	8 181	50,5
Básico	6 302	99,7	11 421	90,5	15 622	96,5
Secundário	9 978	152,1	20 528	162,7	26 057	161,0
Superior	14 928	229,6	35 399	280,6	42 579	263,0

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Continuando a análise das receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, tendo agora em conta a tipologia de agregado, verifica-se que as duas principais fontes de rendimento são o trabalho por conta de outrem para as famílias com crianças e as pensões para os agregados sem crianças a cargo.

Provando esta afirmação, em 2000, as pensões representavam cerca de 46% do total das receitas médias dos agregados compostos por um só adulto e cerca de 40% para os compostos por um casal sem crianças. Por outro lado, as receitas provenientes do trabalho por conta de outrem têm um peso que ronda os 60% para os agregados com crianças com idade inferior a 16 anos ou jovens entre os 16 e os 21 anos de idade.

Gráfico 6.5



Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS

A desigualdade na distribuição do rendimento afecta países em diferentes estádios de desenvolvimento

Um dos indicadores usualmente calculado para aferir sobre a distribuição do rendimento é o rácio S80/S20 que revela a parte do rendimento total recebida pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte auferida pelos 20% de menores rendimentos.

Uma análise comparativa com os restantes membros da União Europeia deixa Portugal no último lugar do ranking para todos os anos considerados, alcançando valores sempre acima dos 6 pontos percentuais. A Espanha e a Grécia ocupam posições ligeiramente melhores, mas a desigualdade na distribuição do rendimento é também característica de países mais desenvolvidos no contexto europeu, como o Reino Unido e a Itália.

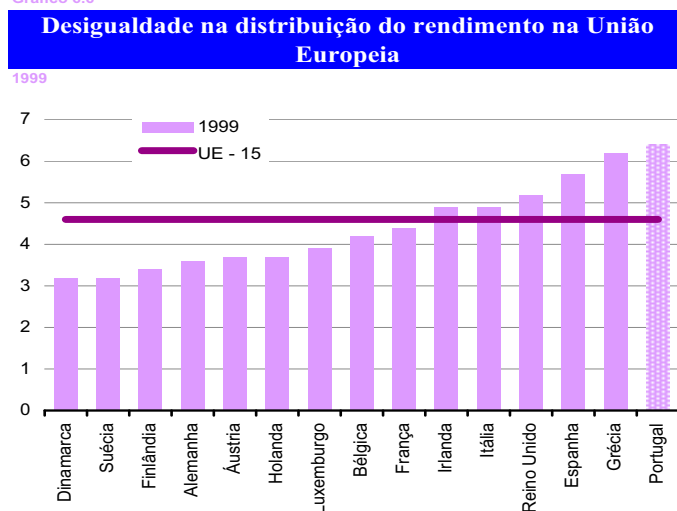
Quadro 6.9

Rácio S80/S20						
	1994	1995	1996	1997	1998	1999
UE - 15	5,7	5,1	4,8	4,7	4,6	4,6
Alemanha	4,7	4,6	4,1	3,7	3,6	3,6
Austria	x	4,0	3,8	3,6	3,5	3,7
Bélgica	4,6	4,5	4,2	4,1	4,0	4,2
Dinamarca	3,2	3,1	3,0	2,9	3,1	3,2
Espanha	6,1	5,9	6,0	6,5	5,9	5,7
Finlândia	x	x	3,1	3,1	3,3	3,4
França	5,7	4,5	4,3	4,4	4,2	4,4
Grécia	7,6	6,5	6,3	6,6	6,5	6,2
Holanda	3,8	4,2	4,4	3,6	3,6	3,7
Irlanda	4,8	5,1	5,1	5,0	5,2	4,9
Itália	6,1	5,9	5,6	5,3	5,1	4,9
Luxemburgo	4,9	4,3	4,0	3,6	3,7	3,9
Portugal	8,3	7,4	6,7	6,7	6,8	6,4
Reino Unido	6,4	5,2	5,0	4,7	5,2	5,2
Suécia	x	x	x	3,1	3,4	3,2

Fonte: Eurostat - Indicadores estruturais

Os países nórdicos são de longe os que menor desigualdade apresentam na distribuição do rendimento. Para 1999, os valores encontrados situam-se na ordem dos 3,2 para a Dinamarca e Suécia, contra uma média europeia de 4,6.

Gráfico 6.6



Fonte: Eurostat – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

O limiar de baixos rendimentos aqui apresentado para 1996 confirma a posição menos favorecida de Portugal no contexto europeu: definido em paridade de poder de compra (PPC), este limiar varia, na União Europeia, entre 3 800 para Portugal e 11 400 para o Luxemburgo, seguido pela Dinamarca com 7 900 PPC¹.

Nas piores “classificações”, Portugal é acompanhado pela Grécia e Espanha, cuja linha de pobreza alcançava, em 1996, 4 300 e 4 500 PPC, respectivamente.

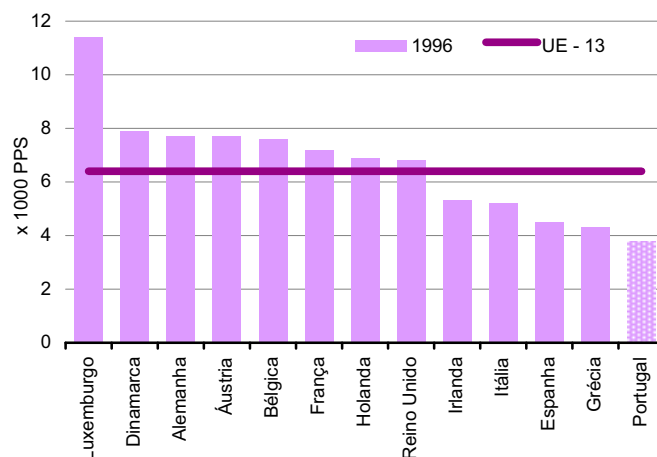
Relativamente à percepção que os indivíduos têm sobre a sua situação económica num dado período, quando comparada com a de há um ano atrás, a maioria tende a afirmar, em 1999, que a condição se manteve. A análise de 1995 a 1999 permite ainda verificar que são cada vez mais os indivíduos que declaram que a situação se manteve (56% em 1995 e 63% em 1999) ou melhorou mesmo.

A percentagem de indivíduos que declara que a sua situação se deteriorou decresce também no período considerado: cerca de 8 p.p. para aqueles que afirmam estar “um pouco pior” e 3 p.p. para os que atestam “claramente pior”.

Gráfico 6.7

Limiar de baixos rendimentos para alguns países da União Europeia

1996

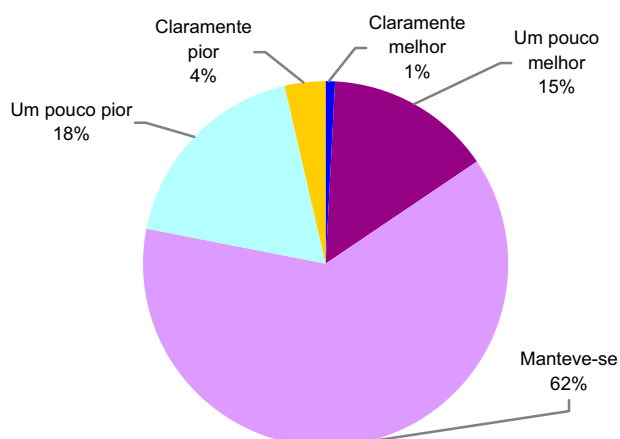


Fonte: Eurostat – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

Gráfico 6.8

Percepção dos indivíduos quanto à situação económica actual em Portugal

1999



Fonte: INE – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

AS DESPESAS**Portugueses menos reticentes quanto à compra de bens que envolvam quantias elevadas**

Confirmando esta realidade, os portugueses que afirmavam ser um momento desfavorável à compra de bens envolvendo quantias elevadas² passam de 64% em 1995 para 45% em 1999. Esta variação de 19 p.p. traduz-se num acréscimo de 7 p.p. para os que alegavam ser um momento favorável e de 12 p.p. para os que afirmavam não ser favorável nem desfavorável.

É, no entanto, ainda óbvio que os portugueses consideram, na sua maioria, que o momento (1999) não é propício à compra de bens envolvendo grandes quantias – no total, apenas 12% dos indivíduos consideram o momento favorável.

Quadro 6.10

Percepção do momento quanto à compra de bens envolvendo quantias elevadas					
	1995	1996	1997	1998	1999
Favorável	5,0	6,0	8,9	12,4	12,1
Nem favorável nem desfavorável	31,0	35,4	39,1	43,8	42,5
Desfavorável	64,0	58,6	52,1	43,8	45,4

Fonte: Eurostat - PEADP

Se observarmos o comportamento dos agregados familiares no tocante à capacidade de fazer face a despesas e encargos (entre 1995 e 1999), cerca 40% das famílias portuguesas afirma ter alguma dificuldade em consegui-lo.

No período analisado, não existem diferenças de fundo na percentagem de agregados afecta a cada uma das opções, sendo, no entanto, de notar que a opção “com grande dificuldade” acusa o maior decréscimo - menos 2,1 p.p. de 1995 para 1999 – e “com alguma facilidade” o maior acréscimo (mais 1,5 p.p.), o que nos remete para uma melhoria da conjuntura económica dos agregados naquele período.

Quadro 6.11

Capacidade dos agregados de fazer face a encargos e despesas					
	1995	1996	1997	1998	1999
Com grande dificuldade	17,2	17,5	17,0	16,4	15,0
Com dificuldade	22,7	20,9	22,9	21,8	22,3
Com alguma dificuldade	39,0	39,8	37,6	39,7	39,8
Com alguma facilidade	16,5	16,9	18,0	16,9	18,0
Com facilidade	3,8	4,2	3,7	4,6	4,6
Com grande facilidade	0,7	0,8	0,8	0,5	0,3

Fonte: Eurostat - Painei Europeu de Agregados Domésticos Privados

Portugal recupera face à média europeia

Analisando a taxa de pobreza antes das transferências sociais³, para Portugal, em comparação com a União Europeia, constatamos uma ligeira aproximação do nosso país à média europeia. A redução da diferença entre 1997 e 1998 para essa taxa deve-se à melhoria de Portugal, já que aquela média se mantém nos 26%.

Quadro 6.12

Taxa de pobreza antes e depois das transferências sociais				
	1997		1998	
	antes	depois	antes	depois
UE - 15	26	17	26	18
Portugal	29	24	27	20

Fonte: Eurostat - Indicadores Estruturais

A incidência das transferências sociais torna-se mais eficaz no ano de 1998, permitindo uma redução na taxa de pobreza na ordem dos 4 p.p., relativamente a 1997. Assim, Portugal deixa de se situar no último lugar da tabela quando comparado com os restantes países da União, para ultrapassar, em 1998, a Grécia e o Reino Unido.

A melhoria relativa de Portugal contrasta com a situação de países como a Alemanha que, de 1997 para 1998, vê aumentar em 3 pontos percentuais o número de agregados persistentemente pobres, ou a França e Itália que registam um acréscimo de 2 pontos percentuais

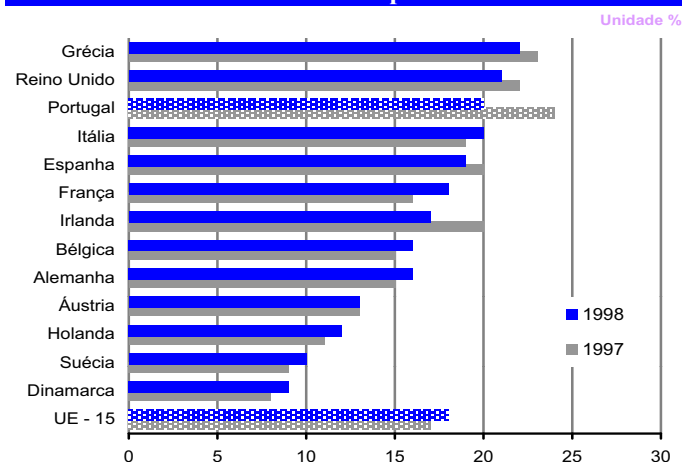
A persistência de baixos rendimentos identifica a percentagem de agregados que estão em situação de pobreza no corrente ano e em pelo menos dois dos três anos precedentes. A média da União Europeia ronda os 10%, sendo Portugal o país membro que mais uma vez apresenta os piores resultados, atingindo 17% em 1997. Não obstante, no ano seguinte, reduz-se essa percentagem para 16%. A Grécia surge uma posição acima com 14% em 1998, seguida do Reino Unido e Irlanda com 11% no mesmo ano. No topo, a Dinamarca alcança 3% em 1998, seguida pela Holanda que regista 5% de agregados persistentemente pobres.

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG)⁴, actualmente designado por Rendimento Social de Inserção, é um instrumento de combate a situações de pobreza e exclusão social. Os seus critérios de elegibilidade estão orientados para que indivíduos e famílias em situação de grave carência económica sejam beneficiados.

Criado em 1996, o RMG tem vindo a beneficiar um número cada vez maior de indivíduos, embora o ritmo de crescimento abrande de ano para ano. Em 2001, eram 139 441 as famílias beneficiárias desta prestação, num total de 404 261 indivíduos.

Gráfico 6.9

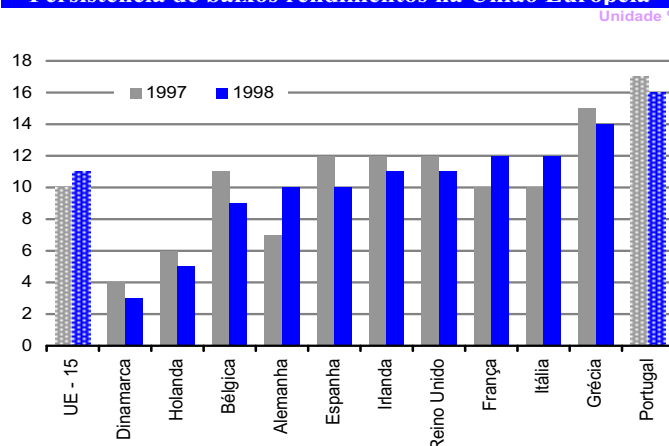
Taxa de pobreza depois das transferências sociais na União Europeia



Fonte: Eurostat – Indicadores Estruturais

Gráfico 6.10

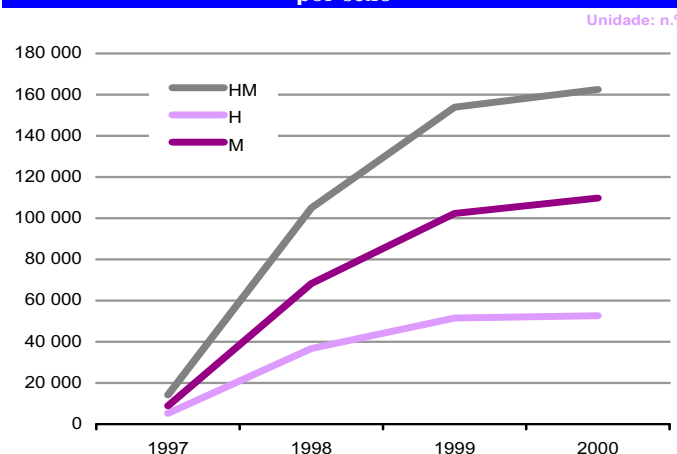
Persistência de baixos rendimentos na União Europeia



Fonte: Eurostat – Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

Gráfico 6.11

Indivíduos titulares do Rendimento Mínimo Garantido, por sexo



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

“Educação” é a classe de consumo onde os preços apresentam a maior variação

O consumo das famílias é naturalmente influenciado pelo nível de preços, cuja evolução se apresenta no quadro 6.13. Em 2001, várias classes se situavam abaixo do índice total, sendo de destacar as “Comunicações” (a 26,7 pontos percentuais) e “Vestuário e Calçado” (a 11 p.p.). Por outro lado, a “Educação” destaca-se por apresentar um valor consideravelmente superior ao total: 137,4.

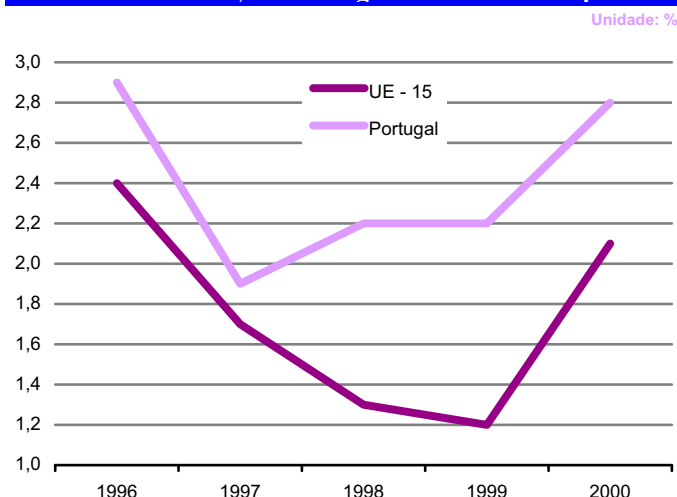
Quadro 6.13

Índice de Preços no Consumidor (1997 = 100)					
	1997	1998	1999	2000	2001
Total geral	100,0	102,7	105,1	108,1	112,8
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	100,0	103,5	105,7	108,0	115,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	100,0	104,9	112,5	113,4	117,1
Vestuário e calçado	100,0	99,0	99,4	100,2	101,7
Habituação, água, electricidade, gás	100,0	102,7	103,6	107,5	111,7
Mobiliário, acessórios para lar, equipamento	100,0	102,1	104,4	106,4	109,8
Saúde	100,0	104,6	108,9	112,3	116,4
Transportes	100,0	102,5	105,4	110,5	115,9
Comunicações	100,0	96,1	92,6	88,1	86,1
Lazer, recreação e cultura	100,0	99,7	100,4	101,2	103,4
Educação	100,0	118,7	124,5	130,7	137,4
Hóteis, cafés e restaurantes	100,0	103,4	106,3	110,2	114,8
Outros bens e serviços	100,0	103,5	107,4	112,1	118,2

Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

Gráfico 6.12

Variação anual média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat – “Eurostat Yearbook 2002”

O início da década de 1990 foi marcado por um processo de desinflação que se prolonga até 1997. De facto, se atentarmos nos valores para os indicadores de inflação, observamos um decréscimo progressivo da taxa de variação média desde 1992 até 1997, quando atingiu os 2,3%.

A variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da União Europeia revela uma tendência decrescente até 1999, enquanto o índice nacional regista, logo em 1998, um aumento face ao ano anterior. Portugal apresenta invariavelmente uma subida mais acentuada de preços, excepto em 2000, quando regista uma variação de 0,6% contra uma variação de 0,9% no IHPC europeu.

Quadro 6.14

Taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor – total											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total IPC	12,0	9,5	6,8	5,4	4,2	3,1	2,3	2,8	2,3	2,9	4,4

Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor

Habituação é a categoria de despesa com maior peso nos orçamentos familiares dos portugueses

O consumo das famílias traduz-se no seu nível de despesa que atingiu, a nível nacional, e em 2000, o valor médio de 13 828 euros. Uma análise a preços correntes mostra-nos que, de 1995 para 2000, a classe de despesa “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” cede pela primeira vez a primazia, em termos de posição relativa no conjunto da despesa, a “Habituação, despesas com água, electricidade, gás e combustíveis”.

Já uma análise a preços de 2000, e segundo a COICOP⁵, a categoria de despesa com maior peso em 1995 e 2000, é “Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis”, representando 21% e 20% do total de despesa média nacional, respectivamente. Esta classe é seguida bem de perto por “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” que recolhe, para os anos referidos, 20% e 19% do total das despesas.

Uma análise evolutiva permite aferir sobre o forte crescimento da rubrica “Comunicações”, com uma taxa de crescimento real entre 2000 e 1995 situada nos 111%, facto que se deve associar à expansão do uso de telemóveis no nosso país.

De salientar o decréscimo do peso da primeira categoria – “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” - no conjunto das despesas nacionais: menos 4 pontos percentuais face a 1995.

Quadro 6.15

Despesas médias anuais dos agregados por classes COICOP, a preços de 2000

	1995		2000		Tx cresc. real
	€	%	€	%	
Total	13 247	100,0	13 828	100,0	4
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2 686	20,3	2 579	18,7	-4
Bebidas alcoólicas e tabaco	393	3,0	391	2,8	-1
Vestuário e calçado	743	5,6	912	6,6	23
Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	2 744	20,7	2 734	19,8	0
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	868	6,5	989	7,2	14
Saúde	659	5,0	719	5,2	9
Transportes	2 144	16,2	2 070	15,0	-3
Comunicações	214	1,6	451	3,3	111
Lazer, distração e cultura	461	3,5	663	4,8	44
Ensino	179	1,4	175	1,3	-2
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	1 230	9,3	1 307	9,5	6
Outros bens e serviços	926	7,0	837	6,1	-10

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

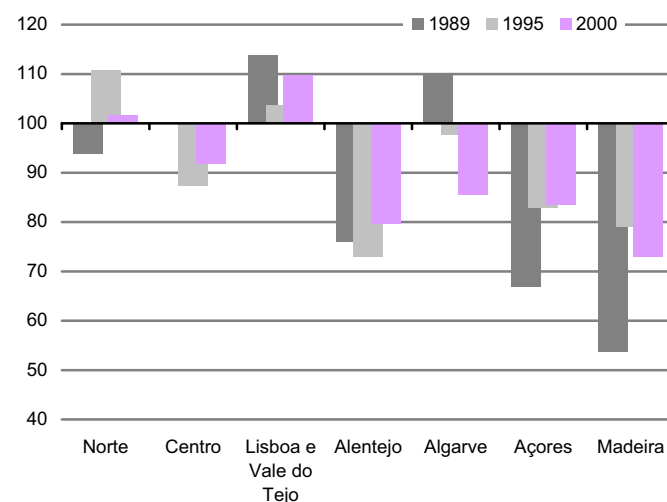
Região Autónoma da Madeira regista os mais baixos valores de despesa média dos agregados familiares

Uma análise regional das despesas médias das famílias, e assumindo Portugal como base, permite concluir que Lisboa e Vale do Tejo é a região com maiores despesas por agregado, situando-se cerca de 10% acima da média nacional em 2000. A Região Autónoma da Madeira é a que regista os valores mais abaixo da média do país, despendendo apenas 73% da despesa média nacional.

Em termos per capita a situação mantém-se, mas a disparidade regional aumenta: Lisboa e Vale do Tejo ultrapassa, mais uma vez, a média nacional (mais 10% e 19%, respectivamente, em 1995 e 2000) e a Madeira situa-se mais aquém da mesma: 63% no último ano.

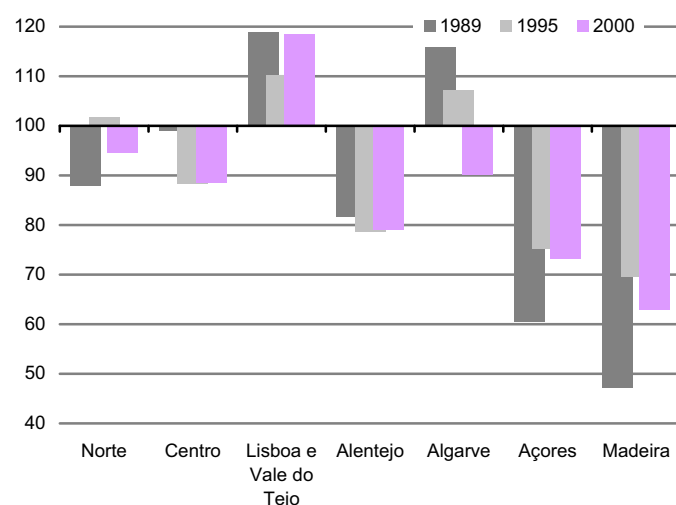
Gráfico 6.13

Despesa média anual dos agregados, por região NUTS II (Portugal = 100)



Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráfico 6.14

**Despesa média anual dos agregados, per capita, por região
NUTS II (Portugal = 100)**


Fonte: INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares

Tendo em conta a principal fonte de rendimento, as despesas médias dos agregados familiares em Portugal sofreram algumas modificações de 1995 para 2000. De facto, quando a principal fonte de receita é o trabalho por conta de outrem, a categoria de despesa que apresenta maior peso é, em 1995, “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, com 20% do total; em 2000 passa a ser “Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis”, representando 18% no conjunto das despesas médias.

A mesma situação se verifica para os agregados cuja principal fonte de receita é o trabalho por conta própria. Para os agregados em que a Assistência Social tem o maior papel, a primeira classe de despesa ainda é a mais importante em 2000,

alertando para o facto de talvez nem todas as necessidades básicas estarem já satisfeitas e não se orientar o consumo para outro tipo de bens (como aconteceu para os dois primeiros grupos de agregados analisados). Para estes agregados, “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” representa 27% e 28% do total das despesas médias em 1995 e 2000, respectivamente.

A mesma situação se verifica para as famílias que têm como principal fonte de receita as Pensões, orientando 28% e 25% das suas receitas (em 1995 e 2000, respectivamente) para a primeira classe de despesa da COICOP.

Quadro 6.16

Estrutura das despesas médias anuais dos agregados segundo a principal fonte de rendimento

Unidade: %

	1995	2000	1995	2000	1995	2000	1995	2000	1995	2000
	Trabalho por conta de outrem	Trabalho por conta própria	Trabalho por conta própria	Trabalho por conta própria	Assistência Social	Assistência Social	Pensões	Pensões	Outras	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	20,2	17,4	21,0	16,2	27,1	27,7	28,2	24,8	16,9	17,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	3,1	3,1	2,6	2,3	4,9	3,5	2,7	2,3	2,1	2,7
Vestuário e calçado	6,6	7,2	6,6	6,5	5,4	4,9	5,5	5,5	5,6	6,0
Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	19,1	17,6	17,8	18,5	18,5	20,2	22,3	22,8	26,8	23,9
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	6,9	7,1	6,3	7,0	9,0	3,6	6,3	7,5	6,7	7,3
Saúde	4,1	4,1	3,8	3,9	6,0	6,8	7,5	10,1	4,3	4,6
Transportes	16,2	16,6	20,0	18,3	10,0	..	9,6	7,9	15,4	14,9
Comunicações	1,8	3,2	2,3	3,9	1,8	3,7	2,5	3,5	1,8	2,9
Lazer, distração e cultura	4,2	5,4	3,1	4,7	2,9	3,7	2,8	3,7	3,0	4,0
Ensino	1,6	1,7	1,2	1,4	0,2	..	0,4	..	1,0	1,0
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	9,9	10,4	8,8	10,4	7,1	5,9	5,9	6,3	9,8	9,1
Outros bens e serviços	6,4	6,2	6,6	7,1	7,1	5,3	6,2	5,2	6,7	5,9

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Os produtos alimentares, a habitação e os transportes são as classes de despesa que ocupam os lugares de topo em 1995 e 2000, qualquer que seja a categoria socio-económica do representante do agregado.

No ano de 2000, os agregados familiares cujo representante é trabalhador por conta de outrem que não operário gastam em média 3 868 euros em habitação, o que representa cerca de 19% do total das suas despesas. Já as famílias com um representante trabalhador por conta de outrem – operário – despendem em média 2 958 euros em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, consagrando assim 20% das suas despesas a esse item. Esta

categoria é igualmente a de maior peso para os agregados cujo representante é desempregado ou reformado, respectivamente 22% e 23% do total de despesa média para esses grupos.

Quadro 6.17

Estrutura das despesas médias dos agregados segundo a categoria socio-económica do representante do agregado							
2000	Unidade: %						
	Trab. conta outrem Operários	Trab. conta outrem Outros	Trab. conta própria exc. Agricultura	Trab. conta outrem ou conta própria agricultura	Desempregados	Reformados	Outros Inactivos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	20,4	14,3	15,5	24,5	21,8	23,1	18,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	3,6	2,5	2,0	3,5	4,9	2,8	2,7
Vestuário e calçado	7,1	6,9	6,7	6,2	5,7	5,9	6,4
Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	18,3	18,6	18,9	17,5	21,3	22,6	21,8
Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	6,8	7,5	7,4	6,3	5,9	6,9	7,8
Saúde	4,3	3,6	4,0	4,7	3,9	8,5	6,4
Transportes	15,9	16,5	17,7	18,7	13,4	10,5	13,5
Comunicações	2,9	3,4	3,7	2,8	3,1	3,2	3,6
Lazer, distração e cultura	4,3	6,5	4,5	3,8	4,8	3,7	3,9
Ensino	1,0	2,4	1,6	..	..	0,3	..
Hóteis, restaurantes, cafés e similares	9,7	11,0	11,0	6,4	8,7	7,2	8,7
Outros bens e serviços	5,7	6,7	7,0	4,6	5,5	5,3	6,2

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Endividamento aumenta desde o início dos anos 90

Desde o início dos anos 90 que o endividamento das famílias portuguesas tem vindo a aumentar, atingindo, em 2001, valores perto do total do seu rendimento disponível. O forte crescimento do consumo na última década deve-se, em boa parte, à facilidade que os agregados familiares tiveram em contrair empréstimos. Não é só para construção ou aquisição de habitação que os portugueses se endividam, recorrendo muitas vezes ao crédito para consumo – conceito que se desenvolveu muito na década de 90.

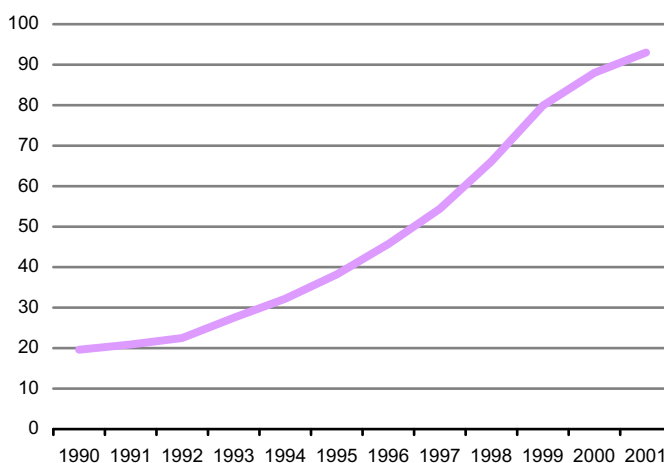
Entre 1994 e 2001 o número de contratos realizados para a concessão de crédito à habitação quase duplicou, atingindo, no último ano em análise, o total de 153 134 contratos. Dentro destes, o maior crescimento deve-se aos contratos de Regime Geral, que de 40 570 acordos em 1994 passam a 85 783 em 2001.

Em valor, o total de contratos em 2001 ascende aos 9 866 milhões de euros, indicando uma variação nominal de 227% face a 1994, quando o mesmo valor ascendia aos 3 015 milhões de euros.

De notar o decréscimo, nos empréstimos contratados, no valor de 1 532 milhões de euros de 1999 para 2000 – a maior descida da série apresentada, o que se pode dever à subida das taxas de juro. Os regimes bonificados – Jovem e Outros – foram os maiores responsáveis por esta descida quer em valor quer em número de contratos celebrados, passando de 226 593 acordos em 1999 para 175 113 em 2000.

Gráfico 6.15

Endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível



Fonte: Banco de Portugal

Em 2001, a proporção de alojamentos ocupados pelo proprietário ascendia aos 75%, denotando uma acentuada tendência de aquisição de habitação, sobretudo desde o início da década, quando esse valor era de 65%, aproximadamente.

Quadro 6.18

Montante dos contratos de concessão de crédito à habitação								
Unidade: 10 ⁶ euros								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	3 015	3 695	4 923	6 945	10 474	11 988	10 456	9 866
Regime Bonificado Jovem e outros	1 498	1 978	2 892	4 260	6 678	6 028	4 422	4 251
Regime Geral	1517	1717	2031	2686	3796	5961	6035	5615

Fonte: Direcção Geral do Tesouro

O crescimento notável do número de alojamentos habitados pelo proprietário na década de 90 deve-se, em grande parte, a políticas governamentais de bonificação das taxas de juro dos empréstimos para construção e aquisição de habitação e à diminuição das taxas de juro. Já os alojamentos arrendados representam 21% do total em 2001, diminuindo face a 1991, quando o seu peso ascendia aos 28%.

A maior facilidade no acesso ao crédito tem, obviamente, consequências nos encargos que os proprietários suportam: em 2001, 31% dos alojamentos ocupados pelo proprietário geram encargos inerentes à sua aquisição, quando em 1991 esta proporção era de 22%.

A média dos encargos mensais resultantes da aquisição de habitação ronda, em 2001, os 300 euros. Mais de 50% dos alojamentos ocupados pelo proprietário têm encargos superiores a 249 euros. Já a renda média nacional situa-se à volta dos 125 euros, sendo que quase metade (48%) dos alojamentos arrendados e subarrendados paga menos de 60 euros de renda.

O CONFORTO

A importância da habitação para as famílias portuguesas

A habitação representa, em 2000, a classe de despesa de maior importância para os agregados familiares portugueses, reunindo 20% do total de despesa média anual. Dentro da classe "Habitação", os arrendamentos efectivos⁶ contribuem com a maior variação de 1995 para 2000: 60%, em termos nominais. A rubrica com maior peso nesta classe são os arrendamentos fictícios⁷, que representam, nesse ano, 1 591 euros, isto é, cerca de 12% do total da despesa média das famílias portuguesas.

Já a reparação e conservação do alojamento regista a maior quebra nominal em 2000: menos 10% relativamente a 1995, contrastando com o facto de ter sido a categoria de maior crescimento entre 1990 e 1995. Assim, dos 2 734 euros de despesa média anual dos agregados em Habitação, apenas 213 euros eram consagrados, em 2000, à reparação e conservação da mesma.

Quadro 6.19

Despesas médias anuais dos agregados familiares em habitação, aquecimento e iluminação a preços correntes		
Unidade: euros		
	1995	2000
Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	2 382	2 734
Arrendamentos efectivos	170	272
Arrendamentos fictícios	1 451	1 591
Reparação e conservação da habitação	235	213
Outros serviços relacionados com a habitação	104	153
Electricidade, gás e outros combustíveis	422	505

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Igualmente relacionadas com o alojamento estão as despesas em “Móveis, artigos de decoração e equipamento doméstico” que representam, em 2000, 7% do total das despesas médias dos agregados. Não deixa de ser curioso reparar que este tipo de despesa é superior ao valor médio despendido em Ensino (1%), Saúde (5%) ou Comunicações (3%), tendo verificado um crescimento real de cerca de 14% entre 1995 e 2000.

Quadro 6.20

Despesas médias anuais dos agregados familiares em móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção a preços correntes		
	Unidade: euros	
	1995	2000
Móveis, art. de decoração, equipam. doméstico e despesas correntes de manutenç. da habitação	773	989
Móveis, artigos de decoração, tapetes e outros revestim. de chão; reparação	294	306
Artigos domésticos à base de têxteis; reparação	82	108
Equipamento doméstico de base; reparação	128	141
Loiças, vidros, cristais e utensílios domésticos	37	50
Ferramentas e equipamento para casa e jardim	14	13
Bens e serviços para manutenção corrente da habitação	219	372

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Cerca de 57% dos edifícios existentes em 2001 foram construídos nas últimas três décadas

Parte importante (38%) dos edifícios nacionais recenseados em 2001 foi construída entre 1971 e 1990, enquanto que, na década de 90, o parque habitacional foi renovado em 19%. Assim, cerca de 57% dos edifícios existentes em 2001 foram construídos nas últimas três décadas. O envelhecimento do parque habitacional dita a necessidade de reparações que, segundo dados dos Censos 2001, atingia 38% dos edifícios.

Quadro 6.21

Edifícios segundo o ano de construção		
	N.º	%
Total	3 149 973	100
Antes de 1919	287 643	9
De 1919 a 1945	335 280	11
De 1946 a 1970	740 495	24
De 1971 a 1990	1 187 423	38
De 1991 a 2001	599 132	19

Fonte: INE - Censos 2001

Aumentam os alojamentos com acesso a comodidades básicas

Do total de edifícios no país em 2001 (3 149 973), é a região Norte que reúne a maior parte deles, num total que ronda os 35%. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são as que, naturalmente, apresentam as menores fatias com, respectivamente, 2,4% e 2,8% do total de edifícios nacionais. No entanto, o número de alojamentos é superior na região de Lisboa e Vale do Tejo: cerca de 36% do total nacional.

Em 2001, do total de alojamentos familiares de residência habitual, 3 449 407 (97%) tinham sistema de esgotos, quase 100% possuía electricidade e a água canalizada abrangia 3 473 826 habitações (cerca de 97%). Relativamente a 1991, a rede de esgotos apresenta a mesma capacidade, mas há diferenças de registo no caso da electricidade que, no início da década, abrangia 97,7% dos alojamentos.

Agregados familiares possuem cada vez mais bens para conforto

O conforto dos agregados familiares é igualmente avaliado pela disponibilidade de bens de equipamento. Neste aspecto, há diferenças visíveis entre 1995 e 2000 para alguns bens específicos. É o caso indiscutível do telemóvel que varia 45% entre esses dois anos, passando a existir para 47% dos agregados portugueses. Também o microondas, o leitor de Cd e a posse de TV cabo apresentam crescimentos importantes: 22%, 20% e 19%, respectivamente.

Por outro lado, a máquina de costura e o rádio (isolado) apresentam um crescimento negativo na ordem dos 5%. Para além das comodidades presentes no interior do alojamento por responsabilidade dos agregados, também o conforto pode ser providenciado pela Administração Pública, através do abastecimento domiciliário de água e de sistemas de drenagem das águas residuais. Esta matéria é desenvolvida no Capítulo 9 – Ambiente.

Quadro 6.22

Disponibilidade de equipamentos nos agregados familiares			Unidade: %
	1995	2000	
Antena parabólica	8	11	
Arca congeladora	54	54	
Automóvel	52	60	
Computador com ligação à Internet		14	
Computador sem ligação à Internet	10	9	
Fogão	99	99	
Frigorífico	95	97	
Leitor de CD's	18	38	
Máquina de costura	48	43	
Máquina de lavar loiça	13	17	
Máquina de lavar roupa	73	82	
Micro-ondas	12	33	
Rádio	90	85	
Telefone	72	76	
Telemóvel	2	47	
Televisão	96	98	
TV Cabo	x	19	
Video-gravador	41	50	

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

PARA SABER MAIS...

Inquérito aos Orçamentos Familiares

No decorrer do ano de 2000 foi realizado, por entrevista directa, junto de cerca de 10 000 agregados familiares, o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). Esta operação estatística tem sido realizada com uma periodicidade aproximadamente quinquenal, tendo por objectivos prioritários a actualização das estruturas de despesa dos agregados familiares e, ainda, a obtenção de informação sobre rendimento e condições de conforto das famílias.

A obtenção deste tipo de informação por parte do Instituto Nacional de Estatística iniciou-se em 1967/68, tendo prosseguido em 1973/74, 1980/81, 1989/90 e 1994/95.

Nesta publicação inclui-se apenas informação de carácter geral, habitualmente, mais solicitada ao INE. Resultados mais detalhados, bem como informação metodológica sobre as características deste inquérito, poderão ser consultados na publicação específica do Inquérito aos Orçamentos Familiares - 2000.

Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

Inquérito por amostragem, de periodicidade anual, em vigor no período de 1995 a 2001, que permite a análise a nível micro dos agregados. É uma fonte importante de informação longitudinal que possibilita uma análise de variáveis distintas como o Rendimento, o Trabalho e outros aspectos das Condições de Vida dos agregados familiares, designadamente a Pobreza e a Exclusão Social.

Notas

¹ PPC – Paridade de Poder de Compra é uma medida que permite comparações internacionais directas, pelo facto de converter diferentes moedas nacionais numa unidade de poder de compra equivalente (tendo em conta diferenças no nível de vida entre os países considerados).

² Incluem-se todos os bens, excepto habitação.

³ O indicador “taxa de pobreza antes das transferências sociais” aqui apresentado contempla o rendimento original, incluindo pensões sociais, antes das restantes transferências sociais.

⁴ Para mais detalhe ver Capítulo 8 – Protecção Social.

⁵ COICOP – Classificação do Consumo Individual por Objectivos.

⁶ Rendas pagas pelos indivíduos, enquanto arrendatários, pela ocupação do alojamento.

⁷ Rendas imputadas a alojamentos ocupados, pelos proprietários dos mesmos.



PROTECÇÃO SOCIAL

A observação dos dados relativos à protecção social, inseridos neste capítulo, confirma duas grandes tendências: por um lado, a continuação de uma melhoria real no conjunto das suas funções, fruto de um crescimento sustentado das despesas e, por outro lado, uma ligeira, mas continuada alteração da estrutura da despesa por grupo de funções, o que indicia futuras configurações, mais próximas do padrão médio da União Europeia.

As despesas têm evoluído mais rapidamente que o Produto Interno Bruto, quer globalmente, quer per capita. Este crescimento sustentado corresponde, por um lado, a um bom momento do crescimento da economia portuguesa no período 95-99 e, por outro lado, a medidas governamentais orientadas para uma progressiva extensão dos benefícios, especialmente nas áreas da saúde e da exclusão social.

Neste período e neste domínio acentuou-se o processo de convergência com a União Europeia, graças a um crescimento das despesas superior à média europeia, o que se justifica, amplamente, dado o atraso que ainda se verifica neste domínio. Paralelamente ao esforço de abrangência em novas áreas, privilegiando as funções em matéria de protecção à família e de luta contra a pobreza e a exclusão social, foram dados alguns passos no sentido da modernização institucional do sistema, em

Vítor Martins,
Universidade Técnica
de Lisboa, Instituto
Superior de Economia
e Gestão, Centro de
Investigação Sobre
Economia Portuguesa

particular com o início da reforma da Segurança Social e com a aplicação de medidas de racionalização no sistema de saúde.

O financiamento da protecção social não tem apresentado, no passado recente, problemas graves de desequilíbrio; em 1999, houve mesmo um ligeiro superavit. Esta particularidade do sistema de protecção social português resulta de factores conjunturais associados a indicadores económicos favoráveis dos últimos anos, à baixa taxa de desemprego e ao facto do sistema ter uma participação elevada de financiamento público. Além disso, o valor médio da prestação, nas funções de Segurança Social e de exclusão é ainda de nível pouco elevado.

O desempenho global do sistema nos anos noventa não é de molde a iludir os problemas futuros que serão muito semelhantes aos que preocupam, actualmente, os sistemas de protecção social na União Europeia. A médio prazo, em termos de equilíbrio financeiro, será de esperar uma degradação acentuada das contas do sistema de protecção social português, motivada por factores demográficos, económicos e sociais, que foram já identificados em estudos prospectivos sobre a sustentabilidade financeira do Sistema de Segurança Social. A pressão situar-se-á não só do lado das despesas, mas também do lado do financiamento.

O aumento da despesa em pensões de velhice e sobrevivência será uma consequência de dois efeitos: a diminuição da relação entre activos e pensionistas, resultante do envelhecimento da população e o aumento significativo da pensão média, em consequência do aumento médio das carreiras contributivas.

As despesas de saúde continuarão a crescer a um ritmo elevado sob o efeito do envelhecimento da população e, também, induzidas por novas necessidades às quais o sistema será confrontado, tais como as doenças infecciosas e crónicas.

A proporção da despesa dirigida à luta contra a pobreza e contra a exclusão social, bem como à função de protecção à família, embora não representando, actualmente, uma fatia importante das despesas do sistema, tenderá a assumir maior importância, perante as alterações previsíveis do mercado de trabalho e, também, para dar sequência às orientações aprovadas a nível da União Europeia nas cimeiras de Lisboa, Gotemburgo e Nice.

O financiamento do sistema de protecção social constituirá o principal problema a resolver no médio prazo, não só na sua estrutura, mas também na pressão para o seu aumento.

A parte de financiamento público não poderá crescer ao mesmo ritmo do passado, limitada pelo imperativo de equilíbrio orçamental, face a compromissos assumidos no quadro da União Europeia.

As contribuições das empresas encontram-se já a um nível elevado, difícil de sustentar, dadas as exigências de competitividade num mercado aberto e global. Da mesma forma, o peso actual das contribuições e a elevada carga fiscal sobre as famílias não poderão ser agravados sem consequências negativas sobre a evolução dos salários e do consumo privado.

O desafio de médio prazo que o sistema de protecção social português vai enfrentar, será, por isso, muito exigente: manter e, se possível, aumentar os níveis de protecção social, tendo em conta as restrições de financiamento. Uma tarefa cujo sucesso depende de políticas de reforma muito ambiciosas que tenham em conta, ao mesmo tempo, um nível elevado de protecção social e uma justa repartição dos encargos.

PROTECÇÃO SOCIAL

Receitas de Protecção Social superam as despesas em 1999

As receitas de protecção social ascenderam a 26 116 milhões de euros, em 1999, traduzindo um aumento de 17 054 milhões de euros, relativamente a 1990.

O ano de 1999 caracterizou-se pela cobertura das despesas de protecção social pelas suas receitas, acontecimento que não se verificava desde 1996, sendo consequência do crescimento médio anual das receitas (17,7%) ter sido superior ao das despesas (11,2%).

Dos 26 115 941 milhares de euros totalizados em receitas de protecção social, em 1999, salientam-se as contribuições públicas como principal fonte de receita (38,7%). No que diz respeito às restantes receitas, as “quotizações da entidade patronal” representaram 26%, enquanto as “quotizações da entidade protegida” recolhem cerca de 16%.

De 1995 a 1999 as quotizações sociais (da entidade patronal e da pessoa protegida) foram sempre a principal componente das receitas de protecção social, excepto em 1996, quando as contribuições públicas somaram 41,4% do total das receitas, mais 0,7% que as quotizações sociais.

As despesas de protecção social totalizaram, em 1999, cerca de 25 853 milhões de euros, (mais 17 308 milhões de euros do que em 1990). Desse montante, constata-se que foram despendidos 21 341 milhões de euros em prestações sociais, representando cerca de 82,5% do total. Os restantes 17,5% repartiram-se entre custos de funcionamento, outras despesas e transferências entre regimes.

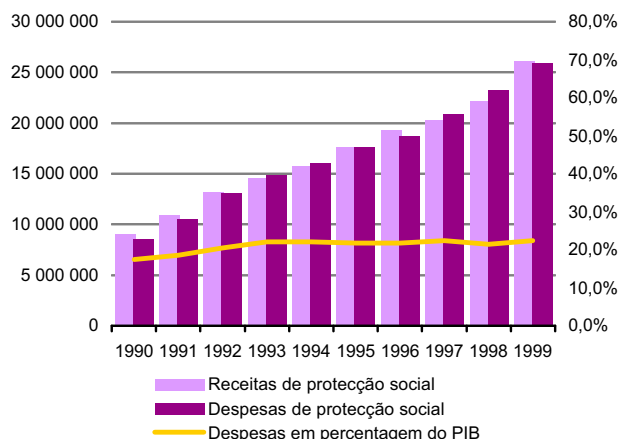
De 1995 a 1999 a estrutura de despesas manteve-se idêntica, com o crescimento mais acentuado da rubrica “Outras despesas”.

Ao nível da União Europeia, em 1999 (últimos dados disponíveis), as quotizações sociais constituíram a principal fonte de financiamento da Protecção Social, representando 60,6% do total das receitas, seguindo-se as contribuições públicas financiadas com base em impostos (35,7%).

Gráfico 7.1

Receitas e despesas de protecção social (total e em % do PIB)

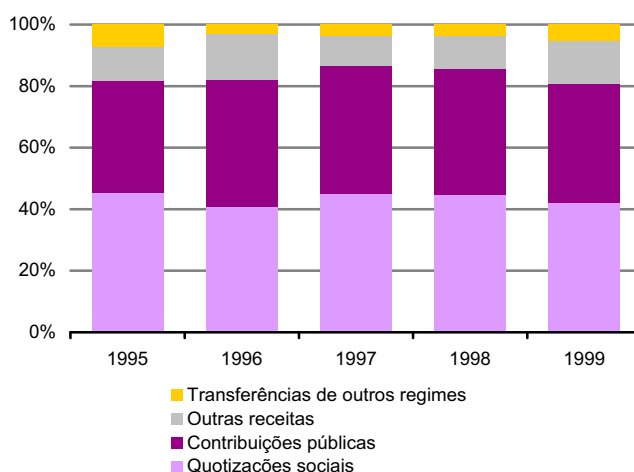
Unidade: 1 000 euros



Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social e Contas Nacionais

Gráfico 7.2

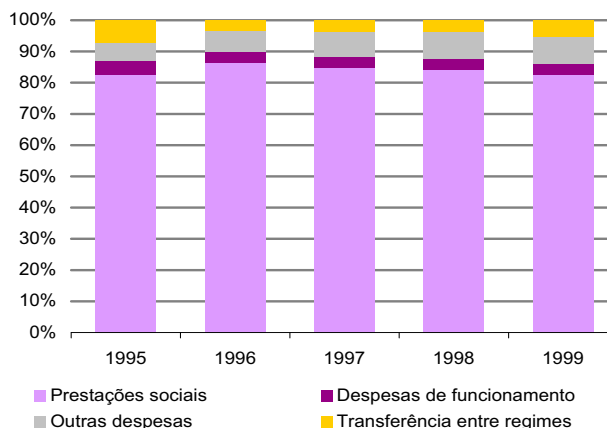
Receitas de protecção social, por natureza



Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.3

Despesas de protecção social por natureza



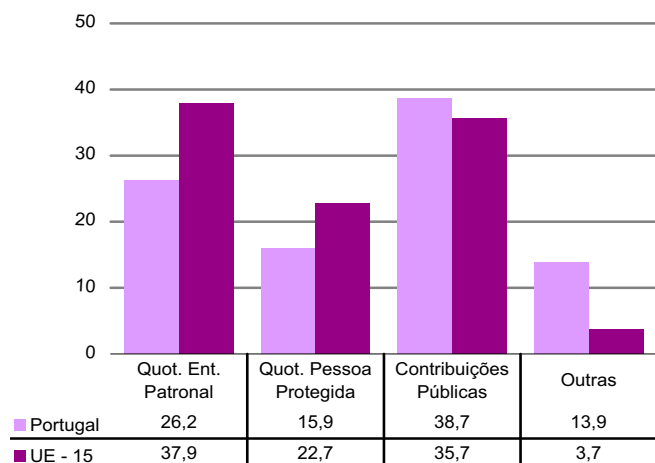
Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.4

Receitas de protecção social por natureza, em Portugal e na União Europeia

1999

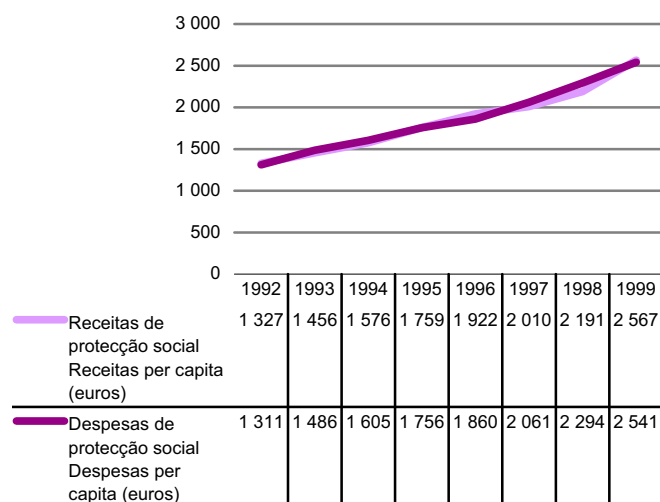
Unidade: %



Fonte: Eurostat – NewCronos e INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.5

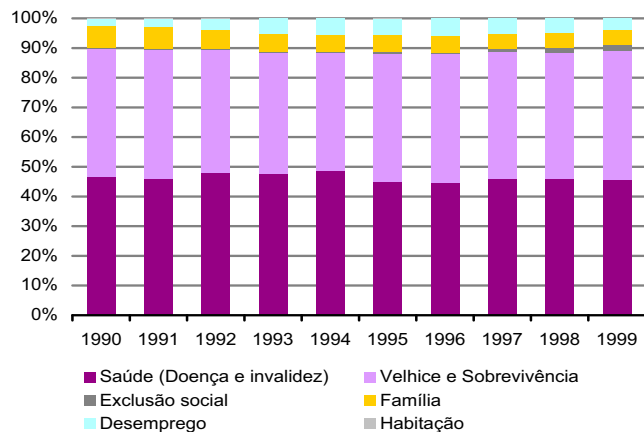
Receitas e despesas de protecção social per capita



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social e Estimativas da População Residente

Gráfico 7.6

Prestações de protecção social, por grupos de funções



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Na União Europeia, aproximadamente 38% das receitas de protecção social foram financiadas pela entidade patronal e cerca de 23% pelas pessoas protegidas (assalariados, trabalhadores independentes, reformados, entre outros).

A média europeia oculta diferenças importantes entre os países, no que diz respeito à estrutura de financiamento da protecção social. Em Portugal o nível de financiamento realizado mediante quotizações sociais (42,1%) aproximou-se do das contribuições públicas (38,7%).

Quando se procede à avaliação do crescimento das receitas e das despesas de protecção social, em termos da população média residente, a situação altera-se, assistindo-se a um ritmo de crescimento na ordem dos 8,6% ao ano, no período de 1992 a 1999. Em 1999, os montantes despendidos em protecção social representaram cerca de 2 541 euros per capita, traduzindo o maior crescimento anual registado nos últimos seis anos (no referido ano foram despendidos mais cerca de 1 230 euros por habitante, do que em 1992).

Em Portugal, considerando o período compreendido entre 1990 e 1999, “Doença e Invalidez” foi o conjunto de funções no qual foram despendidos montantes mais elevados (em 1999 representava cerca de 46% do total das prestações e 9% do PIBpm), os quais se aproximavam dos níveis de “Velhice e Sobrevivência” (cerca de 44% do total e 8,7% do PIBpm), tendo evoluído ambos de uma forma estável.

Em relação à estrutura das prestações sociais, verifica-se a existência de diferenças entre Portugal e os níveis médios europeus. Contrariamente à tendência portuguesa, observa-se que em termos comunitários as prestações concedidas no âmbito de “Velhice e Sobrevivência” constituíram o conjunto de prestações da protecção social mais relevante (em 1999, representavam 46% do total de prestações, e 12% do PIB), reflectindo, para além de outros factores, a proporção da população com mais de 65 anos.

Comparativamente às funções anteriormente mencionadas, e no que diz respeito aos níveis comunitários, a “Família” possuiu um peso diminuto (em 1999 representava 9% do total das prestações e 2% do PIB), consequência da estrutura etária da população europeia.

Verifica-se uma aproximação dos níveis portugueses aos da média comunitária, no que diz respeito à representatividade das despesas de protecção social no PIB: 24% e 28%, respectivamente, em 1999, quando a diferença, em 1990, se cifrava nos 8,1 pontos percentuais (afectando Portugal 17,4% do PIB às despesas de protecção social).

A variação percentual do peso das despesas de protecção social no PIB, entre 1990 e 1999, cifra-se nos 2,1 para a União Europeia, pelo que a aproximação aos níveis comunitários se deve sobretudo ao crescimento de 6,6% das despesas de protecção social verificado em Portugal.

PRESTAÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

As prestações sociais visam atenuar os encargos para os beneficiários da protecção contra um dado risco ou necessidade. Tomam a forma de transferências, pecuniárias ou em espécie, e são efectuadas pelos regimes de protecção social, estando organizadas em grupos de funções.

Função Velhice/Sobrevivência cresce, em termos reais, 83% entre 1991 e 1999

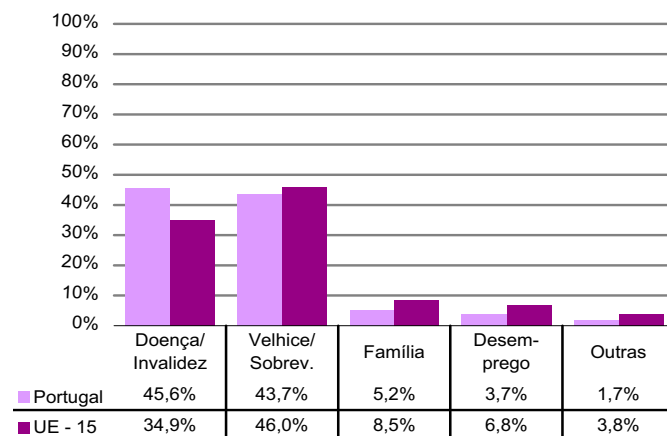
A função Velhice/Sobrevivência tem vindo a assumir um peso cada vez maior nas prestações de protecção social, o que é possível de observar através da percentagem do PIB que lhe é afectada: 8,6% em 1999, revelando um acréscimo de 2,7 pontos percentuais face a 1990.

A função, em termos *per capita*, passa de 394 euros, em 1992, para 644 euros em 1999.

Gráfico 7.7

Estrutura das prestações de protecção social por grupos de funções, em Portugal e na União Europeia

1999

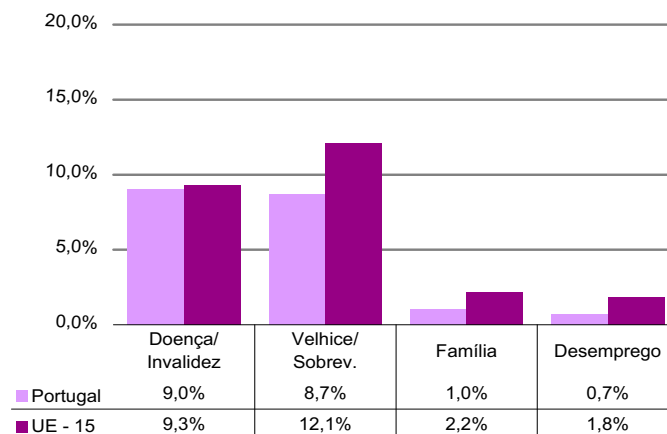


Fonte: Eurostat – NewCronos e INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.8

Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, no PIBpm, em Portugal e na União Europeia

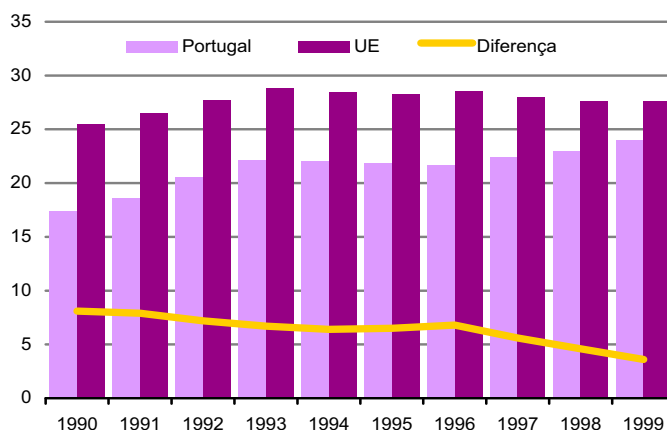
1999



Fonte: Eurostat – NewCronos e INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.9

Despesas de protecção social, em % do PIB, em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat – NewCronos e INE – Estatísticas da Protecção Social

Quadro 7.1

Prestações de protecção social na função Velhice/Sobrevivência										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Em percentagem do PIB	5,9%	6,3%	6,8%	7,4%	7,5%	7,8%	8,1%	8,1%	8,3%	8,6%
Crescimento real (1991=100)	x	100	110	119	124	137	148	156	168	183
Per capita (preços de 1991) em euros	x	x	394	427	443	490	526	553	592	644

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

A preços correntes, a função Velhice/Sobrevivência passa de 2 876 milhões de euros no início da década para 9 328 milhões, em 1999, sendo que, a preços constantes de 1991, a variação é de 2 975 milhões de euros, com esta função a registar 6 552 milhões de euros no último ano em análise.

Quadro 7.2

Evolução do montante das prestações na função Velhice/Sobrevivência, a preços correntes e a preços constantes de 1991										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
A preços correntes	2 876	3 577	4 300	4 971	5 451	6 308	6 999	7 549	8 336	9 328
A preços de 1991	x	3 577	3 928	4 257	4 426	4 917	5 294	5 579	5 992	6 552

Unidade: milhões de euros

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

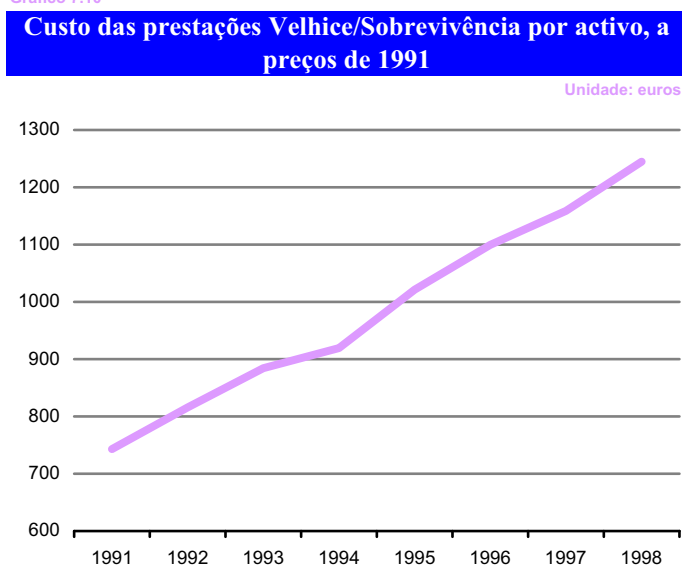
A análise do número de beneficiários é igualmente ilustrativa do aumento do peso desta função: a pensão de velhice abrange, em 1998, 1 460 445 indivíduos; na pensão de sobrevivência, são 573 329 os beneficiários, no mesmo ano.

Quadro 7.3

Número de beneficiários (31 Dezembro) - Pensão de Velhice e Pensão de Sobrevivência									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Pensão de Velhice	1 329 049	1 353 066	1 382 763	1 416 162	1 435 632	1 454 910	1 461 402	1 459 721	1 460 445
Pensão de Sobrevivência	393 745	415 803	436 107	469 862	492 959	516 475	536 821	557 067	573 329

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Gráfico 7.10



Nota: de 1991 para 1992 existe quebra de série no número de activos.

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

No âmbito desta função, é ainda de referir o custo que cada activo suporta para assegurar as prestações. Considerando que a população potencialmente beneficiária deste tipo de prestações é a população com 65 e mais anos, e tendo em conta o Índice de Envelhecimento da População¹, que passa de 68,1, em 1990, para 90,3 em 1998, é claro o aumento dos custos suportados pelos activos, que atingem, em 1998, 1 672 euros. A preços de 1991, estes custos aumentam 502 euros de 1991 a 1998, cifrando-se nos 1 245 euros no último ano.

Em termos comunitários, em 1999, a percentagem do PIB afecta à função Velhice/Sobrevivência ronda os 12,2. Comparando os valores nacionais com a média da UE verificamos que Portugal se situa a 3,5 p.p. daquela média. No total das prestações sociais, esta função representa 46% na UE, contra 43,7% em Portugal.

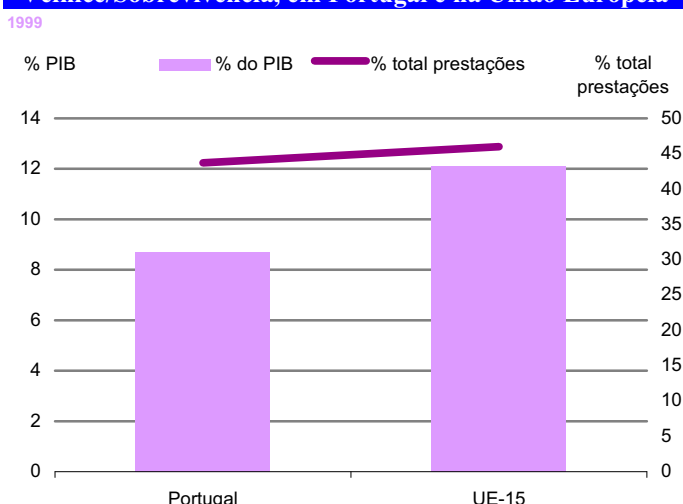
O montante despendido com a função Saúde conheceu um aumento real de 34,5% entre 1995 e 1999

As prestações de protecção social incluídas na função Saúde representam 9,0% do PIB em 1999, constituindo um acréscimo de 0,9 pontos percentuais face a 1995.

O valor da prestação em doença e invalidez, a preços de 1991, por indivíduo (terceira linha do Quadro 7.4) fixou-se, em 1999, nos 672 euros, representando um crescimento de 32,6 e 45,7% quando comparado com 1995 e 1992, respectivamente. Entre 1990 e 1998, o número de beneficiários da função Saúde apresenta uma tendência de ligeira perda. Este comportamento foi também replicado pelas duas principais prestações desta função (subsídio de doença e pensão de invalidez).

Gráfico 7.11

Prestações de protecção social na função Velhice/Sobrevivência, em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Quadro 7.4

Prestações de protecção social, na função Saúde (Doença/Invalidez)

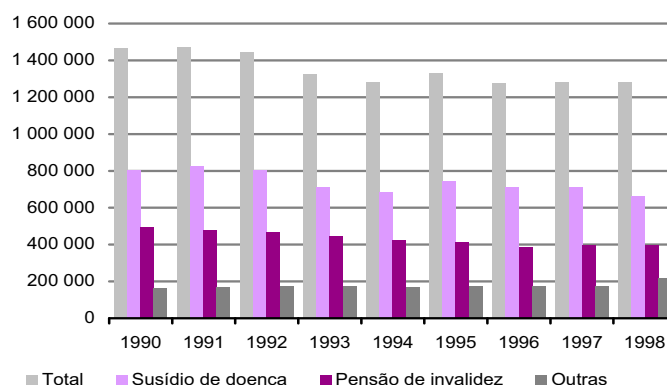
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Em percentagem do PIB	6,4%	6,8%	7,9%	8,7%	9,1%	8,1%	8,4%	8,7%	8,9%	9,0%
Crescimento real (1991=100)	x	100	120	131	142	133	142	157	169	179
Per capita (1991=100) em euros	x	x	461	501	542	507	542	594	638	672

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

Relativamente às prestações de protecção social na função Saúde (Doença), em 1999, Portugal destinava 6,7% do PIB à mesma, enquanto a média europeia se situava nos 7,1%. A Suécia é o país onde essa percentagem se revela mais elevada: 8,2%, situando-se a 2,9 p.p. do país onde a mesma é mais reduzida, o Luxemburgo.

Gráfico 7.12

Número de beneficiários, por tipo de prestação – função Saúde



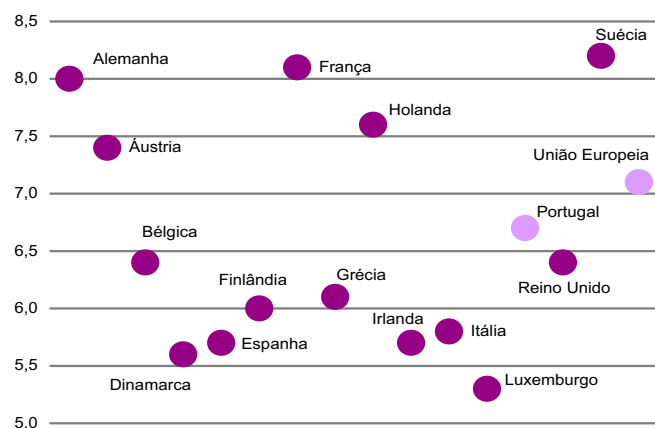
Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Função Família regista um crescimento real na ordem dos 31%, entre 1990 e 1999

Gráfico 7.13

Prestações de protecção social na função Saúde, em % do PIB, em Portugal e na União Europeia

1999



Fonte: Eurostat – NewCronos, INE – Estatísticas da Protecção Social

Entre 1990 e 1999, o peso da função Família no PIB tem-se mantido estável, sempre na ordem de 1%, o que traduz, entre outros factores, não só o envelhecimento da população, como a redução da dimensão da família.

O total das prestações na função Família atingia, em 1991, os 598 692 milhares de euros, valor que quase duplicou em 1999, quando alcançou o montante de 1 112 903 milhares de euros (valores a preços correntes). Dentro desta função, é o subsídio familiar a prestação com maior peso, em qualquer dos anos em análise. Em 1999, o subsídio familiar a crianças e jovens² atingia cerca de 425 milhões de euros.

Quadro 7.5

Prestações de protecção social na função Família

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Em percentagem do PIB	1,0%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%
Crescimento real (1991=100)	x	100	102	107	104	109	114	116	122	131
Per capita (preços de 1991) em euros	x	x	62	64	62	65	68	69	72	77

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

Quadro 7.6

Montante por tipo de prestação na função Família, a preços correntes

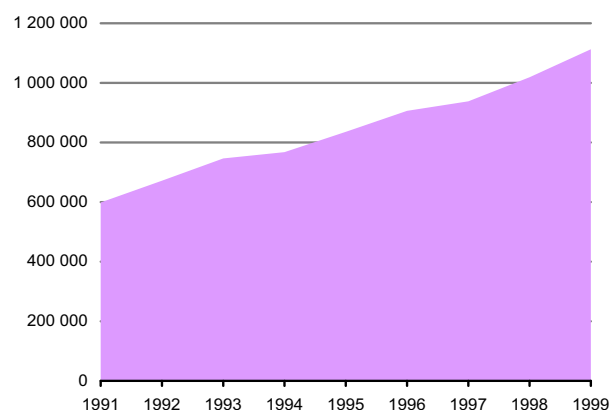
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Unidade: 1 000 euros									
Função Família - total	598 692	671 691	746 396	767 505	835 711	906 191	938 009	1 019 014	1 112 903
Subsídio familiar a crianças e a jovens	235 812	262 662	279 262	284 385	300 496	309 369	354 216	414 262	424 896
Subsídio de maternidade	45 101	50 423	55 580	59 412	70 191	77 847	84 317	92 427	113 237
Subsídio de nascimento	8 245	9 108	9 722	9 273	9 352	10 016	6 858	175	x
Subsídio de aleitação	15 428	16 879	18 121	17 388	17 089	18 281	9 981	663	x

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Gráfico 7.14

Evolução do montante das prestações na função Família, a preços correntes

Unidade: milhares de euros

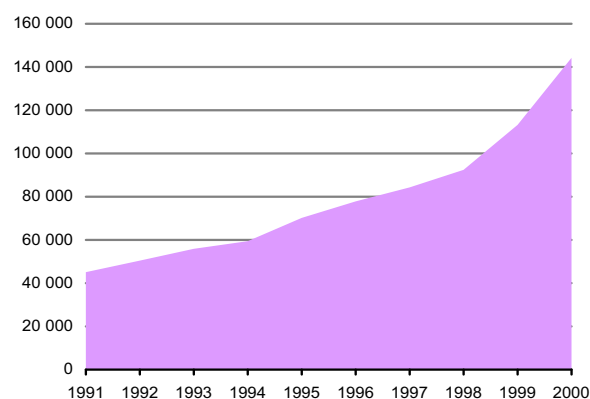


Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Gráfico 7.15

Prestações do subsídio de maternidade, a preços correntes

Unidade: milhares de euros



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

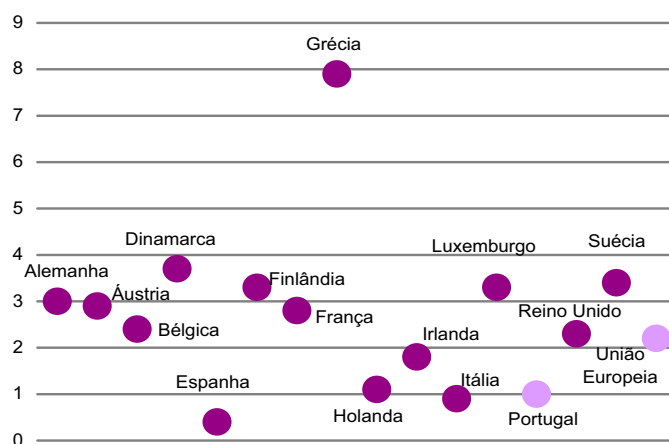
O subsídio de maternidade é a segunda prestação mais importante nesta função, não só em termos de montantes atribuídos, como do número de beneficiários. O número de beneficiárias conheceu um acréscimo de 6 667 mulheres de 1990 a 1998, e o montante passou de 45 milhões de euros para 144 milhões em 2000 (valores a preços correntes).

Em 1999, Portugal é dos Estados membros que valores mais baixos regista para as prestações na função Família em percentagem do PIB: 1%, situando-se a pouco mais de 1 ponto percentual da média comunitária. A Grécia destaca-se, afectando 7,9% do seu produto a esta função.

Gráfico 7.16

Prestações de protecção social na função Família em % do PIB, em Portugal e na União Europeia

1999



Fonte: Eurostat - NewCronos

Em 1999, as prestações de protecção social no desemprego totalizaram cerca de 0,7% do PIB

A protecção social no desemprego pretende minimizar a restrição financeira resultante de uma situação não voluntária de ausência de trabalho. Os regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social), em 1999, foram responsáveis por 91,9% das prestações sociais da função Desemprego (ao longo da última década este valor nunca foi inferior a 80%).

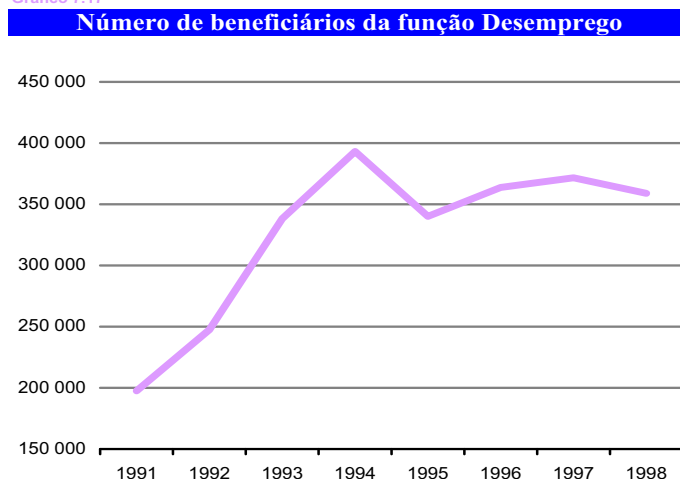
Quadro 7.7

Prestações de protecção social na função Desemprego										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Em percentagem do PIB	0,3%	0,4%	0,6%	0,9%	1,0%	1,0%	1,1%	1,0%	0,9%	0,7%
Função "desemprego" (1991=100)	x	246 656	349 420	532 163	614 561	626 418	706 086	658 374	657 380	559 123
Subsídio de desemprego (1991=100)	x	x	300 881	463 353	529 500	532 228	513 694	496 269	477 101	506 378

Unidade: milhares de euros

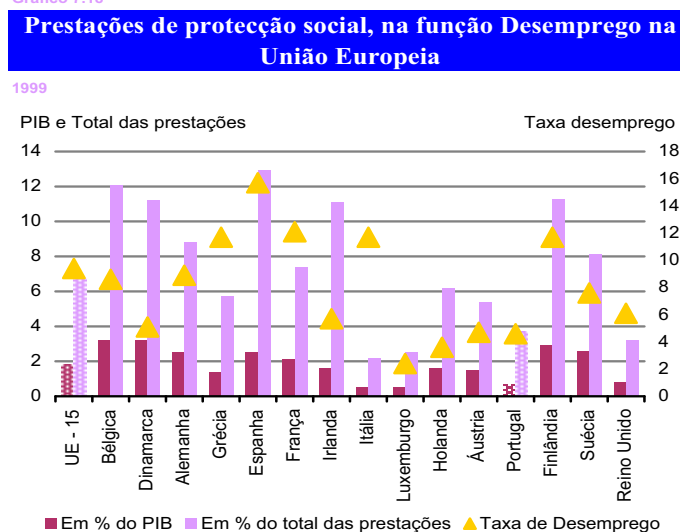
As prestações com o desemprego totalizaram 795 937 milhares de euros ao longo do ano de 1999 (decréscimo de 13% face ao valor verificado um ano antes e 15% em termos reais), representando 0,7% do PIB (menos 0,3% do que em 1995 e mais 0,4 p.p. face a 1990).

Gráfico 7.17



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.18



Fonte: Eurostat - NewCronos

O número de beneficiários da função Desemprego assume uma tendência crescente entre 1991 e 1994, com o crescimento mais acentuado de 1992 para 1993: 36,6%. O ano de 1995 regista menos cerca de 53 mil beneficiários na função desemprego, e a partir desse ano a taxa de crescimento é reduzida, atingindo mesmo valores negativos de 1997 para 1998 (-3,4%).

Na UE, as prestações com o desemprego representavam, em 1999, 1,8% do PIB, registando-se uma grande assimetria entre os diferentes países: por exemplo, os 3,2% registados na Bélgica e na Dinamarca contrastam com os 0,5% da Itália e Luxemburgo. Em 1999, a Espanha destacava-se por ser o país onde prestações como o desemprego detinham maior representação em termos do total das prestações (12,9%).

O facto de um país apresentar uma elevada taxa de desemprego não implica necessariamente um papel de destaque para a função "Desemprego" (ver Gráfico 7.18). Factores como diferenças entre países ao nível do funcionamento dos sistemas de protecção social no desemprego (taxa de reposição e duração máxima do benefício) e do mercado de trabalho (taxas de transição entre os estados de desemprego, emprego e inactividade) podem ajudar a explicar as diferentes realidades vividas pelos Estados membros da UE.

Função Exclusão Social vê crescer a sua importância sobretudo devido ao surgimento do Rendimento Mínimo Garantido (actual Rendimento Social de Inserção)

O crescimento desta função deve-se, em grande parte, ao aparecimento do Rendimento Mínimo Garantido, medida que visa combater situações de exclusão social, através de prestações pecuniárias. Em percentagem do PIB, a função Exclusão Social passa de 0,07%, em 1995, para 0,34%, em 1999. Em termos *per capita*, as prestações referentes a “Exclusão Social” aumentam, nesse período, mais de 24 euros, atingindo, em 1999, 28,6 euros.

Quadro 7.8

Prestações de protecção social na função Exclusão Social					
	1995	1996	1997	1998	1999
Em percentagem do PIB	0,07%	0,12%	0,17%	0,30%	0,34%
Per capita (1995=100) em euros	4,3	5,0	8,4	21,5	28,6

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

A análise da função através das suas componentes permite constatar o aumento de importância, em percentagem do PIB, da rubrica Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Em 1997, ano em que a experiência (iniciada em 1996) foi alargada a todo o país, a função em análise representava 0,05% do PIB, e em 1999, alcança já 0,24%.

Quadro 7.9

Função Exclusão Social, por tipo de prestação, em percentagem do PIB					
	1995	1996	1997	1998	1999
Função Exclusão Social - % do PIB	0,07	0,12	0,17	0,28	0,32
Subsídios eventuais a famílias em situação de carência económica	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Acções de apoio a toxicodependentes	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
Luta contra a pobreza	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03
Rendimento Mínimo Garantido	-	-	0,05	0,18	0,24
Outras	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01

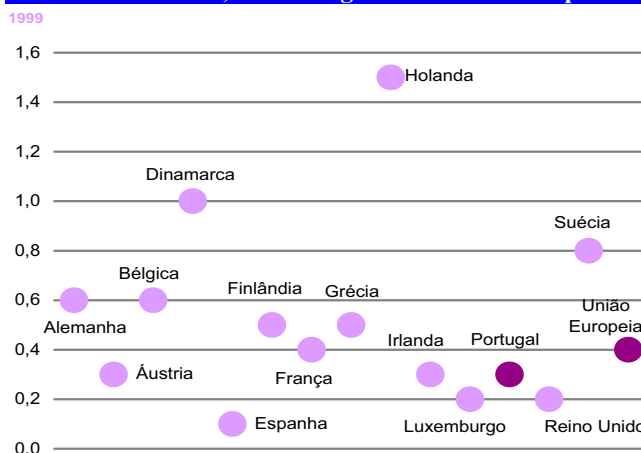
Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

As prestações de protecção social na função Exclusão Social, em percentagem do PIB, atingem o máximo, em 1999, na Holanda (1,5%), sendo a Espanha o país que menor percentagem do PIB destina a essa função: 0,1%. Em Portugal esta função representa 0,3% do PIB, sendo a média europeia superior em 0,1 p.p..

A preços correntes, o montante afecto à função Exclusão Social é, em 1995, de 60 489 milhares de euros, passando a 370 512 milhares, em 1999 (sendo que 261 774 milhares respeitam ao RMG).

Gráfico 7.19

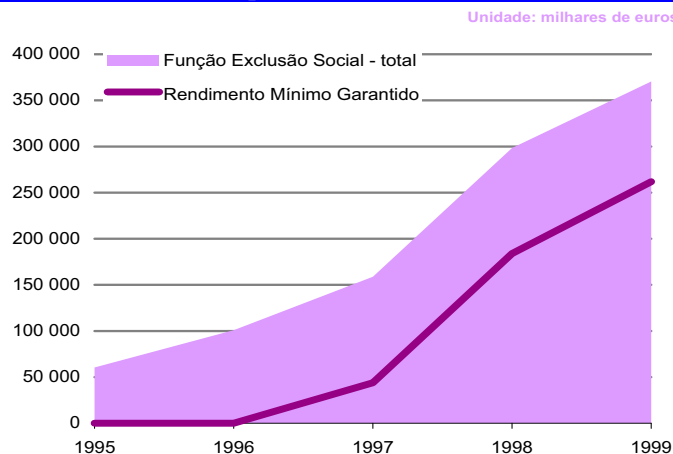
Prestações de protecção social na função Exclusão Social, em % do PIB, em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Gráfico 7.20

Evolução dos montantes na função Exclusão Social, a preços correntes

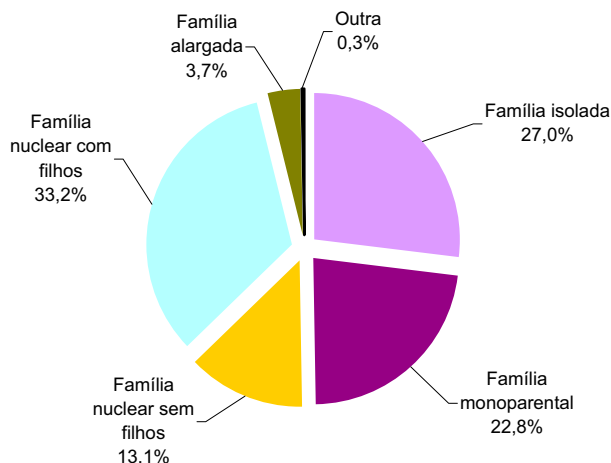


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.21

Titulares do RMG, por tipo de família

2001



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

O número de titulares do RMG cresceu consideravelmente entre 1997 (14 184 indivíduos) e 2000 (162 490 indivíduos), com o peso relativo das mulheres titulares a aumentar igualmente: de 63%, em 1997, para 68%, em 2000.

A análise dos titulares por tipo de família permite concluir que, dos 145 760 indivíduos, 33% pertencem a famílias nucleares com filhos. Depois deste tipo de agregado, as famílias isoladas (compostas por um só indivíduo) são as que detêm maior percentagem de indivíduos titulares: 27%.

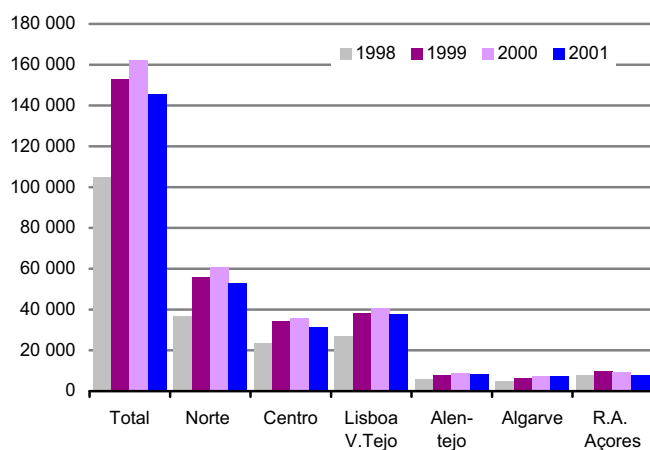
Pela primeira vez, em 2001, decresce, face ao ano anterior, o número de famílias beneficiárias do RMG, sendo notório o abrandamento no crescimento dos beneficiários de ano para ano, logo desde 1999.

Em termos regionais, o Norte apresenta, para todos os anos, a maior concentração de famílias do RMG. Em 2001 representa 36,4% das mesmas, sendo o Algarve a região que menor proporção de famílias beneficiárias detém em todos os anos (5,1% em 2001).

O valor médio da prestação mensal de RMG por família, em 2001, era de 123 euros (mais 28 euros que em 1998) e por indivíduo, de 42 euros (mais 11 euros que em 1998).

Gráfico 7.22

Famílias beneficiárias do RMG, por região



Nota: Dados não disponíveis para a R. A. da Madeira

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

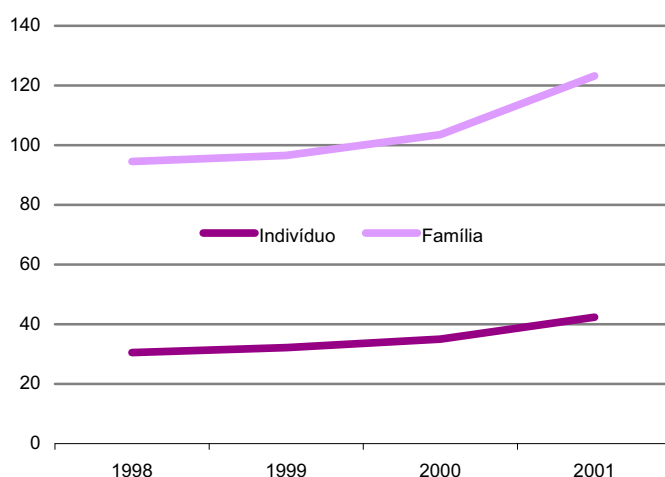
Regimes de protecção social da Segurança Social são responsáveis pela maior parte das prestações atribuídas

A protecção social em Portugal é composta por três regimes³ - do sector privado (Segurança Social), da função pública e outros regimes (Serviço Nacional de Saúde, Associações de Socorros Mútuos, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, etc.), sendo cada um composto por várias entidades. Analisando a estrutura dos mesmos na cobertura de cada risco (as já descritas “funções”), observa-se que a “Saúde” é maioritariamente financiada por “Outros regimes” e a “Habitação” pela função pública. Para todas as outras funções, é o sector privado o regime que mais contribui, como atestam os valores de “Desemprego”, “Exclusão Social” ou “Família”.

Gráfico 7.23

Valor médio da prestação mensal de RMG, por indivíduo e por família

Unidade: euros



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Quadro 7.10

Estrutura dos regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

Unidade: %

Funções e Regimes	1995	1996	1997	1998	1999
Velhice e Sobrevivência					
Segurança Social	60,1	58,7	57,7	56,1	56,9
Função Pública	32,1	32,9	31,8	31,8	30,7
Outros	7,8	8,4	10,4	12,1	12,4
Saúde					
Segurança Social	23,0	21,5	19,5	18,4	17,8
Função Pública	12,9	12,5	12,2	12,2	12,0
Outros	64,1	66,0	68,3	69,5	70,2
Família					
Segurança Social	61,4	59,3	62,6	62,3	60,8
Função Pública	13,5	12,5	12,6	11,5	10,3
Outros	25,1	28,2	24,7	26,2	28,9
Desemprego					
Segurança Social	99,8	87,9	93,4	93,2	91,9
Função Pública	-	-	-	-	-
Outros	0,2	12,1	6,6	6,8	8,1
Habitação					
Segurança Social	45,3	43,8	47,4	47,3	50,0
Função Pública	54,7	56,2	52,6	52,8	50,2
Outros	-	-	-	-	-
Exclusão Social					
Segurança Social	71,3	51,4	56,4	79,1	87,1
Função Pública	1,5	1,0	0,7	0,4	0,3
Outros	27,2	47,6	43,0	20,5	12,4

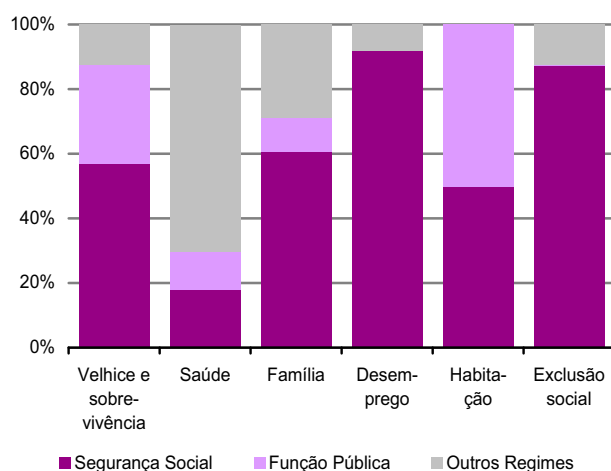
Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Analisando o peso dos regimes de protecção social em cada função, em 1999, é fácil observar a preponderância dos regimes do sector privado na cobertura da maior parte dos riscos apresentados. “Outros regimes” representam 70,2% da função Saúde, enquanto a função pública contribui com 50,2% para a função Habitação. O peso da segurança social é notório sobretudo na função Desemprego, à qual atribui cerca de 92% das prestações sociais.

Gráfico 7.24

Peso dos regimes de protecção social, por função

1999

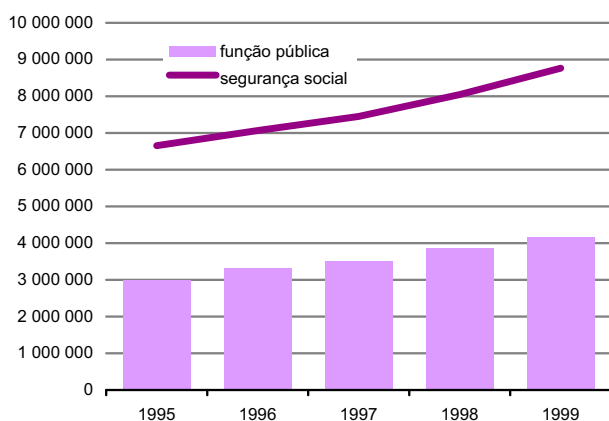


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.25

Protecção Social na segurança social e na função pública

Unidade: milhares de euros



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Prestações de protecção social crescem 39,5% e 31,7%, respectivamente, no “sector público” e no “sector privado”, entre 1995 e 1999

A análise destes dois conjuntos de regimes que, em 1999, concederam aproximadamente 12 917 milhões de euros, traduzindo-se em 61% do total das prestações de protecção social atribuídas, permite constatar que “Velhice e Sobrevivência” continuou a ser o grupo de funções em que ambos despenderam maiores montantes.

Em 1999, no sector privado, foram pagos 5 303 milhões de euros em pensões de velhice e de sobrevivência, subsídios de funeral e por morte, entre outros, representando cerca de 61% do total de prestações concedidas pelos regimes de protecção social do sector privado. Por seu lado, na função pública estas funções ascenderam a 2 867 milhões de euros, isto é, 69% do total das prestações concedidas neste regime.

A proporção existente entre o número de pensionistas de velhice, invalidez e sobrevivência do sector privado e a população activa apresenta uma ligeira tendência decrescente, a partir de 1997. Em 1999, os pensionistas representavam cerca de 49% do total da população activa, menos 1,2% que em 1997 e menos 0,6% que em 1993.

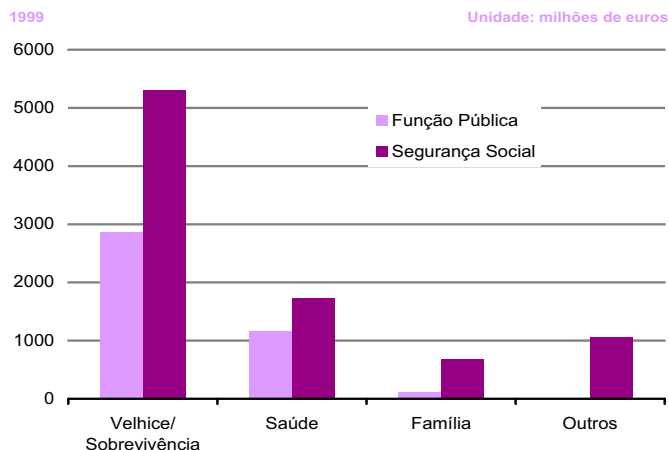
No caso da função pública, o número de pensionistas de aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência relativamente à população activa, que apresentava uma tendência crescente desde 1993, estagnou a partir de 1997 – desde esse ano a relação entre os pensionistas da função pública e a população activa é de 8,2%.

Em 1999 existiam 2 449 419 pensionistas do sector privado, traduzindo um crescimento de 5,8% em relação a 1993, enquanto na função pública o número de pensionistas era de 416 090 (mais 36,3% que em 1993). No que diz respeito à função pública o número de beneficiários activos, no último ano, foi de 709 167, traduzindo, relativamente a 1993, um crescimento de 7,2%.

Os escalões de pensão na função pública com maior número de pensionistas (aposentação, reforma e invalidez) são os correspondentes a montantes inferiores a 748 euros. No entanto, em 1999, assisteu-se a uma ligeira redução da percentagem de indivíduos cujas pensões se encontravam nestes escalões (em 1998 cerca de 60,8% dos pensionistas da função pública auferiam pensões com montantes inferiores ou iguais a 748 euros; em 1999 passaram a ser 57,5%), enquanto os escalões superiores passaram a integrar maior número de pensionistas (em 1998 existiam 39,2%, tendo aumentado, no ano seguinte, para 42,5%).

Gráfico 7.26

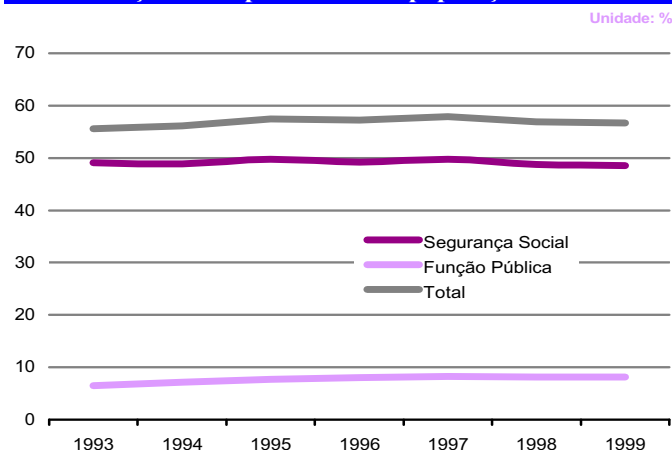
Protecção social na segurança social e na função pública, por grupos de funções



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.27

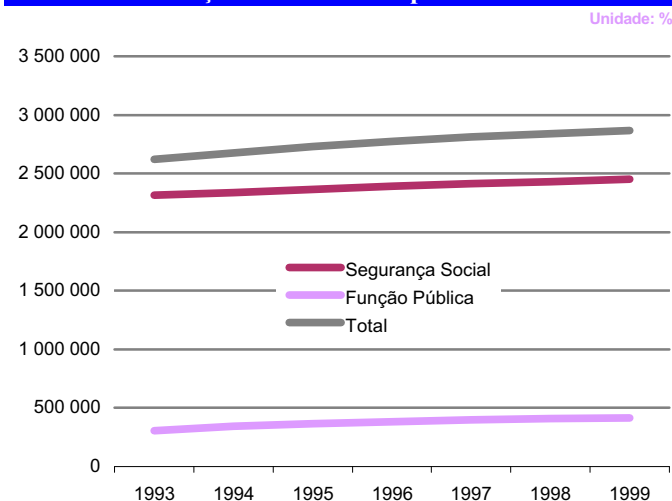
Relação entre pensionistas e população activa



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.28

Evolução do número de pensionistas



Fonte: INE – Estatísticas de Protecção Social

Quadro 7.11

Pensionistas da função pública e da segurança social, por escalão de pensão					
1999					
Escalões de pensão na função pública (euros)	Pensionistas		Escalões de pensão na segurança social (euros)	Pensionistas	
	número	%		número	%
Total	301 893	100,0	Total	1 372 546	100,0
Até 249	54 993	18,2	Até 102	30 326	2,2
Entre 249 e 499	53 880	17,8	Entre 102 e 140	78 079	5,7
Entre 499 e 748	64 572	21,4	Entre 140 e 160	32 599	2,4
Entre 748 e 998	37 065	12,3	Entre 160 e 200	771 994	56,2
Entre 998 e 1496	47 451	15,7	Entre 200 e 249	193 521	14,1
Entre 1 496 e 1 995	25 926	8,6	Entre 249 e 299	84 257	6,1
Entre 1 995 e 2 494	12 431	4,1	Entre 299 e 349	37 654	2,7
Entre 2 494 e 2 993	2 987	1,0	Entre 349 e 399	26 901	2,0
Entre 2 993 e 3 990	1 758	0,6	Entre 399 e 499	20 158	1,5
Mais de 3 990	830	0,3	Entre 449 e 623	44 665	3,3
			Entre 623 e 1 247	43 220	3,1
			Mais de 1 247	9 172	0,7

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

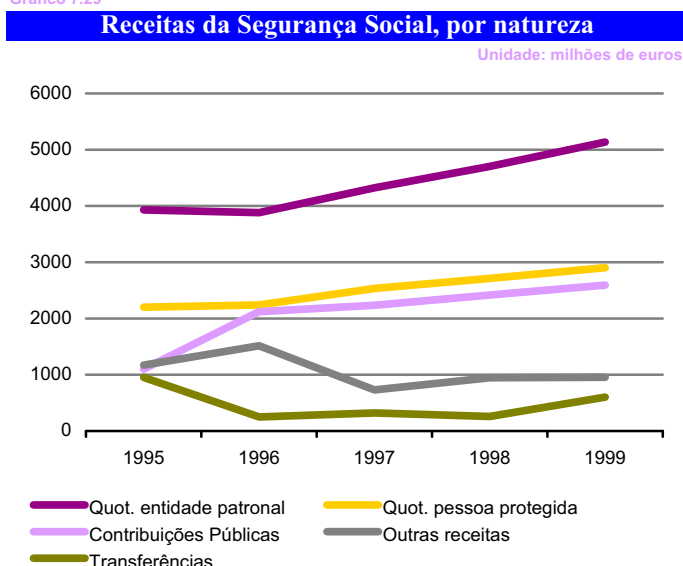
Em relação aos pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da segurança social, constata-se que, em 1999, a maioria dos pensionistas existentes – cerca de 81% - recebia pensões inferiores a 249 euros, situação ligeiramente melhor do que a verificada no ano anterior (cerca de 84% dos pensionistas).

Regimes de protecção social do “sector privado” acusam défice em 1999

Em 1999 registou-se uma cobertura deficitária das despesas, por parte das receitas dos regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social), no valor de 212 737 milhares de euros – consequência do ritmo de crescimento que ambos os agregados vinham a apresentar nos últimos anos, com o montante das despesas a superar, regra geral, o valor das receitas.

As quotizações sociais representam, no período entre 1995 e 1999, a principal fonte de receita deste regime. As quotizações da entidade patronal são, dentro daquelas, as que maior peso detêm no conjunto das receitas (42,1%), num total de 5 137 milhares de euros, em 1999.

Gráfico 7.29



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

As despesas da Segurança Social cresceram 36,3 pontos percentuais (p.p.) entre 1995 e 1999, totalizando nesse ano 12 404 milhões de euros, dos quais cerca de 71% foram gastos em prestações sociais, correspondendo os restantes 29% a custos de funcionamento, transferências e outras despesas.

A rubrica de despesa com maior crescimento naquele mesmo período foi, depois de ‘Outras despesas’ (cerca de 121%), ‘Prestações sociais’, registando um aumento de 32 p.p., aproximadamente.

Quadro 7.12

Despesas da Segurança Social, por natureza					
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	9 098	9 027	9 911	10 941	12 404
Prestações sociais	6 654	7 066	7 452	8 048	8 764
Custos de funcionamento	298	232	250	284	313
Outras despesas	896	1 141	1 500	1 809	1 980
Transferências	1 249	588	709	799	1 348

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Dos cerca de 8 764 milhões de euros a que ascenderam as prestações sociais, em 1999, aproximadamente 61% foram canalizados para o grupo de funções “Velhice e Sobrevivência”, destacando-se as pensões de velhice e sobrevivência que representaram 58,3% do total; 19,7% para a “Saúde” (sendo a pensão de invalidez e o subsídio de doença responsáveis por aproximadamente 18% do montante global); 7,7% para a “Família” (evidenciando-se o subsídio familiar como uma das principais prestações concedidas, no seio desta função, representando 4,9% do total); 8,3% para o “Desemprego” (o subsídio de desemprego é responsável por 5,7%); 3,7% relativos a “Exclusão Social” e “Habitação” (o Rendimento Mínimo Garantido representa cerca de 3% do total).

Contribuições Públicas são a rubrica de receita que mais cresce entre 1995 e 1999 nos regimes de Protecção Social da função pública

Em 1999, as receitas ascenderam a 4 321 milhões de euros, sendo as contribuições públicas a principal fonte de receita destes regimes, representando cerca de 65% do total das receitas, e crescendo, entre 1995 e 1999, 830 439 milhares de euros.

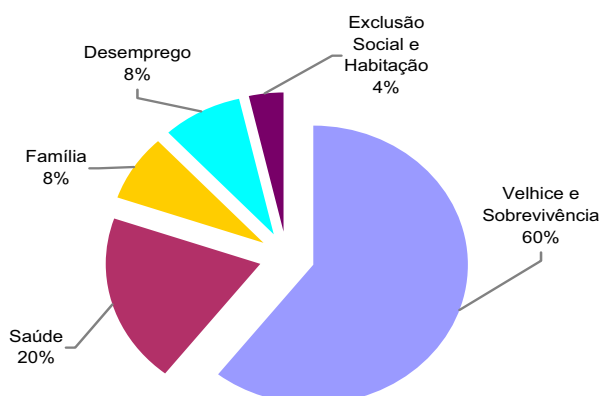
Paralelamente, as despesas totalizaram cerca de 4 244 milhões de euros, dos quais cerca de 98% foram consagrados a prestações sociais e os restantes 2% afectados a custos de funcionamento e outras despesas.

De 1995 a 1999, as prestações sociais cresceram cerca de 40 p.p., ultrapassando, nesse último ano, 4 000 milhões de euros.

Gráfico 7.30

Prestações sociais da Segurança Social, por grupos de funções

1999

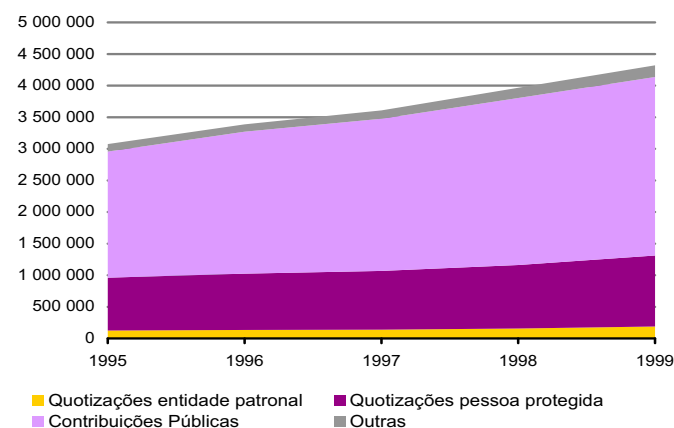


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.31

Receitas dos regimes da função pública, por natureza

Unidade: milhares de euros

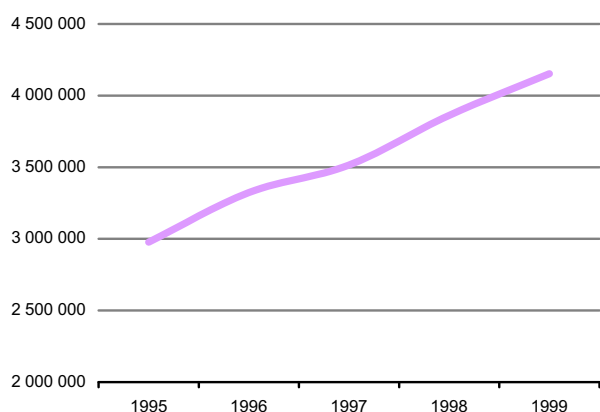


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.32

Despesas dos regimes da função pública

Unidade: milhares de euros

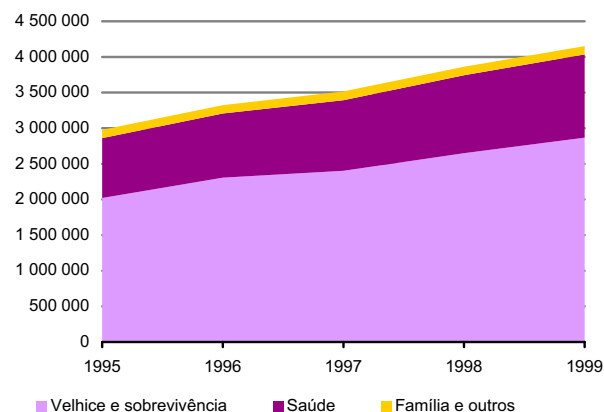


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.33

Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções

Unidade: milhares de euros



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Em termos globais, e desde 1995, “Velhice e Sobrevivência” representa a função que recolhe maiores montantes de prestações sociais (69% em 1999), seguindo-se a “Saúde” (28% no mesmo ano). Em termos de variação absoluta, é também “Velhice e Sobrevivência” a função que se destaca com um crescimento na ordem dos 845 milhões de euros, entre 1995 e 1999.

No que diz respeito ao número de beneficiários activos, este é, regra geral, superior ao dos pensionistas; no entanto, estes últimos têm apresentado um ritmo de crescimento superior (o número de pensionistas tem crescido, desde 1993, ao ritmo de 5,3%, por ano, enquanto os beneficiários activos apresentam uma média anual de crescimento de 1,2%).

No entanto, e apesar das diferenças de crescimento entre ambos, constata-se que a relação entre o número de beneficiários activos e os pensionistas, tem permanecido praticamente constante desde 1995.

Quadro 7.13

Número de beneficiários e número de pensionistas (31 de Dezembro)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Beneficiários activos	661 347	638 327	637 749	647 893	654 228	681 169	709 167
Pensionistas	305 255	341 797	364 814	381 564	396 423	406 870	416 090

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

As receitas de “Outros regimes” de protecção social registaram, globalmente, um aumento de 84 p.p., entre 1995 e 1999

Para além dos regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social) e da função pública, existe outra categoria, denominada no geral por “Outros Regimes de Protecção Social”, onde se incluem, entre outros, os Fundos de Pensões, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações de Socorros Mútuos e o Serviço Nacional de Saúde. Tal como nos primeiros regimes analisados, as entidades que apoiam os “Outros Regimes” têm por objectivo principal a atribuição de prestações sociais e respectivo financiamento.

O aumento das receitas de “Outros Regimes”, em termos absolutos, de 2 419 milhões de euros entre 1998 e 1999 – maior variação no período entre 1995 e 1999 - fica a dever-se, sobretudo, ao crescimento das rubricas “Quotizações da pessoa protegida” e “Transferências de outros regimes” (ambas com uma variação na ordem dos 37%, face a 1998).

O total das despesas dos outros regimes de protecção social registou um crescimento de 68,3 p.p. entre 1995 e 1999, quando atingem 9 204 milhões de euros. As prestações sociais representam, em todos os anos apresentados, a maior fatia das despesas, alcançando sempre valores que rondam os 90%.

No que diz respeito às despesas com protecção social realizadas por estes regimes, as “entidades patronais” registaram uma pequena redução, consequência de alguma contenção, em termos da atribuição de prestações sociais, por parte de algumas empresas (em 1999 as entidades patronais concederam menos 11 562 milhares de euros do que no ano anterior).

Instituições Particulares de Solidariedade Social são responsáveis, em 1999, por aproximadamente 3% do total das prestações sociais concedidas

Entre 1997 e 1999, as prestações sociais das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) cresceram 43,2 pontos percentuais.

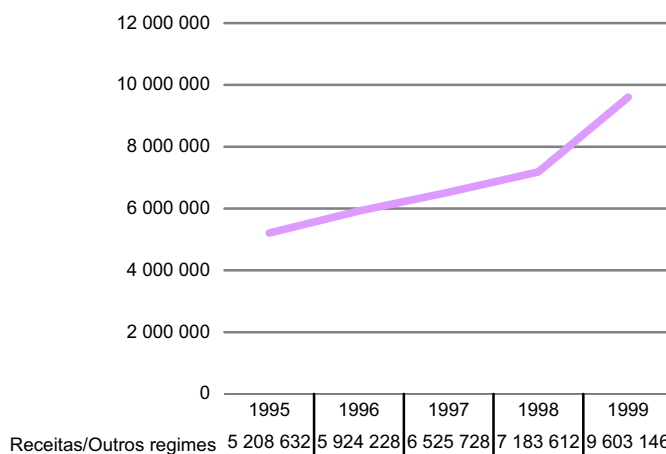
De um modo geral, tem vindo a assistir-se ao aumento da importância das actividades levadas a cabo pelas IPSS em termos de total da protecção social, nomeadamente no que diz respeito à função Família - em 1999, as actividades das IPSS, neste âmbito, representaram cerca de 25% do total de todos os regimes e 44% do total das suas despesas.

“Família” e “Velhice” constituíram as principais áreas em que as IPSS exerceram as suas actividades de protecção social, em 1999, nomeadamente através de creches, jardins de infância, actividades dos tempos livres, lares e

Gráfico 7.34

Receitas de “Outros regimes” de protecção social

Unidade: milhares de euros

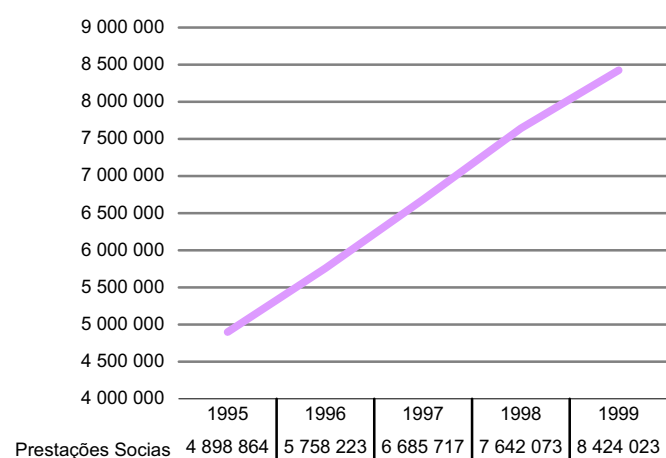


Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.35

Despesas de “Outros regimes” de protecção social

Unidade: milhares de euros



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

internatos para crianças e jovens, estabelecimentos para crianças e jovens com deficiência, apoio domiciliário, colónias de férias, lares de terceira idade, recolhimentos, centros de dia, centros de convívio e residências para pessoas idosas.

No entanto, e apesar de, em 1999, representar apenas 3% do total das prestações sociais das IPSS, de 1997 a 1999, o crescimento nominal mais relevante respeita à função “Exclusão Social”: 90 pontos percentuais.

Quadro 7.14

Prestações sociais das IPSS, por grupos de funções						
	1997		1998		1999	
	10 ³ euros	%	10 ³ euros	%	10 ³ euros	%
Total	441 950	100,0	513 373	100,0	632 725	100,0
Família	191 653	43,4	223 237	43,5	279 272	44,1
Velhice	149 589	33,8	173 647	33,8	196 846	31,1
Doença	47 136	10,7	49 995	9,7	63 178	10,0
Invalidez	43 520	9,8	52 793	10,3	74 326	11,7
Exclusão Social	10 051	2,3	13 702	2,7	19 104	3,0

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Já no que concerne ao número de utentes, a variação absoluta de 139 728 indivíduos entre 1997 e 1999 fica a dever-se, sobretudo, ao crescimento do número de utentes da função Família: mais 69 277 indivíduos.

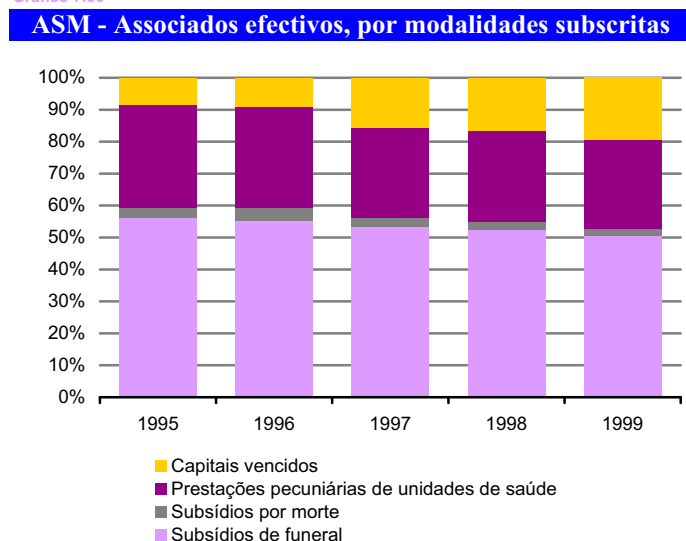
Quadro 7.15

Número de utentes das IPSS, por grupos de funções			
	1997	1998	1999
Total	441 897	487 599	581 625
Família	197 846	224 450	267 123
Velhice	92 380	104 417	112 624
Doença	88 923	90 670	111 304
Invalidez	19 856	23 150	31 012
Exclusão Social	42 892	44 912	59 562

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

“Velhice e Sobrevivência” é a função a que maior montante é afectado pelas Associações de Socorros Mútuos: 94,6% do total despendido em 1999

Gráfico 7.36



Nota: Associado efectivo: associado que subscreve uma ou mais modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Em 1999, existiam 81 Associações de Socorros Mútuos (ASM), possuindo 854 308 associados activos e 141 079 familiares. Em termos de modalidades existentes, 565 362 associados subscreveram o subsídio de funeral, 172 091 a medicina preventiva, curativa e de reabilitação e 139 975 a assistência medicamentosa, tendo sido estas as modalidades subscritas por maior número de associados.

Serviço Nacional de Saúde consagra 413 milhões de euros à Actividade Hospitalar

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é parte integrante do sistema de saúde, desenvolvendo actividades de prevenção e tratamento na área da saúde. As prestações atribuídas pelo SNS incluem

cuidados médicos, produtos farmacêuticos e outros. Em 1999, cerca de 70% do total das prestações de “Saúde” foram concedidas por “Outros regimes”, consequência das actividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Saúde.

Em termos globais, e para 1999, os subsídios de exploração concedidos ao SNS constituíram 56,8% das suas receitas (contra quase 63% em 1997), enquanto que as despesas com terceiros foram o principal destino das suas despesas (em 1999 representavam 30,9% do total de despesas, mais 8,3 pontos percentuais que em 1997).

Quadro 7.16

Prestação de serviços pelo Serviço Nacional de Saúde, por tipo de actividade				
1999				
	SNS (total)	ARS	Hospitais	Outros serviços
	10 ³ euros	%		
Actividade Hospitalar	413 319	8,3	88,3	3,4
Internamento	203 899	0,4	97,3	2,3
Consulta	21 922	34,5	63,8	1,7
Urgência	31 105	2,2	97,8	0,0
Quartos Particulares	3 277	0,5	99,5	0,0
Serviço atendimento permanente	5 028	99,1	0,9	0,0
Meios complementares de diagnóstico	97 819	1,3	89,8	8,9
Taxas moderadoras	35 913	50,0	49,6	0,4
Serviço domiciliário	160	37,5	62,5	0,0
Outras	14 196	6,4	93,3	0,3
Actividade de ensino	3 013	0,0	0,0	100,0
Outras prestações de serviços	14 565	30,0	15,9	54,1

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

A Actividade Hospitalar – à qual o SNS consagrou, em 1999, 413 319 milhares de euros – é maioritariamente desempenhada pelos Hospitais (que respondem, nesse ano, por 88,3% da mesma), enquanto que o Serviço de Atendimento Permanente (SAP), é responsabilidade principal das Administrações Regionais de Saúde (99% em 1999).

As relações existentes entre o SNS e outras entidades (subsistemas de saúde, companhias de seguros, etc.) traduzem-se no reembolso, por parte de todas as entidades, públicas ou privadas, dos encargos que os estabelecimentos oficiais suportam com os seus beneficiários, aquando da prestação de cuidados de saúde.

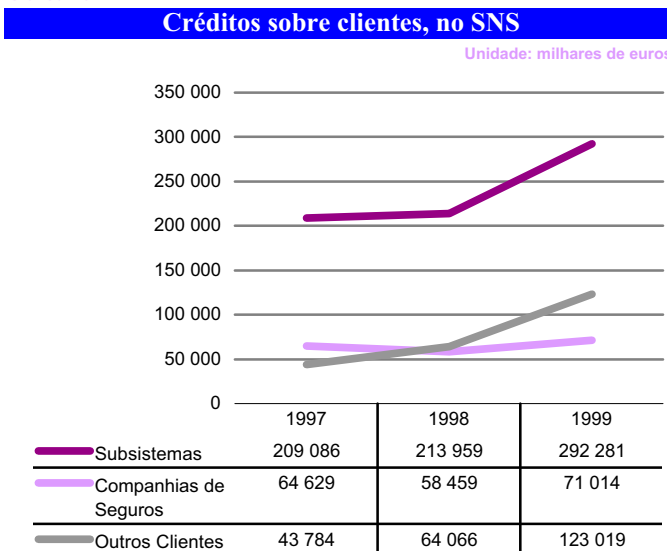
Em 1999, o montante total da dívida contraída pelos diversos clientes do SNS situava-se na ordem dos 486 milhões de euros, sendo a ADSE o principal cliente devedor (as suas dívidas ascenderam a 37% do total). Face a 1997, o crédito sobre clientes aumentou 53,2% (cerca de 169 milhões de euros).

Por outro lado, assumem bastante significado os valores em dívida pelo SNS, resultantes de despesas efectuadas no desempenho de diversas funções. Em 1999, o valor total em dívida atingiu cerca de 1 476 milhões de euros, 60% dos quais relativos a subcontratos. A dívida aumentou, face a 1997, 24 pontos percentuais.

Em 1999, o montante total de Fundos de Pensões atinge os 12 911 milhões de euros

Em 1999 existiam 32 entidades gestoras de fundos de pensões (mais quatro que em 1997) a gerir 238 fundos (mais 12 que em 1997). Face a 1997, o montante total de fundos de pensões aumentou, aproximadamente, 6 005 milhões de euros.

Gráfico 7.37



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Em 1995, as contribuições atingiram o seu montante máximo no período 1995-1999: 1 798 milhões de euros, começando a decrescer a partir daí e só voltando a aumentar em 1998. Já as pensões pagas registaram, no mesmo período, uma tendência crescente, assumindo, em 1999, um valor quase duas vezes superior ao registado em 1995 (387 milhões de euros).

Quadro 7.17

Entidades gestoras de fundos e número de pensões, por entidade gestora					
	1995	1996	1997	1998	1999
Entidades gestoras de fundos	28	31	29	33	32
Empresas de seguros	81	81	82	86	89
Sociedade gestoras	145	156	155	147	149
Fundos de pensões	226	237	237	233	238
Geridos pelas empresas de seguros	81	81	82	86	89
Geridos pelas sociedades gestoras	145	156	155	147	149

Unidade: n.º

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Em 1999, as contribuições realizadas totalizaram 1 190 milhões de euros. Ao proceder-se à análise comparativa entre os montantes das contribuições realizadas e os montantes de pensões pagas, verifica-se que o montante pago em pensões registou um aumento de 176 p.p. face a 1995, sendo superior ao registado pelas contribuições (66,2%).

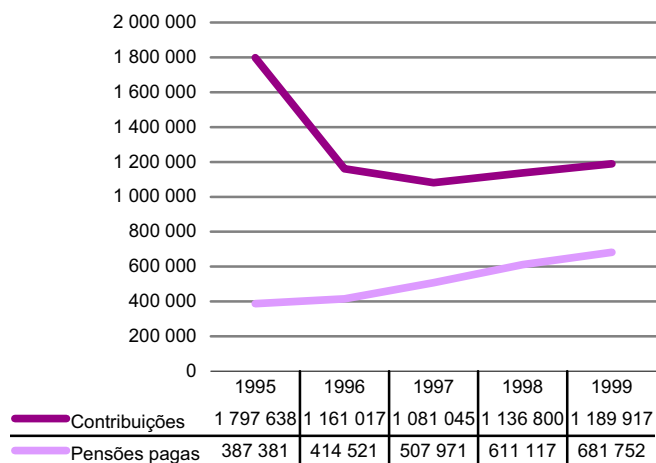
O número de beneficiários aumentou, no período entre 1993 e 1999 aproximadamente 68%, sendo de notar o decréscimo de 1995 para 1996 no total de indivíduos que recebem fundos de pensões. A partir de 1996, esse número retomou a tendência crescente, tendo alcançado os 92 202 beneficiários em 1999. 71% dos beneficiários receberam pensões de velhice e invalidez, totalizando cerca de 480 milhões de euros.

A repartição funcional dos montantes de pensões pagas tem-se mantido relativamente estável no período 1995-1999, com a função Velhice a recolher

Gráfico 7.38

Fundos de Pensões - montante das contribuições e das pensões pagas

Unidade: milhares de euros

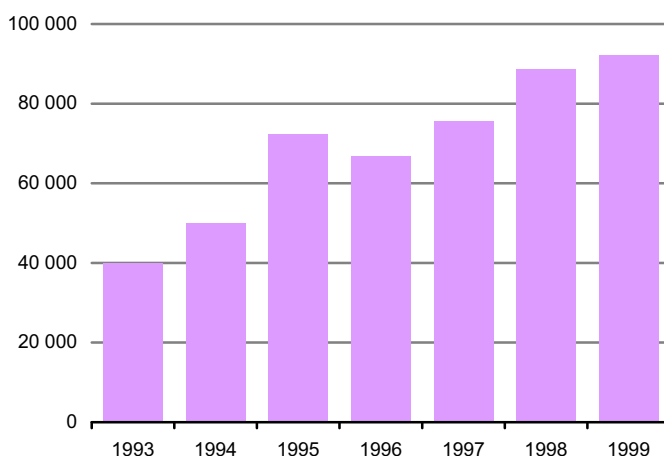


Nota: As pensões pagas referem-se apenas a fundos de pensões fechados.

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.39

Número de beneficiários dos Fundos de Pensões



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

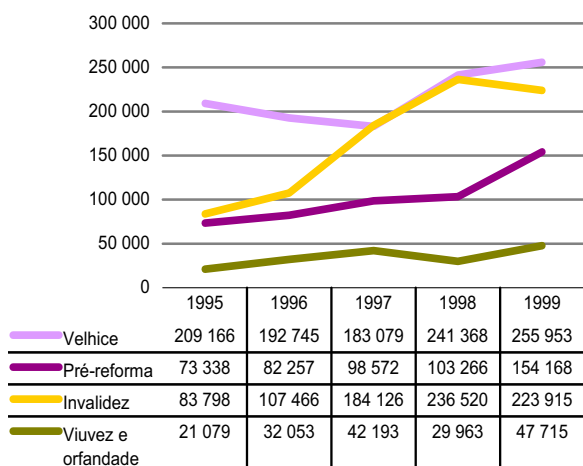
sempre a maior parte dos montantes despendidos. A função Invalidez é a que mais rivaliza com a função Velhice, tendo mesmo, em 1997, recolhido mais 1 047 milhares de euros que esta. Entre 1995 e 1999, o maior crescimento em termos de montantes de pensões pagas é o da função Invalidez (mais 167,2% em 1999).

O número de participantes nos fundos de pensões cresceu quase 25% entre 1995 e 1999. Neste último ano o número de participantes rondava os 300 mil.

Gráfico 7.40

Montante das pensões pagas, por funções

Unidade: milhares de euros

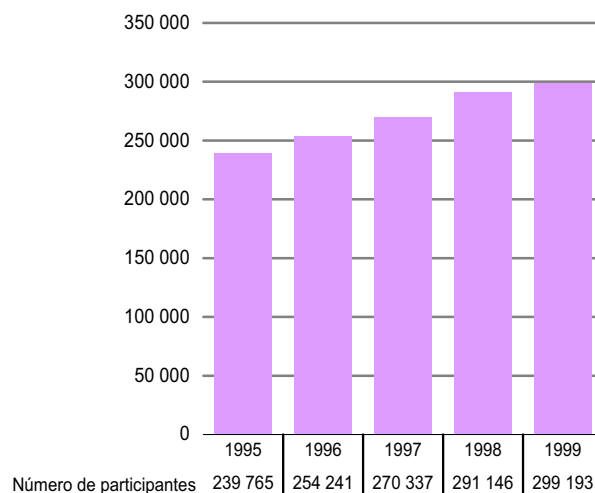


Nota: Os dados apresentados referem-se apenas a Fundos de Pensões fechados.

Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

Gráfico 7.41

Fundos de pensões - Número de participantes



Fonte: INE – Estatísticas da Protecção Social

PARA SABER MAIS...

Receitas e Despesas da Protecção Social.

Nestas estatísticas, elaboradas de acordo com o Sistema Europeu de Estatísticas de Protecção Social, a informação de base é obtida através de um inquérito em que a unidade de observação é constituída pelas instituições que asseguram, a título principal ou secundário, o fornecimento das prestações de Protecção Social e suportam, na totalidade ou em parte, os custos inerentes. Estão incluídas :

- Administração pública de segurança social;
- Outra administração pública (central ou local);
- Fundos públicos, geridos ou não isoladamente;
- Empresas públicas ou privadas;
- Administrações privadas: associações de socorros mútuos,
- Instituições particulares de solidariedade social

Em suma, unidades institucionais podendo, à priori, pertencer a qualquer sector. O critério considerado para escolher e definir o que constitui uma unidade de observação estatística é a existência, por um lado, de uma certa autonomia de decisão e, por outro, de dados contabilísticos, isto é, uma gestão definida simultaneamente pelo seu objecto (protecção contra um ou vários riscos) e, em princípio, pela existência de uma contabilidade distinta.

Estes dados referem-se às receitas e despesas da Protecção Social.

Para acesso a dados mais detalhados, assim como para conhecimento das metodologias utilizadas, recomenda-se a leitura das publicações sectoriais editadas sobre esta área estatística e/ou o contacto directo com o INE.

De referir ainda que algumas funções parecem identificar-se com diversos ramos das estatísticas da segurança social. Porém, ainda que as designações sejam idênticas, cada uma das funções tem um âmbito de aplicação mais vasto do que o da segurança social propriamente dito.

Estatísticas da Segurança Social

A informação estatística que aqui se publica pretende caracterizar os diversos regimes de segurança social, através da quantificação dos indicadores mais significativos, quer os relativos às prestações sociais concedidas, quer os relativos à população abrangida.

A cobertura estatística da segurança social assenta fundamentalmente, em três fontes que incluem várias categorias de instituições de protecção social:

a) Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, que é responsável pela cobertura estatística dos regimes de Segurança Social a cargo dos Centros Regionais de segurança Social e caixas de actividade e de empresas não integradas naqueles.

Estes regimes abrangem predominantemente os trabalhadores cujas relações laborais são do âmbito do direito privado, incluindo, portanto, a maioria das empresas públicas.

b) Caixa Nacional de Previdência e Direcção Geral do Orçamento para a cobertura da protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública, subscritores da Caixa Geral de Aposentações incluindo os militares.

c) Associações de Socorros Mútuos, para cobertura da protecção social originariamente designada de inscrição facultativa, mas cuja característica identificadora em relação aos regimes anteriores reside na natureza privada dos organismos que concedem os respectivos benefícios, desempenhando um papel complementar das demais instituições de protecção social.

Notas

¹ Índice de Envelhecimento da População: relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população entre os 0 e os 14 anos.

² Esta prestação vem substituir, em Julho de 1997, as prestações de abono de família, subsídio de nascimento e subsídio de aleitação.

³ Regime de protecção social: corpo distinto de regras, apoiado por uma ou mais unidades institucionais que regem a atribuição das prestações sociais e o respectivo financiamento.



SAÚDE E INCAPACIDADES

Na última década do século XX, graças à combinação dos cuidados públicos de saúde e do consumo das famílias, todos os indicadores são convergentes quanto à melhoria dos indicadores mais relevantes para a observação do estado geral de saúde da população portuguesa. A dimensão em que Portugal apresenta pior resultado relativamente aos nossos parceiros europeus é a elevada contribuição das famílias para o total das despesas em saúde (cerca de 4% do PIB no final da década); em contrapartida, o Estado português é dos que mais contribui (cerca de 6% do PIB), tendo a sua contribuição relativa vindo aliás a aumentar em comparação com as despesas das famílias.

Um dos traços mais salientes da evolução da oferta de cuidados de saúde é o aumento das principais categorias de profissionais, com uma correcção apreciável da relação entre pessoal médico e de enfermagem ao longo da década, em favor deste último. É de notar que, enquanto as mulheres apresentam uma taxa de crescimento superior à dos homens na classe médica, entre os enfermeiros sucede precisamente o contrário.

Hoje em dia, com o pessoal administrativo afecto aos serviços de saúde, o sector ocupa cerca de 2,5% da população activa portuguesa e corresponderia a mais de 10% do PIB. As assimetrias regionais em pessoal médico diminuíram, mas ainda são superiores

Villaverde Cabral,
Universidade de
Lisboa, Instituto de
Ciências Sociais

a um para dois entre a região de Lisboa e os Açores. Em comparação com os países da União Europeia, Portugal é dos que têm menos profissionais de saúde por habitante. Quanto à procura de cuidados médicos, esta não parou de aumentar, tendo as consultas nos hospitais e centros de saúde crescido cerca de 25% numa década. Os internamentos tendem a diminuir e a ser mais curtos, de acordo com as tendências actuais da medicina, mas persistem grandes diferenças regionais difíceis de explicar.

No que diz respeito ao estado geral de saúde da população, as mulheres apresentam maior esperança de vida, como é conhecido, mas os homens gozam de mais anos de vida sem incapacidades físicas. As doenças de declaração obrigatória diminuíram significativamente mas persistem demasiados problemas com a recolha dos dados para as estatísticas poderem ser comentadas com utilidade; o mesmo acontece com a subcontabilização dos casos de SIDA, que oculta a gravidade do problema em Portugal e os fracos resultados das campanhas de prevenção, aliás confirmados por outras fontes, como os inquéritos aos jovens. Quanto à mortalidade, avulta, do ponto de vista sociológico, o peso dos acidentes em geral e dos acidentes da circulação rodoviária em especial, vitimando estes sobretudo os homens e os jovens.

Os ganhos porventura mais notáveis da evolução societal portuguesa e, em particular, do nosso sistema de saúde residem no decréscimo contínuo e significativo da mortalidade infantil, cuja quebra foi convergente entre todas as regiões, tendo caído para menos de metade nas mais retardatárias e cifrando-se hoje, em média, nos 5 por mil. Deve-se esta evolução positiva, entre outros factores, ao facto de mais de 99% dos partos terem actualmente lugar em estabelecimentos de saúde com internamento. Contudo, ainda hoje persistem profundas diferenças entre a região mais atrasada, como a Madeira (8,2‰), e as mais adiantadas, como o Centro e o Alentejo (ambos com 3,8‰).

Em suma, graças à melhoria das condições materiais de vida e ao aumento da escolaridade da maioria da população, bem como ao aumento dos recursos humanos e técnicos próprios da implantação do serviço público de saúde, pode dizer-se que, sem prejuízo das insuficiências observadas tanto nas comparações inter-regionais como internacionais, todos os indicadores de saúde da população portuguesa evoluíram, ao longo da última década do século passado, de forma favorável e de acordo com os padrões expectáveis de uma sociedade moderna.

Fevereiro 2003

SAÚDE E INCAPACIDADES

No actual sistema português de saúde, o Estado (administrações públicas), através da sua função social, constitui o principal garante das condições de saúde da população. O Serviço Nacional de Saúde, existente em Portugal desde 1979, apresenta uma cobertura universal e tendencialmente gratuita, sendo a sua gestão da responsabilidade do Ministério da Saúde e das administrações regionais de saúde.

A despesa da administração pública em saúde, em 1999, representava 6,3% do PIB (mais 1,0 e 1,9 pontos percentuais do que em 1995 e 1990, respectivamente).

Quadro 8.1

Despesas das administrações públicas em saúde										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Despesa em Saúde (10 ⁶ euros)	2 166	2 754	3 319	3 657	3 931	4 322	5 070	5 525	6 150	6 828
Despesa em % do PIB	4,4	4,9	5,2	5,5	5,4	5,3	5,9	5,9	6,1	6,3

Fonte: INE – Contas Nacionais

O consumo efectuado pelas famílias em saúde ao longo do ano de 2001 (dados provisórios) fixou-se nos 3492 milhões de euros (correspondendo a um consumo *per capita* de 339 euros). Comparando este valor com o verificado em 1995, constata-se um crescimento de cerca de 42% representando, em média, um crescimento anual de 6%.

Quadro 8.2

Consumo das famílias em saúde, sobre o território nacional							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000P	2001P
Consumo em saúde (10 ⁶ euros)	2 461	2 515	2 691	2 782	3 043	3 272	3 492
Consumo em saúde em % do PIB	5,0	4,5	4,2	4,1	4,2	4,0	4,0
Consumo em saúde <i>per capita</i> (euros)	245,4	250,1	266,7	274,7	299,0	319,8	339,1

(P) Dados provisórios

Fonte: INE – Contas Nacionais

Mais de 50% da despesa média das famílias em saúde destina-se a medicamentos, aparelhos e material terapêutico

Através da utilização do Inquérito aos Orçamentos Familiares podemos quantificar a despesa média dos agregados familiares em saúde e nas suas diferentes componentes. Em 2000, a despesa média anual dos agregados familiares em saúde situou-se em 719 euros (5,2% do total das despesas), representando em relação a 1995 um crescimento de 35,9% (9,2% em termos reais).

Quadro 8.3

Despesas médias anuais dos agregados familiares em saúde		
	Unidade: euros	
	1995	2000
Total	529	719
Medicamentos, aparelhos e material terapêutico	242	396
Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares	270	288
Serviços hospitalares	17	34

Fonte: INE – Inquérito aos Orçamentos Familiares

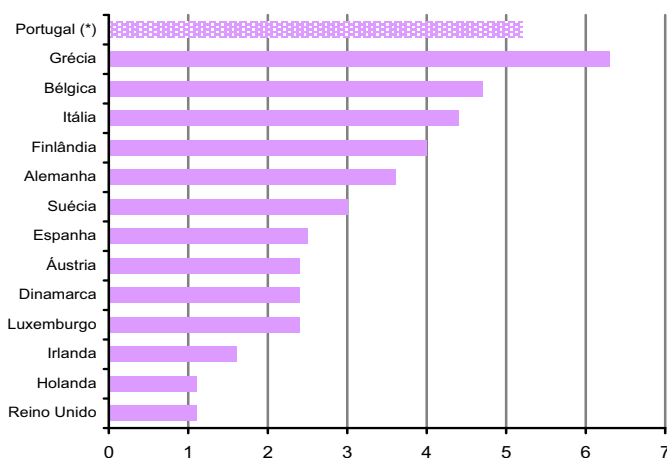
No mesmo período, assistiu-se a uma alteração na estrutura destas despesas; enquanto que em 1995, os serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde não hospitalares representavam a categoria com maior peso no total das despesas (51%), no ano de 2000 esta rubrica foi ultrapassada pelos medicamentos, aparelhos e material terapêuticos (55,1% do total das despesas).

Gráfico 8.1

Peso da despesa média anual dos agregados familiares em saúde no total das despesas, em alguns países da União Europeia

1999

Unidade: %



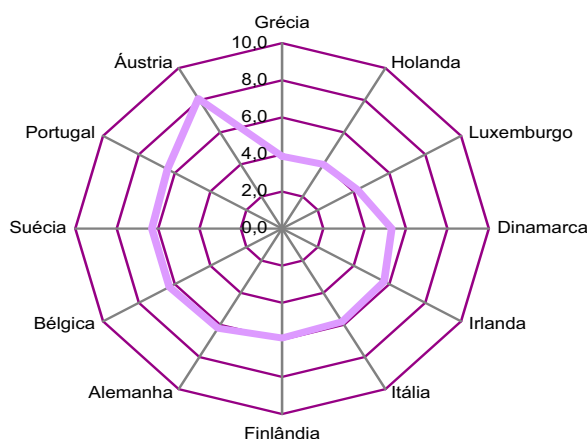
(*) Valor referente ao ano 2000;

Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000; Eurostat - NewCronos

Gráfico 8.2

Total das despesas com saúde das Administrações Públicas, em percentagem do PIB, em alguns países da União Europeia

1999



Fonte: Eurostat - NewCronos

No contexto europeu, e em 1999, a despesa média dos agregados domésticos privados em saúde em percentagem do total das despesas, variou entre 1,1% no Reino Unido e os 6,3% na Grécia.

De acordo com a informação disponível (Gráfico 8.2), apenas a Áustria ultrapassa Portugal em termos das despesas em Saúde das Administrações Públicas em percentagem do PIB (8,1% que compara com os 6,4% de Portugal). A Grécia, a Holanda e o Luxemburgo são os únicos países que ficam abaixo dos 5,0%.

Entre 1996 e 2001, assistiu-se, de um modo geral, a um crescimento do número de trabalhadores na área da saúde. O pessoal de saúde dentário, apresentou o crescimento mais acentuado, 72,6%, reflectindo uma clara melhoria no número de Médicos Dentistas que ascendiam a 3 765 em 2001. Contudo, registe-se o decréscimo no número de Estomatologistas e Odontologistas, 5,8% e 13,9%, respectivamente.

Cada vez mais mulheres entre os médicos

Em 2001, encontravam-se inscritos na ordem dos médicos 33 233 profissionais. Este número, representa um crescimento, face a 1996, de 11,1% (18,6% face a 1990). A decomposição desta variação por sexo permite constatar a forte contribuição do sexo feminino, 18,8%, para a variação total. Este forte dinamismo nos profissionais da saúde, permitiu, em parte, uma

Quadro 8.4

Número de profissionais da Saúde e a sua taxa de variação

		1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Taxa de variação (em %)	
									1996/01	1990/01
Médicos	HM	28 016	29 902	30 431	31 087	31 758	32 498	33 233	11,1	18,6
	H	16 893	17 190	17 322	17 526	17 720	17 914	18 134	5,5	7,3
	M	11 123	12 712	13 109	13 561	14 038	14 584	15 099	18,8	35,7
Farmacêuticos		5 438	6 781	7 334	7 505	7 797	8 056	7 590	11,9	39,6
Pessoal de saúde dentária		1 687	2 780	3 025	3 322	3 769	4 360	4 799	72,6	184,5
Médicos Dentistas		667	1 653	1 904	2 219	2 676	3 321	3 765	127,8	464,5
Estomatologistas		645	790	784	768	765	756	744	-5,8	15,3
Odontologistas		375	337	337	335	328	293	290	-13,9	-22,7
Pessoal de enfermagem	HM	27 652	34 509	36 586	37 747	38 713	39 409	40 130	16,3	45,1
	H	4 964	6 120	6 458	6 750	7 284	7 313	7 537	23,2	51,8
	M	22 688	28 389	30 128	30 997	31 429	32 096	32 593	14,8	43,7

Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, associações e sindicatos respectivos.

O pessoal de enfermagem refere-se ao que presta serviço nos hospitais e centros de saúde.

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde

melhoria na relação existente entre os activos e a população abrangida. Destaque-se a evolução muito favorável ao nível dos médicos, 322 por 100 000 habitantes, em 2001, contra os 297 em 1996 e os 284 em 1990. Diferenciando por região, torna-se evidente uma certa assimetria regional ao nível da disponibilidade do pessoal de saúde, isto é, diferentes níveis de acessibilidades aos serviços de saúde. O quadro 8.5 pretende ilustrar esta variação geográfica.

Alentejo e Regiões Autónomas muito afastadas do número de médicos por 100 000 habitantes registados no país

Quadro 8.5

Número de médicos por 100 000 habitantes, por NUTS II							
NUTS II	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	284	297	301	306	311	317	322
Continente	292	304	308	313	319	324	328
Norte	x	258	263	267	273	282	287
Centro	x	287	291	296	301	309	311
Lisboa e Vale do Tejo	x	400	404	410	413	413	415
Alentejo	x	132	135	139	145	153	167
Algarve	x	200	199	208	219	226	241
R. A. Açores	118	145	148	155	157	161	168
R. A. Madeira	142	160	164	170	180	187	196

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta a maior disponibilidade relativa em termos de médicos, 415 médicos por 100 000 habitantes, encontrando-se a região do Alentejo na situação mais desfavorável (167 médicos por 100 000 habitantes). Embora se tenha assistido a uma melhoria deste indicador ao nível de todas as regiões, esta variação não foi uniforme. Entre 1996 e 2001, o forte crescimento na Região Autónoma da Madeira (22,5%) contrasta com a modesta evolução na região de Lisboa e Vale do Tejo (3,8%).

Ao nível da União Europeia, Portugal apresentava em 2000 um défice acentuado de dentistas e um número de farmacêuticos e de médicos próximo da mediana dos outros estados membros. A Grécia detinha a situação mais favorável ao nível dos dentistas (116 dentistas por 100 000 habitantes), muito acima do valor calculado para Portugal (44 dentistas por 100 000 habitantes). No que respeita à classe dos farmacêuticos, a Finlândia assume papel de destaque com 148 farmacêuticos por 100 000 habitantes, praticamente o dobro do valor para Portugal. Nos médicos, Portugal apresenta uma posição intermédia estando à frente de países como o Reino Unido (180) e a Irlanda (250).

OS CUIDADOS MÉDICOS E HOSPITALARES

Quadro 8.6

Número de médicos, dentistas e farmacêuticos por 100 000 habitantes na União Europeia			
2000			
	Médicos	Dentistas	Farmacêuticos
Bélgica	411	x	x
Dinamarca	x	x	50
Alemanha	359	77	58
Grécia*	438	116	x
Espanha	454	45	129
França	329	69	99
Irlanda	250	53	x
Itália	599	57	109
Luxemburgo	315	65	x
Holanda	321	56	x
Austria	x	46	56
Portugal	325	44	81
Finlândia	308	93	148
Suécia	x	87	x
Reino Unido	180	41	x

* Os dados referem-se a 1999

Fonte: Eurostat - NewCronos

Os 6 novos hospitais existentes em 2001 (face a 1996) são hospitais particulares

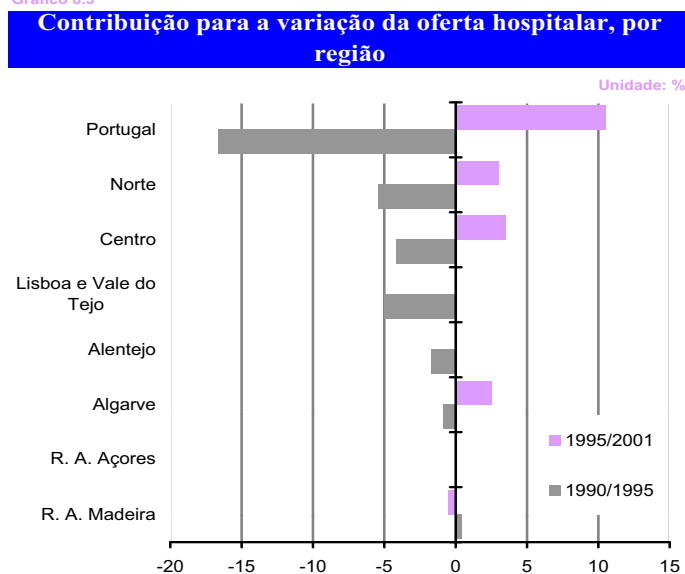
A evolução da oferta hospitalar entre 1996 e 1999 caracterizou-se por um crescimento ao nível do número de hospitais, quer em termos absolutos, quer por 100 000 habitantes. Nos dois anos seguintes, o número de hospitais decresceu. Em 2001, existiam em Portugal 217 hospitais, representando um crescimento de 2,8% face a 1996. Note-se que esta evolução contrasta com a verificada entre 1990 e 1995, pois neste período assistiu-se a uma quebra acentuada em termos de oferta hospitalar. A análise da variação da oferta hospitalar por entidade, revela uma variação nula no número de hospitais oficiais e um crescimento de 6,7% no número de hospitais particulares.

Quadro 8.7

Número de hospitais, por entidade e modalidade						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	211	215	215	221	219	217
Oficiais	122	123	123	125	125	122
Geral	92	93	93	92	93	92
Especializado	30	30	30	33	32	30
Particulares	89	92	92	96	94	95
Geral	57	56	56	60	60	60
Especializado	32	36	36	36	34	35

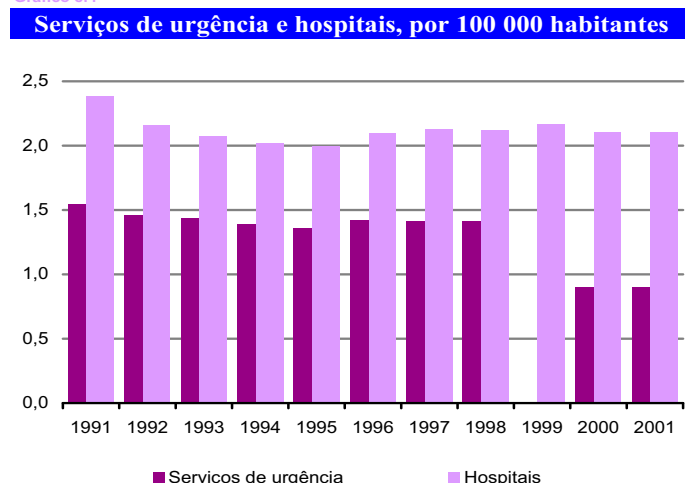
Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.3



Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.4

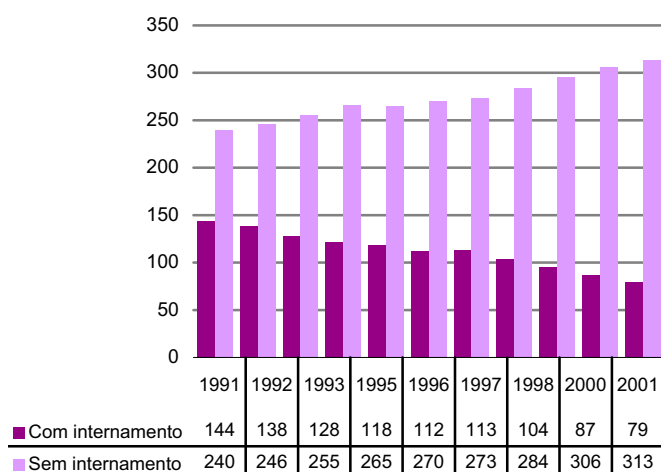


Em 2001, existiam 2,1 hospitais por cada 100 000 habitantes, um valor idêntico ao verificado em 1996. Apenas em 1999 se conheceu um valor diferente (2,2 hospitais por cada 100 000 habitantes).

Analisando a evolução da oferta hospitalar por região (ver gráfico 8.3), constata-se o forte contributo das regiões do Norte e do Centro para os valores verificados em 2001. No período anterior, 1990 a 1995, estas duas regiões apresentaram também um contributo muito significativo para a variação negativa verificada.

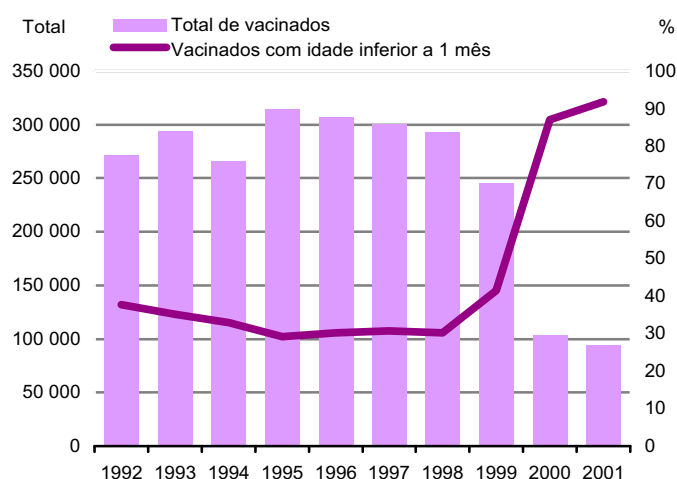
O período que decorreu entre 1991 e 1995, caracterizou-se por perdas sucessivas na disponibilidade de serviços de urgência. Esta redução nos serviços de urgência, combinada com uma evolução positiva na população residente, implicou um decréscimo no número de serviços de urgência por 100 000 habitantes (1,4 em 1995). Entre 1996 e 1998, este indicador permaneceu constante nos 1,4 serviços de urgência por 100 000 habitantes. Nos dois últimos anos observados (esta informação não se encontra disponível para 1999), esta variável situou-se nos 0,9 serviços de urgência por 100 000 habitantes. Contudo, estes valores não são comparáveis com os verificados até 1998, em virtude de o novo inquérito aos hospitais, introduzido em 1999, se referir apenas a serviços de urgência de hospitais públicos.

Gráfico 8.5

Evolução do número de centros de saúde

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.6

Evolução da vacinação antituberculose (BCG)

Notas: Os valores para 1998 reportam-se ao Continente; De 1992 a 1999 a percentagem de vacinados refere-se aos indivíduos com idade inferior a 1 ano.

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Os centros de saúde têm adquirido uma importância crescente em termos de prestação de cuidados médicos. Em 2001, encontravam-se em funcionamento 392 unidades de centros de saúde, representando uma variação positiva de 2,6% face ao valor verificado em 1996 (2,1% face a 1991). No entanto, a decomposição desta variação permite constatar a forte contribuição dos centros de saúde sem internamento para o crescimento verificado (11,3%), compensando largamente a tendência de decréscimo nos centros de saúde com internamento (-8,6%).

A vacinação tem como objectivos primordiais proteger a população contra algumas doenças transmissíveis, evitáveis pela vacinação, e diminuir a morbilidade e mortalidade. A vacinação antituberculose constitui o instrumento principal no combate à tuberculose. O actual Plano Nacional de Vacinação entrou em vigor em Janeiro de 2000, contemplando apenas uma dose de vacinação por BCG a aplicar aos recém nascidos, facto que explica a forte subida em 2000 e 2001 na percentagem de vacinados em BCG com idade inferior a 1 mês e a redução no número total de vacinações antituberculose.

Ao longo da última década, assistiu-se a um ligeiro aumento na procura da população em termos de consultas médicas prestadas nos hospitais e centros de saúde. Em 2001, efectuaram-se 3,79 consultas por habitante, representando um ligeiro crescimento face ao verificado em 1995 (3,21) e 1991 (3,03). O número de consultas efectuadas nos

centros de saúde, representou, em 2001, 76,3% do total de consultas realizadas nos dois tipos de unidades de saúde pública (mais 0,5 pontos percentuais que em 2000). Entre 1991 e 1998 (o valor para 1999 não se encontra disponível) a tendência foi de sentido oposto, mostrando perdas sucessivas no peso das consultas médicas realizadas nos centros de saúde. Enquanto que em 1991 esta proporção tomava o valor de 81,3%, em 1995 reduziu-se para os 78,6% e em 1998 para os 77,4%.

Quadro 8.8

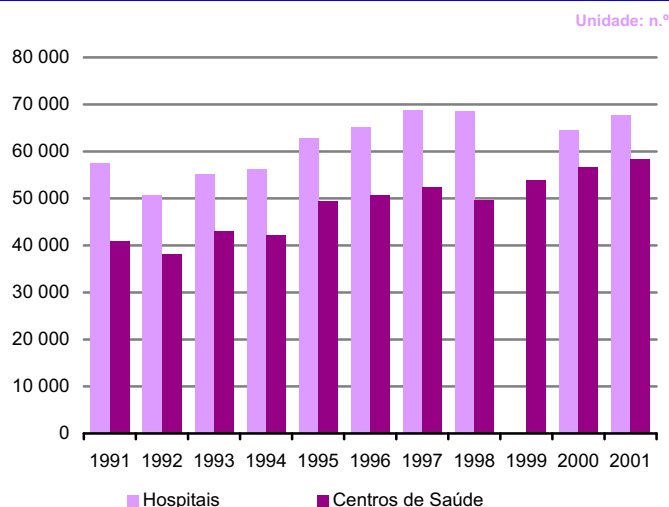
Consultas por habitante, efectuadas nos hospitais e centros de saúde

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Hospitais	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	x	0,9	0,9
Centros de Saúde	2,5	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7	2,9

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.7

Doentes socorridos nos serviços de urgência dos hospitais e centros de saúde, por 100 000 habitantes



Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Ortopedia, cirurgia geral e oftalmologia são as especialidades com maior representatividade nas consultas hospitalares

A desagregação das consultas efectuadas por sexo, é reveladora da forte procura por parte das mulheres. No que respeita aos centros de saúde, em 2001, 58,4% das consultas diziam respeito a doentes do sexo feminino. Nos hospitais, e para o mesmo ano, este indicador situou-se nos 55,8%.

A decomposição do número de consultas efectuadas, segundo a especialidade, é reveladora da forte importância da medicina geral e familiar/clínica geral (83,4%) e saúde infantil e juvenil/pediatria (9,8%) nos centros de saúde, e de ortopedia (10,2%), cirurgia geral (7,3%) e oftalmologia (7,3%), nos hospitais.

No que diz respeito aos serviços de atendimento de situações de urgência, assistiu-se a um crescimento, embora moderado, no número de doentes socorridos ao longo do período analisado. Em 2001, os centros de saúde atenderam 58 547 casos de urgência por 100 000 habitantes, representando, em média, uma assistência diária total de 16 520 doentes.

Cada doente permanece, em média, 8,9 dias internado nos hospitais

A concepção e o desenvolvimento dos hospitais e centros de saúde, na última década, têm revelado um peso crescente da actividade ambulatoria, através da diminuição do tempo de internamento e do parque de camas.

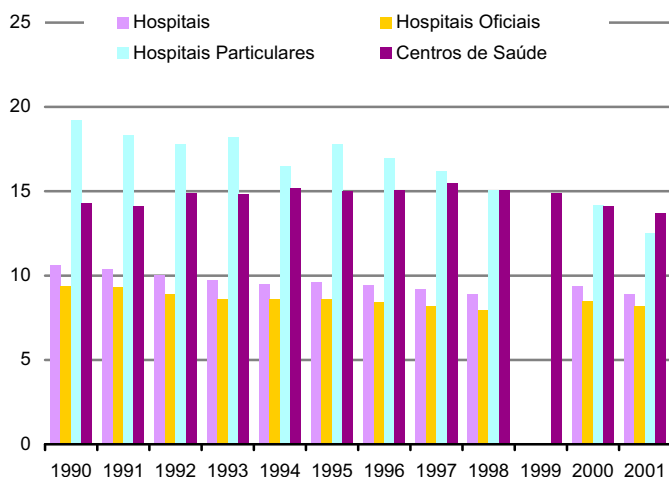
A duração média do internamento nos hospitais fixou-se, em 2001, nos 8,9 dias (menos 0,5 dias face a 2000). Face a 1995 e a 1990, este valor representa um decréscimo de 7,4 e 16,1% respectivamente. Este indicador conheceu uma tendência decrescente no período balizado entre 1990 e 1998. Tendo em conta a entidade de tutela dos

hospitais, conclui-se que o decréscimo neste período foi mais acentuado nos hospitais particulares. Entre 1990 e 1998, a taxa média de variação anual da duração média do internamento hospitalar nos hospitais particulares e oficiais foi de -3% e -2%, respectivamente.

Em termos regionais e em 2001, a região do Norte apresentou a menor duração média (7,4 dias) sendo seguida de perto pelas regiões do Algarve (8,3 dias) e de Lisboa e Vale do Tejo (8,8 dias). Sublinhem-se os valores elevados deste indicador nas Regiões Autónomas dos Açores (16,3 dias) e da Madeira (16,4 dias). Estas diferenças regionais têm permanecido relativamente inalteradas ao longo dos últimos anos.

Gráfico 8.8

Duração média do internamento (em dias), nos hospitais e centros de saúde



Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Em 2001, a duração média do internamento nos centros de saúde fixou-se nos 13,7 dias, valor relativamente inferior ao verificado em 1995 (15,0 dias). A análise regional permite identificar grandes disparidades tendo variado, em 2001, entre os 7,7 dias na região do Norte e os 59,9 dias na Região Autónoma da Madeira. No Continente é a região de Lisboa e Vale do Tejo que apresenta a maior duração média (53,9 dias).

A análise do número de camas hospitalares (lotação praticada) permite caracterizar, ainda que parcialmente, os equipamentos de saúde disponíveis. Através do quadro 8.9, podemos verificar o ligeiro declínio no número de camas por 100 000 habitantes ao longo do período em análise, existindo, porém, nos anos de 1996 e 1999, um ligeiro crescimento face ao ano antecedente, fixando-se, em 2001, nas 387 camas. Este indicador nos centros de saúde continua a apresentar uma tendência clara de perda. Em 2001, existiam apenas 12 camas por 100 000 habitantes nos centros de saúde, representando menos de metade do número observado em 1991 (30 camas). A diminuição da disponibilidade de camas nos centros de saúde surge como uma consequência natural do forte decréscimo no número de centros de saúde com internamento.

Quadro 8.9

Número de camas nos hospitais e centros de saúde por 100 000 habitantes											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	422	420	411	406	404	408	403	393	399	390	387
Hospitais	393	393	387	384	383	389	384	377	384	376	375
Oficiais	308	307	304	300	300	302	297	291	294	288	287
Particulares	85	86	83	84	83	88	87	86	90	88	88
Centros de saúde	30	27	24	22	21	19	19	17	15	14	12

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Algarve com menor número de camas e maior taxa de ocupação efectiva

Tanto ao nível dos hospitais como dos centros de saúde, a análise da disponibilidade de camas pela população em termos regionais, permite aferir da situação desfavorável do Algarve face ao resto do país. Esta região dispunha em 2001 de apenas 264 camas por 100 000 habitantes, sendo que 231 se encontravam nos hospitais e as restantes nos centros de saúde. A região do Alentejo também se apresentava desfavorecida, com apenas 288 camas por 100 000 habitantes (259 e 29 camas nos hospitais e centros de saúde, respectivamente). Noutro extremo encontrava-se a Região Autónoma da Madeira, com 705 camas por 100 000 habitantes (684 nos hospitais e 21 nos centros de saúde). Entre 1991 e 2001, embora a relação entre as diferentes regiões tenha permanecido constante, a disparidade regional aumentou ligeiramente.

A taxa de ocupação anual de camas nos hospitais, em 2001, situou-se em 72,7% nos hospitais, abaixo do valor observado em 2000 (74,3%).

Os centros de saúde apresentaram em 2001 uma taxa de ocupação de 66,8%, representando um crescimento de 5,8 e 3,7 pontos percentuais face a 2000 e 1995, respectivamente.

Quadro 8.10

Taxa de ocupação anual de camas, nos hospitais e centros de saúde							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Hospitais	74,9	74,3	74,2	74,6	x	74,3	72,7
Centros de Saúde	63,1	64,9	60,8	60,9	62,1	61,0	66,8

Unidade: %

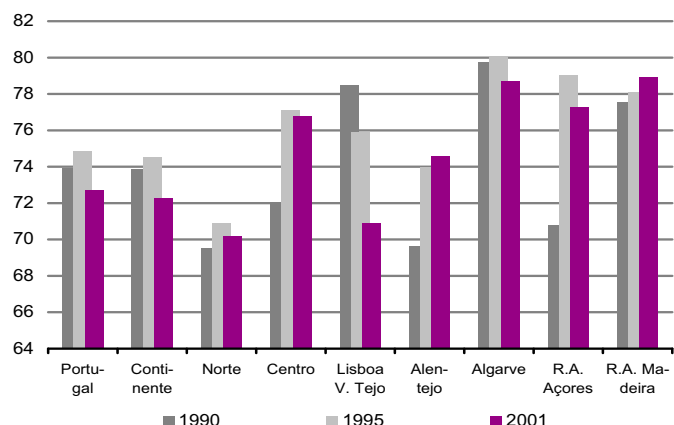
Fonte: INE - Estatísticas da Saúde

Tanto a nível de hospitais como de centros de saúde, a região do Algarve ganha papel de destaque pelas elevadas taxas de ocupação anual de camas. Não obstante a região do Algarve não apresentar elevadas durações médias de internamento, em particular nos hospitais, a reduzida disponibilidade de camas contribui decisivamente para as

Gráfico 8.9

Taxa de ocupação efectiva de camas nos hospitais, por NUTS II

Unidade: %



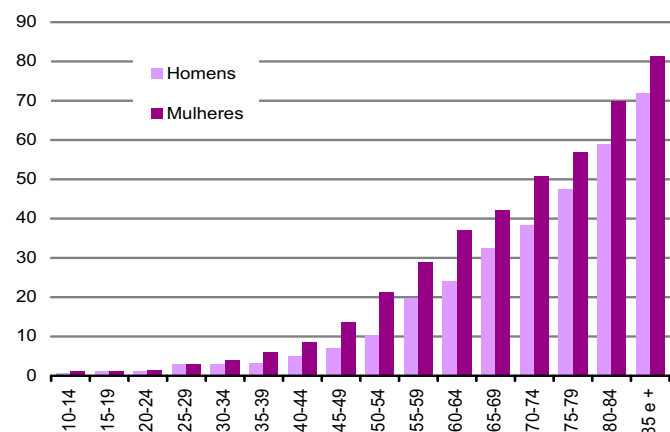
Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.10

Prevalência de pelo menos um tipo de incapacidade, por sexo e grupo etário (anos), no Continente

1995/96

Unidade: %



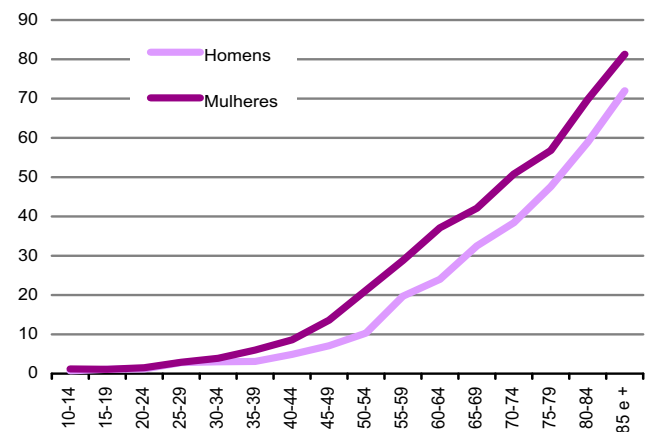
Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

Gráfico 8.11

Prevalência de incapacidade funcional, por sexo e grupo etário

1995/96

Unidade: %



Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

taxas de ocupações observadas. Salienta-se ainda a elevada taxa de ocupação hospitalar de camas verificada na Região Autónoma da Madeira.

INCAPACIDADES

Entre a população feminina, a prevalência de “ter pelo menos uma incapacidade física” é superior, sobretudo, a partir dos 45 anos de idade

Com base nos resultados do Inquérito Nacional de Saúde, para o Continente, em 1995/1996, calcularam-se as taxas de prevalência de alguns tipos de incapacidade física de longa duração, por sexo e grupos etários. Da análise das taxas de prevalência destacam-se duas características: os valores aumentam ao longo da vida em ambos os sexos, e são geralmente superiores nas mulheres.

As taxas de prevalência de incapacidade de tipo funcional, embora menos elevadas, assumem, no entanto, valores significativos na população a partir dos 50 anos, com valores sempre superiores nas mulheres. Este tipo de incapacidade está ligado essencialmente à mobilidade (andar, subir e descer escadas, etc.), que pode ter grande impacto na autonomia pessoal e prevalece principalmente nas mulheres, com taxas superiores a 50% nas idades acima de 70 anos (gráfico 8.11).

Ao longo das últimas décadas observou-se um aumento gradual da esperança de vida da população portuguesa¹. No entanto, torna-se fundamental introduzir indicadores que avaliem a qualidade associada a esses anos “suplementares” de vida. Um desses indicadores, a esperança de vida sem incapacidade física, que traduz o número médio de anos que um indivíduo espera viver sem incapacidade física, (calculado pelo método de Sullivan), tem em conta simultaneamente a mortalidade e a morbilidade da população.

Com base na população residente, segundo o sexo e grupo etário, residente no Continente em 1995 (ano da realização do Inquérito Nacional de Saúde) e alguns tipos de prevalência de

incapacidade física de longa duração, calcularam-se algumas esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração.

Na presente análise consideram-se os seguintes tipo de incapacidade:

- de tipo funcional: indivíduos confinados à cama ou à cadeira e com incapacidade em relação à locomoção e capacidade motora;
- que restrinja a actividade: indivíduos confinados à cama ou cadeira e ainda todos os que possuíam restrições nas actividades diárias como por exemplo, sentar-se, levantar-se, etc.;
- sem incapacidade para a locomoção;
- sem nenhum tipo de incapacidade.

Nos diversos tipos de esperança de vida obtidos, constatou-se que a esperança de vida sem incapacidade para a locomoção, traduzida no número médio de anos que se espera viver, sem este tipo de incapacidade, é superior às restantes, quer nos homens quer nas mulheres (gráfico 8.12 e gráfico 8.13).

Em termos gerais, e para ambos os sexos, a posição hierárquica dos valores dos diversos tipos de esperança de vida é semelhante

A sobremortalidade masculina traduzida pela superioridade no número médio de anos de vida que a população feminina espera viver também se verificou na população com incapacidade, principalmente, na população com incapacidade para a locomoção e com restrições na actividade diária (gráfico 8.14).

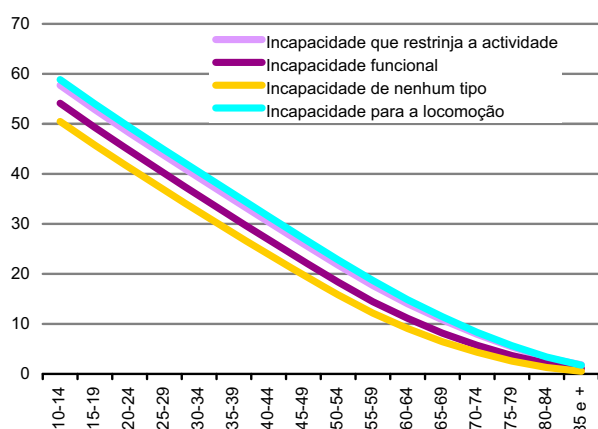
A análise da “esperança de vida sem incapacidade de nenhum tipo” e “sem incapacidade funcional”, evidencia que, a partir dos 25 anos, a esperança de vida do sexo masculino é superior à do sexo feminino

Quando se toma em consideração a percentagem da esperança de vida passada sem incapacidade em cada sexo – relação entre a esperança de vida sem incapacidade e a esperança de vida - conclui-se que, de um modo geral, é sempre

Gráfico 8.12

Esperança de vida, em anos sem incapacidade, por grupo etário (homens)

1995/96 Unidade: anos

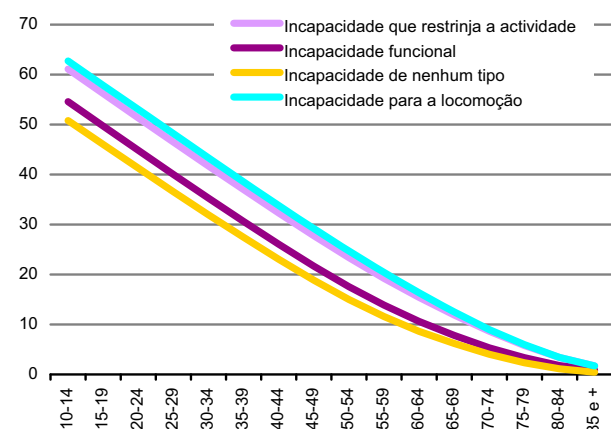


Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

Gráfico 8.13

Esperança de vida, em anos sem incapacidade, por grupo etário (mulheres)

1995/96 Unidade: anos



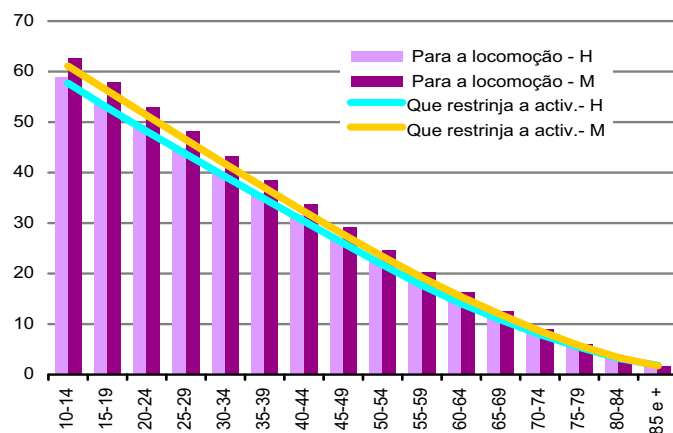
Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

Gráfico 8.14

Esperança de vida “sem incapacidade para a locomoção” e “que restrinja a actividade”, por sexo e grupo etário (em anos)

1995/96

Unidade: anos



Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

superior nos homens. Isto significa que, apesar das mulheres viverem um maior número de anos de vida, os homens podem viver mais tempo sem incapacidade física de longa duração.

Tomando como exemplo a percentagem da “esperança de vida sem incapacidade física que restrinja a actividade” e “sem incapacidade para a locomoção”, verifica-se que além da superioridade da percentagem de anos que os homens esperam viver sem estes tipos de incapacidade, constata-se, que em ambos os sexos, estes tipos de incapacidade não surgem tão cedo (gráfico 8.15).

Mulheres com maior esperança de vida, mas com menor valor na esperança de vida sem incapacidade física de longa duração

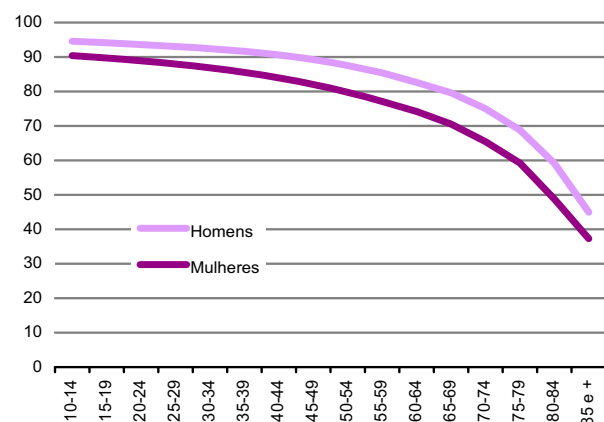
Da comparação entre as percentagens de

esperança de vida dos homens e das mulheres, ressalta que as maiores diferenças entre os sexos ocorreram na incapacidade de tipo funcional e na ausência de incapacidade (gráfico 8.16).

Gráfico 8.15

Percentagem da esperança de vida sem incapacidade que restrinja a actividade, por sexo e grupo etário

1995/96

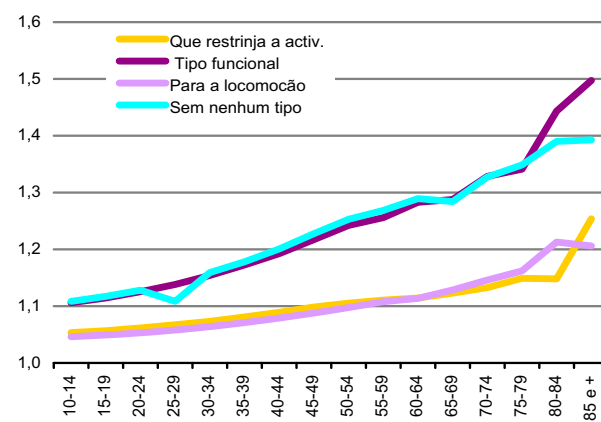


Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

Gráfico 8.16

Relação entre as percentagem da esperança de vida sem incapacidade, dos homens relativamente às mulheres

1995/96



Fonte: INE - Caderno Temático nº 10 – Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração

AS DOENÇAS

Tuberculose tende a persistir como problema de saúde pública

Apesar dos grandes desenvolvimentos conhecidos nas últimas décadas em termos de combate à tuberculose, esta continua a ser um importante problema de saúde pública. Ao longo do ano de 2001, registaram-se no Continente 4359 casos de tuberculose (3 948 casos novos e 411 retratamentos), representando uma diminuição, face a 1993, de 20%. A taxa de incidência total de tuberculose (número de casos registados por 100 000 habitantes) fixou-se nos 44,4 casos por 100 000 habitantes, valor mais baixo desde 1993, sendo 1994 o ano mais desfavorável.

Quadro 8.11

Incidência de casos novos e retratamentos de tuberculose									
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total (n.º)	5 447	5 619	5 577	5 248	5 112	5 260	5 112	4 399	4 359
Novos (n.º)	4 885	5 045	4 919	4 656	4 494	4 685	4 552	4 033	3 948
Retratamentos (n.º)	562	574	658	592	618	575	560	366	411
Taxa de incidência total (%)	57,4	59,1	58,5	54,8	53,2	54,5	52,8	45,1	44,4

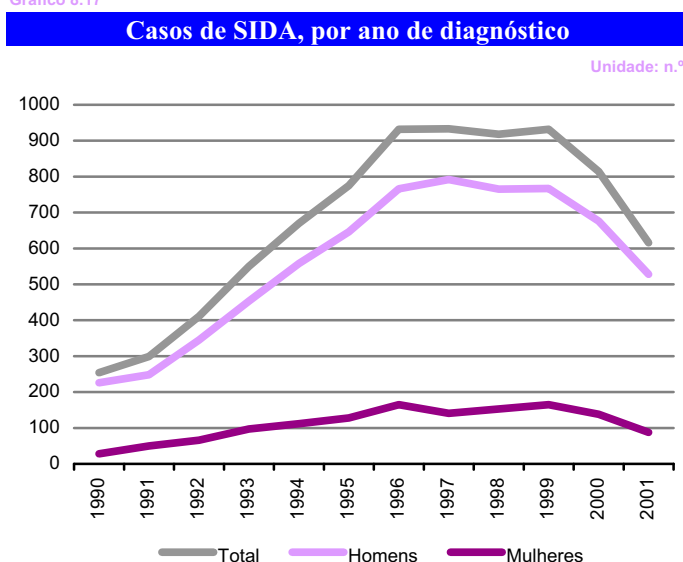
Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Quadro 8.12

Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (DDO)							Unidade: n.º
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Total	21 504	29 596	12 823	11 193	13 464	7 057	
03 Outras salmoneloses	206	179	339	412	309	522	
06 Tuberculose respiratória	3 689	4 060	4 201	4 019	3 399	3 055	
11 Brucelose	860	866	817	683	507	375	
26 Febre escaro-nodular	1 024	891	719	984	786	668	
35 Hepatite B	835	680	572	407	286	210	
37 Hepatite C (070.4 e 070.5)	420	491	729	411	203	39	
39 Parotidite epidémica	11 280	19 415	2 827	3 153	6 493	735	
Outras DDO	3 190	3 014	2 619	1 124	1 481	1 453	

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.17



Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

Ao longo do ano de 2001, foram notificados em Portugal 7057 casos de doenças de declaração obrigatória (DDO), menos 47,6% do que em 2000. O forte decréscimo verificado desde 1998 fica a dever-se à menor incidência de parotidite epidémica. Os indivíduos do sexo masculino foram responsáveis, em 2001, por 71,2% dos casos de tuberculose notificados.

A tuberculose respiratória e a parotidite epidémica constituem, em qualquer dos anos observados, as duas DDO mais notificadas. Analisando por idade, constata-se que nos indivíduos até aos 24 anos, a parotidite epidémica é a principal DDO, sendo remetida para segundo plano pela tuberculose respiratória nos indivíduos com 25 e mais anos.

Desagregando os casos de tuberculose notificados segundo a localização, verifica-se a forte expressão da tuberculose respiratória (93,8% em 2001).

Após o forte crescimento verificado nos primeiros 6 anos da década, o número de casos² diagnosticados de SIDA estabilizou, conhecendo mesmo uma significativa redução nos dois últimos anos observados. No decurso de 2001, foram diagnosticados 616 casos de SIDA, que compara com 814 e 932 casos em 2000 e 1999, respectivamente.

De 1983 a 2001, foram diagnosticados em Portugal 8 710 casos de SIDA (83,7% em indivíduos do sexo masculino) sendo que 4 835 destes correspondem a indivíduos que já faleceram. Do total de casos, 86% pertencem ao grupo etário dos 20 aos 49 anos (22,1% no grupo etário dos 25 aos 29 anos).

A MORTALIDADE

A taxa de mortalidade global em 2001 situou-se nos 10,2‰ (10,2 óbitos por 1000 habitantes), ligeiramente inferior ao registado no ano anterior (10,3‰). Entre 1996 e 2001, a taxa de mortalidade global apresentou um comportamento algo irregular (decréscimo em 1997, 2000 e 2001 e um crescimento em 1998 e 1999).

Nos últimos 20 anos, as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos têm constituído as principais causas de morte em Portugal. No ano de 2001, estas duas causas de morte foram responsáveis por 62 638 óbitos: 40 686 óbitos (38,5% do total) resultantes de doenças cardiovasculares e 21 952 óbitos (20,8% do total) provocados por tumores malignos.

Contudo, na última década estas duas patologias mostram tendências de evolução bastante diferente. Os óbitos por tumor maligno cresceram 5,6% e 18,1% em relação a 1996 e 1990, respectivamente. Através do gráfico 8.18 constata-se que os homens são mais vulneráveis aos tumores malignos, sendo responsáveis, em 2001, por 23% do total de mortes (18% no caso das mulheres).

Quadro 8.13

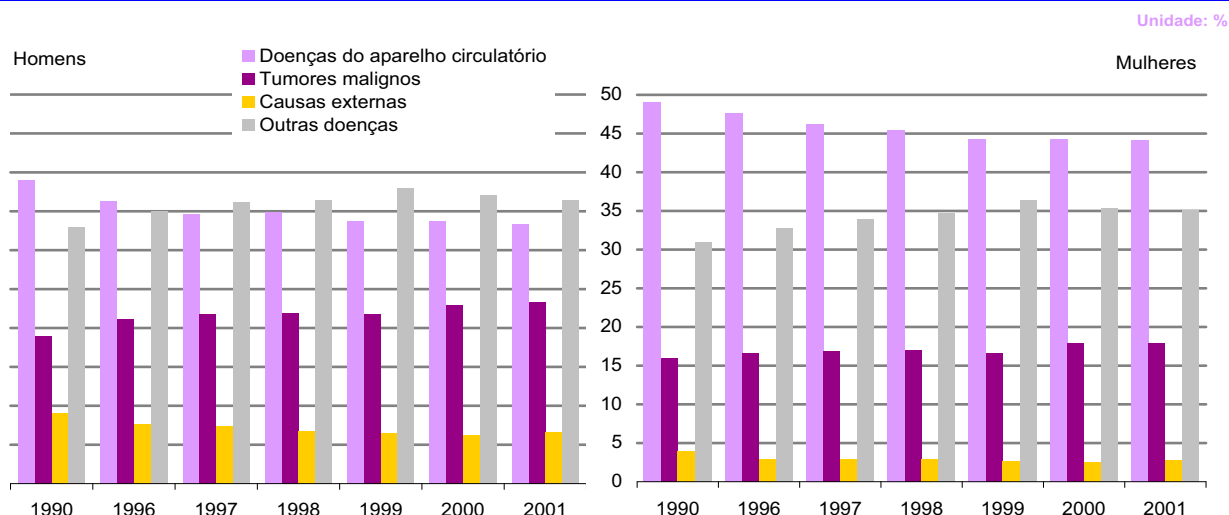
Óbitos, segundo as principais causas de morte

Unidade: n.º

CID-9	1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	103 115	107 259	105 157	106 574	108 268	105 813	105 582
Doenças do aparelho circulatório (25 - 30)	45 526	44 686	42 196	42 527	41 998	40 994	40 686
Enfarte agudo do miocárdio (270)	7 133	6 749	6 661	6 752	6 522	6 376	6 422
Doenças cérebro-vasculares (29)	24 640	23 661	21 938	21 828	21 617	20 995	20 433
Tumores malignos (08 - 14)	18 176	20 332	20 474	20 860	20 934	21 461	21 952
T. malign. do aparelho digestivo e peritoneu (09)	7 732	7 966	8 027	7 998	8 273	8 276	8 665
T. malignos do estômago (091)	3 010	2 699	2 631	2 565	2 647	2 617	2 578
T. maligno do cólon (093)	1 486	1 811	1 892	1 957	2 012	2 038	2 216
T. maligno do recto, junção rect. e do ânus (094)	798	805	814	797	901	825	960
T. m. do apar. Respirat. e órg. intratorácicos (10)	2 732	3 098	3 146	3 323	3 167	3 336	3 353
T. malign. da traqueia dos brônquios e pulmão (101)	2 241	2 622	2 648	2 843	2 726	2 870	2 864
T. m. ossos, tec. conjunt., da pele e da mama (11)	1 826	2 031	2 034	2 040	1 993	2 044	2 149
Melanoma m. da pele e outros t. m. da pele (111, 112)	201	245	243	254	259	268	258
T. malign. da mama feminina (113)	1 410	1 547	1 561	1 554	1 576	1 524	1 652
T. malign. dos órgãos geniturinários (12)	2 872	3 610	3 581	3 714	3 702	3 854	3 695
T. malign. do colo do útero (120)	181	204	193	203	199	227	270
T. malign. da próstata (124)	1 123	1 619	1 673	1 653	1 700	1 805	1 649
Diabetes mellitus (181)	2 695	3 005	3 188	3 387	3 385	3 138	3 960
Doenças do aparelho respiratório (31-32)	7 468	8 570	9 120	9 458	11 255	10 279	8 962
Pneumonia, bronquites, enfisema e asma (321, 323)	4 328	4 594	4 895	5 027	5 876	5 439	4 548
Doenças do aparelho digestivo (33-34)	4 640	4 740	4 505	4 480	4 280	4 141	4 463
Acidentes, envenenam. e violências (E47 - E56)	6 736	5 795	5 533	5 273	5 022	4 769	5 078
Acidentes de circ. rodoviária (E471, E472)	2 793	2 241	2 028	1 919	1 588	1 376	1 856
Suicídios e lesões auto infligidas (E54)	871	653	628	556	545	525	736
Homicídios e lesões prov. intenc. por terceiros (E55)	165	131	125	131	118	164	132
Infecções por vírus humano de imunodeficiência (57)	153	1 111	972	895	980	951	1 025

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Gráfico 8.18

Óbitos, segundo as principais causas de morte, por sexo

Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

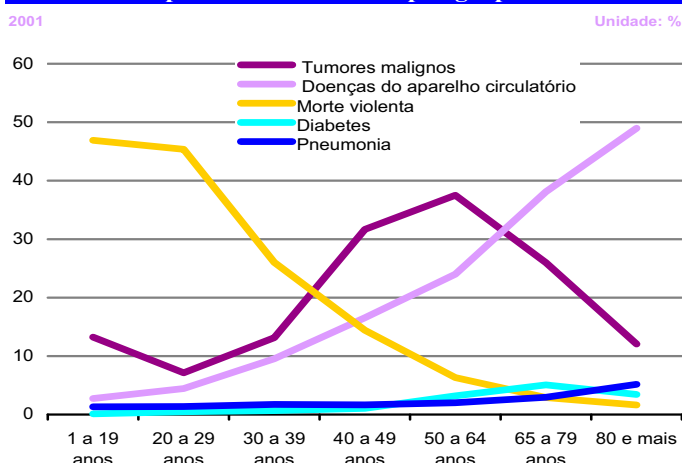
Esta maior incidência dos tumores malignos junto dos homens verificou-se ao longo de toda a década. No que respeita aos óbitos por doenças cardiovasculares, a sua evolução entre 1996 e 2001, contrariamente ao sucedido entre 1990 e 1995 que ficou caracterizado por um comportamento bastante irregular, evidencia uma clara tendência de decréscimo. Neste período, os óbitos por esta causa conheceram uma redução de 9%. Desagregando por sexo, constata-se uma maior predominância desta causa de morte junto das mulheres. No ano de 2001 as doenças cardiovasculares representaram 44,1% do total de óbitos neste sexo (33,3% nos homens).

Os homens são as principais vítimas dos acidentes de trânsito com veículos a motor

As causas de morte externas (acidentes, outras lesões e envenenamentos), onde os acidentes de trânsito assumem papel de destaque, correspondem à terceira causa de morte, vitimando em 2001 cerca de 5 078 indivíduos.

Ainda neste ano, os acidentes de trânsito com veículos a motor provocaram a morte a 1 851 indivíduos (583 óbitos nos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos). Apesar deste quadro preocupante quanto aos acidentes de trânsito nas estradas portuguesas, o número de óbitos por acidentes de trânsito com veículos a motor bem como o seu peso no total de óbitos por causas externas têm decrescido ao longo da última década. Os homens são as principais vítimas deste tipo de morte (75,9% no ano de 2000).

Gráfico 8.19

Principais causas de morte por grupo etário

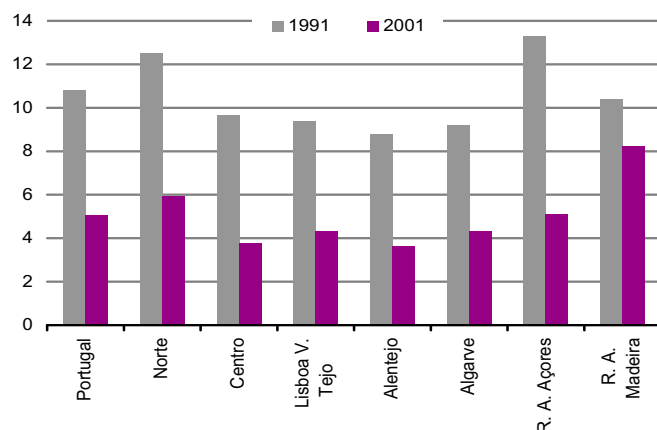
Fonte: INE – Estatísticas da Saúde

O gráfico 8.19 permite identificar a incidência das diferentes causas de morte em cada grupo etário (excluindo os óbitos com menos de 1 ano). Nos primeiros anos de vida, as causas externas de morte sobrepõem-se às causas naturais, invertendo-se esta relação à medida que se caminha para idades mais avançadas. Em 2001, os tumores malignos foram responsáveis por 36% dos óbitos de indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos. É nas idades mais avançadas que os diabetes assumem especial relevo, representando no grupo etário dos 65 aos 79 anos a terceira causa de morte (5,1%).

Gráfico 8.20

Taxa de mortalidade infantil (por mil nados-vivos), por região NUTS II

1991-2001



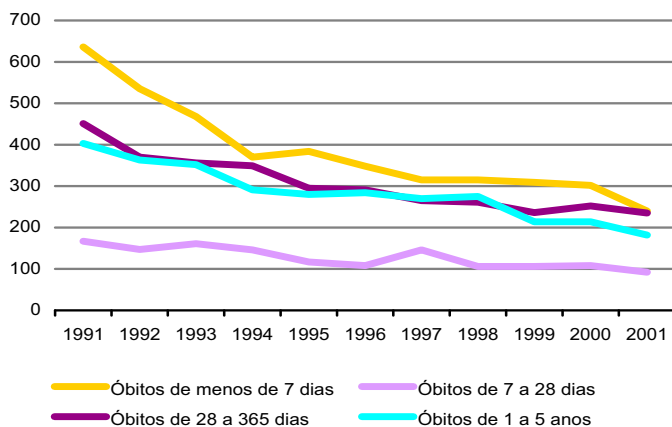
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Gráfico 8.21

Mortalidade infantil e óbitos de 1 a 5 anos

1991-2001

Unidade: milhares

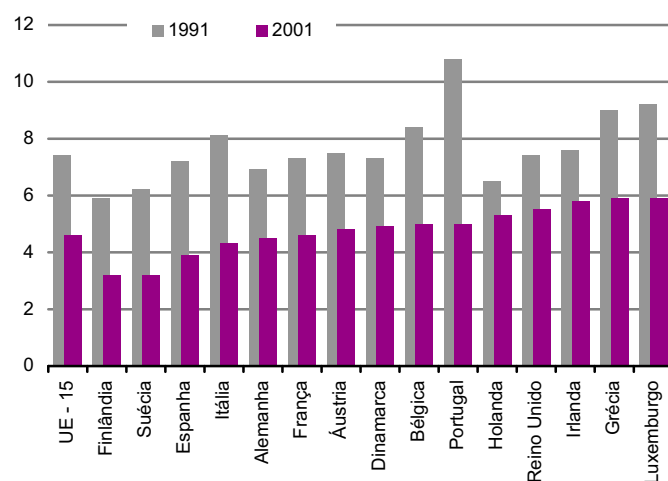


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Gráfico 8.22

Taxa de mortalidade infantil (por mil nados-vivos), na União Europeia

1991-2001



Fonte: Eurostat, New Cronos

Os óbitos ocorridos em indivíduos com idade inferior a um ano, ficam sobretudo a dever-se às doenças do aparelho respiratório e a malformações congénitas, bem como a algumas afecções originadas no período perinatal (até aos 7 dias de idade).

Entre 1996 e 2000, a incidência das causas de morte por grupo etário foi qualitativamente idêntica à verificada em 2001.

Decréscimo contínuo e significativo na mortalidade infantil

Na última década, assistiu-se a uma redução significativa na mortalidade infantil em Portugal. O indicador mais adequado para quantificar esta tendência é a taxa de mortalidade infantil. Este indicador apresentou, em 2001, um valor de 5,0‰, representando um decréscimo de 54% face ao valor verificado em 1990 (10,9‰).

O decréscimo da taxa de mortalidade infantil tem-se verificado em todas as regiões. Comparando este indicador entre os anos de 2001 e 1991, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores e o Norte foram as regiões com as quebras mais acentuadas, passando de 13 e 12 para 5 e 6 óbitos por 1000 nados-vivos, respectivamente, naqueles anos. Em 2001, as taxas mais elevadas pertenciam à Região Autónoma da Madeira (8,2‰) e ao Norte (5,9‰) e as mais baixas ao Alentejo (3,8‰) e Centro (3,8‰).

A mortalidade perinatal (óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade) foi a que registou o maior decréscimo ao longo da década de 90, embora essa tendência seja visível em todas as outras idades, aqui analisadas.

Apesar da quebra registada nos últimos anos, Portugal apresenta ainda uma taxa de mortalidade infantil superior à da média da UE (4,6‰). Em 2001, Portugal ocupa o quinto lugar na lista dos países da Europa comunitária (*ex-aequo* com a Bélgica) com as taxas mais elevadas, a seguir à Grécia e Luxemburgo (ambas com 5,9 óbitos por mil nados-vivos), Irlanda (5,8‰) e Reino Unido (5,5‰). A Suécia e a Finlândia detêm as taxas mais baixas (ambos com 3,2‰). De 1991 para 2001, este indicador baixou em todos os países da UE,

pertencendo a Portugal o maior decréscimo (11 óbitos por mil nados-vivos em 1991), já que ocupava em 1991 a posição mais desvantajosa quanto a este indicador.

Em 2001, ocorreram 571 óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, representando um decréscimo de 29,1% e 55,4% face a 1995 e 1990, respectivamente (quadro 8.14). A decomposição deste tipo de óbitos por principais causas de morte, revela a forte contribuição das categorias “Algumas afecções originadas no período perinatal” e “Malformações congénitas”.

Quadro 8.14

Óbitos de menos de 1 ano, por principais causas de morte												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	1 279	1 259	1 068	996	881	805	758	727	680	653	665	571
Malformações congénitas	329	315	299	294	279	238	220	207	228	193	170	144
Algumas afecções originadas no período perinatal	576	563	464	389	303	347	304	276	224	244	253	230
Sintomas, sinais e afecções mal definidos	99	103	84	83	98	58	61	88	73	69	89	69
Causas externas (total)	82	80	56	45	40	34	35	32	33	23	29	28
Outras causas por doença	193	198	165	185	161	128	138	124	122	124	124	100

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

A redução significativa da mortalidade infantil, é reveladora da melhoria que se tem verificado nas condições de vida da população. Em particular, mencione-se a melhoria nas condições em que os partos são realizados. Durante o ano de 2001, a quase totalidade (99,2%) dos partos realizaram-se em estabelecimentos de saúde com internamento, que compara com 98,7 em 1995 e 95,5% em 1990. A importância dos partos realizados sem assistência conheceu uma redução ao longo do período em análise, passando de 0,3% em 1990 para 0,1% em 1995 e 2001.

PARA SABER MAIS...

O Instituto Nacional de Estatística dispõe de uma vasta produção de informação na área da Saúde.

Nesta publicação procuram-se analisar os aspectos de maior interesse, destacando-se, para além de outros indicadores, dados sobre “Vacinações”, “Partos”, “Mortalidade (por causas de morte)” e “Estabelecimentos de saúde, pessoal, movimento de internados e acção desenvolvida”.

Para a obtenção dos elementos necessários à elaboração desta informação, o INE recorre a diversas fontes, designadamente com a colaboração da Direcção-Geral de Saúde.

A recolha dos dados é feita, de modo geral, através de questionários próprios, expedidos no início de cada ano para as entidades informadoras, solicitando o preenchimento com os valores relativos ao ano anterior.

Notas

¹ Para uma análise mais detalhada da evolução da esperança de vida consultar o Capítulo 1 desta publicação.

² Saliente-se o facto de este número não incluir os casos de complexos relacionados com SIDA nem os de portadores assintomáticos.



AMBIENTE

Com graus de desenvolvimento intermédios, uma forte persistência de formas tradicionais associadas ao mundo rural e, ao mesmo tempo, intensos processos de urbanização recente, Portugal confronta-se hoje com a inevitável passagem a um novo ciclo ambiental, marcado por objectivos de exigência, qualidade, segurança e eficiência, e não apenas pela mera satisfação universal dos níveis mais básicos de provisão de serviços às populações.

O ciclo de cobertura universal por serviços de saneamento básico está praticamente cumprido nos domínios da recolha de resíduos sólidos e do abastecimento domiciliário de água, registando-se evoluções igualmente bastante favoráveis no que se refere à drenagem de águas residuais. É certo que mesmo nestes domínios persistem bolsas deficitárias em diversas áreas do país, que importa erradicar. Mas as dinâmicas recentes comprovam que existem condições reais para que este ciclo seja encerrado em breve prazo. Importa, por isso, entender os contornos do novo ciclo ambiental que se adivinha.

O desenvolvimento das sociedades modernas, acompanhado pelo aumento do rendimento médio das famílias e por padrões de consumo mais urbanos, constitui uma pressão adicional sobre o ambiente, desde o uso intensivo de recursos não renováveis aos efeitos nocivos decorrentes de muitas das actividades humanas associadas à produção, à mobilidade e ao lazer. Ora o impacte

João Ferrão, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

relativamente tardio dos processos de modernização massificada em Portugal significa que a construção do novo ciclo ambiental se concretiza num contexto particularmente complexo. Ao mesmo tempo que persistem por resolver problemas básicos, típicos das sociedades tradicionais, os padrões de consumo massificado parecem ter ainda uma assinalável margem social de progressão e os primeiros indícios de uma cultura ambiental mais exigente ganham centralidade, não só nas agendas mediática e política mas também em grupos sociais particulares, sobretudo as populações mais jovens e escolarizadas.

É face a este contexto complexo, mas apesar de tudo relativamente previsível, que se torna inevitável identificar os principais factores que poderão condicionar, de forma positiva ou negativa, a consolidação de um novo ciclo ambiental. Analisemos alguns deles.

- A pressão do consumo massificado

Um país mais desenvolvido, mais urbano e mais aberto ao exterior apresenta capitações de consumo mais elevadas. Deste ponto de vista, a área metropolitana de Lisboa, pelo grau de desenvolvimento que apresenta, e o Algarve, pela importância que a fileira do turismo aí alcança, constituem duas referências importantes ao nível nacional. Será que as capitações que actualmente possuem, por exemplo, nos domínios do consumo de água ou da produção de águas residuais e de resíduos sólidos, se irão generalizar a curto ou médio prazo a todo o país? Esta questão sugere, de imediato, dois aspectos que merecem ser acompanhados de perto. Por um lado, perceber como irão comportar-se os portugueses: tenderão os grupos sociais e as regiões actualmente em situação mais desfavorável a replicar a evolução ocorrida recentemente entre os mais favorecidos?; e, quanto a estes últimos, persistirão na corrida consumista massificada ou evoluirão para consumos ambientalmente mais regulados? Por outro lado, importa definir, face a cenários distintos de evolução do consumo, estratégias de precaução que acautelem a preservação e qualidade ambiental.

- A pressão da opinião pública e das organizações não governamentais

Estatísticas e estudos disponíveis mostram que a sociedade portuguesa está hoje mais mobilizada para as questões ambientais e é mais exigente no que se refere à qualidade e segurança dos bens e serviços consumidos. É verdade que estes níveis de empenhamento e exigência são bastante inferiores aos que podemos encontrar em muitos outros países, nomeadamente da União Europeia. É verdade também que muitos desses comportamentos são basicamente individuais e reactivos. Mas é justamente esta situação que permite antever um peso crescente da opinião pública e de grupos da sociedade civil no domínio das questões ambientais. A consolidação do novo ciclo ambiental dependerá, em muito, do modo como os portugueses se exprimirem e organizarem em relação ao ambiente.

- O papel da acção pública

As instituições públicas sempre tiveram um papel chave no domínio ambiental, actuando como entidades reguladoras, investidoras e provisoras directas de infra-estruturas, equipamentos e serviços. Terminado que está, nas suas linhas gerais, o ciclo da cobertura extensiva do território nacional por saneamento básico, são agora a qualidade e a segurança que constituem os principais objectivos a alcançar. Embora com progressos recentes significativos, revelam-se ainda bastante insuficientes os índices de tratamento de água ao domicílio e das águas residuais, ou a taxa de selecção e reciclagem de resíduos urbanos, para dar apenas alguns exemplos directamente contemplados pela informação estatística que irá ser analisada nas próximas páginas. Às entidades públicas em geral, e às autarquias em particular, caberá inevitavelmente um papel crucial na batalha da qualidade e da segurança ambientais: as acções de tratamento e reciclagem, por exemplo, serão tão básicas, neste novo ciclo, como a garantia de acesso universal à água potável foi no ciclo anterior.

· O papel do mercado

Nos últimos anos, a empresarialização e a privatização de serviços públicos introduziram alterações, por vezes muito significativas, no domínio da provisão em matéria ambiental. A avaliação rigorosa dessas alterações está, em grande medida, por fazer. Mas é seguro que o novo ciclo ambiental dependerá fortemente de comportamentos do mercado, tanto por parte das empresas que actuam no segmento ambiental, como do largo conjunto de estabelecimentos cuja laboração desencadeia impactes directos e indirectos sobre o ambiente. Os mecanismos de mercado deverão, por isso, complementar a acção pública, contribuindo para introduzir uma maior qualidade e eficiência em todos os sistemas ambientais e, por essa via, tornar mais sustentável a consolidação do novo ciclo em emergência.

A informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística permite acompanhar a necessária transição do modelo extensivo de provisão de serviços ambientais universais, típico das sociedades em modernização, para um modelo, construído de forma a integrar o anterior, que à garantia da necessária equidade social e territorial adiciona explicitamente os objectivos de exigência, qualidade, segurança e eficiência das várias componentes dos sistemas ambientais. O acompanhamento desta evolução, tornando-a mais legível, pressupõe a existência de dados pertinentes, fiáveis e actualizados. A informação que se segue, e a que fará parte de subseqüentes publicações do *Portugal Social*, constituem, justamente, um contributo fundamental para a gestão estratégica dessa evolução por parte dos cidadãos e das organizações públicas, associativas e privadas.

Dezembro de 2002

AMBIENTE

DESPESAS E INVESTIMENTOS⁽⁴⁾ DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, EM MEDIDAS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As Administrações Públicas gastaram, no ano 2001, cerca de 872 milhões de euros (preços correntes) em acções e medidas de protecção ambiental, que representaram 0,71% do Produto Interno Bruto. A partir da 2ª metade da década de 90, assistiu-se a um crescimento médio das despesas *per capita* de cerca de 3% ao ano. Todavia, conforme podemos verificar no gráfico 9.1, o crescimento não foi constante, registando-se um forte incremento em 1998*, seguido de uma quebra em 1999, mantendo-se, não obstante, uma tendência de crescimento.

Em 2001, o subsector institucional que mais contribuiu para o total da despesa em gestão e protecção do ambiente foi a Administração Local, com cerca de 57%, enquanto que a Administração Central se fixou nos 37%. Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destaca-se a despesa efectuada pelas Administrações Públicas com os domínios “Gestão de Resíduos” (34%) e “Gestão de Águas Residuais” (31%).

Os municípios, tendo em conta as suas competências em áreas como a drenagem e tratamento de águas residuais e a gestão de resíduos, constituem, do ponto de vista institucional, os maiores contribuintes na distribuição da despesa *per capita*.

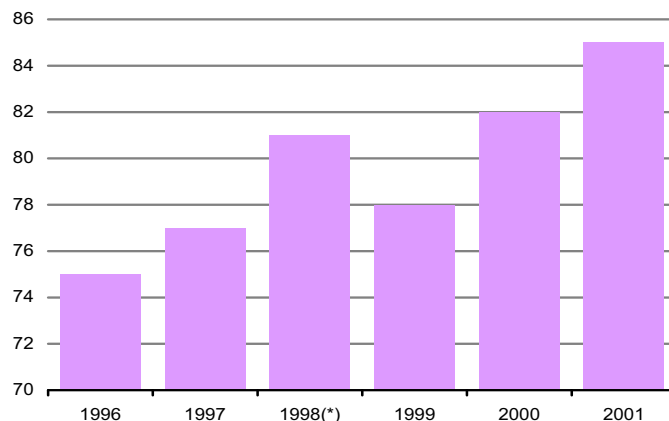
Para este facto contribuíram, em grande medida, os municípios do Algarve e Alentejo, as regiões que apresentaram maior peso absoluto *per capita*, em 2001. As regiões Norte e Açores apresentaram os valores mais baixos do País no volume de despesas *per capita*, após um pico verificado em 1998.

Avaliando a distribuição das despesas dos municípios por domínios de gestão e protecção do ambiente, verifica-se que o domínio “Gestão de Resíduos” absorve a maior fatia dos recursos financeiros aplicados neste âmbito. Contrariamente, o domínio “Gestão de Águas Residuais” regista uma forte quebra em 1998, verificando-se daí em diante uma nova tendência de crescimento, a par do domínio “Gestão de Resíduos”. Entre 2000 e 2001, o domínio “Gestão de Resíduos” cresceu 7%.

Gráfico 9.1

Despesa consolidada das Administrações Públicas, *per capita*, em gestão e protecção do ambiente

Unidade: euros

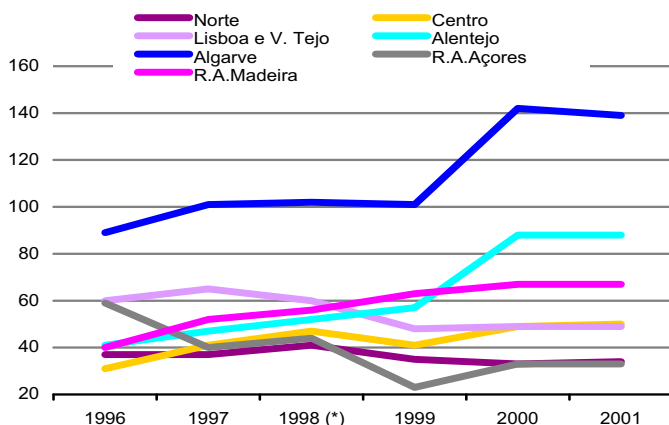


Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Gráfico 9.2

Despesas dos Municípios, *per capita*, em gestão e protecção do ambiente, por região NUTS II

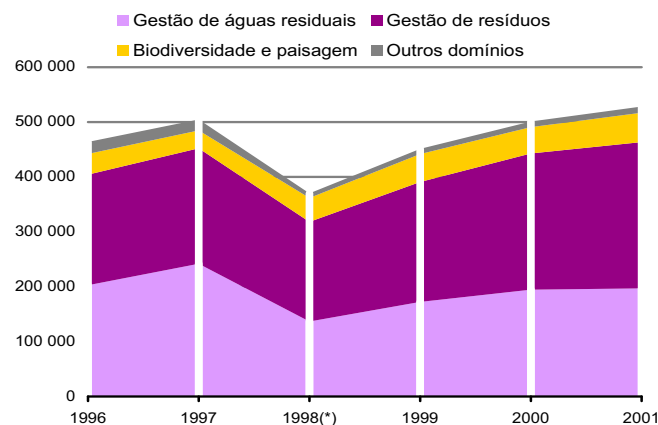
Unidade: euros



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Gráfico 9.3

Despesas dos Municípios, por domínios de ambiente

Unidade: 10³ euros

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Na distribuição das despesas das Câmaras Municipais relativas ao abastecimento domiciliário de água, verifica-se que o Algarve, Açores e Madeira foram as regiões em que se registou um maior peso *per capita* na absorção de meios financeiros. Recorda-se contudo que em 1998, mercê de grandes transformações de modelos de gestão e

Quadro 9.1

Despesas dos Municípios, <i>per capita</i> , no abastecimento domiciliário de água, por região NUTS II						
	1996	1997	1998(*)	1999	2000	2001
Portugal	32	44	15	16	23	22
Continente	32	43	14	15	21	21
Norte	25	33	13	15	20	16
Centro	30	36	19	19	30	30
Lisboa e Vale do Tejo	38	60	8	90	12	14
Alentejo	28	29	23	25	36	35
Algarve	42	51	34	49	54	75
R. A. Açores	49	51	32	33	65	66
R. A. Madeira	23	40	43	30	45	35

Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente

da abertura a capitais privados nesta área de negócio registou-se uma alteração profunda no modelo empresarial do sector, uma vez que algumas Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados passaram a ter um papel secundário, em particular no que respeita à captação em alta do recurso hídrico para abastecimento.

Quadro 9.2

Despesas dos Municípios, <i>per capita</i> , na drenagem e tratamento de águas residuais, por região NUTS II						
	1996	1997	1998 (*)	1999	2000	2001
Portugal	17	22	13	17	19	19
Continente	18	23	13	17	20	19
Norte	17	18	9	14	9	11
Centro	12	20	10	13	20	26
Lisboa e Vale do Tejo	19	27	16	19	18	18
Alentejo	13	17	18	25	54	17
Algarve	42	49	41	46	78	79
R. A. Açores	30	19	16	8	9	17
R. A. Madeira	5	5	5	4	6	12

Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente

Se no âmbito da componente de abastecimento de água a Madeira apresentava valor *per capita* bem acima do conjunto do País, o mesmo não aconteceu no âmbito da drenagem e tratamento de águas residuais. Esta região, acompanhada apenas pelo Norte, para além de apresentar valores abaixo do conjunto do País, denotou uma tendência de crescimento das despesas.

Quadro 9.3

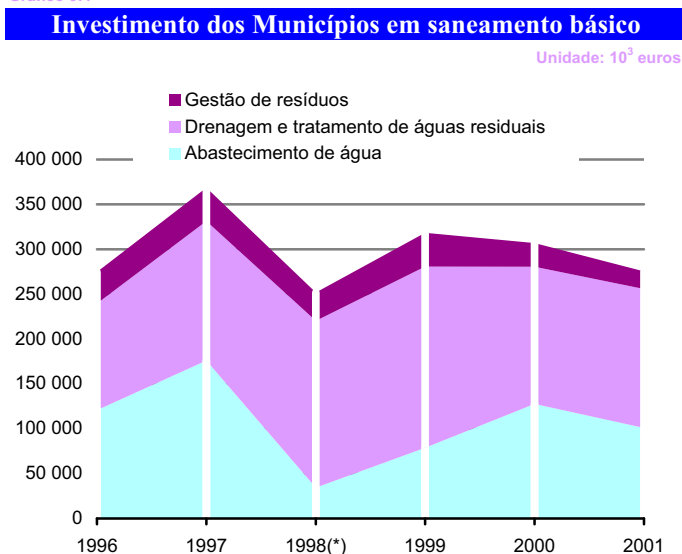
Despesas dos Municípios, <i>per capita</i> , na gestão de resíduos, por região NUTS II						
	1996	1997	1998 (*)	1999	2000	2001
Portugal	20	21	20	21	24	26
Continente	20	21	19	21	24	25
Norte	14	15	16	18	20	21
Centro	14	14	18	20	21	24
Lisboa e Vale do Tejo	27	27	19	23	24	26
Alentejo	24	25	27	27	27	31
Algarve	34	41	41	42	56	66
R. A. Açores	23	20	29	16	24	24
R. A. Madeira	25	34	37	36	41	46

Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente

No que se refere ao domínio “Gestão de Resíduos”, verifica-se um comportamento mais homogéneo entre as regiões. Destacam-se novamente o Algarve e a Madeira, que apresentam valores na despesa muito acima do que se verifica em termos médios para o País.

Quanto ao investimento, para além da quebra verificada em 1998, os investimentos em “Abastecimento de água” registam uma subida até 2000, verificando-se em 2001, uma descida de 21%, enquanto que no subdomínio “Drenagem e tratamento de águas residuais” se observa um ligeiro acréscimo dos investimentos de 2000 para 2001, após o pico verificado em 1999. No entanto, o subdomínio “Drenagem e tratamento de águas residuais” continua a ser alvo da maior parte dos investimentos camarários. Em 2001, cerca de 76% das águas residuais domésticas e industriais colectadas pelos sistemas públicos de drenagem foram sujeitas a tratamento (65% no ano anterior). Relativamente ao domínio “Gestão de Resíduos”, continua-se a assistir a ligeiros decréscimos dos investimentos, iniciados, em 1998, apesar da subida ocorrida em 1999.

Gráfico 9.4



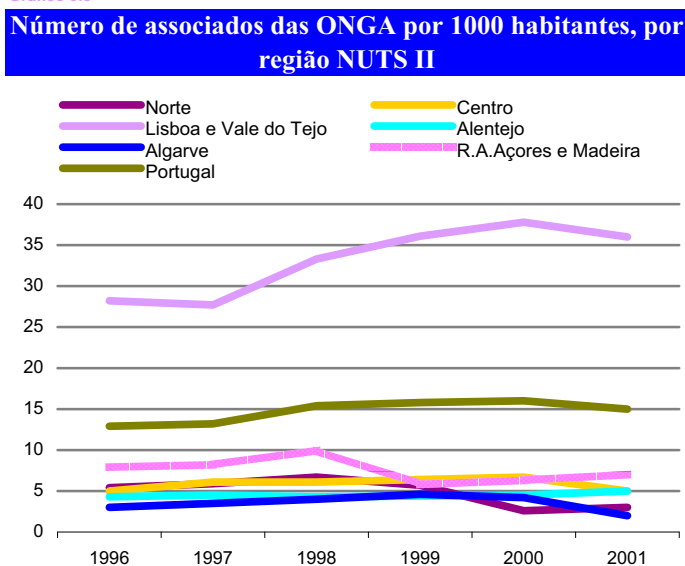
Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A sociedade civil, cada vez mais consciente e melhor informada sobre as questões ambientais e da sua preservação, tem progressivamente procurado ter uma maior participação na protecção do ambiente. De igual modo, as administrações têm procurado colocar instrumentos que facilitam a participação dos cidadãos na apresentação de reclamações, no acesso a informação fidedigna, nas facilidades de associação e em acções de educação ambiental.

O número de associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) por cada 1000 habitantes estabilizou desde 1998, situando-se nos 15 membros. Todavia, o comportamento ao nível regional é diferenciado. O forte incremento que se registou em Lisboa e Vale do Tejo, desde 1998,

Gráfico 9.5



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

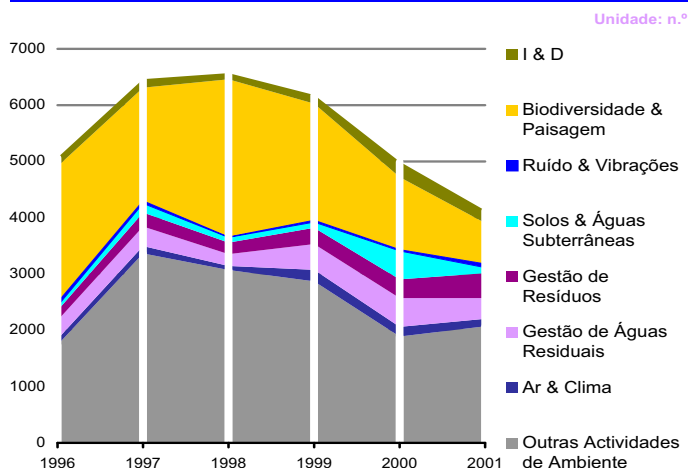
Quadro 9.4

Reclamações ambientais, por tipo de poluição						
	1996	1997	1998	1999	2000	Unidade: n.º 2001
Total	2 036	2 293	2 736	3 893	4 673	6 261
Ar	96	69	411	441	254	331
Água	924	1 301	479	1 182	997	1 849
Resíduos	58	110	211	257	654	746
Ruído	804	595	706	850	713	1 013
Outros	154	218	929	1 163	2 055	2 322

Fonte: Direcções Regionais de Ambiente e do Ordenamento do Território

Gráfico 9.6

Actividades desenvolvidas pelas ONGA por domínios de ambiente



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

económicas diversas, conservação da natureza, entre outros) detêm, em 2001, o valor mais elevado em reclamações ambientais.

Em termos das acções desenvolvidas pelas ONGA, salientam-se as acções de educação ambiental, medidas que se inserem no domínio “Outras Actividades de Ambiente”. As medidas no âmbito da “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” perderam algum significado, quer em termos absolutos (-564 acções), quer relativos (-8%). Não obstante, este ainda constitui o segundo grande domínio de intervenção (18%) por parte das ONGA, a seguir às “Outras Actividades de Ambiente” (50%).

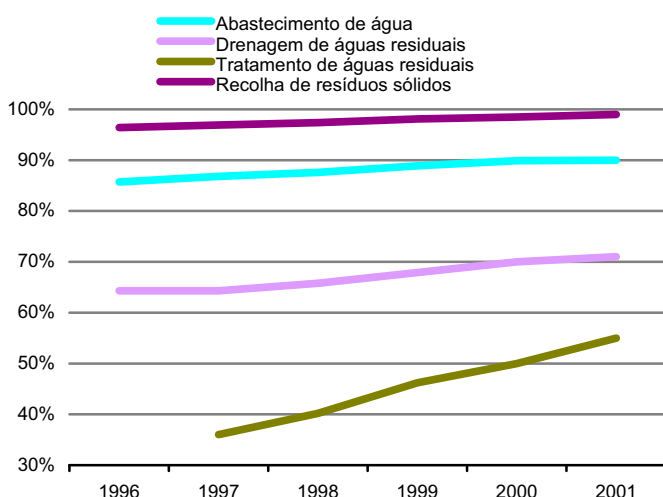
foi estatisticamente absorvido à escala nacional, pelo decréscimo verificado no Norte do País, com especial incidência nos anos de 1999 e 2000.

Entre 1996 e 2001, as reclamações do País na área do ambiente mais do que duplicaram, registando um crescimento médio anual próximo dos 26% e um aumento significativo entre 1998 e 1999, que atinge perto de 42%. A partir da segunda metade da década de 90, verifica-se que as principais reclamações ambientais incidiram sobre Água e Ruído. Em 2001, os Resíduos também se destacaram com 746 reclamações (257 reclamações em 1999).

Outras áreas (urbanismo, actividades

Gráfico 9.7

Proporção de população servida por serviços de saneamento básico



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

SERVIÇOS PARA MELHORIA E QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE

O saneamento básico consiste num leque de serviços e acções que traduzem o nível de satisfação e o estado de desenvolvimento e bem-estar das populações que usufruem dos mesmos.

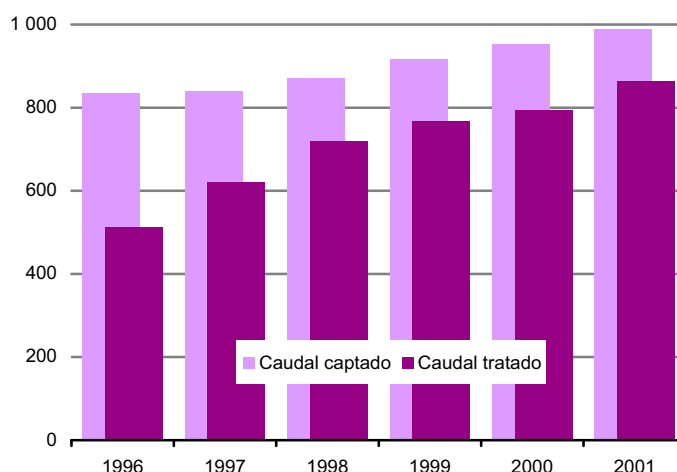
No gráfico 9.7, destacam-se os valores relativamente baixos da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e o respectivo tratamento. Entre 1997 e 2001, mais 2,1 milhões pessoas em Portugal passaram a usufruir de infra-estruturas de tratamento das águas residuais.

O volume de água tratada para abastecimento, efectuado nas estações de tratamento de água, tem vindo a evoluir favoravelmente, tendo passado de 61%, em 1996, para 87%, em 2001. A taxa média de crescimento no período em análise foi de 11%.

Observando a estrutura do consumo de água *per capita* por regiões, verificamos que nos anos anteriores a 2001 a situação pouco se alterou. Destaca-se a região da Madeira, que neste período de 6 anos aumentou, em termos médios *per capita*, de 116 m³ para 139 m³; este facto deve-se em parte ao fenómeno do turismo, aspecto que também não pode ser ignorado na avaliação dos números da região do Algarve e dos Açores.

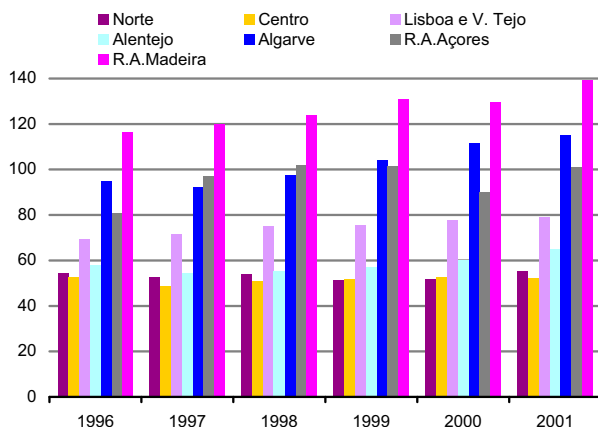
No último ano em análise, das águas residuais produzidas e colectadas, cerca de 76% sofreram tratamento antes da sua descarga no destino final. Podemos afirmar que, em termos relativos, entre o início e o fim do período em análise, as posições se inverteram, tendo-se registado os maiores saltos entre 1998 e 1999 e entre 2000 e 2001, períodos em que se verificaram aumentos de 27% das águas residuais tratadas.

Gráfico 9.8

Abastecimento de água - caudal captado e tratadoUnidade: 10⁶ m³

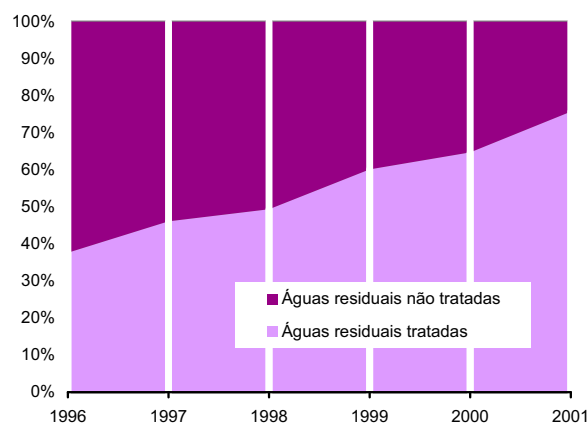
Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Gráfico 9.9

Consumo de água, *per capita*, por região NUTS IIUnidade: m³

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

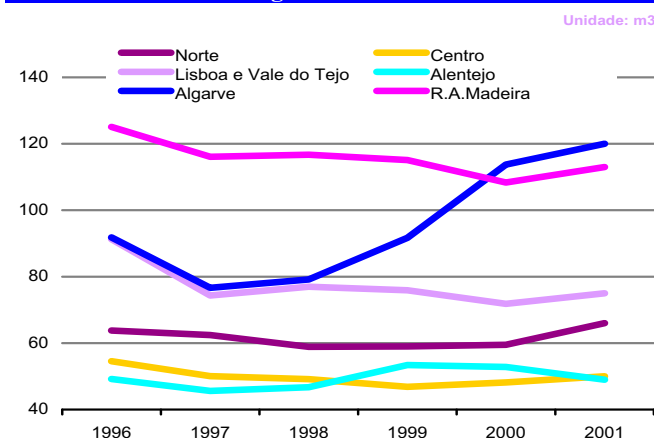
Gráfico 9.10

Águas residuais de origem "residencial e serviços" e de origem "industrial"

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Gráfico 9.11

Aguas residuais colectadas, *per capita*, por região NUTS II



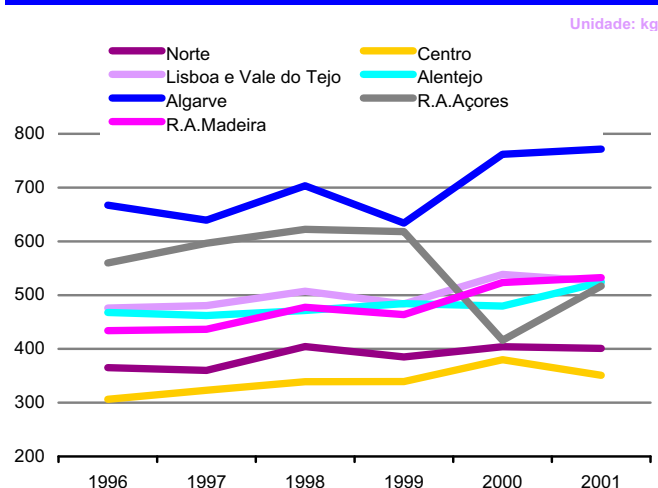
Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

No gráfico 9.11, podemos verificar o volume *per capita* de águas residuais colectadas (rede de drenagem e recolha de fossas sépticas). Em virtude de uma melhoria dos meios de recolha de águas residuais no Algarve, como resultado de fortes investimentos, a par dos aumentos de consumo de água que já foram abordados, esta região salienta-se como a que regista maior incremento.

No ano de 2001, cada cidadão produziu cerca de 459 quilogramas de lixo, o que perfaz uma média diária bem acima de 1 quilograma. Destacam-se as regiões do Algarve (772 kg/pessoa), Madeira (532 kg/pessoa), Lisboa e Vale do Tejo (525 kg/pessoa) e Alentejo (524 kg/pessoa).

Gráfico 9.12

Recolha de resíduos urbanos, *per capita*, por região NUTS II

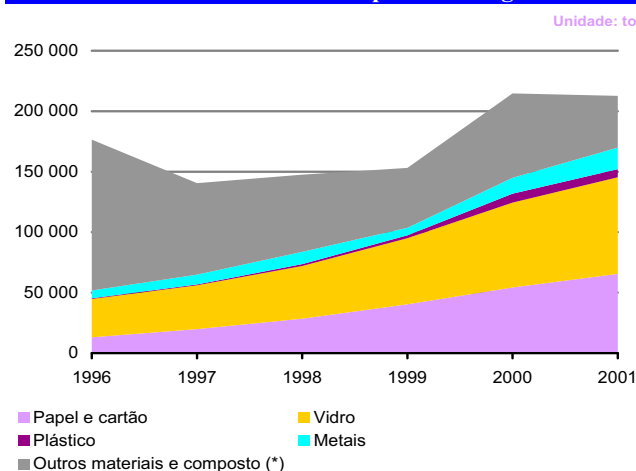


Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Do total de resíduos recolhidos, mais de 200 mil toneladas foram submetidas para aproveitamento, correspondendo a cerca de 5% do total. Entre os anos de 1997 e 1999, verificou-se um decréscimo acentuado, passando o nível de aproveitamento dos resíduos para valores abaixo dos encontrados em 1996, devido em parte ao encerramento temporário da Estação de Compostagem gerida pela AMTRES (Associação de Municípios Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos). Somente em 2000 se verifica um montante superior, na ordem de 215 mil toneladas de resíduos sujeitos a reciclagem.

Gráfico 9.13

Materiais seleccionados para reciclagem



(*) A partir de 1997 passou-se a incluir o valor do composto.

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Dos materiais seleccionados, destacam-se os “Metais”, “Vidro” e “Papel e Cartão” que no ano de 2001 relativamente a 2000 registaram um aumento próximo dos 37%, 21% e 14%, respectivamente.

No gráfico 9.14, podemos verificar a estrutura da selecção de resíduos por tipo de material. Destacam-se o “Vidro” e o “Papel e Cartão”, que por via da participação das famílias alcançaram, em 2001, cerca de 8 e 6 quilogramas, *per capita*, respectivamente.

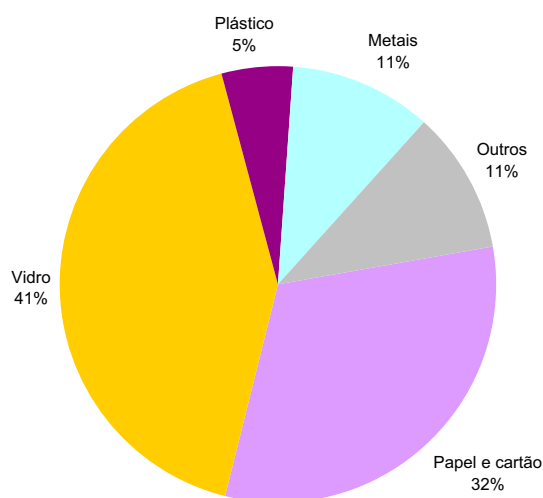
No que respeita ao destino final dos resíduos salienta-se o impulso dado aos aterros, os quais, acompanhados pelo processo de encerramento de lixeiras passaram a deter maior preponderância como destino final. A incineração assume desde 1999 algum destaque, explicado pela entrada em funcionamento da central incineradora da Valorsul e da incineradora da Lipor, tendo representado, 56% e 37% do total em 2001, respectivamente.

Segundo os resultados apurados dos Censos 2001, a quase totalidade (91%) dos edifícios recenseados em 2001 são servidos por sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos. Apenas nas regiões do Algarve (84%), Alentejo e Norte (ambas com 89%) estas percentagens não são superiores a 90%.

Gráfico 9.14

Materiais reciclados, seleccionados na origem pela população

2001

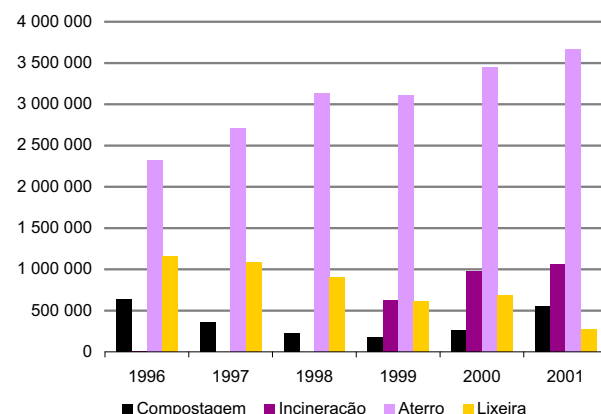


Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Gráfico 9.15

Resíduos sólidos por destino final

Unidade: ton



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Quadro 9.5

Materiais reciclados, per capita, por região NUTS II

Unidade: kg

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	18	14	15	15	21	21
Continente	17	13	14	14	20	20
Norte	21	19	20	19	26	20
Centro	2	3	4	4	9	10
Lisboa e Vale do Tejo	24	15	14	15	22	24
Alentejo	5	6	6	8	12	18
Algarve	7	7	7	15	17	30
R. A. Açores	9	17	17	15	16	9
R. A. Madeira	44	31	39	50	54	63

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

PARA SABER MAIS...

ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

Trata-se de um anuário temático onde se apresentam a síntese da produção estatística do INE na área da gestão e protecção do ambiente.

NOTAS

(*) A partir de 1998, os dados da Administração Local referem-se apenas às despesas efectuadas pelos serviços municipais das Câmaras Municipais, enquanto que nos dados de 1996 e de 1997 estão incluídas as despesas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.



JUSTIÇA

A consolidação do Estado-Providência e a consequente expansão e juridificação do bem estar social, as transformações políticas e legislativas e a democratização do crédito ao consumo são fenómenos que, nas últimas décadas, tiveram tradução no aumento exponencial da procura judiciária e na consequente explosão da litigiosidade à qual a administração da justiça tem tido dificuldades em dar resposta.

A explosão da litigiosidade não significou, contudo, uma maior dispersão da actividade judicial por um leque mais vasto de litígios ou de litigantes, pelo contrário, aprofundou a concentração e a selectividade. As transformações políticas, sociais, económicas e legislativas das últimas décadas afectaram, sobretudo, o peso relativo dos diferentes tipos de litígios. No domínio da justiça cível, o sistema judicial português, sobretudo em Lisboa e Porto, está «colonizado» pelas acções de dívida (uma percentagem muito significativa de diminuto valor) e pelas acções executivas, ao serviço de algumas sociedades comerciais fornecedoras de serviços sem pré-pagamento (seguros, telecomunicações e crédito) – os chamados litigantes frequentes.

No domínio da justiça penal, a criminalidade acusada apresenta, igualmente, uma significativa tendência de estabilidade qualitativa. Nas últimas décadas esta tendência foi apenas abalada pela

Boaventura Sousa Santos, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

emergência de três tipos de crime: crime de emissão de cheque sem provisão; crimes de viação; e crimes de tráfico e consumo de droga.

A análise sociológica da persistência daqueles fenómenos revela que são poderosos factores de rotinização e de trivialização da justiça portuguesa colocando-a ao serviço da conflitualidade económica de pequena dimensão e da pequena e média criminalidade. Esta “colonização” do sistema tem um duplo efeito na procura social. Dificulta o acesso ao sistema judicial para os litigantes esporádicos e potencia a litigação ausente, ou seja, a procura potencial de tutela judicial de direitos que não se transforma em procura efectiva. No domínio do controlo social, a selectividade na actividade de investigar, acusar e julgar e a consequente especialização funcional torna mais precário o desempenho do sistema no combate à criminalidade económica e financeira. Acresce que o sistema só muito reduzidamente promove os mecanismos de celeridade e consenso existentes no ordenamento processual tratando da mesma forma comum, ritualizada e formal toda a criminalidade. Também no domínio da aplicação das penas, o sistema se tem revelado “imune” à aplicação das penas alternativas.

As muitas reformas, sobretudo legais, da administração da justiça que visavam reduzir a sua morosidade e ineficácia tiveram, como mostram as estatísticas, um impacto reduzido. Como os estudos do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa têm demonstrado e como tenho vindo a escrever, as reformas do processo e do direito substantivo não terão muito significado se não forem complementadas com outros tipos de reformas de que destaco três.

Num primeiro caso, estão as reformas de informalização e desjudicialização de litígios. É fundamental aprofundar um novo modelo de justiça que integre diversos meios de resolução de conflitos, alternativos ou complementares dos tribunais. Esta pode ser uma via, não só para ajudar a gerir de forma racional o volume da procura dos tribunais, mas também como via facilitadora do acesso ao direito e à justiça.

Um segundo tipo de reformas prende-se com a reforma da organização judiciária e da administração e gestão do sistema judicial. São reformas complexas que tendem a desenvolver enormes resistências, mas fundamentais para combater os desperdícios, os actos inúteis, os desempenhos desiguais e introduzir mudanças profundas de racionalização do sistema através de uma nova filosofia organizacional e de gestão dos processos, dos recursos humanos e materiais e das infra-estruturas judiciárias. Neste âmbito, é preciso estar atento ao impacto das novas tecnologias de informação e comunicação no sistema judicial que inclui questões como a informatização dos tribunais, as novas técnicas de gestão e seu impacto nas relações inter-profissionais no interior dos tribunais.

As novas tecnologias de comunicação e informação apresentam um enorme potencial de transformação do sistema judicial, tanto na administração e gestão da justiça, na transformação do exercício das profissões jurídicas, como na democratização do acesso ao direito e à justiça.

O último tipo de reformas é multidireccional e visa alterar as características gerais da cultura judiciária dominante, pautada por um baixo nível de responsabilização individual e colectiva do sistema, por desempenhos altamente desiguais e pela falta de controlo efectivo de gestão das magistraturas e de controlo disciplinar. Num projecto de reforma estrutural do sistema judicial dirigido não só ao aumento da eficácia, mas também à melhoria da qualidade de justiça, o recrutamento e a formação de magistrados, quer a formação inicial, quer a formação permanente assumem um papel central.

As reformas nesta matéria devem promover uma cultura institucional virada para o acesso ao direito e à justiça, para a ideia de que o sistema está ao serviço da cidadania.

JUSTIÇA

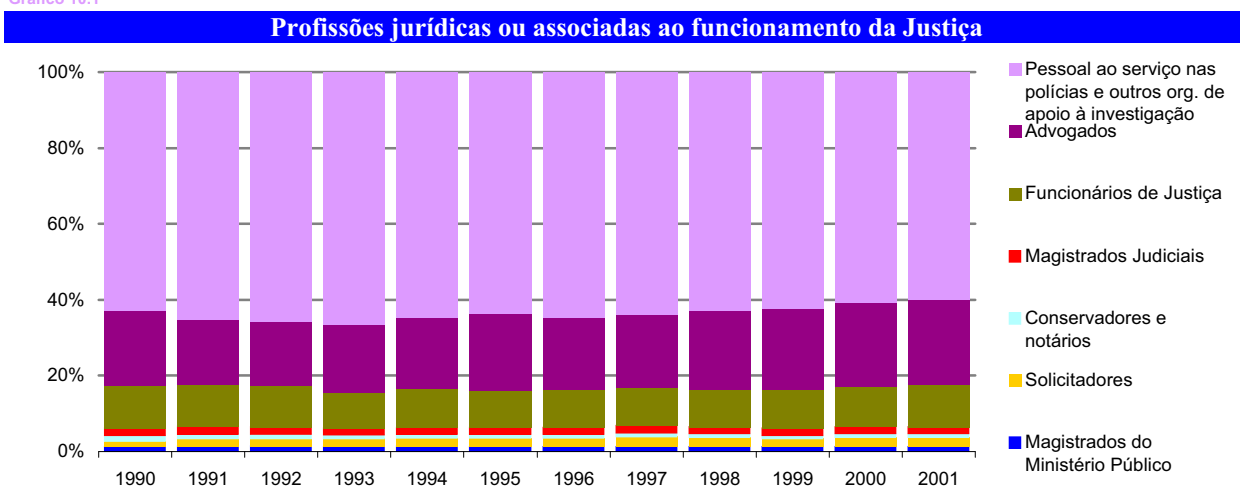
Dez anos são tempo suficiente para que as realidades associadas à Justiça sofram modificações de vulto, impondo a alteração do funcionamento do sistema judicial, entendido no seu sentido mais amplo. A comparação dos dados de 1990 com os de 2001 confirma a anterior asserção e demonstra quão diferente se tornou a Justiça em Portugal durante este período.

O número de polícias e outros profissionais associados ao funcionamento da Justiça cresceu cerca de 45% na última década.

Uma das componentes que sofreu uma profunda metamorfose foi a dos recursos humanos, que assume na Justiça, tal como na maioria dos sectores sociais, uma importância fulcral. A Justiça não só se dirige ao Homem, satisfazendo as suas necessidades de equidade, segurança e equilíbrio social, como é predominantemente operada por homens, com escasso recurso a meios automáticos ou automatizados.

A análise da Gráfico 10.1 permite concluir que em todas as profissões jurídicas ou para jurídicas referenciadas se verificou, ao longo da década de 90, um aumento, ao nível do pessoal ao serviço nas polícias e outros organismos de apoio à investigação (Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspeção-Geral das Actividades Económicas, Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, Inspeção-Geral de Jogos, Direcção-Geral dos Impostos e Instituto Nacional de Medicina Legal) reflectindo-se num acumulado, em 2001, de cerca de 16 000 novos colaboradores, com destaque para o ano de 1993, durante o qual ingressaram 6 780 novos funcionários.

Gráfico 10.1



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

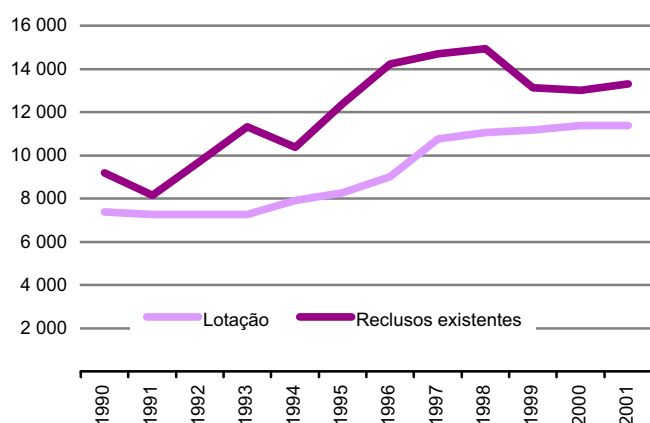
Também o número de advogados sofreu um exponencial aumento. A classe contava em 1990 com 11 319 elementos, cifra bem distante dos 18 954 membros da Ordem, no ano de 2001.

Ao longo da década é notório o esbatimento do défice representativo feminino na profissão, pelo que a manter-se a tendência, se adivinha para breve a paridade entre sexos. Idêntica situação ocorre quando analisados os dados referentes aos solicitadores. Não é só ao nível da informação sobre profissionais de actividades associadas à Justiça que se observa uma subida. Também o pessoal ao serviço nos estabelecimentos prisionais tem sofrido um acréscimo. Os 5 909 trabalhadores existentes em 2001 distam em muito dos 3 631 verificados em 1990, traduzindo um ingresso de 2 278 novos funcionários, imposto pelo aumento da população prisional, da lotação e do número de instalações penitenciárias implantadas no território nacional.

Gráfico 10.2

Lotação e reclusos existentes em 31 de Dezembro

Unidade: n.º



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Cadeias portuguesas com 4 000 novos lugares no final da década.

Quanto a esta última variável regista-se a entrada em funcionamento de 13 novos edifícios destinados a albergar reclusos, o que se cifrou num aumento de cerca de 4 000 novos lugares nas cadeias portuguesas, que, apesar de tudo, não são ainda suficientes para alojar a totalidade do número de detidos que, no mesmo período, cresceu aproximadamente o mesmo valor.

A presença de mulheres nas profissões jurídicas não deixou de crescer durante a década de 90.

Tome-se a Magistratura Judicial como exemplo.

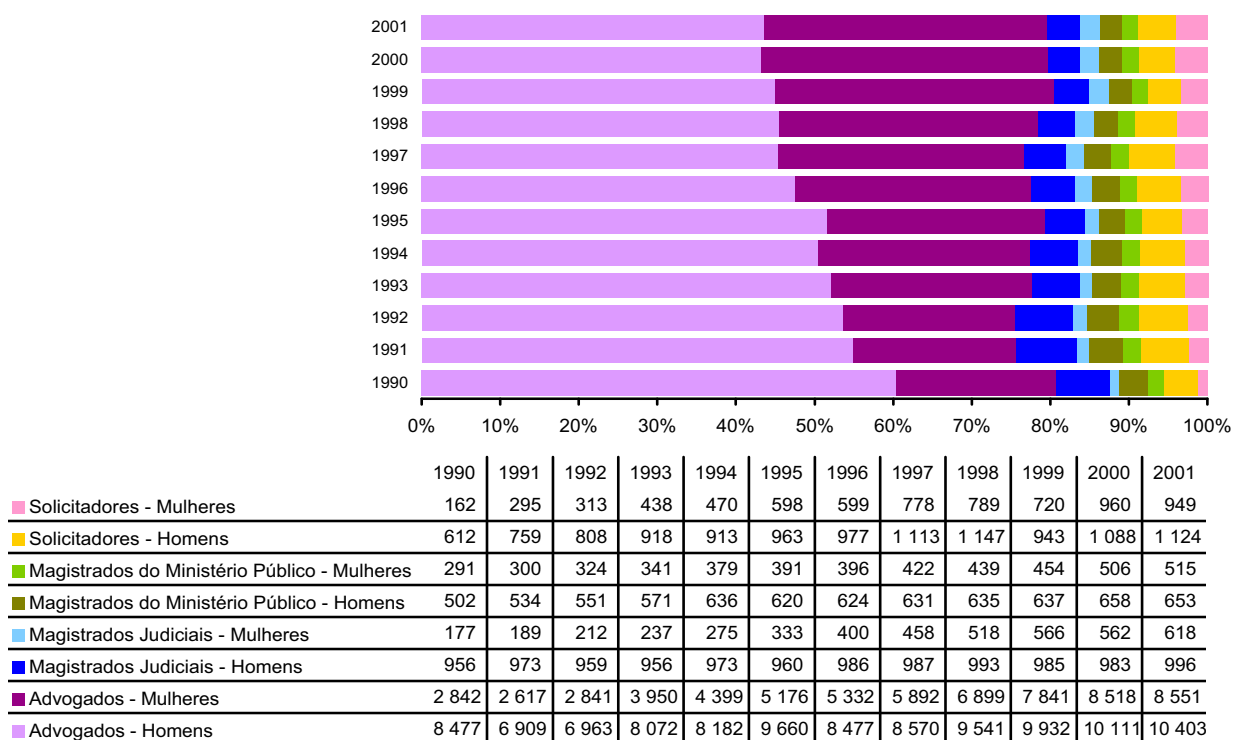
Apesar do número de homens ser em 2001 idêntico

ao que havia sido apurado em 1990, a verdade é que o número total de magistrados judiciais cresceu perto de cinco centenas, o que se fica a dever, sobretudo, à entrada de mulheres. Cenário ainda mais expressivo deste incremento feminino ocorre entre os advogados e os solicitadores. Neste último caso, as 949 inscrições femininas existentes na Câmara dos Solicitadores em 2001 em muito ultrapassavam as 162 que se verificavam no primeiro ano da década de 90.

Gráfico 10.3

Profissões jurídicas ou associadas ao funcionamento da Justiça, segundo o sexo

Unidade: n.º



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Processos cíveis representam perto de dois terços dos processos entrados nos Tribunais portugueses nos últimos anos da década de 90

Também ao nível da litigância se notam algumas modificações. Se bem que o número de processos cíveis sempre tenha dominado o panorama judicial português, a verdade é que o seu peso relativo no número de processos entrados, sobretudo a partir do último quinquénio da década, não deixa de crescer. Assim, ao passo que em 1990 os processos desta natureza não chegavam a representar cinquenta por cento da totalidade dos processos entrados nos Tribunais portugueses, já em 2001 representavam quase dois terços das demandas de composição jurisdicional de litígios. O aumento da importância dos processos cíveis foi acompanhada pelo decréscimo dos processos penais. A proporção de processos laborais sofreu uma ligeira diminuição.

JUSTIÇA CÍVEL

É na justiça cível que se concentra a maioria dos problemas da estrutura jurisdicional nacional. Ao longo da década é flagrantemente notória a invasão processual que tem atingido os Tribunais portugueses e que o gráfico relativo à movimentação processual bem demonstra.

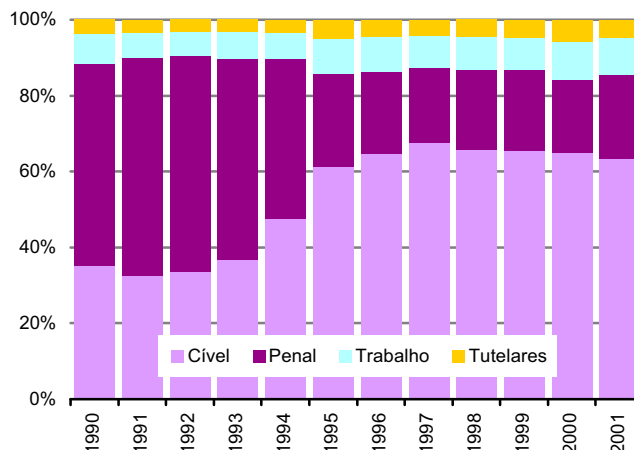
Pendência processual cível mais que triplicou no prazo em análise

No início de 1990, encontravam-se por resolver 286 819 processos cíveis; volvidos onze anos, a pendência quadruplica, atingindo quase um milhão de processos declarativos e executivos, apesar de ao nível da procura apenas se ter registado uma duplicação, já que a diferença entre 1990 e 2001, no que aos processos entrados concerne, é de 228 556 processos.

Em 1995, o número de acções pendentes, que sempre foi superior ao registo de processos findos, supera, pela primeira vez, o número de processos entrados. Apesar do número de acções findas (tanto no âmbito do processo declarativo, como do executivo) ter conhecido um acréscimo, este não foi suficiente para anular o efeito dos processos entrados, uma vez que em nenhum ano, com excepção de 1990 e 1991 e relativamente às acções executivas, se registou uma maior quantidade de acções findas do que entradas. Entre 1992 e 2001, a oferta de tutela cível cresceu 46% no caso das acções declarativas e 81% no caso das acções executivas mas o ritmo da procura subiu, no campo das acções executivas, 132%.

Gráfico 10.4

Evolução dos processos entrados, por espécies

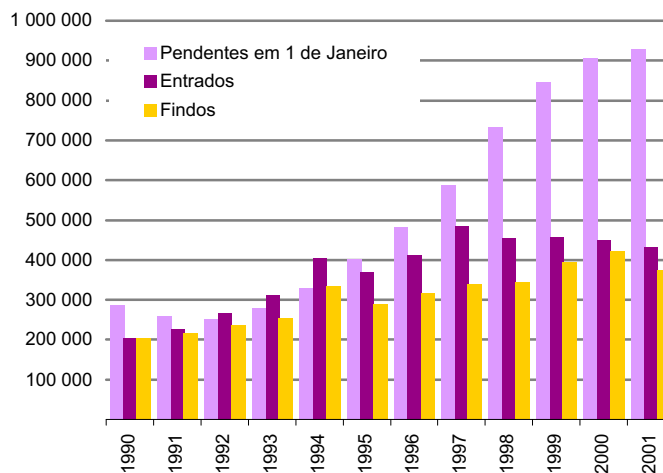


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráfico 10.5

Evolução dos processos cíveis pendentes, entrados e findos

Unidade: n.º

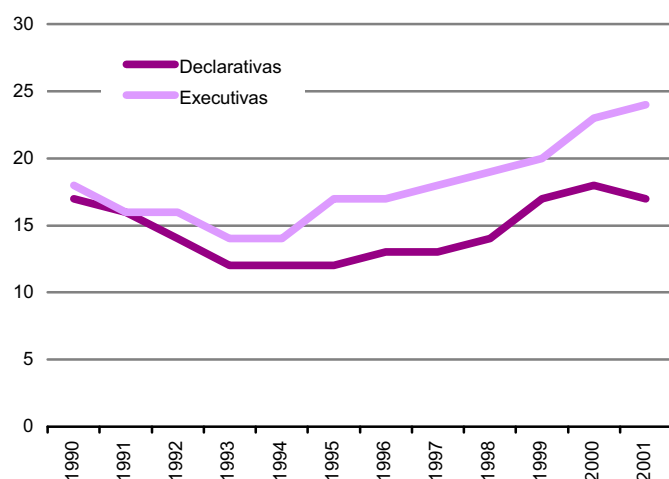


Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráfico 10.6

Justiça Cível - Duração média dos processos cíveis findos

Unidade: Meses



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Durante o período temporal compreendido entre 1992 e 2001, o peso relativo das acções declarativas diminui em contraponto com o que sucedeu com as acções executivas. Em 1992, as acções declarativas representavam 63% do total dos processos cíveis entrados, contra 37% das acções executivas. Em 2001, as acções executivas entradas já correspondiam a 48% do total das acções entradas, rivalizando com os 52% das acções declarativas.

A duração média de uma acção executiva era, em 2001, 7 meses superior à de uma acção declarativa

A pendência e a elevada procura determinaram um aumento da morosidade processual.

Curiosamente, os dados relativos à duração média das acções declarativas não sofreu qualquer modificação se comparados os dois anos extremos da informação estatística apresentada. Em 1990 e em 2001, uma acção declarativa demorava exactamente o mesmo tempo a obter uma decisão final do Tribunal em que se encontrava. Todavia, até metade da década de 90 a tendência verificada era de um decréscimo na morosidade processual declarativa, ao passo que desse ano em diante se denota um aumento no número de meses necessários para a resolução de uma questão declarativa nos Tribunais portugueses.

Cenário bem diferente ocorre nas acções executivas. Se bem que no dealbar da década seja de assinalar uma evolução decrescente na duração média das acções executivas, já a partir de 1995 deparamos com uma progressão de sentido contrário, que culmina em 2001 com uma espera de dois anos até alcançar o término de um processo executivo, dilação temporal superior em 6 meses à que se registava 11 anos antes, em consonância, aliás, com o incremento da pendência neste tipo de acções.

JUSTIÇA LABORAL

A duração média das transgressões de trabalho e das acções executivas laborais sofreu um decréscimo, respectivamente, de 19 e 12 meses entre 1990 e 2001

O gráfico relativo à evolução dos processos entrados demonstra quão diminuta é a fatia de processos jurisdicionais que incidem sobre questões laborais. Daí que o número de processos entrados, findos e pendentes seja relativamente insignificante no total global de processos, se bem que o número de processos entrados denote uma evolução ascendente, já que o seu número em 1992 (50 568) corresponde a 75% do verificado em 2001 (67 316). Na maioria dos anos que servem de base a esta análise, os processos findos superam em quantidade os processos entrados.

A década de 90 agilizou o andamento de todas as acções laborais já que todas as espécies se pautaram por um descida no tempo médio de resolução. Tal como na justiça cível, as acções executivas são as que mais demoram a ser concluídas, mas do início dos anos 90 até ao seu epílogo, verifica-se que a duração média deste tipo de acções sofreu um decréscimo de 12 meses. Mais acentuada é a diminuição nas transgressões de trabalho, cuja duração média passou de 27 para 8 meses.

Entre 1990 e 2001 os acidentes de trabalho causaram 8 651 óbitos

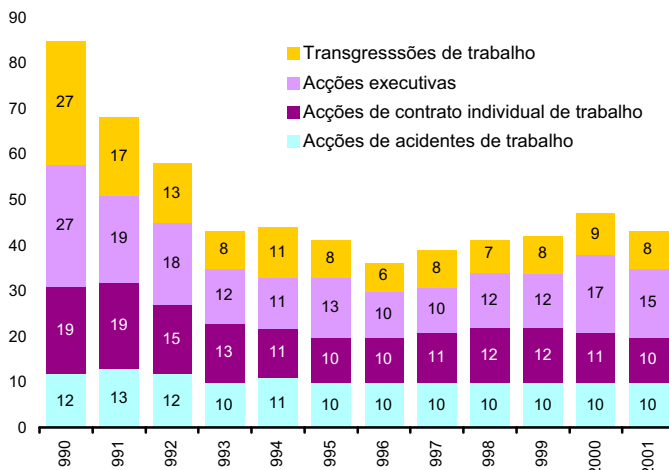
O ano de 2001 revelou o mais elevado número de acções de acidentes de trabalho findas, contabilizando 16 549 ocorrências, mais 2 112 do que em 1990 e mais 182 do que em 1992, ano em que se registou o segundo mais elevado número de acções referentes a acidentes que resultaram em óbito. Do total das acções por acidentes registadas em 2001, 625 resultaram na morte do trabalhador, o que equivale a 4% da cifra global. O número de mortes apuradas por relação às acções findas tem registado um decréscimo em termos percentuais, estabilizando nos 4% a partir de 1998, ano em que se apurou o menor número de mortes devido a

circunstâncias relativas ao exercício da actividade laboral. Todavia, de 1998 a 2000, o número de mortes verificadas em resultado dos acidentes a que se referem as acções foi paulatinamente aumentando, tendo em 2000 sido de 644 trabalhadores, ainda assim menos 299 do que em 1992.

Gráfico 10.7

Justiça Laboral - Duração média das acções

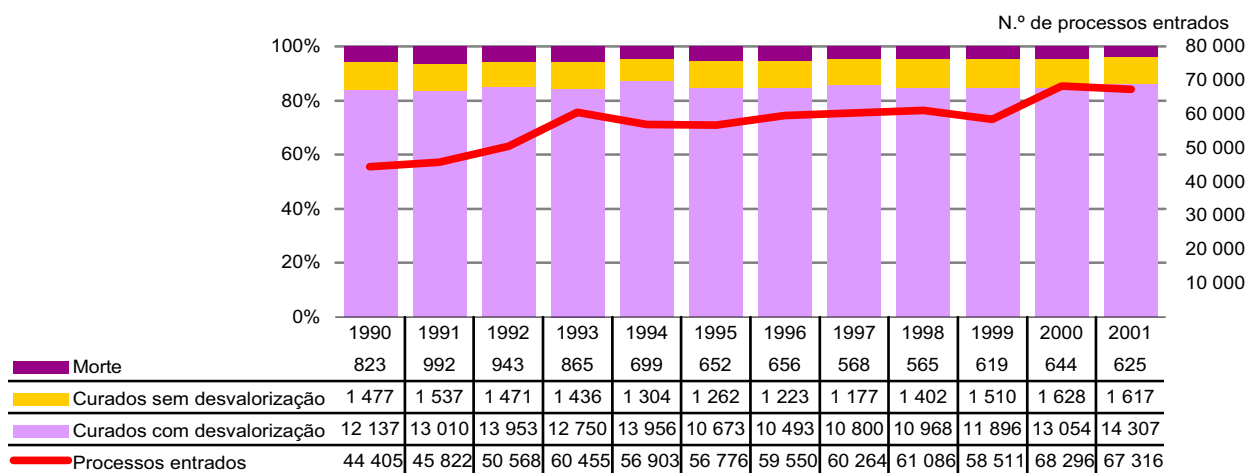
Unidade: Meses



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráfico 10.8

Acções de acidentes de trabalho findas, segundo o resultado do acidente e número de processos entrados



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Em termos percentuais, a divisão dos acidentados de trabalho pelas três categorias, apresentadas na Gráfico 10.8, não sofreu alterações no período analisado. A maioria dos trabalhadores que sofreu acidentes de trabalho insere-se na categoria dos curados com desvalorização até 20%. Cerca de 10% acaba curado sem qualquer desvalorização nas suas capacidades.

JUSTIÇA PENAL

Apesar do número de crimes contra as pessoas ter aumentado ao longo da década, os ilícitos penais contra o património mantiveram sempre a liderança da criminalidade registada

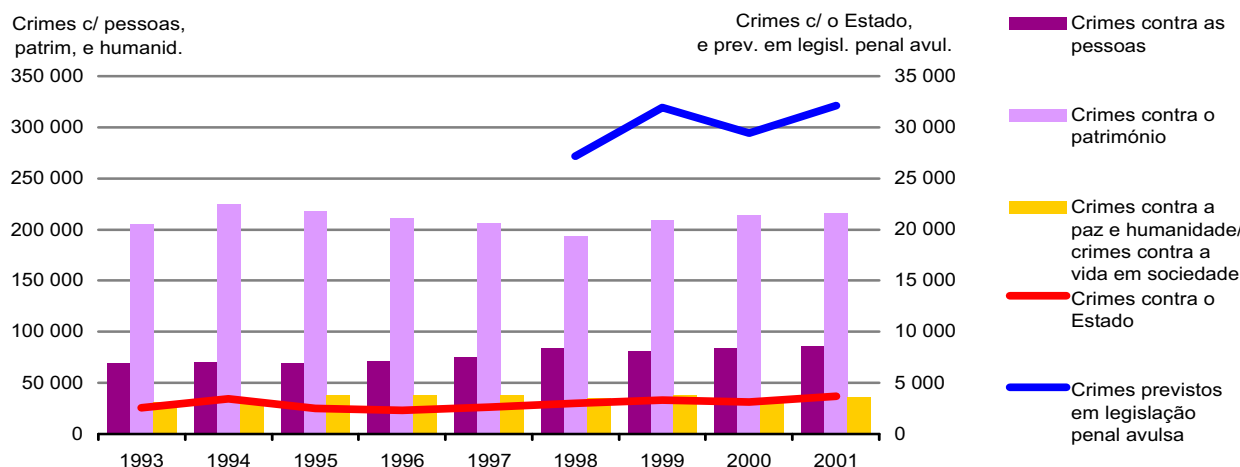
A justiça penal é a que mais eco tem junto da sociedade civil e à qual é dado maior destaque nos meios de comunicação social. Durante toda a década e de acordo com o gráfico relativo aos crimes registados pelas autoridades, assiste-se ao aumento do número de crimes registados, apesar de algumas quebras em anos determinados. É constante a preponderância dos crimes contra o património relativamente às demais categorias de crimes utilizadas na sistemática do Código Penal em vigor.

A subida no número de crimes registados não se fica apenas a dever ao aumento dos crimes contra o património, pois é também visível a tendência crescente dos crimes contra as pessoas (que atingiram em 2001 os 84 891 casos), dos crimes contra a vida em sociedade e dos crimes contra o Estado.

Gráfico 10.9

Justiça Penal - Crimes registados pelas autoridades, segundo as definições gerais

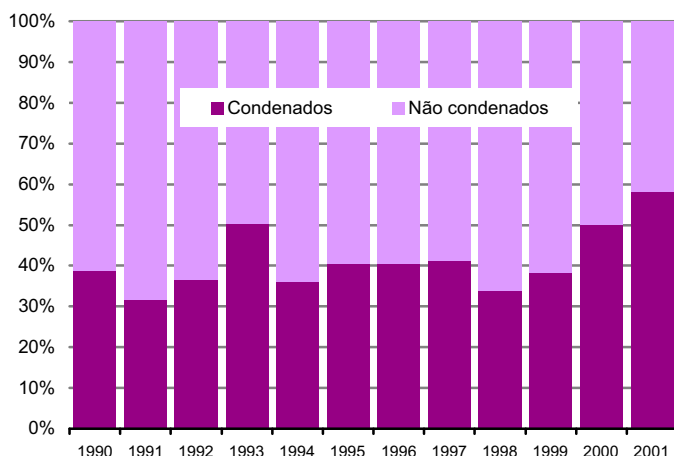
Unidade: n.º



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráfico 10.10

Arguidos, condenados e não condenados, em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

O aumento da criminalidade motiva a subida no número de arguidos e reclusos. O número de arguidos quase que duplica durante os dez anos em consideração e o número de condenados supera mesmo a fasquia da multiplicação por dois. Em 2001, 58% dos arguidos foram condenados, que contrasta com o sucedido em 1991, ano durante o qual menos de um terço dos arguidos foi alvo de decisão condenatória.

Os indivíduos do sexo masculino representam cerca de 90% da população prisional

A população prisional é composta esmagadoramente por reclusos do sexo masculino. Contudo, é evidente o crescimento da população prisional feminina que em 1990 apenas representava 6% dos reclusos, contra os 8% atingidos no ano de 2001, tendo o valor

percentual máximo de mulheres reclusas sido atingido nos anos de 1996 a 1999, quando estas perfizeram um décimo da população prisional.

Se atendermos a uma outra variável incidente sobre os reclusos – a situação penal – facilmente concluímos que a prisão preventiva ainda é determinante no preenchimento das cadeias portuguesas. Da comparação de 1990 com 2001 resulta uma nula taxa de variação da percentagem de reclusos sujeitas a prisão preventiva face à população prisional geral. No entanto, uma análise pormenorizada da década demonstra que de 1990 até 1995 (com excepção de 1993) o número de reclusos preventivos foi sempre subindo, atingindo o seu máximo em 1995, ano em que a taxa de reclusos sujeitos a esta medida de coacção alcançou

os 38%. De 1995 a 1997, a mesma taxa sofreu uma amputação de 8%, estabilizando na casa dos 30% daí em diante e caindo para os 28% no último ano a que se reportam os dados.

Quadro 10.1

Justiça Penal - Reclusos existentes em estabelecimentos prisionais comuns, segundo a situação penal												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Reclusos	9 051	8 047	9 610	11 252	10 311	12 343	14 177	14 634	14 880	13 093	12 944	13 260
Preventivos	2 507	2 993	3 465	3 850	3 632	4 629	4 977	4 328	4 250	4 052	3 854	3 690
Condenados	6 309	4 839	5 924	7 150	6 403	7 400	8 897	10 033	10 348	8 756	8 821	9 335
Medidas de segurança	235	215	221	252	276	314	303	273	282	285	269	235
Preventivos relativamente ao total (%)	28	37	36	32	35	38	35	30	29	31	30	28

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

A comparação de informação estatística internacional padece de algum grau de risco porquanto os métodos de recolha e tratamento de informação nem sempre são coincidentes e a própria terminologia jurídica e as realidades fácticas (*inter alia*, sociais, económicas e demográficas) que lhe estão subjacentes podem ser divergentes.

Entre 1996 e 2000, a criminalidade registada no cômputo geral da União Europeia sofreu um ligeiríssimo acréscimo de 1%, fruto da média de valores tão discrepantes quanto a diminuição de 27% verificada na República da Irlanda e a subida de 17% ocorrida na Bélgica.

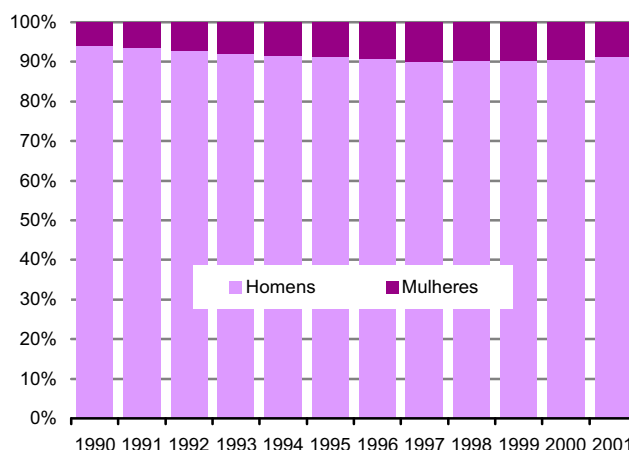
Portugal foi o terceiro Estado-membro mais afectado pelo aumento da criminalidade registada, sendo apenas antecedido pelo já citado caso belga e pela Áustria (15%).

Em seis dos Estados-membros, as entidades com competência para registar infracções de tipo penal viram o seu trabalho diminuído. Para além da Irlanda, também na Dinamarca, Espanha, Itália, Luxemburgo e Reino Unido (Inglaterra e País de Gales) a taxa de crimes registados entre 1996 e 2000 foi mais fraca.

Apesar dos dados referentes ao biénio 1999/2000 não serem publicados, é curioso verificar que nesse espaço temporal foi nula a variação da criminalidade registada, tanto considerando Portugal isoladamente como tendo em conta a média dos Quinze, o que anuncia uma estabilização, após um período de crescimento.

Gráfico 10.11

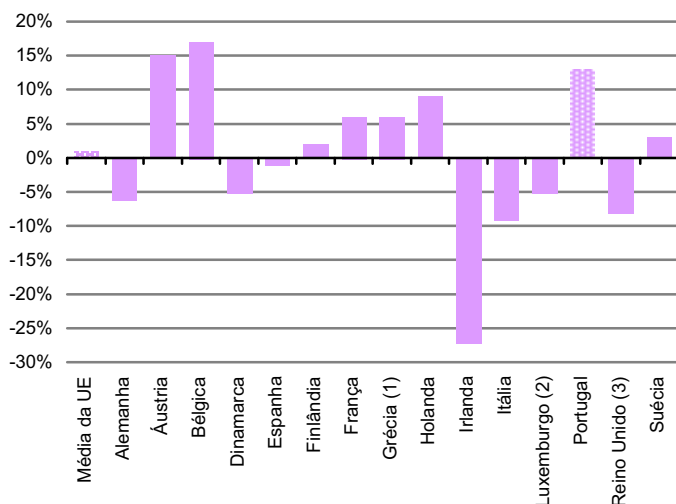
Justiça Penal - Reclusos existentes nos estabelecimentos prisionais comuns e militares em 31 de Dezembro, segundo o sexo



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráfico 10.12

Justiça Penal - Variação da criminalidade registada nos estados membros da União Europeia entre 1996 e 2000



(1) Inclui contra-ordenações e crimes previstos no Código da Estrada

(2) 1996-1999

(3) Só Inglaterra e Gales

Fonte: Home Office Statistical Bulletin 6/01

MENORES

As Leis n.ºs 144/99 e 166/99 alteraram profundamente o regime jurídico das crianças e jovens em risco

A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro e a Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro revolucionaram o sistema de justiça tutelar em Portugal, pelo que os dados do início da década não podem ser comparados com os de 2001 (que ainda assim são apresentados), ano em que os efeitos jurídicos do novo enquadramento legal se começaram a fazer sentir.

No primeiro ano em estudo, os processos tutelares relativos a infracções de natureza penal tomavam a dianteira face aos outros processos tutelares associados a crianças e jovens em perigo. A situação inverteu-se logo no ano imediato, tendo-se mantido durante o resto da década a primazia dos outros processos face às infracções de natureza penal.

Quadro 10.2

Menores - Movimento de processos tutelares, segundo as espécies

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001(a)
Infracções de natureza penal									
Pendentes		5 488	4 024	4 131	4 717	5 032	5 762	6 906	8 265
Entrados	5 296	4 741	4 171	3 695	3 998	4 510	6 739	9 308	1 495
Findos	4 283	4 340	3 417	3 211	3 355	3 313	4 898	8 226	4 954
Outros processos tutelares									
Pendentes		1 794	4 051	4 629	5 461	6 264	8 268	9 036	9 367
Entrados	1 738	2 231	3 018	3 142	3 329	3 438	4 074	5 850	4 789
Findos	1 610	1 902	2 256	2 394	2 388	2 760	4 044	6 197	7 380

(a) - Os dados deste ano reflectem as alterações motivadas pela entrada em vigor da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro e da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro

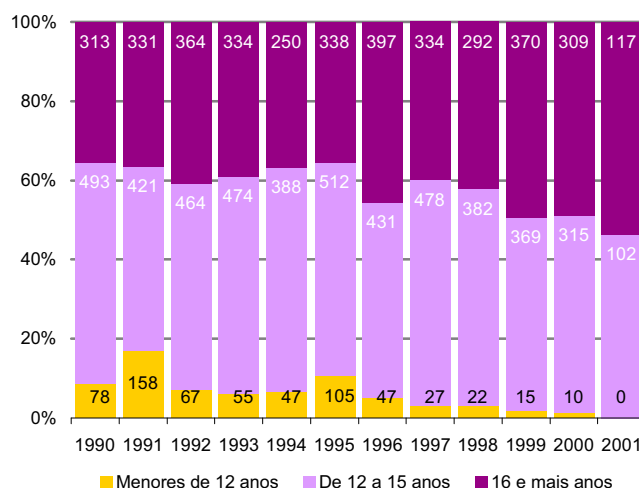
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Tal como nos outros grupos de acções já analisados, a pendência vai-se avolumando ao longo dos anos nos dois tipos de processos, uma vez que a procura suplanta sempre a oferta, o que significa que o número de processo findos nunca consegue superar o número de processos entrados e, dessa forma, absorver parte dos processos não resolvidos acumulados dos anos anteriores.

Em termos de repartição etária verifica-se que os menores a cargo dos Colégios de Acolhimento (a partir de 2001, Centros Educativos) se situam sobretudo na faixa dos 12 aos 15 anos, seguidos dos menores com idade igual ou superior a 16 anos. No fim do Quadro, com números muito modestos, encontram-se as crianças com menos de 12 anos.

Gráfico 10.13

Menores nos colégios de acolhimento, educação e formação e nos centros educativos, segundo a idade



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

As profundas alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 147/99 e 166/99 fizeram sentir-se, no ano de 2001, no número de menores alojados. De acordo com o novo figurino legal, as crianças e jovens em risco são agora da responsabilidade da Segurança Social, o que explica a drástica redução no número de residentes nos Centros Educativos, que passaram a acolher apenas os jovens que tenham cometido ilícitos penais.

PARA SABER MAIS...

Os dados apresentados são da responsabilidade do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, na sua qualidade de órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística para as funções de notação, apuramento e publicação na área das Estatísticas da Justiça.

Outros dados podem ser obtidos nas publicações das “Estatísticas da Justiça” ou no Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.



CULTURA E LAZER

A década em apreço nesta edição do Portugal Social fica marcada por um generalizado crescimento do sector aqui designado por Cultura e Lazer nos vários domínios considerados.

O objectivo da democratização cultural, a crescente consciência da dimensão económica da cultura e a adopção de uma perspectiva que coloca a cultura no centro das preocupações políticas e como uma componente indispensável do desenvolvimento, a par da melhoria das condições de vida da população e do alargamento da classe média, são alguns dos factores que ajudam a entender a evolução recente deste sector em Portugal.

Contudo, nem sempre os instrumentos de produção da informação estão em condições de acompanhar e de dar conta das transformações sociais ocorridas. Designadamente os de natureza estatística e em particular no sector cultural. Mas importa reconhecer que também neste aspecto a evolução tem sido significativa, em particular na segunda metade da década. A crescente atenção a este sector está patente nas tentativas de demarcação/definição relativamente a outros, como por exemplo o do desporto, através da afinação das nomenclaturas do grande grupo “Serviços recreativos e culturais” e da obtenção dos correspondentes dados, designadamente de cariz económico-financeiro. Ou seja, trata-se, por um lado, de reformular a

José Soares Neves,
Universidade de
Lisboa, Instituto de
Ciências Sociais,
Observatório das
Actividades Culturais

delimitação da noção de cultura e dos domínios que abarca e, por outro, de assegurar a obtenção eficaz de informação. A generalidade dos domínios considerados como culturais vem sendo objecto, sobretudo a partir de 1998, de uma observação mais atenta, seja através da adopção de novos instrumentos seja através da reformulação dos já existentes. Está-se, no entanto, ainda numa fase de alguma turbulência, própria dos processos de mudança, particularmente visível nas quebras das séries longitudinais.

Serve o que fica dito para enquadrar os dados aqui sistematizados no tocante à sua construção. Quanto ao seu significado importa ter presentes algumas das alterações mais influentes do lado da oferta: a realização de grandes eventos de carácter internacional, com destaque para a Capital Europeia da Cultura Lisboa 1994, a Exposição Mundial de 1998 e a Capital Europeia da Cultura Porto 2001; o crescimento e disseminação pelo território nacional de festivais e outros eventos; a criação de grandes instituições culturais, como o CCB e a Culturgest; a profunda alteração, ainda em curso, do panorama nacional no tocante às infra-estruturas culturais, em geral adoptando uma perspectiva de rede; o aumento e diversificação dos projectos artísticos nacionais; a inserção de Portugal nos circuitos artísticos internacionais e a criação do Ministério da Cultura (1995) e, com ele, de uma política cultural visando articular projectos e medidas num conjunto alargado de domínios.

Os indicadores disponíveis relativos às despesas das administrações públicas no sector em análise são elucidativos do investimento realizado (1,2% do PIB em 1999, com um crescimento médio anual de 14% a partir de 1990) e significativos à escala europeia. Mas, neste plano, o destaque vai para as despesas municipais, que cresceram no conjunto das administrações públicas – 39% em 1999 contra 22% em 1990 – e na estrutura das despesas municipais – 11% do total em 2001 contra 8% em 1995. Ou seja, se bem que as tradicionais assimetrias regionais permaneçam, designadamente a clivagem litoral/interior, é forçoso constatar que a noção de descentralização cultural, medida em termos das despesas, tem tido reflexos positivos (particularmente visíveis na óptica per capita) no panorama nacional.

Do ponto de vista da procura, os indicadores não são desanimadores, embora os efeitos, sobretudo quando comparados com outros países europeus, estejam ainda longe do esperado. Quanto ao consumo das famílias, é visível o seu maior peso no PIB, comparativamente com o das administrações públicas, e o seu crescimento, sobretudo a partir de 1995. Se se tiver em conta que a classe Lazer, Recreação e Cultura do Índice de Preços no Consumidor tem crescido menos e abaixo do Total Geral, poder-se-á concluir com alguma segurança que o aumento das despesas das famílias não se deve ao aumento dos preços, mas ao aumento efectivo do consumo.

Numa perspectiva regional (NUTS II), constata-se que são as famílias localizadas no Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Norte aquelas cujas despesas anuais são mais significativas. Porém, a região de Lisboa e Vale do Tejo destaca-se, sobretudo, em 2000 pelo forte acréscimo verificado (78%), tal como, embora menos acentuadamente, os Açores (54%). Por outro lado, por escalões de rendimento, as despesas médias anuais sobem em quase todos eles entre 1995 e 2000, verificando-se, sem surpresa, que quanto mais elevado é o escalão de rendimento, maior a despesa e também maior é a parte dedicada à classe de despesa em apreço.

O quadro relativo aos espectadores de cinema e de espectáculos ao vivo (realizados em recintos convencionais, precise-se) ajuda a esclarecer como têm evoluído estas procuras. Neste plano, importa destacar a tendência de aumento ao longo do período e o incremento significativo, quer no número de sessões quer no número de entradas, ocorrido nos últimos anos do arco temporal abrangido.

Importa também mencionar as (diferentes) evoluções de dois outros tipos de equipamentos, ambos objecto de políticas culturais no sentido da constituição de redes: as bibliotecas (desde meados da década de oitenta) e os museus (mais recentemente). Quanto às bibliotecas, registe-se o aumento do seu número entre 1990 e 2001 (48%) e, sobretudo, do número de utilizadores (1274%). Relativamente aos museus, anote-se um alargamento de 18% no número de entradas entre 1990 e 2000.

Do ponto de vista das práticas culturais, os dados do primeiro (e único) estudo representativo da população portuguesa realizado até ao presente em que tais práticas são objecto de observação, o Inquérito à Ocupação do Tempo (1999), revelam que, seguindo uma tendência comum a outros países, as práticas domésticas (televisão, rádio) e de sociabilidade (visitar e ser visitado e ir comer fora com familiares ou amigos) predominam relativamente às de saída (nas quais o cinema e os espectáculos de música popular/contemporânea apresentam as taxas mais elevadas). Destaca-se, para estas últimas, um perfil de praticantes de carácter minoritário, juvenilizado e qualificado em termos de escolaridade e de profissão. Infelizmente, não é possível ter uma noção da evolução do peso relativo das referidas características ao longo do tempo, ficando assim prejudicada a percepção do significado das mudanças ocorridas no tocante à participação na vida cultural.

Em suma, ao longo do período em apreço nota-se a persistência do investimento público, bem como uma importante evolução positiva da oferta, com o correspondente aumento quantitativo da procura. No entanto, importa referir que, a julgar pelos escassos dados disponíveis persistirá, apesar de tudo, o tradicional desfasamento de Portugal relativamente aos actuais parceiros europeus. O que deixa supor que o esforço público na modernização do país e os avanços registados terão de persistir e intensificar-se para se atingirem os níveis médios europeus.

Dezembro de 2002

CULTURA E LAZER

Quanto gasta o Estado em cultura e lazer?

Em 1999, o conjunto da Administração Pública despendeu em cultura e lazer cerca de 1 325 milhões de euros, o que correspondia a 1,2 % do valor do PIB português a preços correntes no mesmo ano e a uma taxa média de crescimento anual, face a 1990, de 14 %.

Relacionando a informação disponível com a população média residente em Portugal, para o período em análise (Gráfico 11.1), verifica-se que, em 1999, as Administrações Públicas gastaram em “Serviços Recreativos, Culturais e Religiosos” cerca de 130 euros por indivíduo residente no país, um valor que representa cerca do dobro do valor registado em 1992 (61 euros). Saliente-se ainda o maior ritmo de crescimento das despesas per capita em “Serviços Recreativos, Culturais e Religiosos” no último quinquénio da década, fortemente influenciado pelas despesas efectuadas nas componentes “Serviços Culturais” e “Serviços Recreativos e Desportivos”.

Em Portugal, de entre as despesas das Administrações Públicas em cultura e lazer, são de realçar as despesas efectuadas pelas Câmaras Municipais que, em 1990, representavam cerca de 22 % das mesmas, passando esse valor a ser de aproximadamente 39 % em 1999.

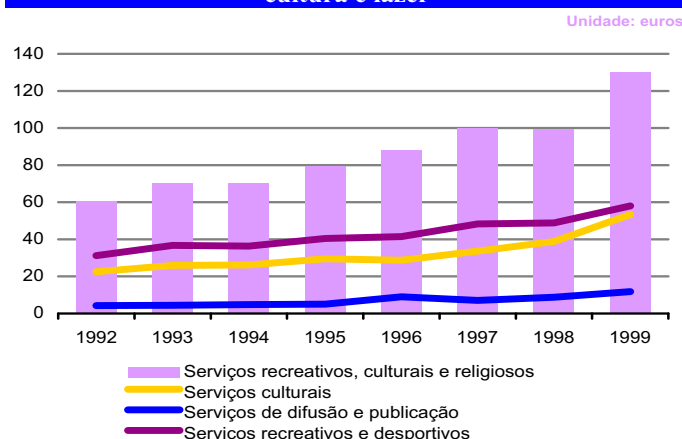
Note-se que, e por recurso ao Gráfico 11.2, as despesas das Câmaras Municipais em cultura *per capita* revelam, no 2º quinquénio, um ritmo mais intenso de crescimento nas despesas efectuadas pelas Câmaras Municipais do Algarve e do Alentejo; de facto, estas despesas variaram, em 2001 relativamente a 1996, 225% e 139% respectivamente nestas duas regiões.

O Gráfico 11.3 pretende ilustrar o comportamento das despesas das Administrações Públicas em cultura e lazer e do consumo final das Famílias no mesmo tipo de bens, *per se* e relativamente ao PIB nacional.

A análise da década evidencia um maior volume de despesas efectuadas pelas famílias nestes bens: em 2001, as despesas de consumo final das Famílias

Gráfico 11.1

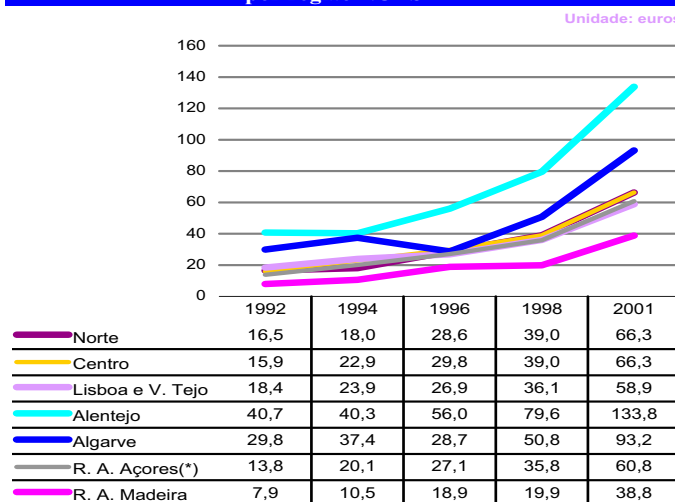
Despesas das administrações públicas per capita em cultura e lazer



Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráfico 11.2

Despesas per capita das câmaras municipais, em cultura e lazer por região NUTS II

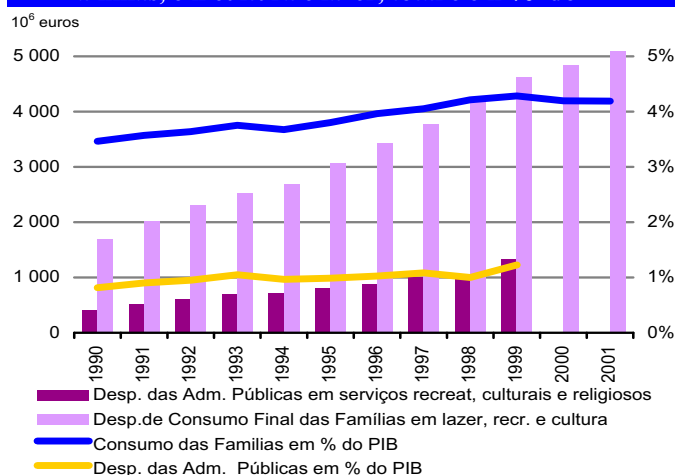


(*) O valor da R.A. Açores em 2001, não está disponível pelo que se apresenta o valor de 2000.

Fonte: INE- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Gráfico 11.3

Despesas das administrações públicas e consumo das famílias, em cultura e lazer, total e em % do PIB



Fonte: INE - Contas Nacionais

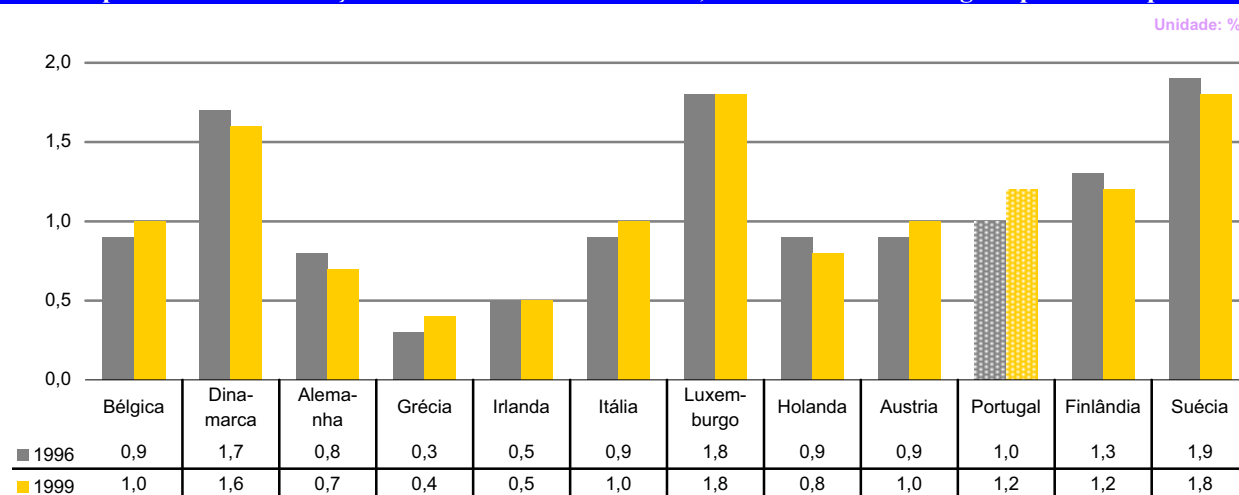
(5 152 milhões de euros) correspondem a um crescimento de cerca de 11% relativamente a 1999; nesse ano, segundo os dados disponibilizados, estas despesas representavam quase o quádruplo das despesas das Administrações Públicas (1325 milhões de euros). O andamento das séries revela ainda uma intensificação das despesas de consumo final das Famílias a partir de 1995, ritmo este que não foi acompanhado pela evolução das despesas das Administrações Públicas neste sector.

Por comparação com o PIB nacional assiste-se, ao longo da década, a uma relativa estabilidade da importância das despesas das Administrações Públicas (em 1990 representavam 0,8 % do PIB, sendo esse valor de 1,2 % em 1999). Já no que se refere às despesas de consumo final das famílias neste sector, a sua representatividade no PIB nacional tem vindo a aumentar, de forma ligeiramente mais acentuada até 1999, ano em que o consumo final das Famílias absorvia cerca de 4,3% do total, diminuindo para 4,2% em 2000, valor que se manteve em 2001.

Comparativamente com alguns países europeus é curioso notar a importância diminuta que as Administrações Públicas de alguns países, apresentados no Gráfico 11.4, atribuem às Despesas em cultura e lazer no respectivo PIB; de facto, de entre os países considerados, apenas as Administrações Públicas da Suécia, do Luxemburgo e da Dinamarca, efectuaram, em 1999, despesas em cultura e lazer com representatividade nos respectivos PIB superiores à observada em Portugal (1,8%, 1,8% e 1,6% respectivamente). Em termos evolutivos, destaque-se a quebra ocorrida, em 1999 relativamente a 1996, nas despesas em cultura e lazer na maior parte dos países considerados, sendo Portugal o país que, pelo contrário, apresentou maior crescimento nesta classe de despesa em percentagem do PIB.

Gráfico 11.4

Despesa das Administrações Públicas em cultura e lazer, em % do PIB e em alguns países europeus



Fonte: Eurostat - New Cronos

Quanto gastam os portugueses em cultura e lazer?

Em 2001, as famílias portuguesas despenderam cerca de 5 152 milhões de euros em consumo final de cultura e lazer.

O Gráfico 11.5 ilustra a evolução da importância que as famílias residentes no território nacional têm vindo a atribuir às actividades de cultura e lazer no total do seu consumo. Em 1995, apenas cerca de 6,2 % do consumo das Famílias se destinava ao consumo de actividades culturais e de lazer, valor este que pouco cresce ao longo dos anos seguintes: em 2001, este indicador apresentava um valor de 7,1%.

Por funções, verifica-se que a que absorve maior fatia da despesa total em “Lazer, Recreação e Cultura” são os “Serviços Recreativos e Culturais”, na ordem dos 30 a 38 % de representatividade ao longo da década, registando-se o maior ganho de importância relativa na função “Equipamento Audiovisual, Fotográfico e de Processamento de Dados” que passa de cerca de 18% no início da década para 23 % em 2001.

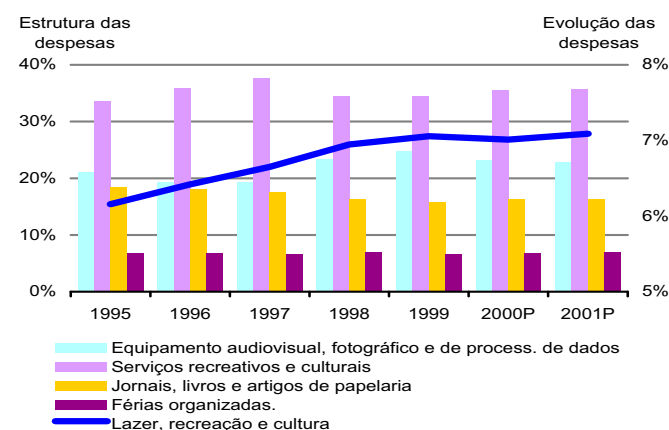
A análise da evolução dos preços no consumidor na classe de Lazer, Recreação e Cultura, para igual período, denota um crescimento em 2001, face a 1995, de cerca de 11 %, indiciando, quando comparada com o indicador anterior, alguma exogeneidade de evolução no consumo de bens recreativos e culturais face à evolução geral dos preços.

Através do Gráfico 11.6 é possível verificar que os preços das actividades relacionadas com a cultura e lazer, nos anos de 1997 a 2001, quase que estabilizam no intervalo do índice [100 - 103,4] não acompanhando a evolução geral dos preços. Este comportamento dos preços poderá ser identificado como um dos possíveis factores explicativos do comportamento das despesas de consumo final das Famílias atrás identificado.

De acordo com os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares realizado em 1995 e em 2000, cada família despendeu em média no ano de 2000, cerca de 663 euros em cultura e lazer, o que corresponde a aproximadamente 4,8% das despesas médias anuais efectuadas e a um acréscimo de 37% face ao ano de 1995 (484 euros)¹.

Gráfico 11.5

Despesas de consumo final das Famílias, em cultura e lazer no território nacional, por função, a preços correntes

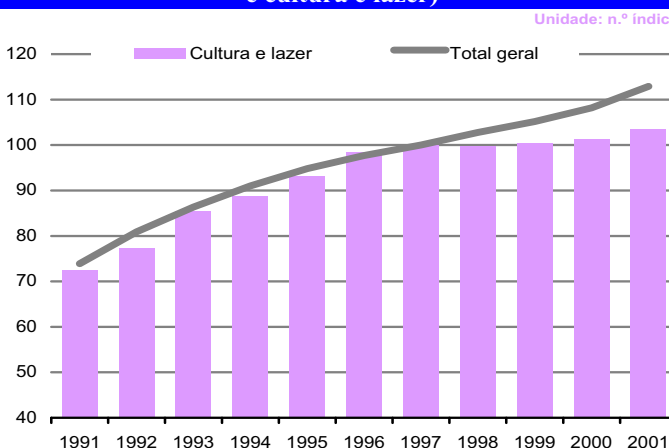


(P) Dados provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais

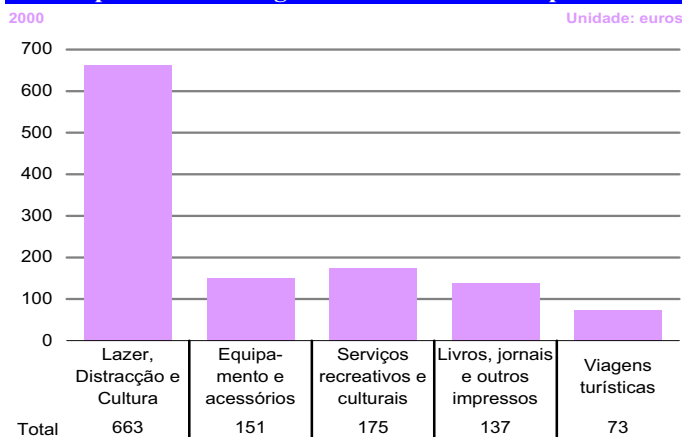
Gráfico 11.6

Evolução do Índice de Preços no Consumidor (Total geral e cultura e lazer)



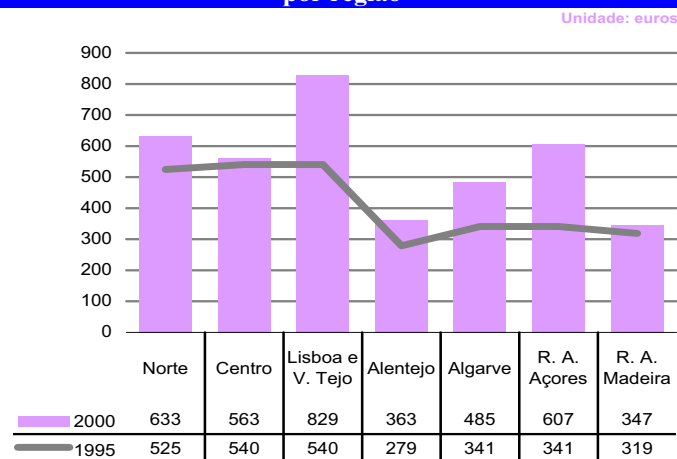
Fonte: INE - Índice de Preços nos Consumidores (Base 100=1991 compatibilizada com Base 100=1997)

Gráfico 11.7

Despesas médias anuais das Famílias em cultura e lazer, para o total e algumas subclasses de despesa


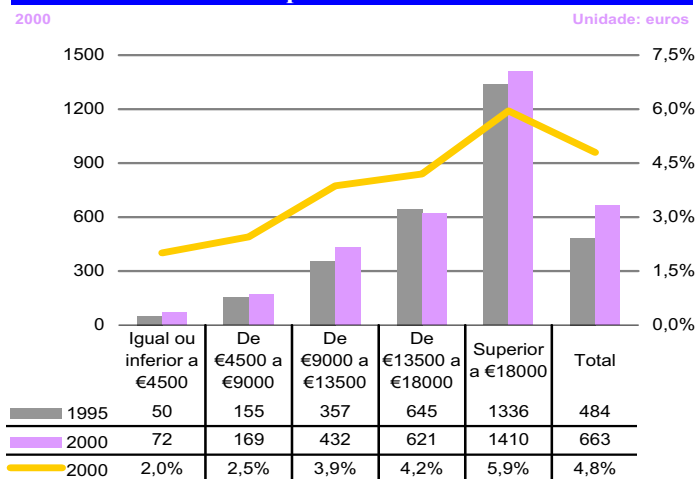
Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráfico 11.8

Despesas médias anuais das Famílias em cultura e lazer, por região


Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráfico 11.9

Despesas médias anuais das Famílias em cultura e lazer, por escalões de rendimento líquido anual e respectivo peso, nas despesas médias totais


Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares

Por subclasses de despesa, verifica-se que, em 2000, a maior fatia das despesas das famílias era absorvida por “Serviços recreativos e culturais” (175 euros em média), perfilando-se as despesas em “Equipamento e acessórios audiovisuais, fotográficos e informáticos” em segundo lugar neste ranking de despesas médias anuais em cultura e lazer (151 euros).

Por regiões, verifica-se que, em 2000, as famílias de Lisboa e Vale do Tejo efectuaram uma despesa média anual neste sector superior em 25 % ao valor médio nacional, sendo as famílias residentes na Região Autónoma da Madeira e no Alentejo aquelas cuja despesa média anual mais se afastou da despesa média nacional nesta classe de despesa (347 e 363 euros respectivamente).

As famílias da Região Autónoma dos Açores e de Lisboa e Vale do Tejo foram as que registaram maior crescimento na despesa média anual em cultura e lazer nos últimos 5 anos da década; em 2000, relativamente a 1995, estas famílias aumentaram a sua despesa média anual em 78% e 54% respectivamente.

Por escalões de rendimento, os dados apresentados no Gráfico 11.9 revelam que são as famílias cujo rendimento é mais elevado que maior despesa média efectuem nesta classe de despesa, sendo de destacar o facto de, no ano de 2000, a despesa média das famílias com rendimento anual líquido entre os 9 000 e os 13 500 euros ter registado uma variação positiva de cerca de 21% face ao valor registado em 1995².

Expo'98: Ícone cultural da década?

“Para os portugueses em geral e os lisboetas em particular, a Expo preencheu funções sociais muito importantes. Foi um ótimo programa de ocupação dos tempos livres, favorecendo a saída do quotidiano e a convivialidade, uma vez que o espaço seguro e legível, a oferta cultural e a presença de outras pessoas constituíam ingredientes importantes de sucesso.”

Luísa Pedroso de Lima, “Confirmar estereótipos culturais”, Público (8/10/98, p.28)

A Expo'98 afirmou-se como o ícone da década em actividades socioculturais; contando com um total estimado de 8 305 milhares de visitantes residentes em Portugal repartidos pelos 132 dias de duração da exposição e por 6 785 sessões de espectáculos (temporários e permanentes) a Expo foi, no contexto sociocultural português, um acontecimento fora do comum.

A análise da distribuição do número de visitantes com 15 e mais anos, residentes em Portugal, por regiões de origem, indica que cerca de 69 % dos visitantes eram residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo, o que se supõe está positivamente relacionado com a proximidade geográfica do evento. De entre as restantes regiões destaca-se a região Norte de onde foram provenientes, estima-se, cerca de 15,2% dos visitantes.

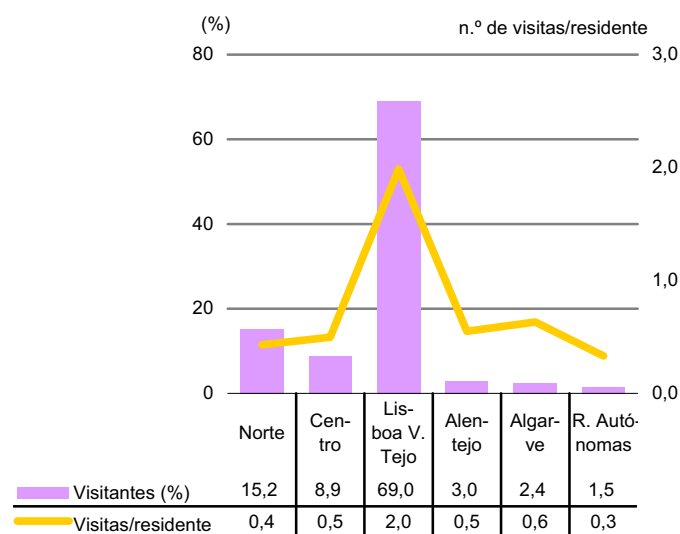
O número médio de visitas à exposição por residente no território nacional quedou-se na unidade, sendo que mais uma vez foram os residentes oriundos da região de Lisboa e Vale do Tejo os que mais vezes se deslocaram ao recinto: 2 vezes em média.

Por categorias profissionais, verifica-se que os “Quadros superiores ou médios” e os “Estudantes” asseguraram cerca de 46 % do total de visitas ao recinto; pelo contrário as categorias profissionais menos expressivas foram as “Domésticas” e os “Trabalhadores não qualificados” que, no total de visitas, representaram aproximadamente 5,2 %.

No que se refere à observação das práticas culturais imputáveis à exposição, verifica-se que em média cada sessão de espectáculos temporários registou uma afluência de 1 457 espectadores. Os espectáculos de “Audiovisual”, representando 4 % dos espectáculos temporários realizados, foram os que reuniram maior número médio de espectadores (cerca de 2 784), tendo-se observado o maior número de sessões na categoria “Música” com 1 439 espectadores em média.

Gráfico 11.10

EXPO'98: Regiões de origem dos visitantes portugueses com 15 e mais anos



Fonte: OAC - Impactos culturais da Expo'98; INE - Estimativas da População Residente em Portugal aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001 (População média de 1998)

Quadro 11.1

EXPO'98: Categoria profissional dos visitantes

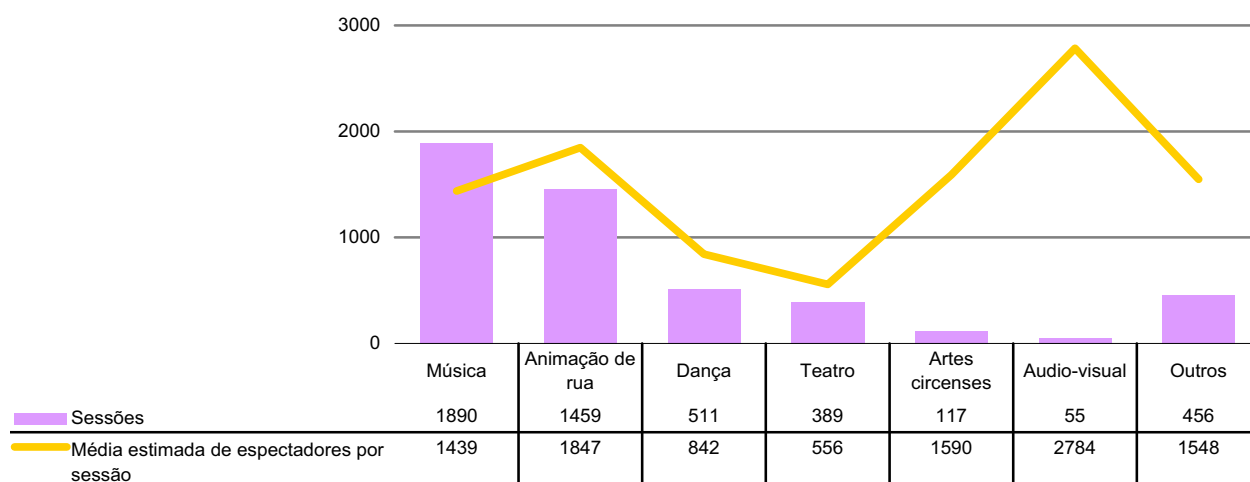
Profissão	Visitantes (%)
Quadros superiores/médios	27,6
Estudantes	18,4
Empregados serviços/comércio/administrativos	15,3
Técnicos especializados	12,8
Técnicos qualificados	7,3
Professores	6,9
Não activos	6,5
Domésticas	2,9
Trab. Não qualificados	2,3

Fonte: OAC - Impactos culturais da Expo'98

Gráfico 11.11

EXPO'98: Número de sessões e número médio de espectadores por sessão por tipo de espectáculo temporário

Unidade: n.º



Fonte: OAC - Impactos culturais da Expo'98

Que práticas culturais domésticas têm os portugueses?**AUDIOVISUAL**

De acordo com os resultados do Inquérito à Ocupação do Tempo (IOT) realizado pelo INE, em 1999, 97% da população portuguesa afirmava ver televisão; tendo em conta esta elevada percentagem, qual a frequência da prática? Para a esmagadora maioria era diária (85%), para 10% frequente e para apenas 5% rara.

A ventilação com as variáveis sexo e idade revelava que, por um lado, eram os homens aqueles que diariamente ou mais frequentemente viam televisão; por outro lado, que esta regularidade (patente em todos os grupos de idade) era mais nítida para os homens mais jovens (86% dos homens versus 81% das mulheres, para aqueles que viam todos os dias) do que para os mais idosos (neste caso próximo dos 89% para os dois sexos, tendo em conta igualmente aqueles que viam todos os dias).

Por referência ao indicador de saturação³ apresentado no Quadro 11.2, é bem patente a generalização dos receptores de televisão, presentes em 97% dos lares (abrangendo 99% da população nacional). O vídeo equipava 50% dos lares (ou seja, 58% da população) e o computador 21% (27% da população).

Quadro 11.2

Posse de equipamentos por família

1999

Equipamento	Saturação (%)	Penetração (n.º)
Televisão	96,6	1,9
Vídeo	49,6	-
Computador	21,1	1,1

Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Quanto ao indicador de penetração, verificou-se que, nos dois equipamentos para os quais foi possível a construção deste indicador (televisão e computador), cada agregado familiar possuía, em média, perto de 2 receptores de televisão, ao passo que, relativamente ao computador pessoal, se ultrapassou ligeiramente a média de 1 por cada agregado.

JORNAIS, REVISTAS E LIVROS

Segundo as estatísticas da cultura, desporto e recreio disponíveis, de entre as publicações periódicas editadas em Portugal, os jornais e as revistas foram os tipos de publicação com maior número de edições, tiragens e exemplares vendidos durante todo o ano, no período de 1994 a 2001.

No que se refere aos jornais, o forte crescimento no número de exemplares vendidos durante o ano de 2001 (na ordem dos 59%) não é acompanhado pelo crescimento do número total de exemplares vendidos por edição (8%), indiciando um forte crescimento no número de títulos disponibilizados.

Quanto às revistas, verifica-se um decréscimo, relativamente a 1994, de 3 % no número de exemplares vendidos, tendo o número de exemplares vendidos por edição sofrido igualmente um decréscimo na ordem dos 52%, no mesmo período.

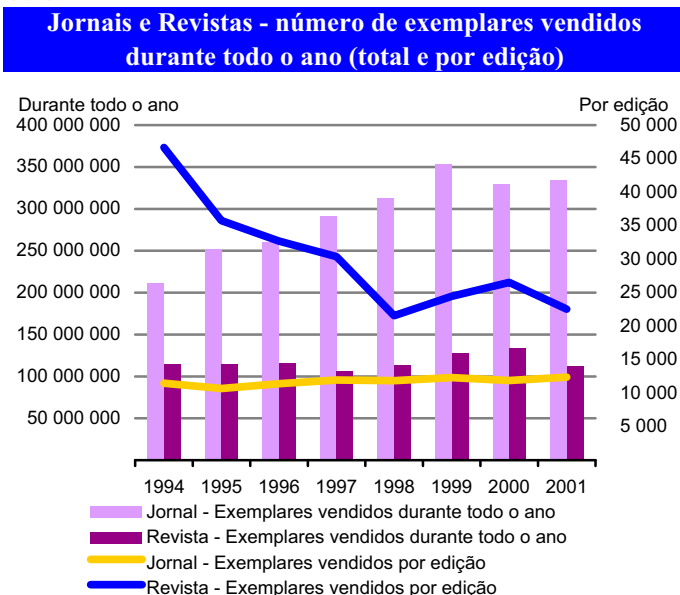
Segundo os dados do IOT, em 1999, quer a leitura regular de jornais quer a de revistas situam-se acima do patamar que abrange mais de metade da população: a leitura de jornais era a que recolhia a mais elevada frequência relativa – eram 58% os portugueses que os costumavam ler –, ao passo que a leitura de revistas era prática costumeira de 54% da população.

Quanto à leitura de livros, era uma prática de perto de um terço da população (31%), dos quais a grande maioria (79%) se situava no patamar de 1 a 5 livros lidos nos últimos 12 meses (do período de referência do inquérito).

De acordo com a mesma fonte, em 1999, as mulheres representavam 57% da população com 15 e mais anos que afirmou ter hábito de leitura de livros, sendo que cerca de 35 % destas tinham idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (Quadro 11.3).

O romance era o género de livro habitualmente mais apetecido (49%); de entre os géneros preferidos, uma referência ainda para os livros de aventuras e/ou policiais (30%) e os dedicados à saúde, crianças e família (18%). Pelo contrário, os livros de arte, música, cinema e fotografia eram os menos preferidos (5%).

Gráfico 11.12



Quadro 11.3

População com 15 e mais anos, por sexo e grupo etário, segundo o hábito de leitura de livros

1999

	Homens		Mulheres	
	Sim	Não	Sim	Não
15 - 24 anos	30,2%	16,7%	34,7%	9,8%
25 - 34 anos	21,0%	18,9%	19,9%	16,5%
35 - 54 anos	29,3%	33,0%	28,7%	32,0%
55 - 64 anos	10,1%	13,5%	7,9%	15,7%
65 ou mais anos	9,4%	18,0%	8,7%	25,9%

Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Revista semanal de maior tiragem média em 2000:

“Roda dos Milhões”

Os dados sobre as tiragens médias de cada tipo de publicação periódica, revelam que a revista com maior tiragem média anual em 2000, era a “Roda dos Milhões” seguindo-se a revista “Maria” no ranking desta categoria de publicação.

No que respeita aos jornais semanais, os mesmos dados indicam que o de maior tiragem média, no último quinquénio, foi o jornal “Expresso”, exceptuando-se o ano de 1999, no qual o jornal “O Crime” ocupava a 1ª posição do ranking nesta categoria.

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Quadro 11.4

Principais razões de não leitura frequente de Jornais, Revistas e Livros			
Razão	Jornais	Revistas	Livros
Não tenho muito tempo disponível	18,5%	16,5%	23,9%
Não tenho interesse	34,1%	38,2%	21,6%
Prefiro ler jornais	-	11,0%	4,3%
Prefiro ler livros	2,2%	1,7%	-
Prefiro ler revistas	7,8%	-	2,5%
Prefiro ver televisão	18,1%	16,0%	11,2%
Outra	34,0%	29,1%	21,3%
Não leitores frequentes (%)	42,0%	46,0%	69,0%

Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

As razões para a não leitura de cada um dos suportes são em grande parte coincidentes e ligam-se com a falta de interesse, a falta de tempo disponível e a preferência pela televisão. No entanto, como se pode ver pelo Quadro 11.4, a hierarquia e o peso relativo de cada uma das razões mais referidas é variável consoante o suporte.

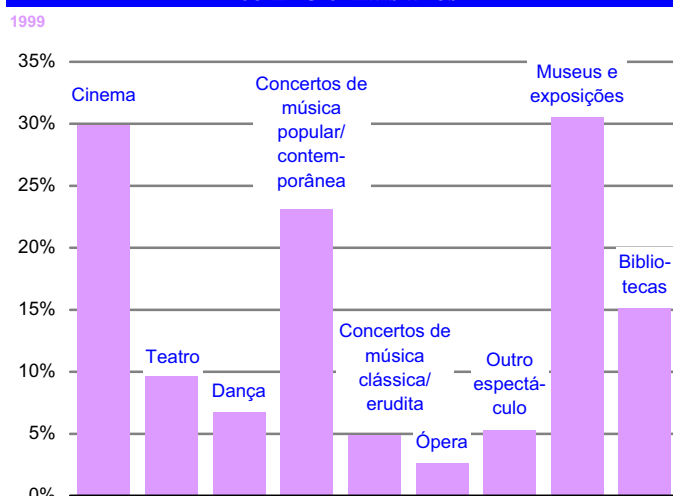
Que práticas culturais de saída têm os portugueses?

Consideram-se como práticas culturais de saída o conjunto de práticas que inclui o cinema, os espectáculos ao vivo (teatro, dança, concertos de música popular/contemporânea, erudita/clássica e ópera) e as visitas ao património artístico e cultural (*museus* e *bibliotecas*).

O Gráfico 11.13 mostra o comportamento dos portugueses nesta matéria em 1999, evidenciado-se a preferência dada

Gráfico 11.13

Frequência das práticas culturais de saída da população com 15 e mais anos



Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

pelos residentes em Portugal com 15 e mais anos, às idas ao cinema (29,9%), aos concertos de música popular/contemporânea (23,1%) e às visitas a *museus* e exposições (30%). Note-se que o género “Ópera” foi de entre o conjunto referido, a prática cultural que registou menor frequência neste estrato da população (apenas 2,6%).

PÚBLICOS DO PORTO 2001

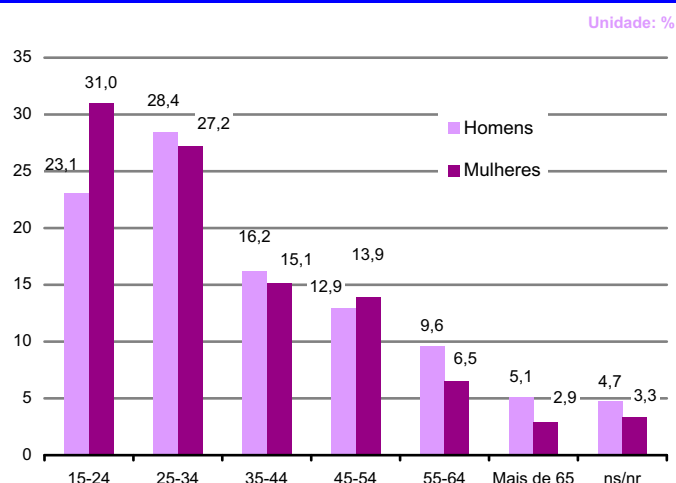
O Porto 2001, Capital Europeia da Cultura decorreu oficialmente entre 13 de Janeiro e 22 de Dezembro. No seu âmbito organizaram-se 450 eventos, 27% dos quais na área das Artes do palco, correspondentes a 3 869 sessões, das quais 63% integradas na área das Artes plásticas e arquitectura na cidade. O número total de frequentadores (espectadores, visitantes, utentes) foi de 1 246 545. A área que mobilizou mais frequentadores foi a de Artes plásticas e arquitectura na cidade, com 37%.

Segundo um estudo realizado pelo Observatório das Actividades Culturais, o perfil dos públicos deste grande evento caracteriza-se, na linha das conclusões de outros estudos de públicos da cultura, pela juvenilização e pelos elevados níveis em termos de escolaridade e de qualificação profissional.

O gráfico 11.14 dá conta da composição segundo a idade e o sexo. Maioritariamente jovem (entre os 15 e os 34 situam-se, para ambos os sexos, mais de metade dos inquiridos), este carácter acentua-se no sexo feminino (58%) relativamente ao masculino (52%).

Gráfico 11.14

Composição dos públicos do Porto 2001 segundo a idade e o sexo



Fonte: Públicos do Porto 2001, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 2002.

Quadro 11.5

Composição dos públicos do Porto 2001 segundo o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Percentagem de indivíduos
Nunca frequentou um estabelecimento de ensino	0,2
Até à 4ª classe	1,4
Até ao 6º ano	1,4
Até ao 9º ano	5,1
Até ao 12º ano	16,7
Ensino médio-bacharelato ou politécnico	11,8
Ensino superior-licenciatura	47,3
Ensino superior-pós graduação	13,4
ns/nr	2,9

Fonte: Públicos do Porto 2001, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 2002.

Quanto ao nível de escolaridade, 47% frequenta ou possui diploma de licenciatura. Esta percentagem sobe para 61% se se incluir a frequência e graus de pós-graduação. No pólo oposto, totalizam 8% aqueles que se situam até ao nível do 9º ano de escolaridade.

Quadro 11.6

Práticas culturais segundo o sexo (IOT 1999 e Porto 2001)

Prática	IOT 1999			PORTO 2001		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Ler livros	27,9%	33,3%	30,7%	98,8%	99,6%	99,3%
Ver televisão	97,5%	96,4%	96,9%	98,6%	99,0%	98,9%
Ir ao cinema	30,0%	29,8%	29,9%	98,7%	98,6%	98,7%
Assistir a espectáculos de teatro	9,1%	10,0%	9,6%	95,0%	96,7%	95,7%
Ir a bibliotecas	15,3%	14,9%	15,1%	94,0%	94,6%	94,3%
Assistir a concertos de música popular/contemporânea	23,4%	22,8%	23,1%	92,5%	92,4%	92,4%
Assistir a espectáculos de música clássica/erudita	5,0%	4,8%	4,9%	90,5%	90,7%	90,6%
Assistir a espectáculos de dança	5,7%	7,7%	6,7%	87,6%	93,0%	90,6%
Ir a discotecas, bares	27,2%	18,7%	22,8%	87,2%	84,8%	85,9%
Assistir a espectáculos desportivos	29,2%	10,4%	19,3%	82,6%	71,6%	76,6%
Frequentar associações religiosas	24,6%	9,3%	16,6%	79,6%	73,3%	76,2%

Fonte: Públicos do Porto 2001, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 2002.

Do ponto de vista da composição ocupacional, 69% são activos. Nestes, é preponderante o grupo ocupacional “Profissionais intelectuais e científicos” (43%). Por outro lado, 30% são “não activos” e, entre estes, 22% são “estudantes”.

Relativamente às práticas culturais, a comparação entre os dados do estudo do OAC e os do IOT permite detectar algumas especificidades daqueles públicos em dois planos: hierarquia dos valores totais e distribuição dos valores por sexo.

Quanto ao primeiro plano, notam-se diferenças significativas no tocante às posições na base da hierarquia, uma vez que no topo (as 3 modalidades mais referidas em qualquer dos estudos) apenas se verifica a inversão de “Ver televisão” (mais referida no IOT) e “Ler livros” (mais referida no Porto 2001). Outras práticas mais valorizadas entre os públicos do Porto 2001 por referência aos dados nacionais (do IOT) são “assistir a espectáculos de teatro”, a “ida a bibliotecas”, “assistir a concertos de música clássica/erudita”. Entre as práticas menos valorizadas (ainda por referência ao IOT) estão a “ida a discotecas e bares”, a “assistência a espectáculos desportivos” e a “frequência de associações recreativas”.

Quanto ao segundo plano, evidencia-se a homologia entre a distribuição por sexo num e noutro estudo, ou seja, a distribuição por sexo dos Públicos do Porto 2001 replica, em termos gerais, a verificada a nível nacional.

ESPECTÁCULOS AO VIVO E CINEMA

Em 2001, de acordo com os últimos dados disponíveis, verificou-se um forte crescimento, relativamente ao ano anterior, no número de sessões de alguns espectáculos ao vivo, nomeadamente, “teatro” e “concertos e bailados”⁴. Enquanto que, em 2000, o número de sessões de teatro se situava na ordem das 4 794, em 2001 este número aumenta para 7 203 reflectindo um crescimento relativo de 50%.

Quadro 11.7

Evolução do número de sessões, por tipo de espectáculo, de alguns espectáculos ao vivo												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Sessões de cinema	168 657	142 191	138 414	130 595	125 622	145 846	194 549	275 420	311 602	414 864	419 695	450 201
Sessões de teatro	2 262	2 252	2 975	2 443	3 116	3 512	2 521	2 615	2 327	2 972	4 794	7 203
Sessões de concerto e bailado	251	340	363	380	376	600	578	619	600	703	1 755	3 020
Sessões de ópera	21	26	25	17	67	62	27	51	53	42	102	114

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

A categoria de espectáculos de concertos e bailado, em 2001, registou 3 020 sessões correspondendo a um crescimento de cerca de 70% relativamente ao ano anterior; este forte crescimento já se tinha verificado em 2000, ano em que se efectuaram espectáculos em número muito acima do número médio de sessões da década (no período de 1990 a 1999 o número médio anual de sessões foi de 481, enquanto que, em 2000, se realizaram 1 755 espectáculos deste tipo). Ressalve-se o facto de nesta categoria estarem incluídos os concertos de música ligeira, que em 2001, correspondiam a 31% das 3 020 sessões de concertos e bailados efectuadas.

Quadro 11.8

Evolução do número de espectadores, por tipo de espectáculo, de alguns espectáculos ao vivo												
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Espectadores de cinema	9 593	8 234	7 848	7 786	7 135	7 397	10 446	13 708	14 837	17 026	17 915	19 469
Espectadores de teatro	327	302	361	192	411	339	281	232	229	407	615	970
Espectadores de concerto e bailado	102	154	277	399	310	331	338	322	234	324	804	1 230
Espectadores de ópera	15	18	14	13	36	35	13	27	36	32	91	135

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

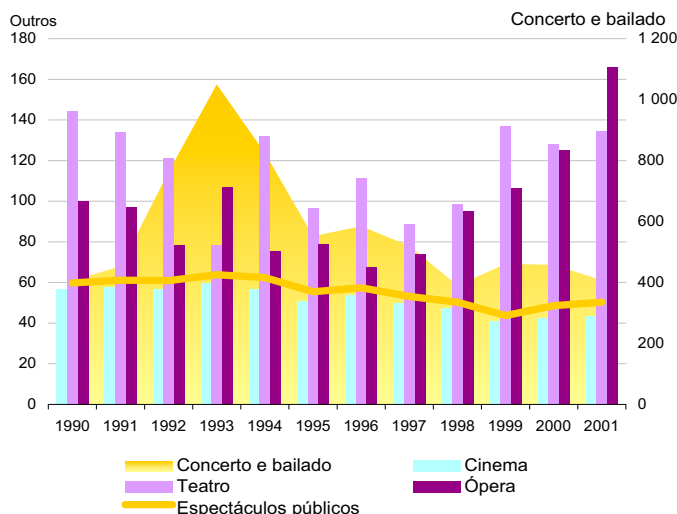
O comportamento acima descrito é corroborado pelos dados disponíveis, para a década, relativamente ao número de espectadores de algumas categorias de espectáculos ao vivo e de cinema. A análise deste indicador (Quadro 11.8) permite confirmar a supremacia do cinema enquanto espectáculo catalisador da preferência dos portugueses;

em 2001 registaram-se 19 469 milhares de idas ao cinema, valor que representa um acréscimo de 9% face ao ano anterior. Comparando o número de espectadores de cinema, naquele ano, com o número de espectadores de teatro o hiato é por demais evidente: o número de espectadores de cinema representa 20 vezes o número de espectadores de teatro.

O cruzamento do número de sessões com o número de espectadores permite encontrar um valor médio que dá conta da existência de uma maior diversidade e de um maior volume de oferta de espectáculos, pois apesar das evoluções positivas das duas variáveis, em todos os géneros considerados, o número médio de espectadores por sessão apresenta-se com comportamento contrário tanto no “Cinema” como nos “Concertos e bailados” no período de 1996 a 2001.

Gráfico 11.15

Número médio de espectadores por sessão e por tipo de espectáculo, de alguns espectáculos ao vivo



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Cerca de 30 % da população com 15 e mais anos, foi em 1999, pelo menos uma vez ao cinema.

Por referência aos resultados do IOT, em 1999 os portugueses que iam anualmente ao cinema pelo menos uma vez, representavam 30% da população. Segundo o sexo, era notório o equilíbrio, uma vez que a distribuição era idêntica em torno dos 30% tanto para os homens como para as mulheres. Por outro lado, era claramente uma prática dos mais jovens: 73% dos situados no escalão dos 15 aos 24 anos contra os 3% registados pelo escalão dos 65 e mais anos. Igualmente se verificou uma relação positiva com a escolaridade. Com efeito, daqueles que possuíam formação de nível superior universitário 73% responderam afirmativamente, ao passo que de entre aqueles que apenas sabiam ler e escrever, sem ter completado qualquer nível de ensino, esta percentagem era de 3%.

A incidência de frequentadores de cinema era mais acentuada entre os habitantes de Lisboa e Vale do Tejo (35% frequentaram espectáculos de cinema assiduamente). Acrescente-se ainda que esta era uma das práticas que registava maior volume em Lisboa e Vale do Tejo, na qual residiam 40% dos portugueses que iam ao cinema, ao passo que o Norte registava 36%. Pelo contrário, a Madeira era a região que apresentava, nesse ano, a menor percentagem (15%).

As principais razões apontadas para a não ida habitual ao cinema, em 1999, são a falta de tempo disponível (30%), preferir ver televisão (23%) e não gostar de cinema (18%). Refira-se ainda que 13% consideravam como razão de peso para a não ida os preços dos bilhetes, considerados caros. A razão menos apontada era a que se referia à preferência pela leitura (1%).

As mulheres evitam, mais que os homens, ir sozinhas ao cinema.

Por género (Gráfico 11.16), os argumentos “Não tenho companhia” e “Os bilhetes são caros” foram apresentados maioritariamente pelas mulheres, enquanto que o argumento “Prefiro ver televisão” foi apresentado por mais homens que mulheres.

Gráfico 11.16

Principais razões para a não frequência do cinema, por sexo

1999

Unidade: n.º de indivíduos

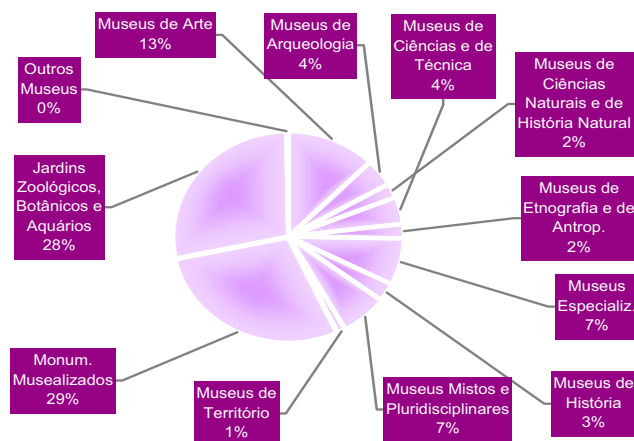


Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Gráfico 11.17

Estrutura do número de visitantes a museus, por tipo de museu

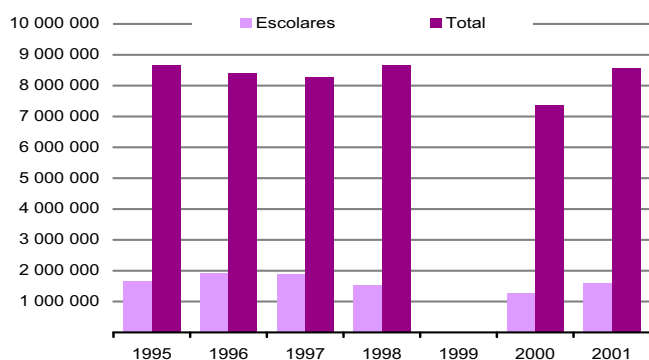
2001



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 2001

Gráfico 11.18

Repartição dos visitantes a museus por tipo de organização das visitas



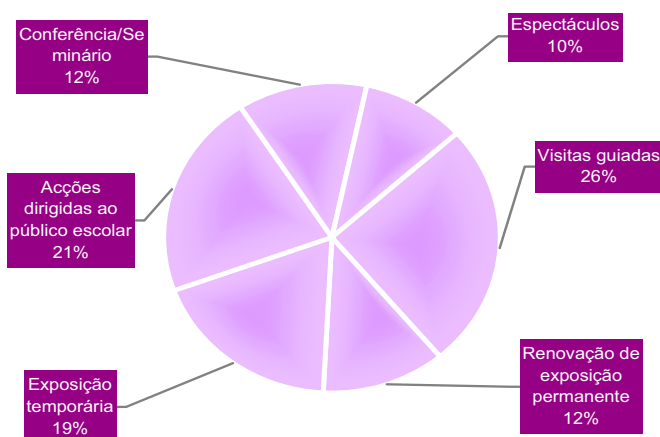
Nota: Não existe informação para o ano 1999

Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Gráfico 11.19

Estrutura das actividades, realizadas pelos museus, orientadas para os visitantes

2001



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 2001

MUSEUS E BIBLIOTECAS

Em 2001, de acordo com a nova metodologia adoptada pelo INE para a realização do Inquérito aos Museus, foram apurados 234 *museus* no território nacional, sendo que cerca de 20% eram do tipo “Mistos e Pluridisciplinares” e 20% do tipo “Museus de Arte”.

A análise da distribuição do número de visitantes por tipo de museu evidencia a supremacia dos “Monumentos Musealizados” que representando, em 2001, 6% do total de *museus*, absorveram cerca de 29 % do número total de visitantes.

Cerca de 70 % dos portugueses com 15 e mais anos não frequentaram museus em 1999.

Por referência ao IOT, em 1999, cerca de 30% da população com 15 e mais anos foi pelo menos uma vez a um museu e, destes, aproximadamente 7% fizeram-no em férias.

Em 2001 os museus registaram um número total de 8 556 042 visitantes. De acordo com os últimos dados disponibilizados, o conjunto composto pelos Monumentos Musealizados e pelos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários foram responsáveis por aproximadamente 57 % do número de visitantes aos museus no ano de 2001.

Visitas efectuadas por grupos escolares representavam, em 2001, 18% do total de visitas aos museus.

De entre as visitas salientem-se as efectuadas pelos grupos escolares que, em 2001, representavam 18% do total das visitas efectuadas aos museus.

Ao longo da década os museus têm vindo a diversificar a oferta de actividades orientadas para os visitantes; no entanto só a partir do Inquérito aos Museus de 2000 é possível conhecer a estrutura destas actividades; assim, em 2001, de acordo com a tipologia criada, do total das actividades orientadas para os visitantes pelos museus (909), cerca de 26 % foram “Visitas Guiadas” e 21% “Acções dirigidas ao público escolar”. É curioso notar que aproximadamente 22 % das actividades eram asseguradas pela realização de “Conferências/Seminários” e de “Espectáculos”.

Apenas 15 % dos portugueses com 15 e mais anos frequentou pelo menos uma vez as bibliotecas, em 1999.

Em 2001 existiam, no território nacional 1 912 bibliotecas, o que representa um crescimento de 48 % por referência a 1990 e de 18% face a 1995. Recorrendo aos últimos dados disponíveis, as bibliotecas escolares eram as que, em 2001, existiam em maior número, constituindo, cerca de 49% do total de bibliotecas, significando um crescimento de 37% face ao ano de 1990 e de 7% face a 1995.

O número de bibliotecas públicas registou, de entre as demais, os maiores crescimentos da década e dos últimos 6 anos considerados, 90% e 66% respectivamente.

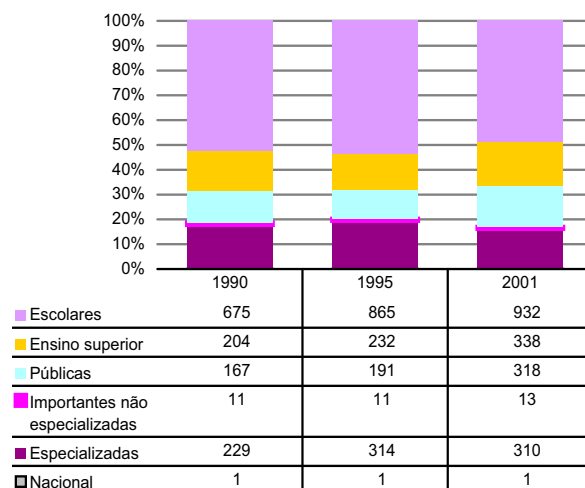
Apesar deste forte crescimento, em 1999, de acordo com o IOT, cerca de 85% da população com 15 e mais anos não foi uma única vez a uma biblioteca, e de entre os que foram, apenas 3 % afirmaram fazê-lo com frequência nesse ano, sendo as mulheres 62% deste total.

Em 2001, localizavam-se em Lisboa e Vale do Tejo 712 bibliotecas, o que corresponde a cerca de 37% do número total de bibliotecas existentes, nesse ano, no país; este registo conjuntamente com os do Norte e do Centro, perfaz 83% do total de bibliotecas. Note-se que, em 2001, estas três regiões concentravam cerca de 86 % da população residente em Portugal; o maior crescimento no número de bibliotecas existentes, no período de 1992 a 2001, ocorreu no Algarve e na Região Autónoma da Madeira (51% e 100% respectivamente). Efectuando a abordagem em função da população residente nas referidas regiões NUTS II: em 1992, existiam 12 bibliotecas por 100 000 habitantes no Algarve e 13 na Região Autónoma da Madeira, tendo este número aumentado para 16 e 26 respectivamente, no ano 2001.

No que respeita à evolução do número de utilizadores das bibliotecas, verifica-se que estes têm vindo a aumentar ao longo da década atingindo os 12 095 624 em 2001, o que, comparativamente com 1990 e 1995, representa um crescimento de 1 274% e de 195% respectivamente. Relativizando em função da população residente, constata-se que, em 2001, existiam 1 174 utilizadores de bibliotecas por cada 1 000 habitantes, sendo de 1 599 o número de documentos consultados por 1 000 habitantes.

Gráfico 11.20

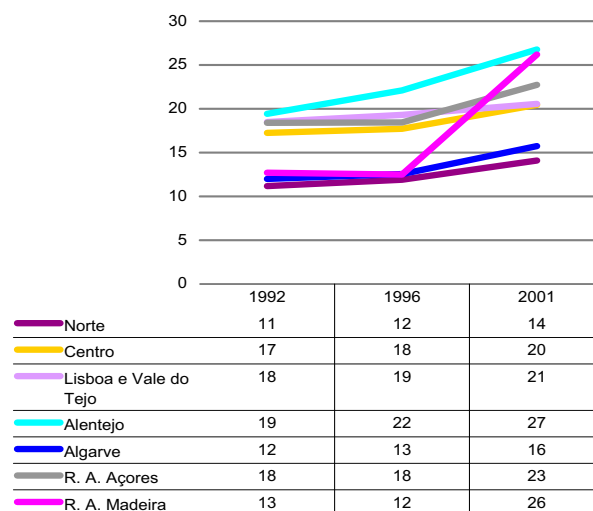
Evolução do número de bibliotecas por classificação



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Gráfico 11.21

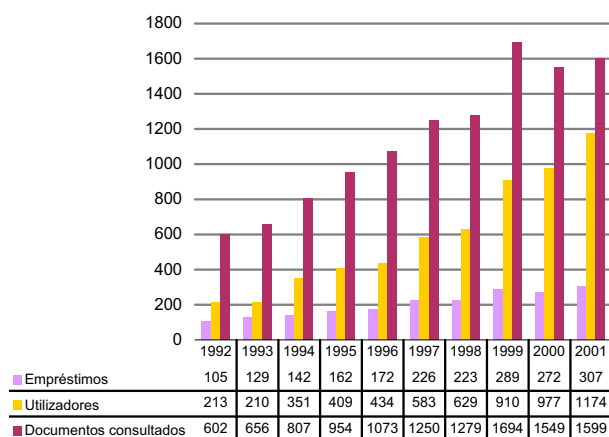
Número de bibliotecas por 100 000 habitantes, por região NUTS II



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 2000 e Estimativas da população residente inter-censitárias

Gráfico 11.22

Número de empréstimos a utilizadores, utilizadores e documentos consultados em bibliotecas públicas, por 1000 habitantes



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio e Estimativas da População

AS ACTIVIDADES SOCIOCULTURAIS

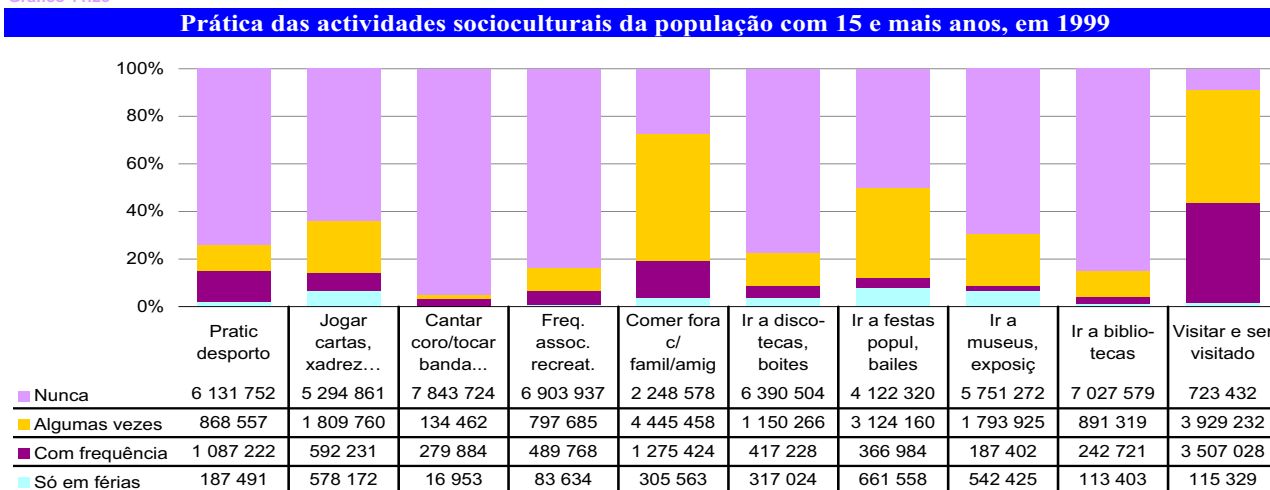
A prática “Jantar fora com familiares e amigos” foi, em 1999, efectuada por 73% da população com 15 e mais anos.

Conforme se pode constatar através da leitura do Gráfico 11.23, relativo à regularidade de realização de diferentes actividades socioculturais em 1999, as práticas de sociabilidade – “visitar e ser visitado”, “ir comer fora com familiares ou amigos” – apresentavam-se, nesse ano, como as mais importantes do conjunto.

De facto, essas duas actividades eram as únicas comuns a uma clara maioria dos portugueses maiores de 15 anos: respectivamente 91% e 73% da população realizava-as, mesmo que com uma regularidade mínima. Era ainda a refeição fora de casa que apresentava a segunda taxa mais elevada de realização frequente (15%), embora com um valor notoriamente inferior à prática “visitar e ser visitado” (42%).

Ir a festas populares e bailes, sendo já do domínio das práticas festivas, era a terceira actividade mais comum partilhada por metade da população entre as consideradas no gráfico mencionado.

Gráfico 11.23



Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Considerando a outra prática festiva, ir a discotecas e boites, obtém-se um cenário distinto. Neste caso, os praticantes eram bem menos que os que nunca frequentaram tais espaços no último ano (23% contra 77%).

Verifica-se, assim, que os hábitos de saída festiva dos portugueses estavam predominantemente ligados a manifestações específicas de cultura popular como festas, bailes, romarias, arraiais, etc.

Um outro tipo de actividades socioculturais reporta-se a associativismo, práticas amadoras e jogos. Este conjunto abarca um leque diversificado de actividades: jogar às cartas, xadrez, damas; frequentar associações recreativas; praticar desporto; cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro. Tal diversidade reflecte-se também no facto das actividades referidas serem desigualmente partilhadas pelo conjunto da população. De qualquer forma, todas elas eram em 1999, em maior ou menor grau, realizadas por uma minoria dos portugueses. Das quatro, os jogos mencionados equivalem ao hábito mais comum (a 36% dos portugueses). O associativismo, correspondia a uma prática relativamente menos expressiva (partilhada por 17% da população). Contudo, é de assinalar o peso dos frequentadores assíduos de associações recreativas no conjunto de todos os frequentadores das mesmas (correspondente a pouco mais de um terço), o que de algum modo evidencia a importância de um empenhamento particular dos envolvidos neste tipo de prática.

AS ACTIVIDADES DESPORTIVAS

Praticar desporto, segundo os resultados do IOT, constituía em 1999, actividade realizada frequentemente por 13% dos portugueses com 15 e mais anos.

De acordo com a mesma fonte estima-se que 74% dos portugueses não tenham praticado qualquer desporto, no período considerado, e que 3% o tenham feito apenas em férias.

Por grupo etário, os resultados apontam para uma maior prática desportiva na população mais jovem, diminuindo a frequência da prática à medida que a idade avança.

Assim, em 1999, pouco mais de metade da população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos praticou pelo menos uma actividade desportiva, ficando este indicador muito aquém dos 25% na população com idade superior a 35 anos (20% no escalão etário dos 35 aos 54 anos, 10% no dos 55 aos 64 anos e apenas 3% da população residente com 65 e mais anos).

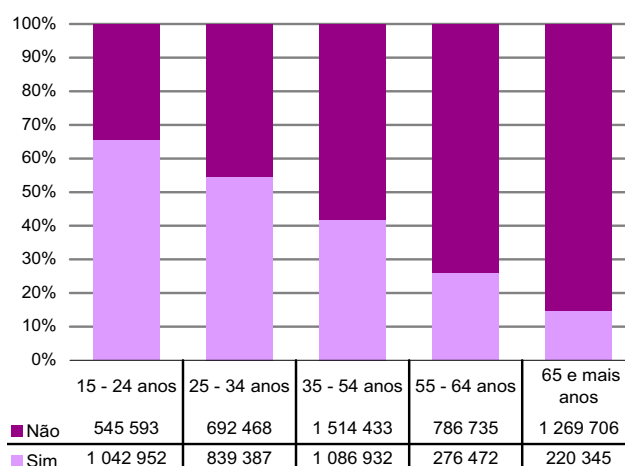
Apenas 16% da mulheres com 15 e mais anos praticou pelo menos uma actividade desportiva em 1999.

Notória é a predominância dos indivíduos do sexo masculino na prática desportiva; nesse ano, de entre a população com 15 e mais anos, 35% dos homens afirmaram ter praticado desporto, quedando-se este valor em 16% na população do sexo feminino.

No que se refere às actividades desportivas praticadas, evidencia-se a preferência dada aos “Jogos de bola” pela população masculina (85% dos praticantes) e a preferência dada pelas mulheres à “Ginástica” (única actividade onde as mulheres são claramente dominantes, assegurando cerca de 69% desta prática desportiva).

Gráfico 11.24

População com 15 e mais anos, por grupo etário, segundo a prática de actividades desportivas em 1999



Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Gráfico 11.25

Prática de actividades desportivas da população com 15 e mais anos, por sexo e modalidade

1999

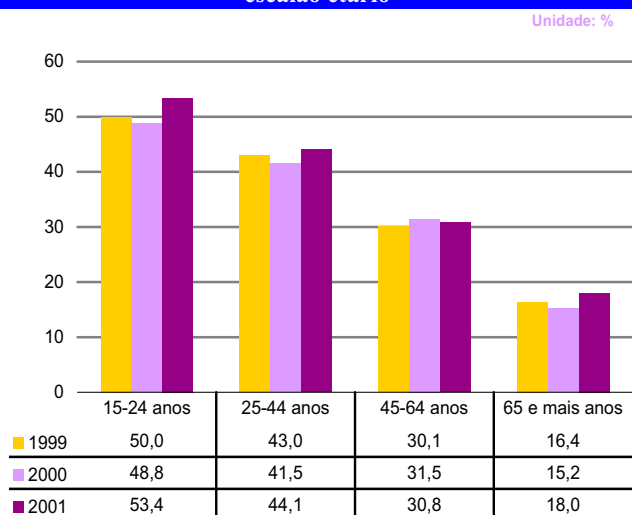
Unidade: n.º



Fonte: INE - Inquérito à Ocupação do Tempo - 1999

Gráfico 11.26

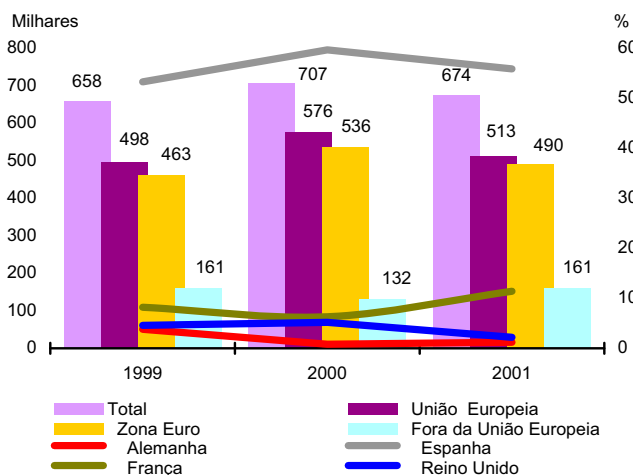
População com 15 e mais anos que gozou férias segundo o escalão etário



Fonte: INE - Inq. à Procura Turística dos Residentes

Gráfico 11.27

Viagens de Lazer, Recreio e Férias, segundo os principais destinos no estrangeiro



Fonte: INE - Inquérito à Procura Turística dos Residentes

aquela que mais frequentemente o fez por motivos de lazer, recreio e férias: 8,6% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, realizou pelo menos uma viagem de lazer, recreio e férias fora do território nacional, seguidos dos indivíduos do escalão etário seguinte (8,3%). Este comportamento verificou-se igualmente nos dois anos anteriores.

Quadro 11.9

Repartição das dormidas e das estadas médias, por região NUTS II

2001	Estadas Médias (Dias)	Dormidas (%)
Norte	5,5	16,5
Centro	6,5	17,7
Lisboa e Vale do Tejo	4,9	22,3
Alentejo	5,6	8,7
Algarve	8,7	30,0
Região A. Açores	6,4	2,6
Região A. Madeira	5,6	2,2

Fonte: INE - Inquérito à Procura Turística dos Residentes

Que viagens de “Lazer, Recreio e Férias” fazem os portugueses?

De acordo com os resultados do inquérito à “Procura Turística dos Residentes” (PTR), entre 1999 e 2001, registou-se uma tendência crescente no número de residentes em Portugal que realizaram férias⁵, constituindo contudo uma prática pouco generalizada. Em 2001, apenas 37,3%, da população com 15 e mais anos gozou férias, reflectindo um crescimento médio anual, face a 1999, de 23,1%.

Quando questionadas em 1999, cerca de 62,5% das famílias indicaram incapacidade financeira para gozar pelo menos uma semana de férias.

Fonte: INE - Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

Considerando a representatividade por género, não se observaram diferenças significativas: em 2001, 37% dos homens e 37,5% das mulheres gozaram férias. Considerando porém, os escalões etários, verifica-se que são os indivíduos mais novos os que mais viajam. Em 1999, metade dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos fizeram férias, ascendendo esse valor em 2001 a 53,4%. Por outro lado, são os mais velhos aqueles que menos gozam férias: apenas 18,0% dos indivíduos com 65 e mais anos afirmou ter realizado alguma viagem de lazer, recreio e férias naquele ano.

Em 2001, o destino escolhido pelos portugueses para o gozo de férias, foi maioritariamente Portugal (89,4% das viagens) e 10,6% tiveram como destino o estrangeiro. No que respeita aos indivíduos, apenas 6,7% visitou o estrangeiro em 2001, sendo a população mais jovem

Tendo em consideração apenas as viagens com mais de três noites (férias de longa duração), regista-se, no período considerado, um ligeiro acréscimo das viagens além fronteira. Contudo em 2001, do total das viagens realizadas, apenas 16,3%, tiveram como destino o estrangeiro, quando em 1999 esse valor foi de 18,6%

Analisando o destino das férias no estrangeiro, é de salientar a preferência pelos países da União Europeia, destino de 76,2% das viagens ao estrangeiro em 2001; de entre estes países, a Espanha e a França foram os destinos preferencialmente escolhidos (55,9% e 11,4%, respectivamente).

Os portugueses que gozam férias fazem-no, em média, duas vezes por ano, para uma estada média de cerca de 6 dias.

Diferenciando o destino das viagens de lazer, recreio e férias, verifica-se que é no estrangeiro que as estadas médias são maiores, 9,1; 8,4 e 8,6 dias, respectivamente para 1999, 2000 e 2001.

Em 2001, o Algarve, que reúne a preferência dos portugueses como destino das suas viagens de lazer e recreio e férias em território nacional é a região onde os portugueses fazem férias mais longas (8,7 dias), verificando-se a situação inversa nas viagens de lazer, recreio e férias cujo destino é Lisboa e Vale do Tejo, em que as viagens têm uma duração média de 4,9 dias.

Quanto às férias de longa duração (mais de 3 noites), realizadas em Portugal, o destino mais procurado foi igualmente o Algarve, destino de 867,9 milhares de viagens de lazer, representando 34,0% das viagens, para uma estada média de 11,4 dias.

Vamos de férias ... em Agosto

A sazonalidade do fenómeno é revelada pela concentração de viagens nos meses de Verão, bem como pelo número de turistas associado a esse período, revelando a sua preferência pelo ambiente de praia.

Da apreciação dos resultados obtidos no inquérito à "Procura Turística dos Residentes", verifica-se que são os meses de Junho a Setembro, os escolhidos pelos cidadãos residentes para gozarem as suas férias. Em 2001, 54,2% das viagens (3 440,3 milhares) concentraram-se naquele período, valor que ascende a 71,1% no que respeita às férias de longa duração (mais de 3 noites).

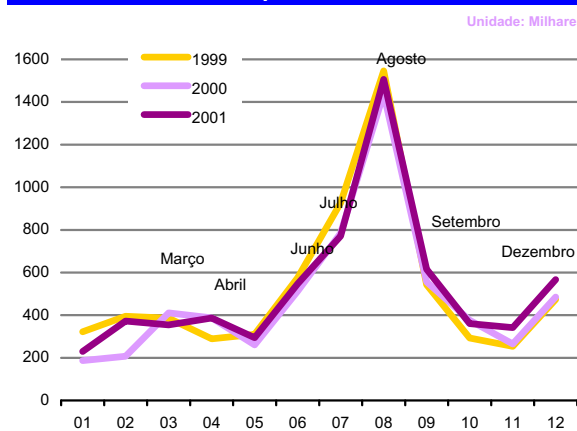
Os períodos da Páscoa e Natal, são aqueles que a seguir aos meses de Verão são escolhidos pelos portugueses para realizarem viagens de lazer, recreio e férias, em particular as de curta duração (3 e menos noites), concentrando-se 11,1% em Dezembro e 6,9% em Abril.

Nas férias em Portugal, os portugueses pernoitam maioritariamente em alojamento turístico privado e viajam de carro

No total das viagens realizadas, o meio de alojamento escolhido por parte dos residentes evidencia a preferência pelo alojamento turístico privado, destacando-se as residências secundárias⁶. De facto, em 2001, 72,9% das dormidas foram realizadas em alojamento turístico privado, das quais 58,3% ocorreram em residências secundárias; note-se que, apenas 20,1% das dormidas se efectuaram nos hotéis e similares.

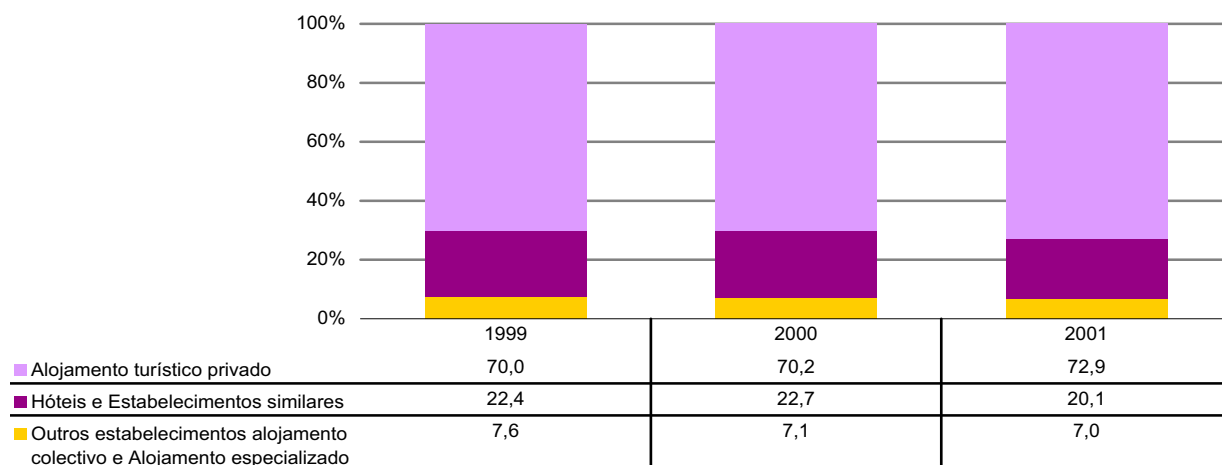
Gráfico 11.28

Viagens de Lazer, Recreio e Férias segundo o mês de partida



Fonte: INE - Inq. à Procura Turística dos Residentes

Gráfico 11.29

Dormidas segundo o principal meio de alojamento

Nota: A categoria "Outros estabelecimentos, alojamento colectivo e alojamento especializado" inclui Parques de campismo, Colónias de férias, Estabelecimentos de saúde, Campos de trabalho e de férias, Centros de conferências e Alojamento em meios de transporte colectivo.

Fonte: INE - Inq. à Procura Turística dos Residentes

Comportamento diferente tiveram as dormidas realizadas no estrangeiro, onde os portugueses escolheram maioritariamente os hotéis e similares para pernoitarem. Refira-se que 57,8% das dormidas relativas a 2001, nas viagens além fronteiras, ocorreram nesse tipo de alojamento.

O recurso aos serviços das agências de viagens ou de operadores turísticos é pouco significativo, em especial nas viagens em Portugal. No ano de 2001, o recurso a estes serviços ou operador turístico, por parte dos residentes, ocorreu em apenas 8,4% das viagens de lazer, recreio e férias.

Nas férias de longa duração (mais de 3 noites), esse valor ascendeu a 13,2%, devido essencialmente às férias cujo destino foi o estrangeiro.

No que respeita ao meio de transporte escolhido, destaca-se o automóvel⁷ com um peso cada vez maior: utilizado em 75,4%, 78,0% e 80,3% das viagens, respectivamente, para 1999, 2000 e 2001, mas perdendo importância relativa nas férias de longa duração, em especial nas destinadas ao estrangeiro. Nestas, o recurso ao avião atinge maior expressão, nomeadamente em 2001: 62,0% face ao automóvel (28,2%).

PARA SABER MAIS...

Grande parte das informações constantes neste capítulo, constituem um resumo geral das contidas nas "Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio", que o INE publica anualmente.

Os dados que se apresentam, respeitantes a publicações periódicas, bibliotecas, museus, espectáculos públicos, galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, foram recolhidos por meio de inquérito via postal.

Inquérito à Ocupação do Tempo

O Inquérito à Ocupação do Tempo (IOT) foi realizado em Portugal, pela primeira vez, em 1999. A população alvo do inquérito consistiu em todas as pessoas com 6 anos e mais anos. Ao inquérito responderam 8 133 indivíduos. A informação sobre o uso do tempo foi recolhida através da utilização de um diário. Aos respondentes foi pedido que de 10 em 10 minutos, descrevessem a actividade principal, bem como, a actividade secundária, a presença e os locais.

Inquérito à "Procura Turística dos Residentes"

O inquérito à "Procura Turística dos Residentes" recolhe informação sobre as viagens realizadas pelos residentes, em Portugal e no estrangeiro, por motivos de Lazer, Recreio e Férias, Visita a Familiares e Amigos e Profissionais

e Negócios. São contempladas as deslocações em que houve permanência de pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular, em lugar distinto da residência habitual dos indivíduos inquiridos, com excepção das viagens em que o motivo principal é exercer uma actividade remunerada no local visitado.

Notas

¹ O Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000 utilizou uma nova classificação de despesas pelo que as comparações destes valores deve ser feita com algum cuidado. Em 1995 estavam englobadas, por exemplo, as despesas com Instrução que em 2000 transitaram para outra classe de despesa; outro exemplo refere-se às Viagens turísticas que em 2000 são incluídas nesta classe de despesa.

² Se atendermos ao facto de os escalões de rendimento apresentados terem por referência o Salário Mínimo Nacional em 1999, tal significa que parte destas famílias serão as que em 1995 estavam no limite superior dos escalão imediatamente inferior [4500€;9000€]

³ **Saturação** indica a percentagem de agregados que possuem, de cada equipamento, pelo menos um aparelho; **penetração** relaciona o número total de aparelhos com o número de agregados que possui pelo menos um (por tipo de equipamento).

⁴ Neste tipo de espectáculos estão classificados os concertos de música ligeira, música clássica, dança clássica e dança moderna sendo o primeiro género o mais significativo, isto é, o que absorve maior número de sessões e de espectadores.

⁵ Nesta análise optou-se por não considerar as viagens de visita a familiares ou amigos como motivo de férias.

⁶ Por referência aos resultados obtidos nos Censos de 2001, em média, uma em cada 4 famílias possui residência secundária.

⁷ De acordo com o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000, cerca de 60% dos agregados familiares possuíam automóvel naquele ano.